

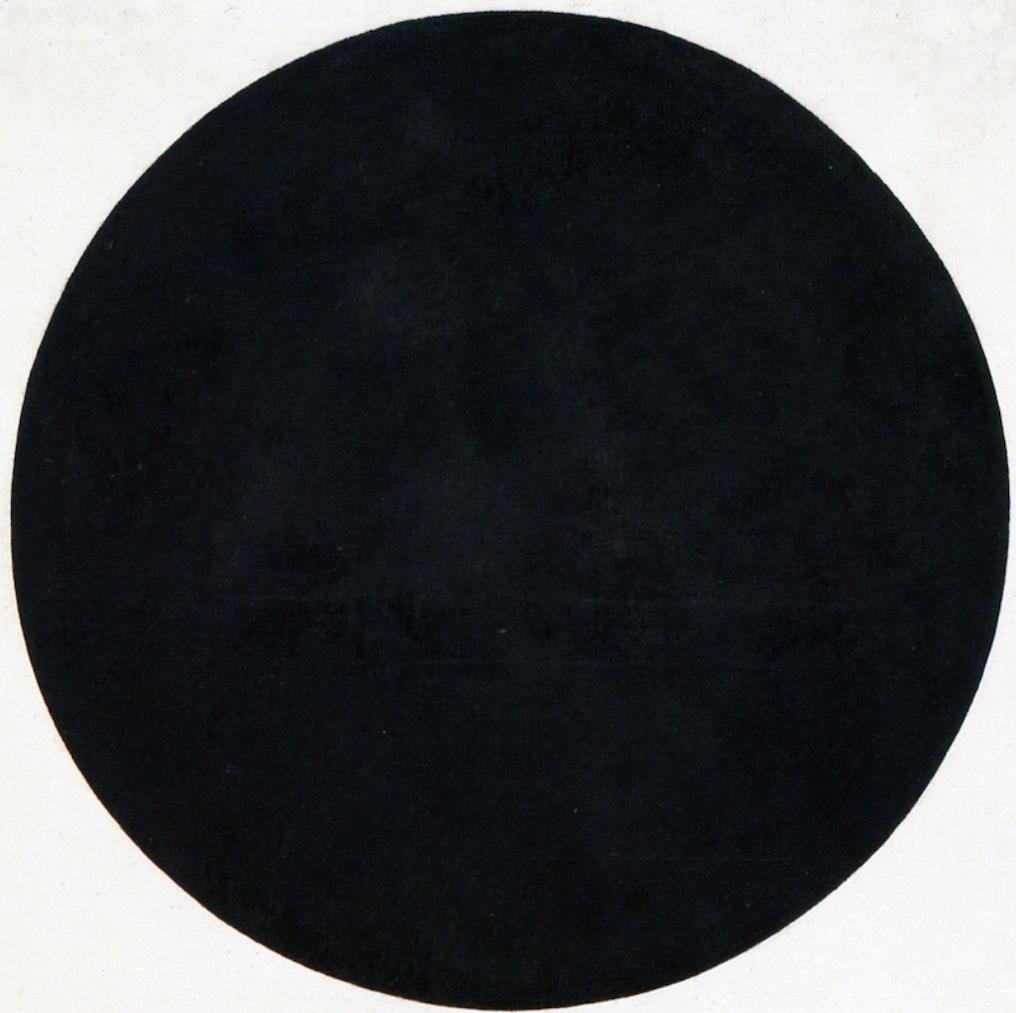
plural

revista de ciências sociais

v.25 n° 1 | ISSN 2176-8099 | primeiro semestre de 2018

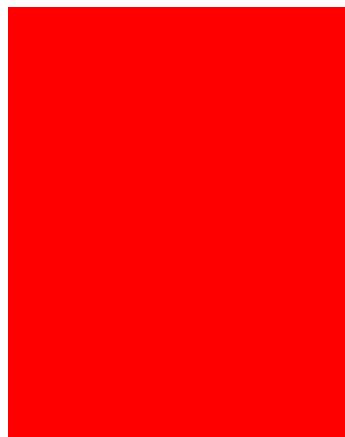
USP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

revistas.usp.br/plural



plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA USP

25

Departamento de Sociologia
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Profa.Dra.Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

Coordenador do Programa de Pós-Graduação:

Profª. Dra. Marcia Regina de Lima Silva

Equipe Editorial - Revista Plural v. 25, n. 1

Comissão Editorial

Alvaro A. Comin, Fernando Antônio Pinheiro,

Ricardo Mariano (editor responsável)

Comissão Executiva

André Campos Rocha, Anouch Neves de Oliveira Kurkdjian, Brenda Rolemburg, Cristhiane Falchetti, Danilo Mendes Piaia, João Filipe Araujo Cruz, Letícia Simões Gomes, Luiz Vicente Justino Jácomo, Marcello Giovanni Pocai Stella, Marcus Campos, Mauricio Piatti Lages, Paula Carvalho, Pedro Paulo Martins Serra, Ugo Urbano Casares Rivetti, William Santana Santos.

Conselho Científico

Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flávio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci.

Equipe Técnica

Diagramação: Diagrama Editorial

Revisão de texto: Comissão Executiva da *Plural*

Capa: Black Circle (1923) - Autor: Kasimir Malevich - Propriedade The State Russian Museum - São Petersburgo

Financiamento: CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil

E-mail: plural@usp.br

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>

Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416

Publicação eletrônica semestral referente ao 1º semestre de 2018. Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 25, n. 1, 2018 (publicado em julho de 2018).

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia

2. Ciências Sociais

SUMÁRIO

Dossiê Um espectro ronda o Brasil (à direita)

Apresentação

Um espectro ronda o Brasil (à direita).....	1
Dmitri Cerboncini Fernandes e Debora Messenberg	

Entrevista

Entrevista com Yves Cohen.....	13
Realizada por Dmitri Cerboncini Fernandes	
Tradução e transcrição realizadas por Pedro Serra	

Artigos

Golpe na cultura – Intelectuais, universidade pública e contextos de crise no Brasil ..	32
Maria Arminda do Nascimento Arruda	

Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil.....	45
Marcelo Ridenti	

Inevitável e imprevisível, o fortalecimento da direita para além da dicotomia ação e estrutura: o espaço internacional como fonte de legitimação dos <i>Think Tanks</i> latino-americanos.....	63
Maria Caramez Carlotto	

A direita brasileira em perspectiva histórica	92
Fabio Gentile	

“Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro.....	111
Martin Egon Maitino	

“Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros	135
Leonardo Nascimento, Mylena Alecrim, Jéfte Oliveira, Mariana Oliveira, Saulo Costa	

Palestra

- Intelectuais, mídias e universidade pública em contexto de peleja 172
Sergio Miceli

Resenha

- Da crise do liberalismo à hegemonia neoliberal:
a constituição de uma razão-mundo competitiva e empresarial 178
Samuel Silva Borges

- Frentes epistemológicas, frentes políticas: resenha de Direita, volver!
O retorno da direita e o ciclo político brasileiro 186
César Niemietz

Artigos

- Aspectos da individualidade em personagens de super-heróis:
perspectivas sociológicas e o caso do capitão américa 202
Cristiana D. Martins

- Esgarçamento do futuro: transformações nas representações do
destino de São Paulo na década de 1950 226
Bruno de Macedo Zorek

Tradução

- Fin de siècle* 248
Christophe Charle
Tradutores: João V. Kosicki; Marcello G. P. Stella

Resenha

- A teoria crítica na ordem do dia: Horkheimer hoje 265
Bruna Della Torre de Carvalho Lima e Eduardo Altheman Camargo Santos

■ APRESENTAÇÃO

Um espetro ronda o Brasil (à direita)

A spectre is haunting Brazil (from the right)

Dmitri Cerboncini Fernandes^a e Debora Messenberg^b

Resumo Na primeira parte deste texto introdutório, refletimos sobre a ausência histórica de trabalhos sociológicos que lidem com o fenômeno do pertencimento à direita no Brasil. Ensaiamos, na segunda parte, algumas hipóteses explicativas para tal situação, bem como analisamos os poucos trabalhos que se dedicaram a isso nas décadas de 1980 a 2000. Na terceira parte procedemos à apresentação dos textos que compõem o presente dossier.

Palavras-chave Sociologia da Direita; Sociologia da Sociologia; História das Ciências Sociais.

Abstract In the first part of this introductory text we reflect on the historical absence of sociological studies that deal with the phenomenon of belonging to the right in Brazil. In the second part we examine a number of explanatory hypotheses for this tendency, and analyze the limited literature on this subject area between 1980 and 2000. In the final part the integral texts of the dossier are presented.

Keywords Sociology of Right-wing; Sociology of Sociology; History of Social Sciences.

Desde os movimentos sociais emergentes a partir de 2013 até *think tanks* hoje bem solidificados, passando por inúmeras produções de intelectuais midiáticos, universitários e o que pode se chamar de opinião pública em geral – além de grupos *online*, da política institucional e de várias espécies de extremistas e extremismos –, todos estes vetores sinalizam um novo ar dos tempos. “Nova direita”, “neoconservadorismo”, “onda conservadora”, “retomada do neoliberalismo”, “fascismo à brasileira”, dentre outros designadores, sejam aparentados, pertinentes ou não, constituem termos usualmente empregados pela imprensa, ensaístas etc., que disputam a compreensão de conjuntura supostamente recente e avassaladora: a guinada à direita presenciada no Brasil. A própria agenda governamental e parlamentar, ainda com o Partido dos Trabalhadores (PT) no poder executivo,

a Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: vivaraiz@gmail.com.

b Professora associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. E-mail: deboramess@gmail.com

expressava tal novo consenso, em que se dizer “de direita” não mais significava algo pejorativo e a se evitar – como sucedia nos anos 1980-1990 tanto em meio a políticos de profissão quanto a cidadãos comuns (PIERUCCI, 1987, p. 36) –, mas motivo de orgulho para muitos, e de defesa – ou de ataque – incondicional – e apaixonado – para tantos outros.

A sociologia brasileira, no entanto, disciplina que muito teria a dizer sobre tal(is) fenômeno(s), ainda não desenvolveu estudos suficientes e articulados que possibilitem o aclaramento de tal figuração. Na realidade, essa ciência pouco se debruçou com verve, constância e intensidade sobre o assunto dentro de sua melhor e mais prolífica perspectiva, isto é, percorrendo suas tradições próprias, suas teorias, suas metodologias e suas formas analíticas já testadas e comprovadas em distintos domínios. A carência de análises de fôlego, de empreitadas eminentemente sociológicas que encarassem de frente o destrinchar dos sentidos do pertencimento do agente social ao espectro da direita sempre foi patente por estas bandas. Reportagens de jornais e revistas, entrevistas com eleitores e apoiadores de candidatos e partidos identificados à direita, com pertencentes às hostes de novos grupamentos, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e demais entidades variadas de Internet, a leitura sistemática de textos de colunistas da grande imprensa e o contato com demais personagens que orbitassem e orbitem em torno do que se convencionou chamar de direita são elementos que inusitadamente não costumam integrar o rol de materiais de análise de uma possível sociologia sobre a direita no Brasil. Se em décadas passadas a mencionada lacuna se justificaria em razão da alentada expectativa no restabelecimento da democracia – o que voltou os olhos de quase toda aquela geração de cientistas sociais às movimentações que ocorriam em sindicatos, igrejas progressistas, agremiações políticas que fomentassem a participação direta pelo voto etc. –, hoje em dia não há mais razões que deem conta dessa aparente falta de interesse. Sobretudo em um contexto político-social como o nosso.

Variadas hipóteses auxiliares poderiam ainda ser levantadas por uma sociologia da sociologia no intento de elucidar tal ausência temática. Seja a da proeminência exercida pelo objeto “autoritarismo de Estado”, experimento pronto a nos rondar na América Latina de tempos em tempos, geralmente à direita, e que sempre agregou pesquisadores de escol em detrimento da visualização de suas reverberações na sociedade civil; seja um suposto desejo militante e conjuntural de parte dos cientistas sociais em não quererem enxergar a vida como ela é, relegando o ser de direita a uma menoridade não só política, mas também em termos de objeto legítimo e válido a ser escrutinado e mais bem compreendido. Seja

ainda o açambarcamento da temática pela denominada “ciência política”, disciplina instituída de fato como relativamente autônoma da sociologia em meados dos anos 1970 (KEINERT, 2011) e que, ao se aproveitar do abandono do tema pela sociologia, abraçou como sua propriedade, dentro de seus ferramentais próprios, os repertórios de casos que envolvessem coordenadas como os referenciais políticos direita-esquerda.

Fato é que guinadas e eternos retornos à direita por parte da sociedade civil, esse ente anunciado desde pelo menos o hoje um tanto proscrito Oliveira Vianna como de difícil compreensão sociológica no Brasil, sugerem que o ingênuo marxismo ativista, aquele que vislumbra a revolução logo ali na esquina, equivoca-se tanto ou mais do que os que projetam na mesma sociedade civil certa tendência quase que imanente à vida democrática, contribuinte natural à conformação de *per si* de uma imaginada esfera pública tupiniquim. Ambos os lados costumam quebrar a cara de tempos em tempos, e amiúde permanecem rezando suas cartilhas sem entender bem, ao final das contas, o por quê. Mais do que isso: dentre os poucos interessados no assunto ao longo da história, incluíam-se aqueles que se enredavam no jogo da mera condenação ou da exaltação laudatória do objeto – a depender do lado em que se posicionassem –, deixando de lado as já deveras conhecidas precauções metodológicas anunciadas por um Max Weber, que tão bem fariam para, por exemplo, não nos surpreendermos mais com supostas reviravoltas político-ideológicas sucedidas aparentemente do dia para a noite. Aparentemente, frise-se, porque não há pesquisa o suficiente nos moldes aludidos, que em nossa opinião ensejariam se existentes, ao menos a condição de tomarmos ciência e acompanharmos historicamente os fenômenos políticos que ocorrem em meio a determinadas camadas da população – não só nos momentos extracotidianos do voto e das manifestações.

Uma das comprovações do que dizemos é a exceção à regra nesse campo de estudos, os trabalhos do sociólogo, pioneiro no tema na década de 1980, Antônio Flávio Pierucci. Embora suas investidas iniciais à primeira vista dedicassesem-se tão somente ao escrutínio dos votos concernentes às surpreendentes eleições de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo, em 1985, e à quase eleição de Paulo Maluf ao governo do mesmo estado, em 1986 – logo, dentro de uma tradição já cara à ciência política –, na realidade ele apontava para a concretização de uma típica e pura sociologia webero-bourdiesiana. Falamos aqui de uma prática de pesquisa teoricamente orientada no intento de compreender os sentidos da ação dos votantes, sociologia esta facilmente observável em razão da análise que movimentava os cruzamentos entre estilos de vida, opiniões e posição ocupada no espaço social.

Desta forma, Pierucci se valeu, certamente pela primeira vez no Brasil, do farramental contido no clássico *A Distinção* (BOURDIEU, 1979), no afã de delimitar o entrecruzamento sucedido entre classe – no melhor, mais alargado e mais prolífico sentido do termo – e tomada de posição política, tentando recuperar para a sociologia o objeto por vezes tão desprezado: o pertencimento à direita e sua miríade de significados, que ultrapassa em muito simplesmente o mecânico “ato de votar”.

Chama a atenção que, em seus estudos da década de 1980, Pierucci já empregava o termo “nova direita”, tão em voga na atualidade entre acadêmicos e demais agentes que intentam capturar o significado dessa suposta novidade. Com isso, naquele instante, ele visava circunscrever os apoiadores que impeliam os fenômenos de votação Jânio Quadros e Paulo Maluf à cabeça dos processos eleitorais, candidatos da direita que demonstravam certo vigor em uma conjuntura política aparentemente desfavorável aos rebentos da ditadura recém-encerrada. Por meio de longas entrevistas em profundidade com eleitores-ativistas, uma sensibilidade ímpar em suas interpretações, o manuseio e a análise de dados empíricos relativos aos votos e seus respetivos distritos eleitorais ele apreendeu sinteticamente o que significava a tal antiga “nova direita”:

Mas que direita é esta? E até que ponto é “nova”? Questões complicadas. [...] estamos às voltas com indivíduos arregimentáveis para causas antiigualitárias radicais e soluções autoritárias de direita. Estranhamente, porém, são favoráveis às greves dos trabalhadores e ao direito de greve, embora não façam greve e tenham cisma de que as greves degenerem em bagunça. Defendem a reforma agrária e, deste modo, estão bem longe da UDR; reprovam contudo as invasões de terras urbanas. Querem gastos públicos com a mesma veemência com que exigem as penas mais severas para o crime. Segurança policial e seguridade social são consideradas direitos urgentes de todos os cidadãos decentes e homens de bem: querem mais efetivos policiais, mais equipamentos e mais modernos, para o combate ao crime, maiores salários para os policiais; querem sobretudo a ROTA, emblema das decisões de polícia tornadas decisões de justiça. Mas querem, também, serviços públicos de saúde, escola, creches, orfanatos, reformatórios, internatos, às vezes campos de concentração com trabalhos forçados, transporte coletivo estatizado, seguro desemprego e aposentadoria condigna, tudo isto e muito mais eles querem do Estado. O papo liberal anti-welfare, claro está, não é com eles. Do comunismo como fantasma assustador, velho pânicoo das direitas de um modo geral, do sobressalto ante a revolução socialista ali ao dobrar da esquina, nem sombra. Anticomunismo, quando há, é dos chefes, não

das bases, assim como o pouco que se encontrou de neoliberalismo econômico provou-se minguante quanto mais longe das cúpulas das máquinas eleitorais ou partidárias se achava o entrevistado (PIERUCCI, 1987, p. 27).

Direita que, àquela altura, sublinhe-se, vexava-se ao ter de se assumir como direita. Além do mais, que não comungava de cartilhas anticomunistas, algo bem diferente do que observamos na atualidade (MESSENBERG, 2017). Pela descrição de Pierucci, o direitista típico da década de 1980 tratava-se de um ser híbrido, temeroso, conservador, que apostava no que restava de sua identidade de “homem de bem” contra o que identificava como falta de ordem, de moral, de religião; que se postava contra os direitos humanos, o migrante nordestino, o pobre, o “diferente”, enfim, que poderia vir a ameaçá-lo, a roubá-lo, a tomar o lugar dele, a conviver próximo demais a ele. Como Pierucci deixava claro, a defesa do neoliberalismo e seus derivados, um elemento basilar na definição do que viria a constituir a “nova direita” hodierna (DARDOT; LAVAL, 2016), era ausente das fileiras de base dessa “nova direita” oriunda da experiência da ditadura militar (PIERUCCI, 1987, p. 27); uma direita estatista, moralista, que abraçava algumas pautas inimagináveis a partes mais intransigentes e barulhentas da direita atual, como a reforma agrária, o transporte coletivo estatizado, a seguridade social. Uma direita eminentemente branca, de classe média baixa, destituída de capital cultural, embora muitas vezes tivesse posses econômicas razoáveis; uma direita que vivia “do outro lado da cidade” (PIERUCCI, 1989), isto é, em bairros intersticiais posicionados entre a periferia e o centro expandido, distantes dos principais serviços e equipamentos culturais disponíveis em São Paulo. E isso tudo, frise-se, referia-se unicamente ao universo paulistano. A direita brasileira, nesse sentido, permanecia e permanece uma grande incógnita aos estudos sociológicos.

O adjetivo “nova”, aliás, emergido àquela altura, é bem sintomático do que vimos argumentando: em um campo de estudos carente de acúmulo sobre suas próprias bases temáticas, tudo o que vem a ser enquadrado cientificamente aparenta certo ar de novidade, logo, de uma “nova” direita. Era o caso nos idos dos anos 1980, continua a ser o caso de hoje, quando o irrompimento de movimentos de direita toma os cientistas sociais mais uma vez desprevenidos, pois desconhecedores que somos da gestação silenciosa e sempre presente do que significa o pertencimento à direita, ou ao menos a defesa e o apoio a pautas consideradas de direita na sociedade brasileira. Naquele longínquo caso, Pierucci lidava com a ressurgência ou sobrevivência de expectativas e anseios que se acreditavam extintos depois de toda a experiência traumática da ditadura militar; viu-se que nada

mais equivocado do que a crença quase que miraculosa na “força da democracia” institucional, deixando-se de lado o conhecimento dos meandros da sociedade na qual se pretende alicerçar esta mesma democracia. A direita militaresca outorgou constelações de sentido à posteridade, assim como a posteridade tratou de rearranjá-las em formatos condizentes com as modificações sócio-históricas pertinentes. Nem tudo se perde, nem tudo se preserva, lição básica das ciências naturais, mas também de sociologia. Lição esta que continuamos ingloriamente a aprender, com a consequente adjetivação de “nova” com o que deveria ser “velha”, ou “transformada”, ao menos. Pois para se nomear algo como “novo”, pressupõe-se que se tenha plena ciência das formas passadas, e não é bem esta a situação.

Na esteira das análises de Pierucci, Gonzaga (2000) percebe certas modificações no caráter da “nova” direita que se anunciava em meados dos anos 1990. Embora seus achados corroborassem o surgimento de certa clivagem no âmbito daquela direita caracterizada por Pierucci nos anos 1980, clivagem esta devida à emergência de outra “nova direita” em meados dos anos 1990, não houve estudos que aprofundassem sua interessantíssima hipótese central: a de que certa direita neoliberal assomava, ancorando-se, sobretudo, em estratos de classe média alta, escolarizada e relativamente cosmopolita (GONZAGA, 2000, p. 220), ao passo que a velha “nova” direita vislumbrada por Pierucci nos anos 1980 restava ativa, porém fincada nas mesmas camadas destituídas de capital cultural, como outrora. O desenvolvimento de mais teses e artigos que tomassem a sério o nascimento no seio social dessa “nova nova” direita, entendida por meio do prisma do pertencimento social, poderia ter nos rendido muito mais acurácia na determinação de fenômenos que estavam por vir logo adiante. Talvez a raiz da nossa “nova nova nova” direita dos anos 2010, continuando na adjetivação inaugurada por Pierucci, estivesse aí, quer dizer, nesses idos dos anos 1990, quando modificações morfológicas sociais e políticas ensejaram a adoção de um liberalismo em várias dimensões de parte de camadas de classe média – outrora adeptas de certo progressismo político e cultural, como mostravam as pesquisas do mesmo Pierucci (1989). Tudo leva a crer que os residentes “do mesmo lado da cidade”, empregando de modo irônico o título do artigo citado logo acima (PIERUCCI, 1989), cultivaram e apoiaram as mudanças e transformações no ar dos tempos, redefinindo o pertencimento à direita. Alianças estratégicas entre as direitas foram vistas em mais de uma ocasião, e o reinado quase soberano do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) no estado de São Paulo talvez possa significar o mais pujante exemplo da diluição eleitoral dessas possíveis duas direitas, socialmente localizadas em posições distintas. Afinal, os viúvos de Paulo Maluf e de Jânio Quadros provavelmente preferirão um tucano a

alguém que venham a identificar como um “esquerdista”. Mas isto é um fenômeno a ser mais bem avaliado por meio de pesquisas sociológicas futuras. De preferência, pesquisas teoricamente orientadas, que lidem empiricamente com opiniões, seja empregando métodos quantitativos ou qualitativos, análises de movimentos sociais, da produção intelectual vinculada a figuras proeminentes desta nova figuração, de genealogias que deem conta de termos, conceitos e do léxico empregado por nativos, estudos de grupos e instituições específicos, de formas de organização e ativismo *online* até o exame que envolve a política partidária e seus agentes. Futuros estudos que hoje fazem muita falta.

Após as manifestações de 2013, começaram a emergir alguns livros e artigos filiados sobretudo, mas uma vez, à ciência política (CHALOUB; PERLATTO, 2015; CRUZ et al., 2015; ORTELLADO et al., 2015; TELLES, 2015; TATAGIBA, 2015). O presente dossiê, embora não tenha a pretensão de resolver o problema de décadas de ausência temática sobre a direita na sociologia, reúne artigos dentro da aventada prática teórica que pode vir a contribuir e muito não só para o fortalecimento da área em sua visada sobre o assunto, como também para a diversificação de estudos sobre a direita. Ele é aberto com a entrevista realizada junto ao historiador francês Yves Cohen, diretor de estudos da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), na qual é discutida a expansão dos movimentos sociais que, desde 2010, ocuparam praças e ruas de vários países da Europa e do mundo. Cohen reconhece que tais ações coletivas “interrogam as ciências sociais em suas próprias bases, sobre suas maneiras de interpretar, suas maneiras de relacionar-se com a atualidade e com o contemporâneo”. A análise das novas experiências democráticas exige, portanto, formas reflexivas distintas das quais estamos acostumados a operar, como, por exemplo: as clivagens entre direita e esquerda, as noções clássicas de representação e participação, assim como a suposta inexorabilidade da institucionalização da ação política para o seu êxito. Cohen aponta ainda para a explosão de movimentos sociais sem lideranças claras, pautados pela organização episódica de coletivos, associações e grupos horizontais, que rejeitam formas hierárquicas de poder e reivindicam demandas específicas. As atuais dinâmicas processuais da vida democrática permanecem, contudo, irrefletidas e incompreendidas, pois os intelectuais insistem em enquadrá-las em chaves interpretativas já ultrapassadas, ou se negam a vivenciar momentos reflexivos junto aos próprios atores desses movimentos. Há que se reconhecer que há uma dinâmica democrática mais complexa a ser decifrada, e “é preciso experimentar formas de encontro e de experiências”.

Os dois artigos em sequência são resultados de palestras proferidas durante seminário organizado, em dezembro de 2016, pelo Grupo de Estudos de Sociologia

da Cultura, e denominado *Golpe na Cultura: intelectuais, universidade pública e contextos de crise no Brasil*. Mantendo o mesmo título do evento, Maria Arminda do Nascimento Arruda elabora análise que discute os efeitos perversos da atual crise política brasileira sobre a área da cultura, seja em termos da redução de políticas públicas dirigidas a esse setor, seja no sentido da sua reflexão enquanto campo. Os intelectuais e seu espaço institucional privilegiado, a universidade, vêm sendo sistematicamente questionados sobre a relevância de suas práticas e a pertinência de seus legados em sociedades marcadas sobejamente pela valorização da técnica sobre a cultura. Acresce-se a essa condição o aprofundamento da debilidade das entidades de ensino superior no país em contexto de crise, o que acaba por reforçar a dispensa dos intelectuais como mediadores interpretativos do mundo social e construtores de enquadramentos sociais. Os desafios a serem enfrentados são, segundo a autora, de grande envergadura e exigem o repensar entre as disciplinas humanísticas e culturais dos seus próprios problemas e objetos de pesquisa, bem como ousadia na proposição de novas perspectivas analíticas.

Marcelo Ridenti trata de discutir em seu artigo intitulado *Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil* a estreita relação entre a dinâmica da crise atual da democracia brasileira e a mobilização das classes médias escolarizadas. Apresentando dados que apontam a predominância dos setores escolarizados nas grandes manifestações sociais que assolaram o país a partir de junho de 2013, Ridenti insiste em que tais mobilizações revelam a complexa combinação entre sonhos irrealizados e medo da perda de privilégios. Expressam, do lado da classe média ascendente, a profunda frustação quanto à não concretização de expectativas de ascensão social pelo saber formal e a inclusão pelo consumo. Do lado da classe média tradicional, evidencia-se o temor da não reprodução histórica de suas condições distintivas dentro da sociedade brasileira. Em ambos os lados, a insatisfação crescente com relação às promessas não cumpridas e a disposição para ações reivindicatórias, que se dirigem tanto à direita quanto à esquerda do espectro político.

Ampliando a análise para o plano internacional, Maria Caramez Carlotto traz como contribuição ao dossiê o artigo denominado *Inevitável e imprevisível, o fortalecimento contemporâneo da direita para além da dicotomia ação e estrutura: o espaço internacional como fonte de legitimação dos Think Tanks latino-americanos*. Nele, afirma que o entrelaçamento dos fenômenos da polarização política e a expansão dos movimentos sociais de direita adquiriu, nas últimas décadas, extensão planetária. A explicação para tal sincronicidade envolve diferentes dimensões: da estrutura à ação, aos processos político-econômicos

globais frente aos fatores socioculturais de origem local. Carlotto combina ambas as perspectivas analíticas ao discutir os resultados de sua investigação acerca do crescimento dos *Think Tanks* latino-americanos, como espaços legítimos para a produção de conhecimento, formação e circulação de elites, decorrente tanto de fatores estruturais, que impelem as elites desses países para o espaço internacional, como contextuais, enquanto reação aos efeitos promovidos pela democratização da educação superior na região a partir dos anos 2000. O desvelamento dos vínculos entre estrutura e ação e entre o macro e o microssocial é o que permite não só a melhor compreensão da natureza desses processos, como também os “sentidos envolvidos”.

Ajustando as lentes para o enfoque do recrudescimento dos movimentos à direita no contexto brasileiro, o artigo de Fábio Gentile, *A direita brasileira em perspectiva histórica*, propõe pensar o fenômeno da direita brasileira a partir da análise da tensão liberalismo-autoritarismo, que atravessa toda a nossa vida política contemporânea. Utilizando-se da categoria de direita “plural”, caracterizada por uma multiplicidade de experiências, Gentile tenta demarcar num longo voo interpretativo, que recobre desde a experiência da “ditadura republicana” de matriz positivista à experiência atual da direita brasileira, a convivência ambígua de elementos democráticos e permanências autoritárias.

Os dois últimos artigos que compõem o dossiê discutem a ação de um mesmo personagem: Jair Bolsonaro. Pré-candidato à Presidência da República nas eleições de 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), Bolsonaro vem apresentando, de acordo com os grandes institutos de pesquisa (Datafolha, IBOPE, Voxpopuli), expressiva capacidade de angariar votos em todas as regiões brasileiras. Sua força eleitoral reflete indubitavelmente o recrudescimento das manifestações de direita no país, assim como o compartilhamento de suas ideias e valores em relação a parcela significativa da sociedade.

O trabalho “*Direita, sem vergonha*: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro”, de Martin Maitino, busca elucidar, a partir da análise dos discursos proferidos pelo referido deputado federal durante as 54^a e 55^a legislaturas e de algumas de suas entrevistas à mídia escrita e televisiva, quais os valores e práticas que sustentam a sua ação política e quais aqueles que cindem discursivamente os campos da esquerda e o da direita, que o mesmo julga representar. Bolsonaro não é membro da “direita envergonhada”, a qual compôs tipicamente parte significativa do parlamento brasileiro após a redemocratização. Ao se apresentar como “direita sem vergonha”, abandonando eufemismos, seja em suas narrativas, seja em suas práticas políticas, ele não só se distingue “em

meio aos políticos conservadores do *establishment*”, como se apresenta enquanto porta-voz de segmento da sociedade que não mais esconde sua oposição crítica ao ideário do que se convencionou chamar de “politicamente correto”.

Discutir a imagem pública do deputado federal Jair Bolsonaro com base nas pautas políticas associadas a ele em matérias jornalísticas publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, entre os anos de 1987 e 2017, é o objetivo central do artigo “*Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer*”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros, de autoria de Leonardo Nascimento, Milena Alecrim, Jefte Batista, Mariana Oliveira e Saulo Costa. A análise das pautas políticas veiculadas pelos jornais analisados revela, primeiramente, que a atuação do deputado se constrói de forma privilegiada em direção à crítica aos direitos humanos, a salvaguarda aos direitos dos militares, a apologia à tortura e à violência, assim como a defesa da ditadura e do golpe militar. De outra feita, a postura polêmica e calcada em insultos, característica das “performances” políticas de Bolsonaro, sugerem certo “estilo” de atuação, que lhe garantem visibilidade crescente perante a mídia, a qual reforça, por sua vez, a reprodução de ações dessa natureza por parte do parlamentar.

Esta parte conta ainda com a contribuição de Sergio Miceli, em transcrição de palestra sucedida em evento já aventado, em que também tomaram parte Maria Arminda do Nascimento Arruda e Marcelo Ridenti. Em *Intelectuais, mídias e universidade pública em contexto de peleja* o sociólogo traz à tona questão controversa e intrincada, que deve estar na ordem do dia para a compreensão da conjuntura sociopolítica atual: o papel desempenhado pela mídia nativa na construção de narrativas hegemônicas sobre o mundo social. Miceli aborda os princípios de estruturação de poder dessas instituições e o emprego que elas fazem de suas posições de força política e econômica na confrontação com o mundo intelectual legítimo, ou seja, a academia. O debruçar-se sobre o trabalho intelectual de qualidade surge como a contraposição necessária a tal estado de coisas, deletério para a noção de cultura como um todo no Brasil atual.

O dossiê é concluído com resenhas de duas obras dialogicamente imbrincadas à sua temática central. A primeira, de autoria de Samuel Silva Borges, apresenta o livro de Pierre Dardot e Christian Laval, *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal* (São Paulo, Editora Boitempo, 2016). A segunda, elaborada por César Niemietz, discorre sobre a publicação *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015), coletânea de artigos organizada por Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Codas.

Os trabalhos que compõem o presente dossiê convergem em direção similar ao investirem tanto no esclarecimento de certas questões que envolvem o recrudescimento dos movimentos de direita no Brasil, como instigam a autorrevisão e a renovação intelectual dessa agenda de pesquisa, mobilizadora de diferentes áreas do saber nas humanidades. A expectativa dos seus organizadores é a de trazer para o debate visões sociológicas plurais acerca da temática em foco, como assinalar a importância decisiva de sua reflexão em tempos de crise da democracia no Brasil e no mundo, na melhor esteira legada pelos trabalhos citados anteriormente, e que tão misteriosamente não frutificaram com abundância por aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *La Distincion: critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit, 1979.
- CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. ANPOCS 2015. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9620&Itemid=461>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- CRUZ, Sebastião Velasco et al. (Org.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016
- GONZAGA, Maria Tereza. Conteúdos Ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo: análise de surveys. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. 6, n. 2, p. 187-225, 2000.
- KEINERT, Fábio Cardoso. *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- MESSENBERG, Debora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 32, n. 3, p. 621-647, set./dez. 2017.
- ORTELLADO, Pablo et al. *Pesquisa manifestação política 12 de abril de 2015*. Disponível em: <<http://gpopai.usp.br>>. Acesso em 12 maio 2018.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos. CEBRAP*, São Paulo, n.19, p. 26-45, 1987.
- _____. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n.10, p. 46-64, 1989.

TATAGIBA, Luciana et al. “Protestos à direita no Brasil (2007-2015)”. In: CRUZ, Sebastião Velasco et al. (Org.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212.

TELLES, Helcimara de Souza. “O que os protestos trazem de novo para a política brasileira?”. *Em Debate*, v. 7, n. 2, p. 7-14, 2015.

Entrevista com Yves Cohen

Realizada por Dmitri Cerboncini Fernandes^a

Tradução e transcrição realizadas por Pedro Serra^b

O professor titular (directeur d'études) de História na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, França, Yves Cohen, é muito mais do que um acadêmico “puro”. Tendo sido um dos personagens ativos de maio de 1968, conheceu tanto a prisão quanto o chão de fábrica de montadoras automotivas francesas por conta de suas atividades políticas. Desde então, vem pesquisando vigorosamente, sem deixar de lado uma marcante pegada sociológica, o que ele denomina uma “História da Ação”. Essa subdisciplina se estende para a tentativa de compreensão de movimentos sociais atuais, tais quais os ocorridos em países árabes há alguns anos, ou os que tiveram início no Brasil em 2013. Autor de diversos livros, dentre os quais figura o *Le Siècle des Chefs: una histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890-1940)*, nesta entrevista Yves Cohen foi convidado a partilhar conosco suas impressões e reflexões sobre as formas de organização dos movimentos sociais atuais, sobretudo os de direita, mas acabou se vertendo também sobre os de esquerda, pois a inteligibilidade de um não se dá sem o outro. O encontro ocorreu em agosto de 2017, nas dependências da Universidade de São Paulo.

Revista Plural Você se interessa há muito tempo por interstícios que envolvem história comparada, filosofia, sociologia, psicologia social etc. Seu livro *Le siècle des chefs*¹ é um grande exemplar desse exercício interdisciplinar que você vem desenvolvendo. Nesse caso, você lidou com materiais de pesquisa mais tradicionais, existentes em arquivos, bibliotecas, etc. Hoje em dia, você está estudando os movimentos sociais contemporâneos, como os ocorridos no Brasil em 2013. Quais seriam as principais diferenças de abordagem, emprego e uso de técnicas, teorias e materiais em pesquisas como essas que você vem desenvolvendo?

Yves Cohen Por um lado, eu sempre considerei a herança de Marc Bloch do questionamento da história a partir do presente. Nunca abandonei uma presença no

a Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

b Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

1 COHEN, Yves. *Le siècle des chefs. Une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890-1940)*. Paris: Éditions Amsterdam, 2013.

tempo presente que inspirasse meus questionamentos de historiador sobre o século XX.

Enquanto historiador, é claro que trabalho com arquivos, obras, livros, etc. Mas o que me interessa são as fontes da prática, muito próximas das pessoas e de suas ações. Arquivos escritos, claro; há outros tipos de arquivos. A ação é a própria escrita, então podemos nos interessar pelo que é escrito. Me interessa muito também ter contato com a ação no momento em que ela acontece por meio de documentos que estejam bem próximos dos atores e da sua ação.

Eu fiz esse trabalho sobre a autoridade, a obsessão e o culto do chefe no século XX, e isso dialoga com questões do presente. Em 1968 eu era antiautoritário, nós questionávamos muito a autoridade. Não só na França, os estudantes alemães também. É assim que nós interpretamos a Revolução Cultural, como uma revolução antiautoritária. Não era estúpido no que diz respeito ao guarda vermelho comum, mas era estúpido do ponto de vista da dinâmica do governo chinês. Mas são questões que tínhamos sobre a autoridade. Então eu quis movimentar a história em relação a essas questões de autoridade. E, de fato, o que eu descobri no final das contas, após mais de 20 anos de pesquisa, é uma situação totalmente diferente da situação na qual me formei e, inclusive, da época da formação das ciências sociais. Então eu trabalhei sobre o chefe, a autoridade, e percebi que a afirmação das ciências sociais, em particular por Weber e Durkheim, se dava em uma época em que, justamente, a liderança tornava-se um problema: a liderança das massas dentro da produção, dentro da guerra, e até mesmo na revolução.

Na verdade, a sociologia, em sua própria definição, e mais amplamente as ciências sociais – já que a psicologia também estava incluída – tratavam, de certa forma, dessa questão da autoridade, e outras intervinharam, de alguma maneira, na sociedade. O que eu descobria no momento do lançamento do meu livro em 2013, é que a situação da relação com a autoridade, com a hierarquia, era totalmente diferente. E é por isso que eu me interessei pelos movimentos dos anos 2010, *grosso modo* a partir dos eventos de Tunis, em dezembro de 2010, que surgiram como um movimento sem lideranças.

Eu acho, portanto, que há ao mesmo tempo uma interrogação da história a partir do presente, mas – e isso é justamente algo que eu venho dizendo – os movimentos sociais dos anos 2010 – no mundo, não somente na Europa e nos EUA, mas na Ásia, até na África (Burkina Faso), no Brasil – interrogam as ciências sociais em suas próprias bases, sobre suas maneiras de interpretar e suas maneiras de relacionar-se com a atualidade, com o contemporâneo.

Revista Plural Como você vê essas manifestações que você citou – a partir da primavera árabe, passando pelos indignados e essas jornadas de junho no Brasil –, que de certa forma mostraram uma crítica às instituições e à classe política de uma forma geral, também talvez uma crítica a essa antiga forma de liderança? De acordo com seus estudos, que abrangem o final do século XIX até hoje, você conseguiria traçar alguma hipótese explicativa para esse tipo de modificação de que você fala, com a qual as próprias ciências sociais não conseguem lidar?

Yves Cohen Em primeiro lugar, acho que não devemos, como muitos intelectuais fazem, nos limitar aos *Indignados*, ao *Occupy*. Pois é um desenvolvimento mundial. Na Tunísia, não queriam ser um movimento sem líder, eles se perceberam assim, e então o reivindicaram. No Egito, a mesma coisa. Na Turquia também; aliás, ali tratava-se de um objetivo tão pequeno quanto o aumento de vinte centavos no Brasil: a preservação do Parque Taksim Gezi em Istambul. No entanto, esse pequeno motivo provocou algo enorme, totalmente inesperado por todos. E, mais uma vez, sem liderança, com uma maneira de se organizar no próprio lo-cal, como em Kiev.

É preciso sair da ideia de considerar apenas os movimentos dos *Indignados* e *Occupy*, caso contrário nos limitamos aos países da velha democracia. Se observarmos esses movimentos sem líderes e sem partido no mundo, eles estão também fora da Europa Ocidental. Estão na Europa Oriental, na Europa Meridional, e em outros continentes. Então, há uma dinâmica mundial. Acho que, contrariamente ao que você diz, ela não é anti-institucional. Ela coloca problemas específicos que são deliberados pelas próprias pessoas (em um vocabulário antigo, pela própria multidão). A multidão delibera ali mesmo ou pelas redes. Nas ruas, é claro, se for possível permanecer ali. Ela delibera em torno dos objetivos, e os objetivos que emergem são objetivos que reúnem centenas de milhares ou milhões de pessoas, de maneira totalmente inesperada.

No século XX, dizia-se às pessoas tanto nas empresas, no exército, é claro, mas também nos movimentos sociais e políticos: “É preciso se organizar, ter um chefe”. É o que diz o “Que fazer?” de Lênin, de 1902. O bolchevismo é isso: os bolcheviques devem ser chefes. “Precisamos de uma organização de chefes”, é o que diz Lênin, exatamente como os outros.

Esses movimentos fazem uma crítica em atos de tudo isso. É claro que já havia movimentos como o de Maio de 68. Mas em Maio de 68 nós tínhamos um horizonte que era revolucionário, e a ideia era fazer uma revolução melhor do que as outras (do que a soviética, do que uma revolução cultural antiburocrática como a chinesa...). Eu acho que esse objetivo revolucionário não existe mais hoje.

Fala-se de revolução, mas não é a mesma, não é uma revolução de classes. É bem diferente. E é uma crítica em atos. É por isso que não concordo com quem diz que não deram em nada. Muitos dizem isso, que os movimentos das praças não chegaram aonde queriam chegar. Mas não era o objetivo deles chegar a alguma revolução. O objetivo era derrubar Ben Ali, derrubar Mubarak, derrubar Yanukóvitch, impedir o aumento de vinte centavos nos transportes. E era por isso que milhões de pessoas compareciam. Para além de objetivos pontuais como esses, esses milhões já não comparecem mais! E é isso que nos interessa, e que talvez não consigamos entender.

Revista Plural Poderíamos pensar então que são movimentos que são mais reação ao estado de coisas, por exemplo a Mubarak, aos vinte centavos, a toda uma situação de constrangimento social de várias sociedades ao mesmo tempo, do que manifestações de uma ação visando a transformação global do mundo?

Yves Cohen Sim, mas se você olhar as revoluções que funcionaram – 1789 na França, 1917 de que muito se fala – eram reações também. Só que houve um momento em que surgiu a ideia de fazer uma constituinte, ou de se livrar da realeza dentro da dinâmica da revolução. No começo eram reações, inesperadas. Em 1917 também, era antitsarista, mas houve o partido bolchevique, que soube captar a dinâmica do acontecimento. E é isso que difere, e que abre um período extremamente interessante da política. Esses movimentos não querem destruir a sociedade, não querem acabar com a democracia representativa. Eles querem alguma coisa, apenas. No entanto, isso é insuportável para o poder. Seria fantástico se fosse possível que um processo como esse, que é democrático, mas de uma democracia diferente, direta, conseguisse conviver com a democracia representativa. Mas o poder detesta isso, como o que aconteceu na Turquia. A dinâmica da ditadura turca se inicia no movimento do Parque Gezi. Putin, um dia após a destituição de Yanukóvitch, que foge da Ucrânia, toma a Crimeia, para punir. Ou seja, ele toma um território e provoca uma guerra no leste da Ucrânia. Então, são reações extremamente violentas contra um movimento que dizem ser pequeno e não ter chegado ao seu objetivo. E foi o Exército que aproveitou para terminar. Veja no Egito. Duas vezes as pessoas voltaram a se manifestar. Se manifestaram uma vez, houve eleições e a Irmandade Muçulmana ganhou. Em seguida voltaram a se manifestar, quando o Exército interveio para prender, matar e liquidar o movimento.

Então, temos uma reação extremamente violenta contra movimentos que, eles próprios, não estão em uma dinâmica de violência. E é isso que é interessante,

pois se trata de um vocabulário da ação totalmente diferente ao que estamos acostumados. Todos dizem “mas para além das mobilizações, é preciso institucionalizar-se”. Justamente, não! A grande aposta desta dinâmica é justamente que se mantenha uma tensão entre o que é institucionalizado e o que não é. Porque se esses movimentos se institucionalizam, isso desemboca em um *Podemos* ou um *Siriza*, ou seja, partidos de governo quase como os outros.

Há um nível também muito interessante. Na França, por exemplo, não houve muita coisa. Teve um *Occupy* bastante fraco, e o *Nuit débout* no ano passado (2016), que foi uma experiência extraordinariamente interessante. Uma espécie de experiência de democracia direta, mas com seus limites.

Na verdade, as democracias tradicionais, ou seja, as velhas democracias – contrariamente ao caso brasileiro, de uma democracia muito jovem –, elas absorvem esses movimentos. Mas o que acontece? E isso ainda é pouco estudado pela sociologia. Há um movimento muito mais subterrâneo de associações, de grupos, de coletivos horizontais para fazer jardins, para trabalhar com a economia, com a cultura, universidades operárias, para defender imigrantes, por exemplo. Uma multiplicidade de coisas que não são muito visíveis mas que agem sobre o social muito profundamente, e que estão nesta mesma crítica do século XX.

Há algo muito importante na França, por exemplo, que é a associação. Há uma lei, de 1901, que tornou possível a associação. Mas o que é característico é que a associação não necessita de autorização do Estado, basta declarar a associação para que ela exista. Até então, criava-se uma associação com um escritório, presidente, presidente-adjuunto, tesoureiro, era necessário uma diretoria eleita por uma assembleia geral. Há alguns anos, criam-se associações sem diretoria, sem presidente, porque não está na lei. As prefeituras têm dificuldades em registrá-las, mas são obrigadas a fazê-lo. São as chamadas associações colegiais (*associations collégiales*).

Ou seja, não há apenas os movimentos das ruas e das praças. Tem também todos esses pequenos movimentos, e me parece que existe isso também no Brasil. Eu conheci, em Belo Horizonte, um professor de Belas-Artes, na UFMG, que mantém, com outras pessoas, um coletivo de artes locais, que foi instalado em uma casa aberta, e que me disse que existem vários, em vários lugares diferentes.

No Brasil, tiveram as manifestações de junho (de 2013), mas elas foram continuadas pelo movimento dos alunos secundaristas, um movimento que surgiu de maneira espontânea. Um pouco no princípio do MPL, sem partido, sem líder, autônomo. Ou seja, há um trabalho muito profundo das sociedades, e é isso que é preciso entender.

Revista Plural É interessante isso. Talvez por meio desse exemplo dos alunos secundaristas se comprehenda bem isso que você está tentando dizer, essa mudança de forma... Mas, de uma maneira ou de outra, fazendo uma provocação aqui: contrapondo a essa visão de um certo horizontalismo formal que essas associações estão tomando no mundo, temos também algumas situações no Brasil que são essas situações de concentração muito grande de poder, principalmente a concentração midiática. E vemos que muito dos movimentos daquele momento, de 2013 principalmente, que apareciam como movimentos que não conseguiam mais suportar a corrupção, hoje praticamente inexistem. Houve talvez uma insufilação muito grande por parte da imprensa, uma imprensa comprometida com uma agenda ou não... Como conciliar essa visão que de fato existe uma nova horizontalidade em torno da forma desses movimentos e uma concentração de poder, principalmente ideológico e econômico muito grande, de outro lado? Você já pensou em alguma forma de lidar com essa interconexão, qual seria uma nova forma de relação entre mídia e sociedade no mundo de hoje, em todos esses movimentos, ou no Brasil em específico?

Yves Cohen É uma pergunta muito importante. Eu não estava no Brasil durante as manifestações de junho, mas eu estive aqui depois e pesquisei bastante. Algo me pareceu muito interessante. Justamente as questões da corrupção vieram através da interrogação dos meios de comunicação. Mas os meios de comunicação estão numa mesma situação que os poderes, ou seja, eles precisam de porta-vozes. Acho que essa é uma questão muito difícil de se resolver.

Mas há um outro aspecto que me parece importante. Movimentos se desenvolveram, que são anticorrupção, e de direita. Eles eram contra a corrupção porque eram, na verdade, contra Lula e Dilma, e isso desde as manifestações de 2013. Aliás, é uma das razões pelas quais o MPL se retirou das manifestações a partir de um certo momento. Em primeiro lugar, porque eles tinham alcançado o objetivo deles. Em segundo lugar, porque eles não sabiam o que fazer em um movimento que propunha algo totalmente diferente.

E eu vi, nos anos seguintes, 2014, 2015, que houve manifestações contra a corrupção que estavam, na verdade, aparentemente quase nos mesmos princípios: "A democracia está nas ruas". Aparentemente também sem chefe, sem partido, mas uma vez que Dilma foi destituída, não havia mais nada.

Há uma coisa que é preciso pensar. Esses movimentos de rua, da maneira como se desenvolveram na década de 2010, não são, finalmente, nem de direita nem de esquerda. E isso cria um problema de interpretação. Porque, afinal de contas,

a direita, ou melhor, movimentos que a esquerda não reconhece como sendo de esquerda, também podem se mobilizar desta forma.

Tem o outro aspecto também, o da concentração de poder. Acho que as constituições do século XX são constituições que se definiram amplamente como presidencialistas, inspiradas na Constituição Americana. A proposta de Max Weber também é essa. Ele tinha uma grande desconfiança a respeito do parlamentarismo na Alemanha. O parlamento seria incapaz de formar e selecionar líderes, então é necessário um presidente eleito por todos, logo, uma constituição presidencialista. É o que faz Charles De Gaulle em 1958. Mas ele é diretamente inspirado por Gustave Le Bon, que é o homem do século na minha opinião. Todo mundo se inspira nele, em sua obra “A psicologia das massas”, de 1895. Os homens, em multidão, não poderiam deixar de ter líderes. Todo mundo se inspira nele, inclusive Lênin. Em “Que Fazer?”, a influência de Le Bon é perceptível. Além disso, não somente De Gaulle era leboniano, mas ele participou, nos anos 1920, do salão de Gustave Le Bon em Paris. A relação é direta.

As constituições presidencialistas supõem a concentração do poder, e muita gente aprecia muito essa forma de poder, que a agarram e só buscam reforçá-la. Além disso, estamos confrontados a uma interpretação do social que deve ser um pouco nova porque não estamos nem um pouco acostumados a pensar movimentos que rejeitam as formas hierárquicas. Eles não são interpretáveis pelo poder, e é por isso que o poder os detesta. Pois na ausência de interlocutores, os poderes não têm nenhum controle. Não podem comprar ninguém, não podem reprimir individualmente alguns líderes para destruir o movimento. Então, resta fazer a repressão de massas.

Temos dificuldades pra interpretar o que está acontecendo. É por isso, aliás, que na minha opinião é preciso refletir com as pessoas que estão ali dentro, com ativistas reflexivos. E acho que podemos ter surpresas. Os movimentos de extrema esquerda não estão acostumados com isso porque são passadistas, têm uma visão um pouco antiga das coisas. Aliás, na maior parte do tempo eles estão afastados desses grandes movimentos das praças. Eles não estão lá! Não conseguem se integrar, estão pensando em outra coisa, estão pensando além. E, mais uma vez, é o esquema de “Que Fazer”: ao final da reivindicação que está sendo feita – Lênin falava de reivindicações econômicas – está a revolução. Por exemplo, movimentos chegaram na Praça Maidan, em Kiev, dizendo “Tudo bem, é preciso assinar o tratado com a União Europeia, mas e o social, e os salários, e o aumento dos preços?”. Mas não era disso que se tratava. Estamos acostumados com algo diferente, por isso temos muito a aprender, e é muito difícil.

É por isso que, de certa forma, os poderes, em democracias que não são capazes de absorver isso – dou o exemplo da França, das velhas democracias – é a força, o autoritarismo.

Revista Plural *A fórmula estatal weberiana, do final do século XIX, que é sobre o monopólio da violência...*

Yves Cohen Exatamente. O uso máximo disso. Porque na França, a partir de um momento, não é mais possível discutir.

O exemplo que eu vou dar, da França, é um exemplo muito interessante, dessa captação dos movimentos pela democracia. É o atentado ao *Charlie Hebdo*, no dia 7 de janeiro de 2015. Houve uma mobilização, lançada no *Facebook* por jornalistas, marcada para as 17 horas na praça da República. Dezenas de milhares de pessoas se encontraram na praça. Então aí também, sem líder, sem partido, sem organização, e foi extraordinário. Extraordinariamente emocionante, uma bondade recíproca, uma inventividade! As pessoas inventaram slogans, como *Liberté des Crayons* (“liberdade dos lápis” – um trocadilho com *liberté d'expression*), *On n'a pas peur* (“não temos medo”), ou *Pas d'amalgame* (“Sem amálgama”), que significa não confundir muçulmanos com islamistas. A própria praça inventava palavras de ordem. Foi realmente emocionante. E durou horas, certamente 100 ou 150 mil pessoas participaram. E eu acho que foi, em grande parte, graças à força dessa praça que François Hollande decidiu fazer uma manifestação no dia 11 de janeiro. Quer dizer, houve, além disso, os atentados do dia 9 de janeiro. Mas uma democracia como a democracia francesa foi capaz de perceber o que acontecia e transformá-la em uma operação. Isso é uma coisa interessante no último livro de Boltanski e Chiapello, “O novo espírito do capitalismo”,² porque uma das teses do livro é que o capitalismo foi capaz de incorporar a crítica (ele fala de crítica social e artística) do capitalismo e também, aliás, a crítica da autoridade. E é verdade que o capitalismo, por sua vez, experimenta formas de cooperação e colaboração que são menos hierárquicas. É claro que quando o mestre, e não dezenas de milhares de pessoas, nos diz “libertem-se”, nós suspeitamos. Mas mesmo assim, há uma reação, para se adaptar a isso.

Revista Plural *Mesmo lá dentro dos escritórios, hoje em dia, é muito bem vista essa questão de “não, não somos mais chefes, todos somos colaboradores”. Ainda*

² BOLSTANKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

que, materialmente, as coisas ainda não funcionem assim, pelo menos é algo que perpassa o espírito de época, e as pessoas querem viver esse tipo de horizontalidade também.

Você acha que, no meio disso tudo, existe ainda algum tipo de especificidade nesses movimentos em termos de o que viria a ser uma esquerda, o que viria a ser uma direita? Ou isso já se confundiu muito, de acordo com essas pautas que foram aparecendo? Por exemplo, na Europa tem a questão dos atentados. Como se movimenta a esquerda em relação a esses movimentos sociais, em relação a essas pautas, a essas agendas? E no Brasil, seria possível dizer que existe uma esquerda e uma direita muito específicas, onde se vê a defesa de pautas e de agendas? Há uma possibilidade de isso se converter em movimentos, ou é aquilo mesmo que você disse: uma esquerda tradicional um tanto quanto perdida naquela multidão, sem saber direito como se colocar, com aquelas formas de ação provenientes de outras formas de organização? Como você vê essa questão desse geografismo social em se colocar o mundo entre esquerda e direita dentro desse novo contexto?

Yves Cohen Eu acho, em primeiro lugar, que nós estamos acostumado a querer classificar entre direita e esquerda e estamos acostumados a refletir sobre o destino da esquerda. Nós somos de esquerda. E, principalmente, “eu sou de esquerda, porque não sou de direita”. E a esquerda tem sido extremamente decepcionante nesses últimos anos; é o caso da França e, evidentemente, do Brasil. O que significa “de esquerda” no Brasil quando o Partido dos Trabalhadores foi o organizador – não o primeiro, talvez não o mais esperto – da corrupção a altíssimos níveis? A questão é: o que significa manter-se de esquerda hoje? É aí que será necessário pensar, e pensar muito, e pensar em função de uma realidade que nos escapa completamente, inclusive a nós, pesquisadores de ciências sociais. Admitamos que seja necessário respeitar a democracia representativa porque não há outra. Eu permaneço otimista, porque vejo que há uma dinâmica em outro lugar, que não se define em termos de direita e esquerda. Que se define, aliás, talvez por valores que são o fundamento da esquerda: a solidariedade e a igualdade. Acho que há uma renovação do valor de igualdade que é fantástico. Bom, eu tenho uma formação francesa, da igualdade de direitos, de 1789, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Mas a igualdade de direitos, nós vimos no desenvolvimento dos séculos XIX e XX: talvez haja uma igualdade dos direitos do cidadão, mas há uma desigualdade fundamental econômica e também do jogo político. Por milhares de razões. E é essa desigualdade que se tornou totalmente insuportável. Há uma nova concepção da desigualdade em que não se suporta mais que possa haver desigualdade por razões econômicas, etc. Há uma

busca de igualitarismo, de cooperação igualitária que me parece bastante nova, renovando a concepção “Revolução Francesa” da igualdade.

Então, eu acho que esses valores motivam mais os movimentos. Igualdade significa também igualdade de religião. Por exemplo, fico muito tocado por testemunhos que recebo do que aconteceu do ponto de vista religioso no Egito ou na Turquia. Na Turquia, muçulmanos e cristãos rezavam juntos, em público, e homens e mulheres muçulmanos rezavam juntos sem se separar em locais diferentes. É uma redefinição do que é a igualdade e o respeito mútuo. Então, acho que é esse tipo de valores que me parece interessante nesses movimentos, e não uma referência em termos de direita e esquerda. Para mim, não há razão para que esses movimentos sejam mais de direita que de esquerda. E isso coloca um conjunto de questões. Pois, por exemplo, a extrema esquerda tem um discurso sobre o movimento de Maidan na Ucrânia tratando o movimento como fascista. Porque havia, de fato, fascistas no local. Mas se fosse um movimento de esquerda, haveria confrontos e os fascistas teriam sido expulsos da praça, eu imagino. Mas não foi o caso. Eles não definiam, de maneira alguma, a dinâmica da praça. Eles estavam lá e, aliás, só tiveram 2% nas eleições (eu explicarei a relação com as eleições). Mas eles não definiam a praça. Na verdade, houve confrontos com grupos de autodefesa fascistas e os grupos de autodefesa da praça, mas são os fascistas que estavam em menor número. Certa vez, por exemplo, um grupo de autodefesa fascista acusou outro grupo: “Vocês vão nos deixar a praça, seu cu preto”, que é um tipo de insulto racista para designar os caucasianos na Ucrânia e na Rússia. E o grupo de autodefesa da praça, que não era fascista disse: “O que você disse? E de que nacionalidade era o primeiro morto de Maidan?”. Era um armênio (um cu preto). Então, os fascistas haviam perdido. Os fascistas foram contidos na praça. A praça não era fascista, isso foi propaganda do Putin.

Esses movimentos não se definem dessa forma, nem em termos de associação ou coisas do tipo. E esse é um dos fatores que contribui ao incômodo dos políticos. Porque os políticos precisam se definir, e ter bandeiras de esquerda ou direita para melhor tentar captar o eleitorado. Mas, definitivamente, não é o caso desses movimentos.

Acho que há uma dinâmica difícil de entender pois, em primeiro lugar, é surpreendente. Isso confunde nossos modos de interpretação, que são concebidos no mundo antigo e em relação a esse mundo antigo. Mas, na verdade, estamos no início de um processo de grande escala. E eu espero que esses movimentos não sejam sempre reprimidos com sangue.

Mesmo no Brasil, a dinâmica da reação de 2013 contra o governo provinha do sentimento de não querer nunca mais aquilo. É uma dinâmica muito forte.

Então, é preciso se acostumar a pensar que há outra coisa, uma dinâmica processual de uma outra vida democrática, tanto pública quanto de organizações coletivas, etc. que se inicia e que podemos desejar que não seja sempre a guerra ou a ditadura, como na Turquia ou no Egito. Um bom exemplo é a Tunísia.

Revista Plural *Por outro lado, a gente vê um tipo de retomada, ou aparecimento de pessoas que se declaram de direita, não só pessoas, mas também movimentos sociais. A gente vê na França a Frente Nacional tendo uma votação muito expressiva, de gente que se define de direita, ou nacionalista. E ao mesmo tempo a gente vê também na esquerda, uma esquerda ou parte dela que se finca muito hoje em dia nessa questão identitária. Talvez na França tenha sido muito forte nos anos 1968 e 1970, período no qual surgem os movimentos feminista e negro renovados no Brasil. Algo que certa esquerda critica muito, por dizer que são movimentos que não conseguem integrar as pautas a uma crítica global ao capitalismo, ficando apenas num viés identitário, diferencialista. A minha provocação é: sim, por um lado existe uma propensão a uma integração igualitária como os exemplos que você colocou. Por outro lado, a gente vê tanto na esquerda quanto na direita esse tipo de movimentação em se estabelecer novas fronteiras. Que é algo clássico da direita: estabelecer fronteiras. Pegando essa questão que você mencionou da igualdade, que virou um valor quase universal, e tentando contrapor a isso o fato de que a gente enxerga tanto na direita quanto na esquerda esse estabelecimento de fronteiras. Como você vê isso? Você acha que talvez seja algo mais restrito à América, por influência dos EUA, e aqui a gente tenha uma forma mais específica de a esquerda absorver isso, coisa que não acontece na França?*

Yves Cohen Eu acho que há uma história desses movimentos. Por exemplo, o movimento feminista é um movimento que age sobre o social em seu conjunto. Ele cria fronteiras? Claro que podem haver movimentos feministas radicais, por exemplo, que não admitem homens em reuniões. Mas, no fundo, não são movimentos identitários. Mesmo as lutas de demarcação, são lutas que propulsionam direitos de pessoas identificadas, mas não têm vocação a construir novas fronteiras sociais. Pelo contrário, eles querem destruir as fronteiras sociais.

Revista Plural *Na esquerda, tudo bem, posso concordar, mas e na direita? Por exemplo, o Front National, e talvez a direita brasileira? Essa direita da França*

é algo que talvez no Brasil não haja algo similar. Mas de uma forma ou de outra, você acha que aqui essa direita se organiza de uma maneira....

Yves Cohen É muito complicado. Mesmo na França, é mais complicado do que isso. Uma das coisas que fortaleceram o voto em Le Pen foi também um protesto. Para muitas pessoas, uma vontade de protestar que já não havia na França, e eles a encontraram ali.

Revista Plural *Não seria uma direita autêntica? Não são direitistas autênticos que foram votar nela então?*

Yves Cohen Claro que há um núcleo de direita. Mas há uma parte do eleitorado que são comunistas ou socialistas. E há outro aspecto: nós vemos muito os populistas, os racistas e os nacionalistas, inclusive nas ruas, e muito se fala disso. Mas há muita gente nas cidades e nos vilarejos que, quando são confrontadas com a chegada de refugiados, está mais para atos de solidariedade, de generosidade, de se abrir e se organizar para ajudar. Então há também milhares de práticas locais que são quase invisíveis. Tem um caso famoso na França de um agricultor que, na fronteira italiana, organiza a passagem da fronteira italiana até a França, e foi processado. Mas esses movimentos a gente vê menos. Às vezes, as mesmas pessoas votam em Le Pen e ajudam a abrir ginásios para abrigar refugiados, quando são confrontados com situações concretas. O que ocorre é que Le Pen dá um nome ao protesto deles. Mas acho que ainda nos confrontaremos muito com isso. Porque as ondas migratórias e de refugiados apenas começaram. Então nos confrontaremos com isso continuamente, e com tentativas de identificação e de fortalecimento de políticas identitárias.

Revista Plural *Na França, as pessoas se confrontam com esses casos específicos, e ali a gente vê as contradições. No Brasil, por exemplo, a gente vê uma figura que talvez quisesse ocupar esse espaço político, o deputado Jair Bolsonaro. Uma figura misógina, que coloca centralmente uma pauta endêmica que temos no Brasil, que é a violência. Mortes por assassinato por ano, nós temos mais aqui do que na guerra da Síria.*

São questões complicadas e ele se coloca como um salvador, talvez como a Le Pen. Por outro lado, nos EUA temos uma figura que foi eleita, o Donald Trump, que de uma forma ou de outra surge em casos semelhantes.

Você acha que esses novos movimentos, de alguma forma, por não estarem vinculados a essa noção de uma direita e esquerda antigas, ou de ter essa coerência que a gente pede aos intelectuais, ou aos intelectuais antigos, embra-

sados nas antigas figuras de liderança, precisam de uma pessoa como as citadas para organizar suas demandas? Com esse tipo de modificação desses movimentos, eles podem gerar esse tipo de político a ser eleito por conta de demandas específicas do país, de medos, de questões que emergem?

Yves Cohen Eu não acho. Veja, o eleitorado de Trump é de fato um eleitorado de pessoas esmagadas pela economia, pessoas pobres, e que são esmagadas por Trump também. Mas é também esse eleitorado racista; quando vemos o que ele manifesta, a gente vê o *Ku Klux Klan*. Não é uma organização nova e portadora de ideais igualitários. É isso que se vê, é a referência nazista.

Uma coisa que me interessa, que tento refletir junto com outras pessoas, é justamente a que preço, e como esses movimentos conseguem ser inventivos. E isso supõe uma capacidade de deliberação. Eles têm essa capacidade. Quando eles se instalam em uma praça, quando se encontram todos os dias no mesmo lugar, quando debatem na internet etc. há uma capacidade de liberação que é muito mais forte do que simplesmente as formas organizadas hierárquicas tradicionais. Há uma forma de co-presença de pessoas que são muitas vezes de origens sociais, raciais e políticas muito variadas, e logo uma dinâmica de debate que, na minha opinião, não costuma conduzir a manifestações racistas etc. Claro, isso pode acontecer também. Na França há manifestações de direita que foram muito bem sucedidas. Manifestações contra o casamento para todos (*mariage pour tous*), por exemplo. Manifestações organizadas, no final das contas, pela igreja ou por pessoas próximas à igreja, que deram muito certo e reuniram milhões de pessoas. E fizeram o governo recuar. Ou seja, na França, a manifestação de rua de direita pode ganhar, também. Evidentemente é o caso de outros países. Mas eu não acho que, neste caso, tenhamos essa mesma característica de “multidões razoáveis”, de pessoas que aprendem a se falar na confrontação. Isso supõe condições muito precisas de poder, coabitar ou ocupar locais. Muitas vezes não é o caso. Aliás não era o caso das manifestações de junho, que eram manifestações esporádicas. O movimento de junho não ocupou o vão do MASP.

Acho que é essa a reflexão que devemos ter. Até que ponto as multidões não são multidões demoníacas de Le Bon, mas são multidões razoáveis. No fundo, são multidões da economia moral de E. P. Thompson, na qual podemos ter reivindicações categoriais, como a de camponeses que querem manter o preço do trigo e impedir a especulação...

Revista Plural *Nesse aspecto, você acha que esse tipo de multidão estaria mais próximo de ocupar um espaço de uma democracia direta do que servir de uma massa amorfa para ser manipulada por um lado ou outro?*

Yves Cohen Sim. Justamente, esses movimentos não são manipuláveis. Além disso, eles desaparecem muito rápido, já que eles só existem porque têm uma reivindicação muito específica. Então, uma vez que são bem sucedidos... E muitas vezes foram, mas não sempre. Por exemplo, houve um movimento desse tipo na Bulgária, contra o governo búlgaro. Um movimento da rua também, em que as pessoas ocuparam as ruas durante dois meses, no verão de 2013, exclusivamente por efeito das redes. E não foram bem sucedidos.

Então são movimentos que, por definição, justamente por não serem institucionalizados – o que não é um defeito, na minha opinião – não podem ser instrumentalizados. Eles tampouco têm uma repercussão eleitoral. Aliás, quais foram as eleições depois das manifestações de 2013?

Revista Plural *Em 2014, foi a presidencial.*

Yves Cohen Isso, e a extrema esquerda não teve votação expressiva. Eu discutia com amigos que se espantavam com isso, que após 2013 nada havia mudado em 2014. Pois é, porque são coisas totalmente diferentes. São coisas que não se misturam, e não repercutem uma na outra. Aliás, um exemplo forte disso é Maio de 68, na França. Tivemos o maior movimento social da história francesa: 10 milhões de grevistas, muito mais do que em 1936, à época do *Front Populaire*. Um fantástico movimento de estudantes, camponeses, trabalhadores, o movimento social mais forte. E no final das contas, no dia 30 de junho, a câmara mais à direita que a França conheceu. Nenhuma repercussão eleitoral do movimento. A lição é essa: não esperar uma repercussão eleitoral. Reconhecer que existe uma democracia representativa e uma democracia não institucionalizada, direta. Uma forma de democracia muito mais difícil, porque ela é muito menos palpável. Mas reconhecer essa interação. É isso que é difícil e é algo que ainda não terminamos de refletir sobre, na minha opinião.

Revista Plural *Você estudou, no seu livro *Le siècle des Chefs*, formas específicas de autoridade, e autoritarismo também, que poderia ser o exercício desse tipo de autoridade em certas sociedades. Você acha que hoje, na história presente, existem alguns tipos de certo autoritarismo que nós poderíamos comparar com antigamente, para entendermos a especificidade dele na atualidade? Ou você*

acha que aquele tipo de autoritarismo é algo que diz respeito àquelas sociedades, e a gente não poderia fazer qualquer espécie de comparação hoje?

Yves Cohen Aparentemente, o que acontece é que os autoritarismos de hoje em dia não são de movimentos como o fascismo ou o nazismo. Há o caso da Venezuela, em que o autoritarismo está a ponto de se transformar em uma ditadura a partir de uma dinâmica socialista, no fundo. Mas o que é interessante, mesmo aqui, é que muitos dizem que isso é uma ditadura. Mas não é. Mesmo se possamos dizer que houve um golpe de Estado legal. Certamente. Mas não é uma ditadura.

E no entanto, há formas muito próximas que designam muito bem o autoritarismo nessa forma de suposta legalidade. Aliás, estive em Belo Horizonte, onde há uma exposição: “Desconstruindo a memória da ditadura”, na UFMG. É uma pequena e notável exposição sobre a ditadura, cheia de invenções museológicas e museográficas. Mas houve, não sei de que forma, uma proibição de se fazer a divulgação, e mesmo de se fazer cobertura jornalística sobre essa exposição. Ela existe, está aberta, pode ser visitada mas é proibido fazer qualquer cobertura dela. O que é isso? Pelo governo Temer, claro. Estamos tipicamente em uma forma de autoritarismo, que não é ditadura. Ninguém é preso, não há processo, não há violência física. E, no entanto, há algo incrível, que é a proibição da imprensa “livre” de fazer qualquer cobertura ou divulgação.

Na Turquia é muito mais grave, porque tem milhares de prisões, inclusive de intelectuais que tinham simplesmente se correspondido com alguém, ou nem isso. Há dezenas de milhares de professores que estão sendo perseguidos. E neste caso, também, pode-se dizer que é totalmente legal, há uma Constituição que foi aprovada. Estamos num totalitarismo que não é necessariamente baseado em um movimento fascista. Há um totalitarismo que se reivindica como sendo da ordem, da constituição. Já o caso brasileiro é muito misterioso, pois há um impasse político terrível. Um impasse que se constituiu pela desagregação da política e pelo poder de esquerda também.

Revista Plural *A gente vê aqui como determinados grupos de direita, ou vinculados a pautas de direita, a um liberalismo econômico mais explícito, souberam lidar melhor com os movimentos que surgiram em 2013. O MBL, por exemplo, que soube catalisar bastante aquele movimento. Há ainda outros grupos de internet, como “Vem Pra Rua”, “Na Rua” etc., que são grupos com agenda no mesmo tom de liberalismo econômico. E a esquerda não conseguiu lidar muito bem, talvez por estar no poder. Você vê alguma diferenciação entre espectro político e saber*

lidar com essa nova forma de movimento político, ou você acha que nenhum dos espectros políticos está conseguindo lidar bem com essa nova forma de movimento social?

Yves Cohen Claramente, no Brasil a direita tentou captar isso. No Brasil, esses movimentos não são nem de direita nem de esquerda. São movimentos cujas forças vêm de outro lugar, de um objetivo deliberado livremente etc. Então é claro que a direita tenta captar esses movimentos. E é um momento difícil para a esquerda no Brasil. Porque a direita evidentemente orientou esses movimentos contra o governo para fazer deles um movimento político contra o governo. E finalmente foi de fato um movimento fortemente dedicado ao impeachment de Dilma. E a esquerda estava num estado completamente incapaz de reagir.

Revista Plural *Essa questão é baseada em uma frase que o Pierre Bourdieu disse, se não me engano, no livro “Sobre a televisão”. Ele diz que a esquerda estaria a umas seis revoluções simbólicas atrás dos instrumentos que o Estado e a direita conseguiram estabelecer como uma espécie de uma doxa no mundo. Não sei se você concorda.*

Yves Cohen É uma ideia muito boa, com alguns pontos fracos. Por exemplo, a rua nunca assustou a direita. A direita sempre foi às ruas.

Na França houve, recentemente, um livro publicado por um historiador cujo título era “A esquerda vai desaparecer?” de André Burguière.³ É essa ideia, mais uma vez, de sentimento de perda da esquerda. Acho que há, na frase de Bourdieu, a mesma ideia. De que se a esquerda estiver perdida, não há outra solução.

E é justamente o contrário disso que eu acho que os movimentos dos anos 2010 mostraram. Uma outra possibilidade. Que é uma possibilidade de outro social, outro político para além daquele definido pela oposição esquerda – direita. É tão difícil pensar pela direita quanto pela esquerda. A direita gostaria de transformar isso em algo de direita, já que não é nem de esquerda, nem de direita. E a esquerda não consegue. É o que aconteceu em maio de 68. Houve um momento em que não havia mais poder estabelecido, no final do mês de maio. Dois dias antes de De Gaulle deixar a França para ir à Alemanha ver o que o Exército poderia fazer e ser mandado de volta para a França pelo general Massu – que disse que ali era o lugar em que De Gaulle deveria estar –, houve a famosa reunião no estádio Charletty. Foi uma reunião organizada pelo partido socialista; um tipo de convite ao movimento de 68, nos seguintes termos: Juntem-se a nós e ganharemos. Pois

³ BURGUIÈRE, André. *La gauche va-t-elle disparaître*. Paris: Éditions Stock, 2017.

bem, o movimento de 68 não ganhou! Então, a esquerda se preocupa com isso, pois é algo que lhe escapa.

Eu acho que é preciso se acostumar a pensar de outra forma. É muito difícil, eu tampouco tenho a solução. Nós estamos apenas no começo de um processo. Estamos apenas no começo da reflexão sobre esse processo, que é um processo em nível mundial, interconectado. Por exemplo, se você observa a revolução no Egito, é uma revolução que se inspira nos acontecimentos na Tunísia. As pessoas se conhecem. O movimento do *Nuit Débout* estava em contato, por exemplo, com o Brasil. É um movimento mundial.

De fato a gente está acostumado a pensar em termos nacionais. Mas agora, nós somos convidados a pensar em outros termos, a fazer comparações internacionais, a fazer uso tanto da extensão geográfica como da profundidade histórica. Precisamos também parar de nos preocupar com o destino da esquerda. Há algo para além da esquerda. É claro, nem falemos da direita, não se trata de passar para a direita. Há algo mais, outras formas de reflexão, de organização, de cooperação, de encontro entre pessoas, de saberes, de competências, de religião, de opinião, de sexos diferentes.

Eu lamento, pois talvez eu não responda a sua questão sobre os movimentos de direita.

Revista Plural *Sua visão é no mínimo instigante, e é justamente o que a gente queria conhecer mais de perto.*

Uma última questão, fazendo uma provocação em cima disso que você acabou de dizer. De fato, a gente está acostumado a pensar em termos nacionais, e isso que está acontecendo é algo mundial, que não conseguimos entender direito em suas interconexões e como pode ser algo interessante, que foge desse espectro direita/esquerda ao qual estamos acostumados. No entanto, a gente vê que, por outro lado, têm pessoas que pensam em termos globais, e há muito tempo. São os chamados think tanks, sobretudo os think tanks norte-americanos.

Eles pensam em como fomentar, em vários lugares, aquilo que eles imaginam que tem que ser, ou como o mundo tem que ser. Eles têm dinheiro para isso, e investem pesado.

Ultimamente soubemos que movimentos como o MBL receberam dinheiro da Atlas Network, que é uma das mais famosas dessas organizações norte-americanas que congregam um monte de grupos em defesa de ideias liberais na economia.

Ainda que tudo isso esteja muito em disputa, será que talvez, em última instância, não tenha uma força soprando, uma força maior do que imaginamos, por meio dos tentáculos dessas organizações? E quanto elas não podem desarranjar todo esse potencial que essa forma de democracia direta que vem se desenhando pode vir a ter?

Yves Cohen Essa é uma das principais questões, e seria necessário que esses movimentos, essa dinâmica, se coloquem em uma escala muito ampla também. Evidentemente, esses *think tanks* não são apenas americanos, mas internacionais (como Bilderberg, Davos...). Há, de fato, uma porção de lugares em que o capitalismo pensa a sua estratégia.

Mais uma vez, é preciso ousar pensar a novidade dessa dinâmica. Por exemplo, eu acho que os altermundialistas foram muito importantes nessa dinâmica que conduziu a esses movimentos de Porto Alegre⁴ etc. Foram lugares de reflexão muito menos organizados do que seus opositos.

E eu acho que, mais uma vez, a gente não vê tudo. Como fazer? Acho que é preciso manter a não institucionalização desses movimentos. E isso é um enorme desafio. Pois uma das coisas a qual estamos acostumados a pensar é que é necessário institucionalizá-los. Eu acho que não, porque neste caso, justamente, passa-se para o outro lado.

Uma coisa interessante é que muito se diz que são revoluções da era das redes, do *Facebook* etc. Mas se isso é possível, é porque estamos em uma época que pode refletir sobre o passado dos movimentos do século XX. As ferramentas de rede oferecidas pela internet são absolutamente fantásticas, e têm diversos usos. Se não houvesse essa reflexão em atos... Aliás, a internet contribui para essa forma de igualdade não somente pelo fato de podermos nos comunicar e nos colocar em rede, mas porque podemos acessar formas de saberes. Isso é notável no área da medicina. Há uma porção de associações, de usuários da medicina que compartilham saberes e se tornam interlocutores da medicina, e isso acontece em largas escalas. Então é possível que haja coisas acontecendo em grandes escalas para além das formas de existência às quais estávamos acostumados anteriormente.

É claro que o capitalismo é muito poderoso, inclusive em sua capacidade de integrar a crítica que lhe é feita. Mas o social age de maneira inventiva, inclusive desta forma que mencionei, e nessa escala muito ampla. Mas eu sou incapaz de aprofundar, este não é meu principal tema de pesquisa. Dito isso, esse pode ser o papel dos intelectuais. Hoje eles não têm um grande papel, *grosso modo*, eles

⁴ Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

têm as mesmas posições que a extrema esquerda, e não compreendem muito bem o que está acontecendo. Eles gostariam que as coisas ocorressem de outra forma, se perguntam por que esses movimentos não vão mais longe. Mas o que podemos fazer, e que eu tentei fazer com uma colega socióloga em Paris, é nos reunirmos em presença de atores reflexivos desses movimentos. É preciso experimentar formas de encontro e de experiências. Porque pertencemos a instituições que podem pagar viagens e facilitar encontros pessoais. É muito difícil, tanto mais porque a história acontece rapidamente.

GOLPE NA CULTURA

Intelectuais, universidade pública e contextos de crise no Brasil¹

COUP IN CULTURE

Intellectuals, public university and crisis contexts in Brazil

Maria Arminda do Nascimento Arruda^a

Resumo O artigo analisa as relações entre as disciplinas humanísticas e culturais, no contexto da crise brasileira atual, que aprofundou a debilidade das instituições públicas de ensino superior no Brasil. Reflete, igualmente, sobre o impacto da transformação do cânone cultural moderno sobre essa área do conhecimento, ao qual se soma o enfraquecimento da esfera institucional. Nessa perspectiva, chama a atenção sobre os impasses da área, oriundos tanto do processo de valorização do domínio técnico e experimental, bem como das profissões ligadas diretamente ao mercado, que produzem novos desafios aos saberes voltados para o tratamento dos fenômenos sociais e da cultura, compelidos a repensar o seu arcabouço analítico e os seus problemas consolidados de pesquisa.

Palavras-chave Universidade; Cultura; Crise.

Abstract The article analyzes the relations between humanistic and cultural subjects in the context of the current Brazilian crisis, which deepened the weakness of public institutions of higher education in Brazil. It also reflects on the impact of the transformation of the modern cultural canon in this area of knowledge, to which the weakening of the institutional sphere is added. In this perspective, it draws attention to the impasses of the area, both from the process of appreciation of the technical and experimental domain, as well as the professions directly linked to the market, which produce new challenges to the knowledge geared to the treatment of social phenomena and culture compelled to rethink their analytical framework and their consolidated research problems.

Keywords University; Culture; Crisis.

¹ Este texto resulta de exposição realizada em seminário organizado pelo Grupo de Estudos de Sociologia da Cultura: Objetos e Perspectivas, que reúne estudantes da Pós-Graduação em Sociologia da USP, em 9/12/2016. Por essa razão, o artigo aproxima-se do estilo oral da exposição. Preservei, também, o tema proposto, expresso no título.

a Professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

O tema *Golpe na Cultura – intelectuais, universidade pública e contextos de crise no Brasil* – não é de simples equacionamento. Por articular múltiplos e importantes problemas, requer o tratamento das partes, o que não exclui o exercício de relacioná-las e de interpretar o conjunto. O tema sugere, ainda, a identificação de dois pares conceituais: o de cultura e o de intelectuais; na sequência, o de universidade pública e de crise. Há uma questão oculta e não integralmente explicitada, porém importante à interpretação: os intelectuais e a cultura são componentes da universidade e a crise institucional tem posto em xeque tanto o ofício quanto o seu legado, deixando dúvidas sobre o seu lugar e pertinência numa sociedade dominada pela tecnologia e pela ventriloquia das redes sociais. Nesse contexto, o debate público qualificado perde substância, deslocando atores tradicionalmente reconhecidos, sejam intelectuais, sejam jornalistas da grande imprensa. Acrescente-se a essa gama variada de assuntos o título geral, de natureza conjuntural, que alude à reduzida importância da cultura e do seu par a ciência, na construção das políticas governamentais vigentes no Brasil; no entanto, o assunto não se reduz à mera oportunidade, pois remete a problemas de largo escopo. Desse modo, a proposta alia temáticas de diversa natureza, pois combina visadas de alcances distintos. O golpe na cultura não se desprende, portanto, de processos sociais contemporâneos; tampouco se reproduz de maneira uniforme em contextos distintos. No caso brasileiro, a atual conjuntura de crise das instituições produz expressões peculiares às questões sugeridas pelo tema.

Pensando nesses termos e sem refletir particularmente sobre cada uma das categorias de cultura, intelectual, universidade, parece ser possível admitir que, pelo menos no Brasil, a identificação entre intelectuais, universidade e cultura é datada, revelando a impossibilidade de se operar com noções substantivadas. Para explicitar a minha compreensão a respeito, esclareço que tomo a noção de intelectual no sentido comum, isto é, refere-se àqueles que produzem nas áreas das chamadas humanidades (categoria ela própria repleta de controvérsias) e das artes (se é possível encontrar algum consenso a respeito). Diante de tais questões, é aconselhável localizar algumas compreensões difundidas no meio que apontam para o universo das representações dos próprios participantes².

2 No Brasil, Roberto Schwarz tem contribuições interessantes à reflexão sobre os intelectuais, especialmente sobre os intelectuais engajados. No ensaio *Nunca fomos tão engajados*, identifica o moderno intelectual “ao antifascismo europeu, ao ascenso operário do pós-guerra e chegou até ao terceiro-mundismo dos anos 60. Salvo engano, ela pressupõe a formação burguesa do intelectual, e, de outro lado, uma semi-exclusão civil e cultural dos trabalhadores. Mais no fundo, deslocando tudo tragicamente, estava a Guerra fria”. (SCHWARZ, 1999, p.172).

O entendimento de que haveria uma relação entre os intelectuais e a universidade pública, identificando-a como instituição central na produção de cultura, vicejou especialmente em São Paulo, após a fundação da USP, em 1934. Diferentemente da França, onde a imagem do intelectual se difundiu no bojo do processo Dreyfus, quando o escritor Èmile Zola denunciou a falsidade da acusação de traição do oficial, no Brasil, a institucionalização do estilo universitário paulista, ao longo dos decênios de 1940-1950, promoveu uma espécie de identificação entre cultura e intelectuais, na figura do acadêmico côncio dos seus instrumentos disciplinares³. As distinções de constituição do intelectual moderno entre os dois países revelam diferenças marcantes da atividade: entre nós, as instituições públicas e o Estado eram, para o bem e para o mal, a garantia do exercício letrado; na França, o caráter diferenciado da cultura francesa, resultado da universalização da educação, conferiu maior independência à vida intelectual; em ambos os casos, a modernização da imprensa alterou os meios de difusão das ideias, ainda que ocorressem diferenciações quanto aos vínculos e a natureza da contribuição, originadas das particularidades dos países.

Nesse contexto de particular inserção da intelectualidade brasileira, a vida cultural percorreu um circuito primordial no ambiente das instituições, movimento pleno de consequências, uma vez que o exercício, a ação e o alcance dos intelectuais ficaram submetidos às constrições do contexto, como aconteceu durante a ditadura militar instaurada em 1964, sem desconhecer a excessiva normatização das universidades nos dias atuais, óbices poderosos à atividade, como já demonstrara a criação do sistema de pós-graduação, no bojo do regime autoritário na década de 1970⁴. Até a criação da universidade, a imagem corrente do intelectual confundia-se com personalidades publicamente reconhecidas, de formação eclética, comumente polígrafas, produtos híbridos do bacharel e do literato, como bem analisou Sérgio

³ O artigo *J'accuse*, publicado por Zola, no jornal *L'Aurore*, em 13/1/1898, a respeito do episódio, é considerado um marco na construção da imagem do intelectual defensor de causas públicas. O acontecimento selou uma aliança entre a imprensa de opinião e a intelectualidade francesa. Nesse sentido, representa uma clivagem na história dos intelectuais e da imprensa. No Brasil, a enquete realizada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, denominada *Plataforma da Nova Geração*, nos anos 1943-1944, sob a coordenação de Mário Neme, com 29 representantes da geração emergente de intelectuais, entre os quais os jovens acadêmicos da revista *Clima*, pode ser visto como uma espécie de manifesto da intelectualidade nascente. Cf: PONTES (1998), especialmente, capítulos 2 e 4.

⁴ A minha perspectiva de análise sobre a universidade tem como referência a Universidade de São Paulo – USP – na qual sou professora e venho ocupando cargos de direção. Creio, no entanto, que por ser a instituição de referência no Brasil, permite que seja tomada como modelo para tratar dos problemas atuais dessas instituições de ensino superior. Esclareço, no entanto, que as minhas considerações se restringem às instituições públicas.

Miceli⁵. Não obstante, a geração de 1930, dos ensaístas modernos, comumente denominados “intérpretes do Brasil”, representou uma clivagem no modelo até então corrente, por sua condição de figura mista entre a personalidade cultivada e o especialista, já agora embebida no caldo cultural do modernismo, mas que já se aproximava de campos disciplinares, a exemplo de Gilberto Freyre visto como sociólogo, Caio Prado Júnior como historiador e Sérgio Buarque de Holanda como representante das duas tradições.

No pós-guerra – e independente do vínculo institucional - o intelectual identificava-se, sobretudo, com o profissional crítico, formulador de projetos para a nação, situado nos altos escalões governamentais, a exemplo do economista cepalino Celso Furtado; dos participantes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Iseb, espécie de agência ideológica do desenvolvimentismo e da modernização; daqueles filiados ao Partido Comunista, denominada pelo sociólogo Marcelo Ridenti de “brasilidade revolucionária, [...] criação coletiva, [que] viria a definir-se com mais clareza a partir do final dos anos 1950, ganhando esplendor na década seguinte, seguido de seu declínio” (RIDENTI, 2010). A chamada *intelligentsia mannheimiana*, dos intelectuais formuladores dos destinos coletivos, distingua-se da comunidade mertoniana, de corte acadêmico, que opunha dois modelos de projetos políticos e disciplinares e, ao mesmo tempo, diferenciava os campos culturais do Rio de Janeiro e de São Paulo (VIANNA, 1997).

O pós-guerra no Brasil produziu um adensamento do campo cultural, na esteira do processo de modernização do país, ultrapassando os modelos até então vigentes. Os acadêmicos da Universidade de São Paulo, herdeiros de *Clima*, como Antonio Cândido e outros de grande significado na cena cultural da cidade e os cientistas sociais congregados em torno da denominada *Escola paulista de sociologia*, dirigida por Florestan Fernandes, eram representantes conspícuos da mudança e diferenciação do meio (ARRUDA, 2015; PONTES, 1998). Alterava-se, enfim, o estilo dos intelectuais, que, apesar do perfil universitário, aproximou-se do ideário da “brasilidade revolucionária”, movimento derivado, primeiramente, da própria modernização conservadora que alijava da cena político-social as camadas populares; posteriormente, a repressão instaurada pelo regime autoritário sobre a instituição, especialmente após a promulgação do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, provocou um aprofundamento da crítica e ampliou a adesão a projetos de esquerda. O modelo do intelectual-acadêmico, formado nos

5 Em vários trabalhos, Sérgio Miceli explorou em diversos ângulos o problema. Cf: MICELI, (1979); (2001).

anos 1950-1960, nos quadros das instituições públicas, disseminou-se, porém, entre as gerações universitárias seguintes, por aliar docência, pesquisa e reflexão, práticas que não estiveram alheias à agenda política do momento⁶. Não por casualidade, a afirmação dessa intelectualidade dependeu da condição pública dos seus institutos, mas que não estava liberta das flutuações derivadas da política e dos programas governamentais.

Em consequência, tal conjunção não dispensa, antes pressupõe, a vivência de problemas e limitações: a instituição universitária, embora ofereça condições ao desenvolvimento da vida intelectual, tende a circunscrevê-la aos parâmetros do previsível. Mesmo que se rejeite a noção de intelectuais demiurgos, tipicamente manheimiana e hoje questionada, não há como desconhecer que o exercício intelectual e a produção cultural encontram nas universidades o seu suporte central. Esse fenômeno mundial, marcadamente característico no Brasil, expressa tanto modalidades de profissionalização da atividade, quanto a propagação de requisitos formais de construção da reflexão, condições de base da produção das linguagens e da construção das legitimações. As universidades passaram a desempenhar o papel que, no passado, a imprensa tivera, enquanto meio de sobrevivência, de criação de reputações e classificações, de hierarquias e prestígios⁷. Acontece, porém, que tais processos ocorrem no interior de instituições excessivamente normatizadas, pois são grandes organizações burocráticas reguladoras do próprio modo de se conceber a prática acadêmico-científica, como se percebe nos requisitos ao financiamento das pesquisas, nas avaliações disseminadas, inclusive entre pares. O resultado é a criação de imensos organismos de administração, guiados por normas e por regras anônimas, semelhantes a outros congêneres públicos ou privados. As instituições da cultura, como revelou Adorno há mais de meio século, quando se burocratizam operam sob a mesma lógica das administrações; a sua contra face é o saber especializado (ADORNO; HORKHEIMER, 1971).

Nessa perspectiva, a identificação entre intelectuais e universidade rearanja todo um universo de representações sobre a propalada autonomia dos seus representantes. Paradoxalmente – e essa é uma questão pouco difundida –, a comunidade universitária costuma propugnar por mais regulamentação, com o fito de lhe garantir o atendimento das suas demandas e ampliação dos suportes insti-

6 Para Roberto Schwarz, nesse período, o país estava “irreconhecivelmente inteligente”. (SCHWARZ, 1987). Ver também o ensaio citado, “Nunca fomos tão engajados”, de 1999.

7 Processo semelhante de institucionalização ocorreu com as artes, uma vez que “a arte contemporânea quase não existe sem um texto assinado ... por um especialista”. Essas mudanças, segundo a socióloga Nathalie Heinich, correspondem à passagem de “uma arte ‘orientada pelo mercado’ para uma arte ‘orientada pelo museu’”. (HEINICH, 2014, p. 379-381).

tucionais, particularmente em áreas inseguras em relação à inserção profissional, pois ocupam posições distanciadas do mercado. Nesse terreno movediço, a posição das Humanidades, das Ciências Sociais *stricto sensu*, mesmo das Artes, ou seja, disciplinas que trabalham com os sentidos e a cultura, é de franca desvantagem, pois são dependentes de decisões que emanam da administração, apresentadas de modo racional e neutro, forma velada de manifestação de propósitos francamente políticos. Até por isso, ocorre, sobretudo nessas áreas, tendência ao revigoramento das reivindicações. Nesse quadro, as disputas internas ao campo e externamente a ele se acirram, envolvidas em bandeiras de legitimidade intelectual, de concepção de universidade oriunda de visões que desconsideram, muitas vezes, as mediações. A vocalização de tais demandas é amplificada pela crise de financiamento das universidades públicas brasileiras. As contendas em torno das narrativas mais legítimas acabam por ocupar grande parte do cotidiano institucional, sugando energias potencialmente criadoras. As chamadas disciplinas intelectuais, cujas posições são de franca desvantagem frente ao mundo da tecnologia, das redes sociais, da valorização da inovação produtiva, do empreendedorismo, do domínio da técnica sobre a cultura, veem sua identidade questionada. Os efeitos dessas transformações provocam uma re-hierarquização entre domínios do conhecimento, com predomínio das disciplinas técnicas e de mercado.

Esse fenômeno interno às universidades - e que reposiciona o lugar das disciplinas da cultura no âmbito da instituição - não se esgota no circuito acadêmico, pois as próprias transformações atingem outras organizações, a exemplo da grande imprensa, hoje acatada pela difusão das informações que grassam nas redes sociais, nas formas instantâneas de transmissão das notícias, na horizontalidade da veiculação. Diante dessa realidade, os meios de informação, organizados em poderosos conglomerados, são levados a buscar outros nichos para afirmar a sua influência, tendo em vista que são incapazes de concorrer com a instantaneidade característica das redes. Nesse cenário de agências variadas e de expansão dos produtores, independentemente da qualidade da informação, a grande imprensa reage criticando as áreas acadêmicas, especialmente aquelas dedicadas ao tratamento da cultura. Essas reações são componentes do mal-estar da imprensa em relação ao alcance das informações difundidas pelos meios tecnológicos, pois, ainda que estas sejam superficiais, indiferenciadas e se construam como se fossem expressão veraz dos acontecimentos, produzem fortes impactos na sociedade. Quanto à universidade, constrangida por requerimentos de vária ordem e fragilizada frente à crise, tateia na busca de afirmar a natureza específica, igualmente abrangente, da sua vocação. Em todo caso, dispensa-se o papel dos mediadores

na construção das opiniões, assumindo o equívoco de considerar o mundo social transparente e auto-evidente.

Nesse contexto, as disputas por legitimidades e reputações resultam em relações conflituosas entre os atores mais habilitados a garantir certos padrões de qualidade, como o são os intelectuais e os jornalistas dos veículos de prestígio, provocando dissensões e alterando parcerias tradicionais. A rigor, as transformações em curso na sociedade atingem a todos – e nem poderia ser diferente. Nas universidades, persegue-se um novo modelo institucional, mas de resultados imprevistos, no qual especialmente as disciplinas intelectuais e da cultura parecem não vislumbrar, tanto a sua posição no todo, quanto o caráter legítimo da sua contribuição. A grande imprensa busca formas alternativas de transmissão das informações, seja aderindo aos meios eletrônicos, como tentativa de acompanhar a instantaneidade da notícia, seja esboçando novas modalidades de transmissão, particularmente visível no jornalismo analítico televisivo.

Esse conjunto geral de problemas – se referido ao caso brasileiro e tomando como paradigma a Universidade de São Paulo – comumente manifesta-se nos discursos triunfantes a respeito da relevância e importância da USP, vista como a mais exitosa instituição acadêmica brasileira, mas ressalta a sua defasagem *vis a vis* os grandes centros mundiais de ensino e pesquisa. Esses discursos híbridos, aparentemente incompatíveis, escondem na verdade representações de agentes diversamente situados. No âmbito interno, as afirmações que enfatizam a crise da universidade originam-se de atores responsáveis pela alta administração que, ao remarcarem as dificuldades de financiamento, justificam os ajustes orçamentários horizontais, sem considerar as particularidades, processo francamente desfavorável às áreas da cultura, como se percebe no conteúdo das mensagens de celebração que exaltam os avanços das ciências experimentais, tecnológicas e aplicadas. Na cena exterior, seguidamente a grande imprensa noticia a crise das universidades como fruto dos próprios impasses do modelo, quando não atribui à má gestão dos docentes o uso perdulário dos recursos, resvalando para julgamentos que desconsideram as limitações impostas à instituição. Perdidas em meio a esse cipoal de disputas, as disciplinas humanísticas passam a não vislumbrar o seu lugar nesse emaranhado de posições díspares, quando não contraditórias, sendo as áreas mais atingidas pelas políticas regulatórias e pelos reclamos por maior eficiência administrativa, segundo critérios de resultados quantitativamente aferidos⁸.

8 Advirto que utilizo noções substantivas para referir-me às áreas disciplinares, bem como às instituições, apenas para encaminhar o raciocínio. Não desconheço que se trata da ação de atores situacionalmente posicionados.

As Humanidades reagem, muitas vezes, desobedecendo representações sedimentadas sobre a natureza do *métier* acadêmico e profissional, ruptura manifesta em reivindicações de puro corte corporativo, afastando-se da deontologia consagrada; atitudes de isolamento e de recusa silenciosa são o anverso do ativismo recorrente, mas orientam condutas de afastamento e de alienação dos reais problemas a serem enfrentados. Nesse quadro incerto, pode-se inquirir sobre as razões subjacentes às representações mais comuns e perguntar-se sobre as motivações e interesses diversos que movem o conjunto. Finalmente, não há como desconhecer que as áreas técnicas e as profissões de mercado não possuem a mesma relação com a instituição daquela das disciplinas humanas e básicas. Por esse motivo, a relação que mantêm com a tradição que regulou o modelo consagrado de universidade é quase inexistente. Enquanto nas disciplinas humanísticas e básicas o horizonte profissional é nublado e, em geral, preso às demandas de caráter social e público como a docência, a relação dos setores diretamente profissionais está comprometida com o mercado. Deriva daí a diversidade das representações sobre a situação institucional.

A rigor, a denominada crise da universidade é mais afeita aos setores mais fragilizados profissionalmente, afetando de modo inequivalente o conjunto. As Humanidades costumam enfrentar esse estado de coisas apegando-se a um modelo do passado, que também já não possui a mesma força para corresponder aos anseios que grassam nesse ambiente de expectativas inseguras; protegem-se preservando uma imagem de universidade que, talvez, só tenha existido como ideário, aprofundando o isolamento e alimentando a autorreferência, estado inibidor à reflexão sobre as múltiplas questões afeitas a esse campo do conhecimento. Os desafios a serem enfrentados são de grande monta que, a meu juízo, exigem repensar os nossos próprios problemas e objetos de pesquisa. Alterar, em suma, a hierarquia dos temas e ousar propor novas perguntas e enquadramentos analíticos.

Se o impacto da tecnologia de informação e da internet redefiniu estruturalmente a esfera pública,⁹ igualmente relevante tem sido a prolífica produção cultural localizada nos bairros periféricos e pobres das grandes metrópoles, fazendo emergir uma gama variada de propostas e de produtores localizados à margem das instituições acadêmicas de prestígio. A chamada cultura da periferia, representada pela literatura marginal, o cinema da quebrada, o teatro do oprimido, apenas para nomear as linguagens mais próximas do cânone acadêmico, tem abalado os alicerces da cultura letrada. Não se pode desconhecer, assim, a interferência

9 Cf. MARTUCELLI, 2015.

dessa vasta e diferenciada produção cultural na cena contemporânea, construída à margem das universidades e das suas concepções dominantes, embora esteja suscitando o aparecimento de novos objetos de pesquisa, em meio à variegada produção de trabalhos e de teses acadêmicas oriundas da institucionalização da pós-graduação. Esses novos movimentos no campo da cultura, ainda insuficientemente compreendidos, questionam representações consagradas, rompem consensos, aprofundam uma espécie de sentimento de impotência, de derrota e de crise geral no âmbito das disciplinas humanísticas. Resultam desse processo visões que tendem a confundir projetos de universidade em oposição, com personalização das responsabilidades; a prática política legítima na academia transmuta-se em contendas pessoais, dificultando a construção de alternativas.

O que parece estar no horizonte é o surgimento de um fenômeno mundial de outra ordem, que tenho denominado de mudança do *cânone cultural moderno*, levando de roldão os significados atribuídos aos intelectuais com os quais estávamos familiarizados e os nossos entendimentos a respeito da cultura, que, no Brasil, esteve identificada com a figura do intelectual côncio da sua missão civilizatória, que se exprime por meio do ensaísmo crítico. Esta forma de reflexão foi redefinida, mas não integralmente superada, ao longo do processo de institucionalização da produção acadêmica, identificada sob a categoria dos estudos sobre a formação (ARRUDA, 2017). Apenas com a constituição e expansão do sistema de pós-graduação alterou-se o modelo do intelectual, especialista em temas circunscritos, analiticamente competente no seu campo disciplinar. As visões abrangentes tornaram-se, no entanto, campo específico de pesquisa e especialidade reconhecida, voltados ao tratamento de autores e obras marcantes da nossa tradição, classificados no rol de estudos do pensamento social brasileiro, história dos intelectuais, sociologia da cultura, sociologia dos intelectuais.¹⁰ Esses trabalhos, na medida em que põem em escrutínio os intelectuais e a sua produção, desmitificam a própria prática, sendo componentes e sintomas do processo de perda de aura da atividade intelectual.

Ao lado disso, o legado moderno - que foi tão marcante na construção da nossa herança letrada - é posto em questão, no contexto em que a globalização, a financeirização do hipercapitalismo destruíram o nosso ideário de nação moderna, para cujo concurso os intelectuais brasileiros foram centrais. Hodiernamente, são os especialistas, técnicos do ajuste ao mundo global, isto é, ao capitalismo

¹⁰ Um balanço sobre os estudos da Formação, Cf: ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, 2018; sobre a sociologia da cultura, idem, 1.

mundial com seus movimentos avassaladoramente desintegradores, os principais vocalizadores dos destinos do país. Reversivamente, os ilustrados do passado estão submetidos ao exame sistemático das novas gerações; em decorrência, surgem trabalhos críticos que propõem a revisão, quando não a superação, do chamado “paradigma da formação”, posto sob os holofotes da realidade global.

O que se percebe, é que à instabilidade internacional, de certa forma comum a todos os países, embora com efeitos muito diferenciados, agregou-se no Brasil a presença de instituições em frangalhos, aprofundando-se os impasses do nosso presente. Nesse quadro de falência das promessas civilizatórias e de domínio autocrático, para me apropriar do conceito desenvolvido por Florestan Fernandes (1975), naufragam tanto a cultura, quanto o domínio intelectual, debilitando a esfera institucional, haja vista os dilemas recentes da pasta da cultura, bem como das universidades públicas, patentes nos problemas de financiamento e em propostas que alteram o sentido das instituições públicas. Não por casualidade, as bandeiras civilizatórias, comprometidas com os valores modernos e cosmopolitas da nossa cultura e com o desenvolvimento da ciência, foram deslocadas e substituídos por exigências da internacionalização da produção acadêmica, e da inovação dirigida ao sistema produtivo.

A antiga ideia do moderno e da modernização que pressupunha o tratamento do modernismo desvaneceu-se na esteira dos nossos problemas, aos quais se somam manifestações regressivas internas e externas. Estas, particularmente, foram solapadas pela cultura de mercado que vem absorvendo as vanguardas pelo menos desde o pós-guerra, como revela Raymond Williams (1997), processo que, ao combinar-se às realidades particulares, produz efeitos de intensidades diferenciadas, retrovertendo sobre as condições de desenvolvimento da área cultural. Para um autor da envergadura de T. J. Clarke, vivemos a plena crise do tempo, porque estamos imersos no caldo de cultura resultante do rompimento dos padrões modernos, minando os alicerces da modernidade civilizatória (CLARKE, 2013). No mesmo sentido, para Pierre Bourdieu

a cultura está ameaçada, porque as condições econômicas e sociais nas quais ela pode se desenvolver estão profundamente afetadas pela lógica do lucro nos países avançados, onde o capital acumulado, condição da autonomia, já é importante, e, *a fortiori*, nos outros países (BOURDIEU, 2001, p. 81).

No entanto, considero que outras questões relevantes e que remetem para contextos particulares presentes como os do Brasil atual exigem a compreensão das conjunturas econômica e política do país. A relação de identificação entre a intelectualidade nativa de esquerda e o Partido dos Trabalhadores (PT), que participou da criação da agremiação, questionou a condição dos intelectuais engajados, quando foram obrigados a se defrontar com ações dissolventes cometidas por expoentes partidários. Apesar do conhecido anti-intelectualismo do seu líder máximo, Lula, a criação do PT representou um alento para as esquerdas brasileiras e esperança para as internacionais, vergastadas pelas denúncias do Gulag, do totalitarismo soviético, da perda de aura da revolução cubana. Na França, a morte de Sartre já simbolizara o recuo da personalidade do intelectual engajado; com a eleição do socialista François Mitterrand, em 1981, ocorreu nítida separação entre a esquerda política e a esquerda intelectual, entre poder político e poder espiritual (WINOCK, 2000).

A vitória do PT no Brasil, renovou os ânimos de uma intelectualidade crítica e de esquerda, que, diga-se de passagem, já mantinha certa relação simbiótica entre a reflexão e os compromissos políticos, porém, o êxito não dirimiu completamente os conflitos, mesmo durante o período mais hegemônico do partido. A mescla entre a organização e o aparelho do Estado levou a dissidências e discordâncias, agravadas, posteriormente, com as denúncias de corrupção, dos vários processos judiciais e da revelação de utilização de métodos discutíveis no exercício do poder. A crise institucional, já inaugurada no segundo Governo de Dilma Rousseff, em 2014, se questionou o apoio da intelectualidade nativa ao projeto do PT, os seus desdobramentos atingiram a legitimidade da cultura. Essa “experiência da derrota” para lembrar o verso do grande poeta inglês, Milton, aprofunda-se ao se mesclar às transformações estruturais do tempo, que, de *per se*, já impõem mudanças profundas ao exercício ilustrado. Essa “esquerda sem futuro” segundo o desalentado programa de Clarck (Idem, ibidem), é fenômeno mundial, mas com expressões particulares no Brasil, porque esgarça o compromisso social da intelectualidade da terra.

Do ângulo da universidade, aprofunda-se o fosso que separa as chamadas Humanidades das áreas experimentais e tecnológicas, com clara desvantagem para as primeiras, dada a característica das últimas de seguirem o movimento social dominante, tornando-as, no entanto, debilitadas para cumprir o papel de inquirirem-se sobre as dimensões éticas das pesquisas e de se indagarem sobre os seus fins. As disciplinas da cultura, todavia, não se fortalecem; contrariamente, tornam-se prisioneiras do cipoal de regimentos que, no limite, inibem a criativi-

dade e apequenam o seu potencial de crítica do presente, atributo distintivo da sua reflexão. Por essa razão, a crise que a todos alcança tem efeitos mais deletérios para as áreas da cultura, por incidir, diretamente, sobre o sentido da sua reflexão.

Penso, no entanto, ser possível, e mais do que isso, imprescindível, rever todo o arcabouço disciplinar, o que levaria a reconsiderar os sentidos da reflexão crítica, dos estudos da cultura, da condição dos intelectuais e das universidades na produção do conhecimento. Encontrar, enfim, um outro *telos* para enquadrar o movimento de ruptura do cânone cultural herdado. As profundas transformações portam impactos imprevisíveis, a exemplo do abalo sofrido pela cultura clássica com a emergência e posterior domínio do cristianismo. Construir um outro lugar da reflexão levaria a inquirir sobre esses deslocamentos, tensões e abalos que têm desarticulado o papel dos intelectuais nas sociedades contemporâneas, transformado a cultura e questionado as instituições de suporte. O movimento produzirá, certamente, mudanças ponderáveis nos sentidos compartilhados, desestabilizará as nossas certezas, mas poderá abrir espaços à retomada de certos compromissos primordiais; pelo menos romperá a perplexidade reinante, em nome da necessidade de imaginar novos projetos civilizatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. “Cultura y administración”. In: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Sociologica*. Madri: Taurus, 1971, p. 69-98.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p.107-118, jun. 2004.
- _____. *Metrópole e Cultura*. São Paulo no meio Século XX. São Paulo: EDUSP, 2015.
- _____. El concepto de formación en tiempos críticos: esbozo de refléxion. *Sociológica*, vol. 32, n. 90, p.47-68, 2017.
- _____. The contemporary relevance of Florestan Fernandes. *Sociologia e Antropologia*, v. 8, n. 1, p. 47-58, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. “A cultura está em perigo”. In: *Contrafogos 2: por um novo movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 80-97.
- CLARCK, Timothy James. *Por uma esquerda sem futuro*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- HEINICH, Nathalie. Práticas da arte contemporânea: uma abordagem pragmática a um novo paradigma artístico. *Sociologia e Antropologia*, v. 4, n. 2, p. 373-390, 2014.
- MARTUCELLI, Danilo. “Esfera pública, movimentos sociais e juventude”. In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio (Org). *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço*

- público e da sociedade civil. São Paulo: Centro Edestein de pesquisas sociais e Instituto Fernando Henrique Cardoso, www. Plataforma democrática, 2015.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- PONTES, Heloisa. *Destinos mistos. Os críticos do grupo clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária. Um século de cultura e política*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- SCHWARZ, Roberto. “Nunca fomos tão engajados”. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras ensaios*. São Paulo, Cia das letras, 1999, p. 172-177.
- WILLIAMS, Raymond. “When was modernism?” In: WILLIAMS, Raymond. *Politics of modernism: Against the new conformists*. Londres: Verso, 1997, p. 31-36.

Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil

Cultural and symbolic changes that shake Brazil

Marcelo Ridenti^a

Resumo Apesar de envolver toda a sociedade, a dinâmica social e política da crise por que passa a democracia brasileira é dada pelas lutas sociais que mobilizam as classes médias escolarizadas. Um forte indício nesse sentido está na composição social das manifestações de rua a partir de 2013 e outros dados analisados no artigo, como o acesso crescente ao ensino superior, resultado de mudanças culturais e simbólicas nos últimos anos, sem que tenham ocorrido transformações estruturais. Essas mudanças ajudam a compreender a polarização política em curso que ameaça a democracia.

Palavras-chave crise da democracia; governos Lula; governo Dilma Rousseff; manifestações de rua pós-2013; classes médias escolarizadas.

Abstract Despite the fact that it involves the whole of society, the social and political dynamics of the present crisis of Brazilian democracy is due to the social struggles that mobilize the middle classes with access to higher education. A strong indication in this sense is the social composition of the street demonstrations from 2013 and other data analyzed by the article, such as the increasing access to higher education, that result from the cultural and symbolic changes in recent years, even if no structural transformation had taken place. These changes help understand the ongoing political polarization which threatens democracy.

Keywords democracy crisis; Lula government; Dilma Rousseff government; post-2013 street demonstrations; middle classes with access to higher education.

^a Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Agradeço aos organizadores do seminário pela iniciativa e pela oportunidade de diálogo nesta noite, buscando compreender aspectos do que se vem passando na sociedade brasileira.¹ Sem pretender dar conta de toda a complexidade da situação, gostaria de colocar algumas ideias que possam contribuir para o debate.

MUDANÇAS?

Não parece que tenhamos vivido grandes mudanças estruturais na sociedade brasileira neste século XXI. Nem mesmo os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiram implementar reformas de fundo na organização econômica, social e política do Brasil. Não foram realizadas reformas como a agrária, do sistema de tributação, do poder judiciário, de democratização da mídia, do sistema político. A conformação institucional do país segue sendo – no essencial – aquela estabelecida nos anos do regime militar, mesmo após a chamada “constituição cidadã” de 1988, que criou uma série de direitos sociais.

Particularmente nos governos de Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), mesmo sem reformas estruturais, foram ampliados significativamente os mecanismos compensatórios de assistência social, como o bolsa família, as farmácias populares, os programas “luz para todos” e “minha casa, minha vida”, e ainda melhoraram o acesso à saúde e especialmente ao ensino, inclusive o superior, que – apesar de sua qualidade questionável – se tornou mais permeável também aos mais pobres e aos não brancos. As medidas compensatórias e a expansão econômica permitiram a relativa melhora salarial e de condições de vida dos de baixo. Os referidos governos tenderam a optar por políticas passíveis de encontrar menor resistência política, pretendendo conciliar interesses contraditórios, sem afrontar o sistema, antes buscando desenvolver o capitalismo brasileiro com muito financiamento público e o reforço do mercado interno. A seu modo, trataram ainda de incorporar os despossuídos na pauta política institucional, buscando integrá-los melhor à ordem estabelecida.

Tudo isso ajudou a tirar setores populares significativos da situação de miséria absoluta e a gerar alguma ascensão social, bem como a gerar enormes expectativas em relação ao futuro, otimismo que era compartilhado pelas classes dominantes,

1 Palestra apresentada na mesa de encerramento do evento “Golpe na cultura: intelectuais, universidade pública e contextos de crise”. Seminário de Sociologia da Cultura: Objetos e perspectivas. Programa de Pós-graduação em Sociologia. FFLCH, USP. São Paulo, 9 de dezembro de 2016. Este artigo mantém a forma original de exposição, apenas atualizando alguns dados e acrescentando algo da conjuntura mais recente nas considerações finais.

as que mais ganharam com o avanço econômico durante as administrações do PT. Como se sabe, a situação econômica e política mudou recentemente, inviabilizando as expectativas de ganhos para todos, gerando frustração social inédita, que se expressou em manifestações de rua numerosas e com muita participação a partir de junho de 2013.

Sem poder ou querer realizar reformas de fundo que alterassem a estrutura social, a opção pela linha de menor resistência acabou gerando uma realidade política nova, a partir de mudanças culturais e simbólicas, por exemplo, com o aumento da escolaridade e o acesso à informática para a maior parte da população, incluindo setores mais pobres e não brancos que passaram a partilhar um espaço antes exclusivo das classes médias e altas. A noção democrática da universalização dos direitos sociais, posta na Constituição de 1988 e desenvolvida sobretudo nos governos petistas – mas sem que houvesse reformas estruturais que de fato diminuíssem a concentração de renda e as desigualdades – tende a gerar certa frustração, sobretudo nos setores sociais médios com acesso ao ensino superior, onde se pode detectar expectativa, insegurança e insatisfação com a situação nova criada.

UMA HIPÓTESE E ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS: AS CLASSES MÉDIAS ESCOLARIZADAS NA CENA POLÍTICA

A hipótese que proponho é que – apesar de envolver toda a sociedade – a dinâmica social e política da crise porque passa a democracia brasileira é dada pelas lutas sociais que mobilizam as classes médias escolarizadas. Um forte indício nesse sentido está na composição social das manifestações de rua a partir de 2013. Elas apresentam notáveis semelhanças, como indicam os dados abaixo, referentes a manifestações ocorridas em São Paulo, como a de 20 de junho de 2013 – gigantesca e com um caráter amplo de protesto –, a enorme manifestação de direita contra a presidente Dilma Rousseff em 13 de março de 2016, e a resposta expressiva de esquerda no dia 18 do mesmo mês. Nas três manifestações – que destaco por terem sido as que contaram com dezenas de milhares de participantes – quase 80% dos que foram às ruas tinham acesso ao ensino superior, bem acima dos 28% da população paulistana em geral. A escolaridade secundária nos três atos também apresenta percentuais parecidos entre eles, cerca de um quinto dos participantes. Atesta-se, assim, que foram os setores escolarizados os que mais se mobilizaram, independentemente da posição política.

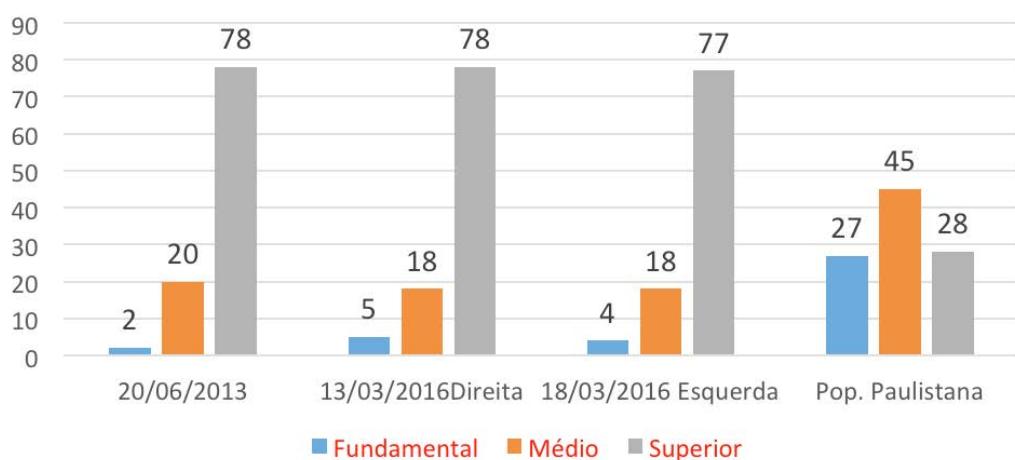


Gráfico 1. Manifestações em São Paulo, Av. Paulista – Escolaridade (Fonte: DataFolha).

Por sexo, os números também estão próximos, em torno de 60% de participação masculina e 40% feminina:

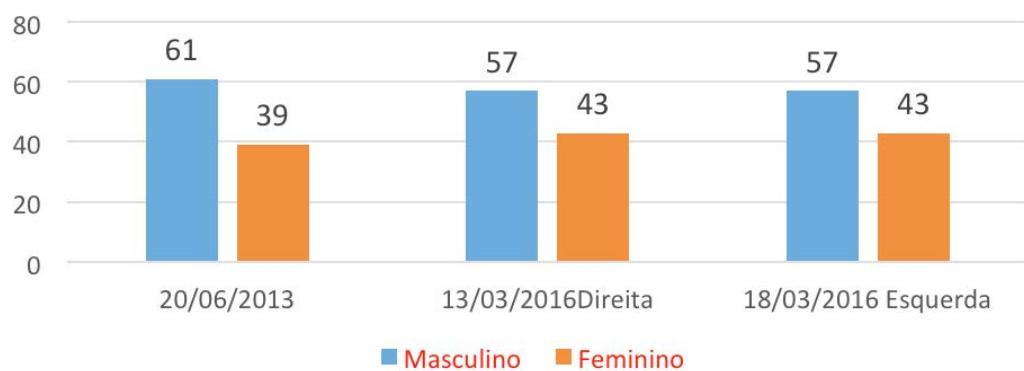


Gráfico 2. Manifestações em São Paulo, Av. Paulista – Sexo (Fonte: DataFolha).

No que se refere à idade, surgem diferenças: a manifestação de 2013 foi integrada pelos mais jovens: 51% até 25 anos de idade, 84% até 35 anos. Já a direita contou com os mais velhos: 40% acima de 50 anos e 83% acima de 35, quase o espelho oposto. Por sua vez, o ato de esquerda teve certo equilíbrio: cerca de um quarto para cada grupo: até 25 anos, de 26 a 35, de 36 a 50, e de 51 anos ou mais.

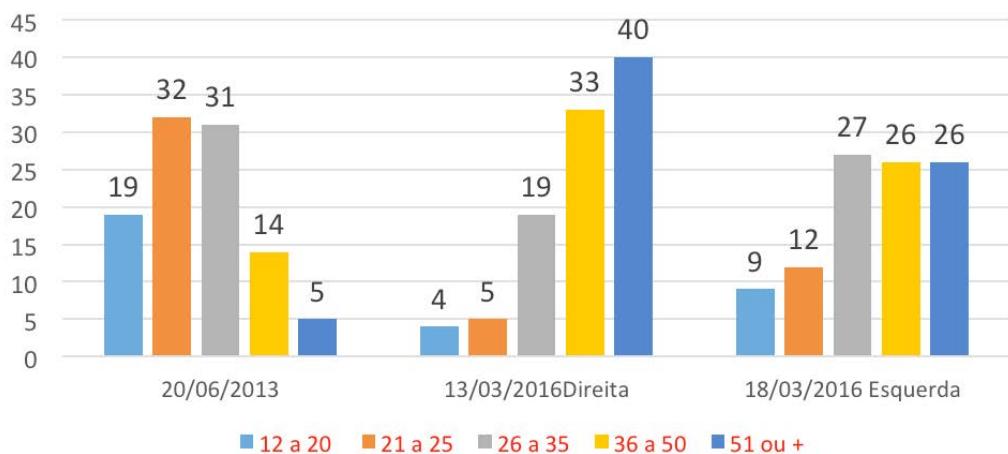


Gráfico 3. Manifestações em São Paulo, Av. Paulista – Idade (Fonte: DataFolha).

Os números referentes à renda dos participantes – com base em pesquisas do DataFolha e agora também do IBOPE – apresentam diferenças, sendo os direitistas paulistanos os mais ricos (63% recebendo mais de 5 salários mínimos ao mês), enquanto em todo o Brasil os manifestantes de 2013 eram os mais pobres (45% ganhando até 5 salários mínimos). Mas, conforme os dados a seguir, nota-se que as manifestações de 2013 em várias cidades também foram as que tiveram maior número de participantes com renda superior a dez salários mínimos, 23%, atestando o caráter multifacetado daquele evento, que reuniu tanto os setores escolarizados mais ricos como os mais pobres.

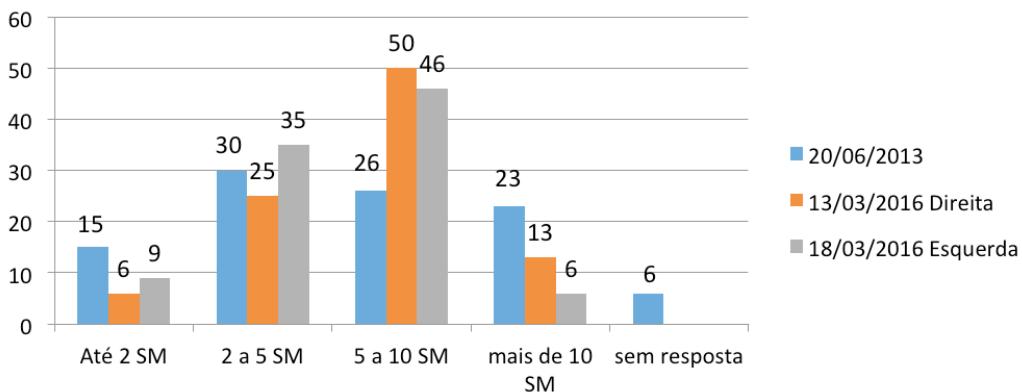


Gráfico 4. Manifestações no Brasil – Renda (Fontes: DataFolha, 2016, em São Paulo; IBOPE, 2013, no Brasil).

Comparando os dados por idade, renda, sexo e escolaridade, verifica-se a participação central dos setores escolarizados, e um pouco mais masculinos, nas três grandes manifestações. Entretanto, elas tiveram discrepâncias significativas no que se refere à renda e à idade. Então, cabe tentar compreender os vetores

diferenciados que levaram tanta gente das camadas médias escolarizadas às ruas nos últimos tempos, em atos com sentidos políticos diferentes.

Essas manifestações expressam um processo cultural que vem ao menos desde o fim dos anos 1950, que foi acelerado no novo século. Ele envolve ao mesmo tempo a democratização (expansão do acesso à educação e à cultura), e a massificação (submissão à racionalidade da sociedade produtora de mercadorias), no contexto de modernização periférica, com a ampliação do público e do mercado cultural, com a generalização da lógica produtiva de bens simbólicos da indústria cultural.

ACESSO RECORDE AO ENSINO SUPERIOR

Esse processo pode ser detectado pelo aumento no acesso ao ensino superior, conforme os dados do gráfico a seguir, que expressam bem o salto enorme no século XXI: para uma população brasileira que era de cerca de 70 milhões em 1960 (com menos de 100 mil universitários), e de 170 milhões de pessoas em 2000 (com pouco mais de dois milhões e meio de universitários), chegou-se em 2013 a mais de sete milhões de estudantes no ensino superior para uma população em torno de 201 milhões, contando também os números do ensino à distância. O total de matriculados chegou a mais de oito milhões em 2015.² Um salto que – conforme minha hipótese – está no centro das mudanças culturais e simbólicas que vêm abalando a sociedade brasileira, mesmo sem mudanças de fundo econômicas ou institucionais. Ele envolve um processo de ampliação de direitos que não cabe mais na armadura institucional vigente. O salto lembra em proporção o aumento ocorrido nos anos 1960, que esteve na base da agitação cultural e política do período. Mas agora em números absolutos muito maiores. Naquela oportunidade, junto com a repressão, houve o chamado “milagre econômico”, que deu emprego aos contingentes formados, os quais, não obstante, seguiram em parte como críticos da ditadura.

2 Em decorrência da crise econômica e institucional, esse número estancou em 2016, conforme matéria da *Folha de S. Paulo*, com dados do Censos Educação Superior do MEC (“Ensino Superior tem estagnação de matrículas inédita desde 2006”, 01/09/2017, p. B6).

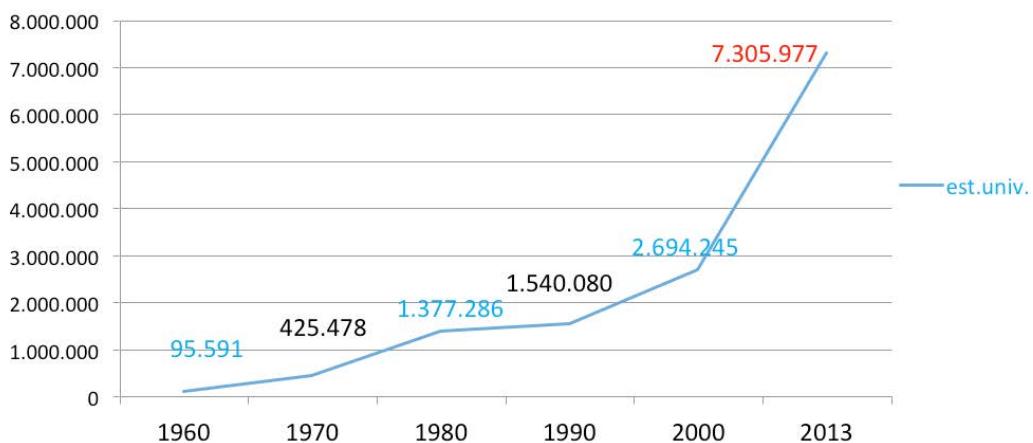


Gráfico 5. Universitários no Brasil (Fonte: MEC – Censos Educação Superior).

A maior parte dos estudantes universitários está no setor privado, em escolas de qualidade acadêmica questionável, muitas vezes em cursos como Pedagogia e Administração de Empresas, de baixo custo para os empresários do setor e que raramente se adequam aos padrões acadêmicos desejáveis. Mas também houve notável expansão do sistema universitário público, como atestam os dados abaixo:

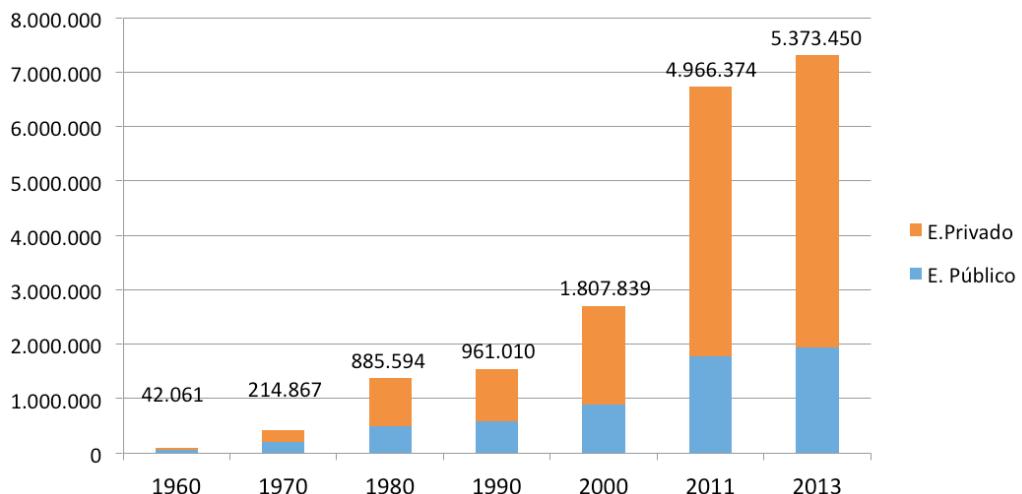


Gráfico 6. Universitários no Brasil (fonte: MEC – Censos Educação Superior).

Nota-se que, em 2013, o ensino privado atendia a mais de 73% do alunado, confirmando a tendência que vinha do tempo da ditadura militar, quando os matriculados na escola pública passaram a ser minoria. De 2000 a 2013, os matriculados nas escolas privadas quase triplicaram, mas também houve aumento do ensino estatal, que mais do que dobrou o número de alunos atendidos em menos de 15 anos, chegando a quase dois milhões em 2013.

Esse tipo de expansão do ensino tende a apresentar problemas, como desistência de muitos alunos antes de terminar o curso, seja por dificuldades para acompanhar, seja pela falta de recursos, com revelam os dados a seguir, que apontam para uma evasão escolar de mais de 17% no ensino público, chegando a mais de 27% no privado.

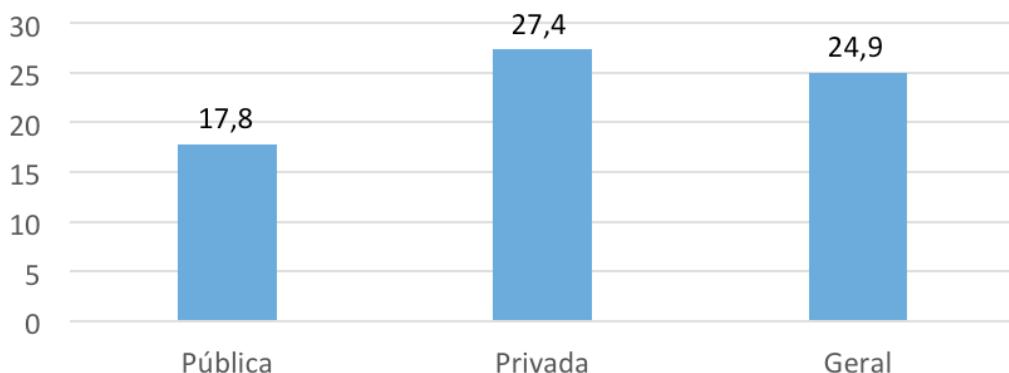


Gráfico 7. Taxa de evasão no ensino superior presencial (Fonte: Mapa do Ensino Superior no Brasil – 2015)³.

A área de educação universitária é um bom exemplo da política dos governos federais comandados pelo PT: optaram pela conciliação de interesses contraditórios a fim de encontrar menor resistência. No caso, houve ampliação tanto do ensino superior público como do privado, mantendo-se a estrutura estabelecida no setor. Buscava-se agradar a todos com mudanças pontuais, sem mexer nas estruturas, cativando tanto os donos das escolas – que ganhavam muito com o financiamento dos estudantes pelo governo – como os alunos pobres e suas famílias que, frequentemente, pela primeira vez em gerações, conseguiam ter um membro na universidade, não raro no ensino público, beneficiados por uma política crescente do estabelecimento de cotas para não brancos e de baixa renda. Os dados a seguir, de 2013, são expressivos: quase 30% dos universitários eram os primeiros de suas famílias a entrar no ensino superior. E 56% do total era de alunos que estudaram no segundo grau em escola pública.

3 Assessoria Econômica do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior, p.12, <http://convergencia.com.br/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>. Consulta realizada em 3 de dezembro de 2017.

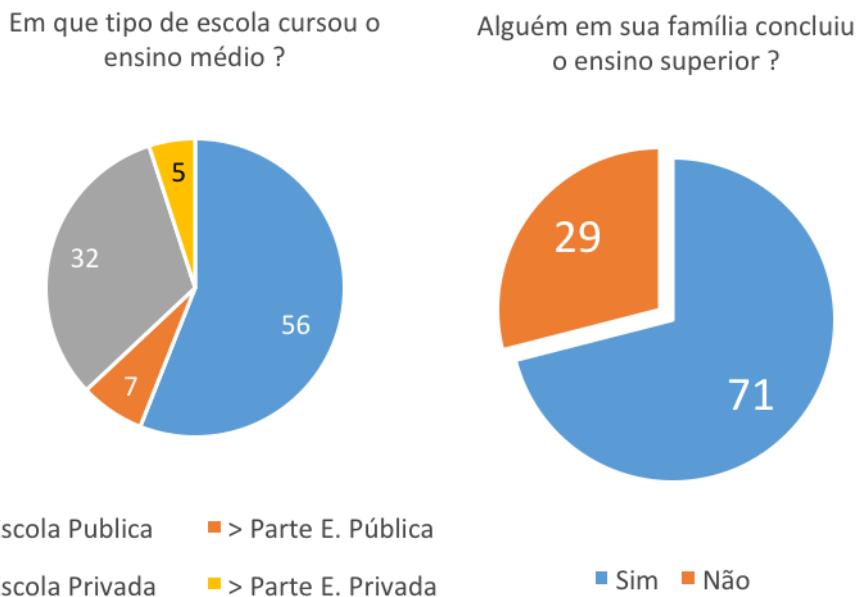


Gráfico 8. Origem dos universitários no Brasil (Fonte: Censo da Educação Superior 2013)⁴.

Ainda mais surpreendente é o aumento do acesso de não brancos ao ensino superior. Mesmo que os brancos sigam sendo maioria, a participação dos negros na universidade (8%) já equivale a sua presença proporcional na população. Os autodeclarados pardos, pouco mais de 43% da população em geral, constituem 31% dos universitários, como revelam os dados abaixo:

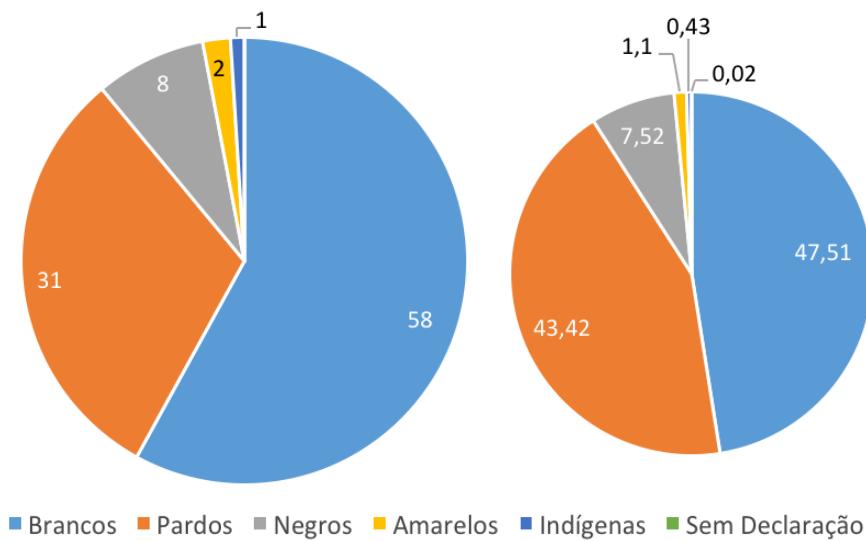


Gráfico 9. Distribuição étnica no Brasil - Alunos do Ensino Superior (Fonte: Censo E. Superior 2013); População em geral (Fonte: Censo IBGE, 2010).

4 *Acesso e Permanência no Ensino Superior*, José Francisco Soares (Presidente do INEP), http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17199-cne-forum-educacao-superior-2015-apresentacao-10-jose-soares&Itemid=30192. Consulta realizada em 3 de dezembro de 2017.

Essa inclusão social não alterou a organização do ensino superior privado como um negócio, que nesse contexto se tornou um dos mais rentáveis, envolvendo bilhões de reais, seguindo a mesma tendência geral de concentração de capital dos demais ramos da economia, e ainda com incentivos do governo. Os dados a seguir expressam a magnitude do empreendimento:

Tabela 1. Maiores grupos educacionais privados do Brasil (Fonte: Hoper Educação; *Folha de S. Paulo*, 29/06/2017, p. A24).

	Receita líquida (em milhões de reais)*	Matrículas em 2016**	Participação no mercado (%)
Kroton (inclui Anhanguera, Unopar, Fama, Pitágoras, Uniderp)	5.244,70	877.033	14,4
Estácio (inclui Uniseb)	3.184,50	436.300	7,2
Unip	2.641,60	403.358	6,6
Laureate (inclui Anhembi-Morumbi, FMU, UniNorte)	2.111,40	245.921	4,1
Ser Educacional (inclui Univeritas)	1.125,40	137.194	2,3
Uninove	810,40	131.733	2,2
Cruzeiro do Sul Educacional	573,20	102.286	1,7
Anima	1.076,30	85.138	1,4
Devry	800,00	75.000	1,2
Unicesumar	379,00	66.960	1,1
TOTAL DO SETOR PRIVADO	54.874,70	6.071.429	

*estimativa; **presencial e à distância.

Os grupos Anhanguera e Kroton fundiram-se em 2013, quando eram os dois maiores no ramo. Em 2016, o grupo Kroton fez oferta de R\$ 5 bilhões para adquirir o vice-líder (Estácio), disputando a compra com o Ser Educacional. A transação acabou por não ser realizada, pois não obteve o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão do governo federal, que vetou o negócio para evitar o excesso de concentração num “mercado potencial de 12 milhões de alunos no segmento”, segundo a *Folha de S. Paulo* (29/06/2017, p. A24). Mas os dados dão uma ideia do montante envolvido no setor, que tem contado com apoio do Estado. Vejam-se, por exemplo, alguns números do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) do Ministério da Educação (MEC):

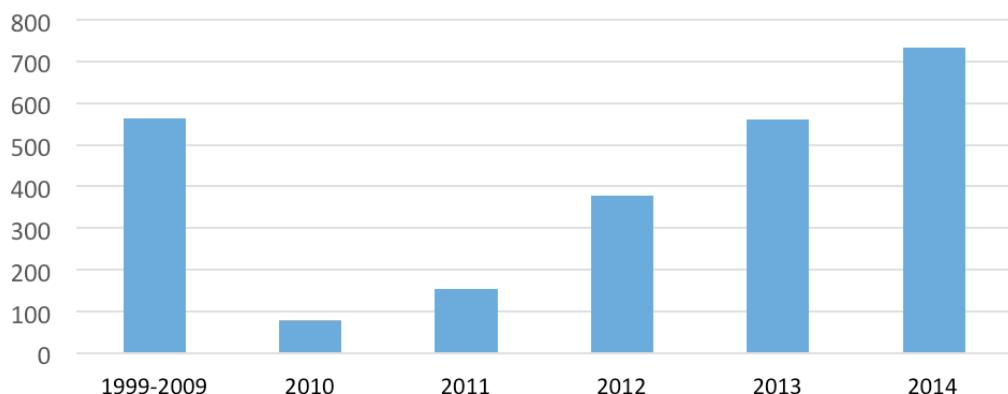


Gráfico 10. Contratos firmados – FIES, em milhares (Fonte: Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2015)⁵.

Os dados apontam o forte investimento do Estado. Os mais críticos diriam que, assim, o governo financia e compactua com o sistema de ensino privatizante e de baixa qualidade, que vende ilusões de ascensão social. Mas essa política abriu as portas da universidade a milhares de jovens das camadas populares, especialmente as não-brancas.

Outros indicadores de investimento no estudantado dizem respeito à internacionalização, como constatou o Portal Terra: o número de brasileiros que realizaram estudos no exterior aumentou 500% na última década e, apenas em 2014, cerca de 230 mil jovens estudaram fora do Brasil, informou nesta segunda-feira a Associação Brasileira de Organizações de Viagens Educacionais e Culturais (Belta). A maioria dos brasileiros busca aprender ou aperfeiçoar uma segunda língua, mas, nos últimos anos, aumentou de maneira notável o número de jovens que fazem um curso universitário fora do país. De acordo com a Belta, isto foi possível, em parte, graças ao programa Ciências Sem Fronteiras, que desde 2011 ofereceu bolsas de estudos em universidades estrangeiras para mais de 83 mil estudantes do Brasil, em centros universitários de países como Canadá, Estados Unidos e Austrália.⁶

Ou seja, especialmente nos governos de Lula e Dilma, houve um inusitado aumento de investimento governamental no ensino superior. Surge uma juventude crescentemente escolarizada e que trabalha. Mas não se deve esquecer que cerca 70% dos jovens entre 18 e 24 anos não estavam na escola, conforme levantamento

5 Assessoria Econômica do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior, p.14. <http://convergencia.com.br/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>. Consulta realizada em 3 de dezembro de 2017.

6 Portal Terra, 9/3/2015, http://noticias.terra.com.br/educacao/numero-de-brasileiros-que-estudam-no-exterior-aumenta-500-em-uma-decada_1ca7c3e8dd0oc410VgnCLD20000ob1bf46d0RCRD.html. Consulta realizada em 3 de dezembro de 2017.

tamento do Ipea para 2009 (com base no Pnad/IBGE). Muitos deles deverão estar nos bancos escolares nos próximos anos, outros serão “nem, nem” (nem escola, nem trabalho). Seja como for, há uma tendência à mudança na escolaridade da população e no perfil dos trabalhadores, cada vez mais escolarizados e com acesso crescente à tecnologia nas comunicações e na cultura, apesar dos limites qualitativos do processo.

DADOS DA DEMOCRATIZAÇÃO E MASSIFICAÇÃO DA CULTURA

A velocidade do processo de democratização e massificação da cultura pode ser detectado por indicadores como o acesso acelerado ao uso de telefones celulares, que em menos de dez anos passou de cerca de um terço para mais de dois terços da população, conforme os dados seguintes:

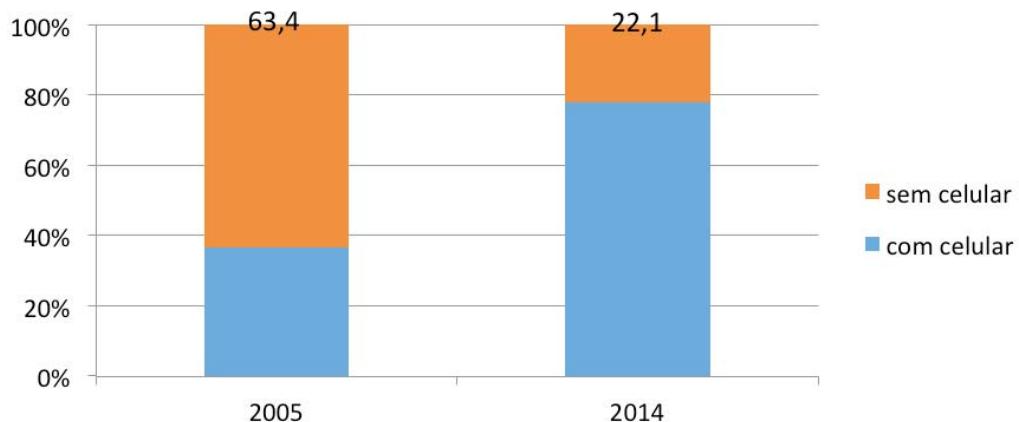


Gráfico 11. Proprietários de telefone celular pessoal, em % da população com mais de 10 anos (Fonte: IBGE/PNAD 2015).

Um outro aspecto muito notado, com fortes implicações simbólicas, tem sido o aumento no número de passageiros em voos pelo Brasil, que foi da ordem de 170% em dez anos, a contar de 2004. Uma pesquisa da Secretaria de Aviação Civil apontou que 117 milhões de passageiros voaram de avião em rotas nacionais em 2014, conforme matéria do R7 Notícias, de 22/10/2015.⁷

O rápido aumento do número de brasileiros com acesso à internet também é expressivo das mudanças culturais e simbólicas em curso. Houve um salto de

⁷ <http://noticias.r7.com/brasil/numero-de-passageiros-em-voos-pelo-brasil-cresceu-170-em-dez-anos-22102015> Consulta realizada em 3 de dezembro de 2017.

35 para 120 milhões de pessoas nesse quesito, entre 2006 e 2014, conforme os dados a seguir:

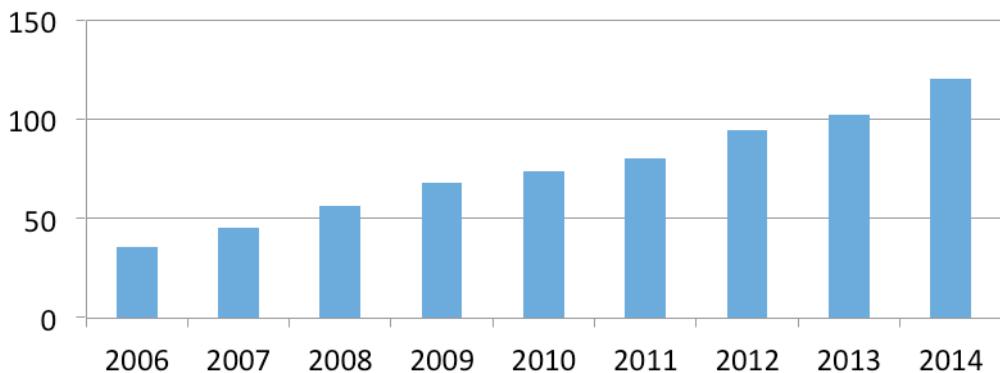


Gráfico 12. Acesso à internet no Brasil, em milhões de pessoas (Fonte: IBOPE).

Esse acesso crescente da população à internet – que é uma característica mundial do capitalismo na era digital – ajuda a entender as mobilizações para as manifestações de rua recentes. Por exemplo, dados do IBOPE referentes à participação em atos de protesto em oito capitais no dia 20/6/13 apontam que 62% dos participantes souberam das manifestações por intermédio do *Facebook*:

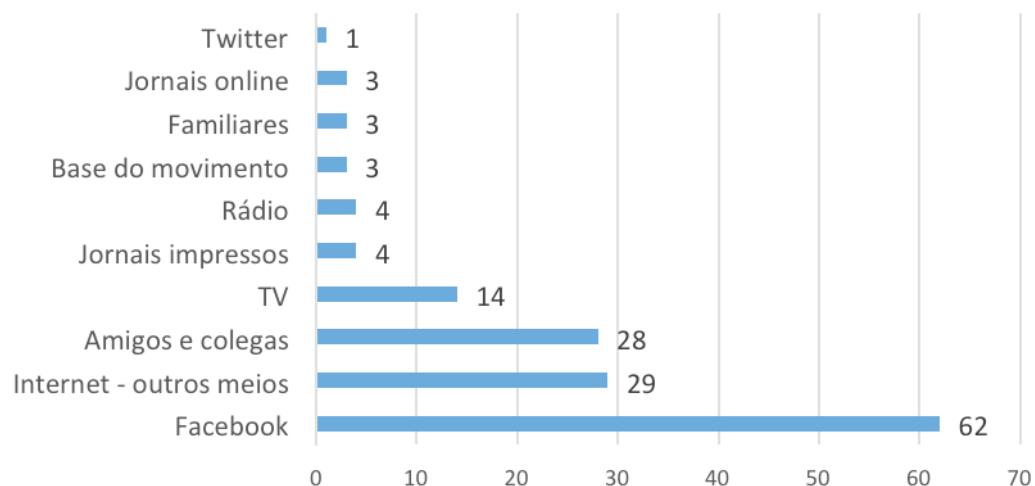


Gráfico 13. Como soube da realização da manifestação de hoje? (Fonte: IBOPE)⁸.

O aumento do uso da internet para informação é expressivo, enquanto jornais e revistas são cada vez menos usados. Mas o rádio e especialmente a televisão seguem sendo os meios mais utilizados, como indicam os dados a seguir:

⁸ Disponível em <http://especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes/>. Consulta realizada em 01 de fevereiro de 2017.

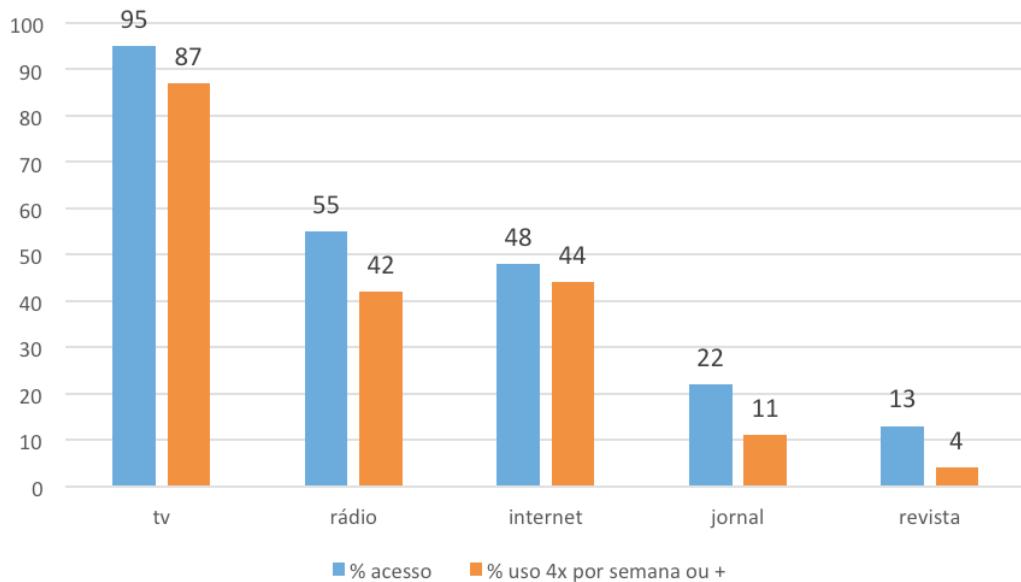


Gráfico 14. Uso dos meios de comunicação no Brasil, 2015 (Fonte: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2015 (IBOPE, mais de 18 mil entrevistas)⁹.

A televisão continua muito assistida no país, por 95% da população. 87% assistem quatro dias por semana ou mais, sendo que 73% ligam o aparelho todos os dias. Em média, cada telespectador vê quatro horas e 31 minutos por dia da semana e quatro horas e 14 minutos nos finais de semana. 79% dizem que usam a televisão “para se informar, saber as notícias” (Brasil, 2015: 15-28). Justamente por isso é o meio que mais atrai investimentos em publicidade. Em segundo lugar vem o rádio, com 55%.

Ou seja, o poder de comunicação do rádio e especialmente da televisão segue sendo muito expressivo, mas é um terceiro meio que vem tendo audiência crescente sobretudo entre os jovens: a internet. Ela já ocupa o segundo lugar, se computadas apenas as pessoas que a acessam quatro vezes por semana ou mais (44% contra 42% para o rádio). 48% dos brasileiros têm acesso à internet, conforme os dados de 2015, 37% usam o serviço diariamente e 44% ao menos quatro dias da semana. Os jovens entre 16 e 25 anos são os usuários mais expressivos, 67% acessam diariamente e apenas 20% não usam a internet. Dentre as pessoas com ensino superior, só 12% não a utilizam. O meio é mais acessado proporcionalmente pelos

9 <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Consulta realizada em 3 de dezembro de 2017. Todas as referências a esse relatório aparecem entre parênteses, no texto, como “Brasil, 2015”.

mais ricos: 76% dos que têm renda familiar acima de 5 salários mínimos. O uso é mais frequente quanto maior o porte do município. No geral, cada usuário acessa a internet em média quatro horas e 59 minutos no meio de semana e 4 horas e 24 minutos nos finais de semana. 67% dos usuários afirmam usar a internet para se informar (Brasil, 2015: 49-64).

Esses indicadores ajudam a entender, por exemplo, a disputa pela cobertura das manifestações de rua de junho de 2013, que questionaram a imprensa, radiofônica e televisiva, identificando nela uma conivência inaceitável com a ordem estabelecida. Cenas de hostilidade a esses meios foram frequentes, como ataques a veículos de redes de televisão. A surpresa com os acontecimentos e a necessidade de competir com as mídias sociais pela informação gerou uma cobertura inédita da imprensa escrita, do rádio e sobretudo da televisão, que se sentiram ameaçados pelo uso da internet e trataram de intervir, buscando influenciar os rumos do movimento. As longas horas ao vivo, dedicadas pelas principais emissoras de televisão, especialmente após as manifestações de rua expressivas nas principais cidades em 17 de junho, em parte mudaram o viés preconceituoso das primeiras coberturas. Elas provavelmente colaboraram para a presença maciça de pessoas nas ruas nos dias seguintes, até quase o final do mês. Assim como ajudaram a mobilizar as massas em favor do *impeachment* da presidente Dilma em 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conjunto, os dados apresentados apontam para mudanças culturais e simbólicas expressivas no século XXI, com a ampliação do acesso à educação e à cultura na era digital, mas de modo massificado. E a estruturação da sociedade brasileira praticamente não mudou: os lugares sociais são os mesmos e cada vez mais disputados. A competição é crescentemente acirrada por vagas nas universidades de qualidade, lugares privilegiados no mercado de trabalho, postos no aparelho de estado, com forte disputa por distinção e prestígio social.

A promessa de ascensão social pelo ensino e a inclusão social pelo consumo – inclusive de bens culturais – geraram muitas esperanças e expectativas nos primeiros anos do século, mas logo seu caráter ilusório se revelou, gerando insatisfação crescente, em especial nos meios intelectualizados. A frustração generalizou-se quando ficou claro que as expectativas não se realizariam. Daí as grandes manifestações de rua de 2013 e as que se seguiram, mobilizando sobretudo os setores mais escolarizados. Imbricaram-se o desejo irrealizado de ascensão, realização e reconhecimento dentro da organização da sociedade como ela é, com certa insatisfação com a mercantilização universal da vida cotidiana

nas condições precárias de trabalho, moradia, saúde, educação e transporte para a maioria. Por exemplo, torna-se cada vez mais difícil pagar planos de saúde e escolas privadas.

Especialmente a juventude escolarizada vem expressando dúvidas sobre a possibilidade de assegurar ao menos o mesmo nível de vida dos pais (para os mais privilegiados), ou ascender socialmente (para os mais pobres). Os dados indicam que se vai gestando uma realidade cultural nova, com altas expectativas que não encontram lugar nem nas instituições (especialmente as políticas), nem na ordem econômica tal qual estabelecida.

Da perspectiva das classes médias estabelecidas – que tradicionalmente ocupam os postos privilegiados do trabalho intelectual, público e privado –, sente-se o risco de perder seus lugares (conquistados por trabalho, mérito ou herança) para os setores emergentes, incluindo não brancos, migrantes internos e minorias. Elas se sentem ameaçadas, até mesmo roubadas, o que se casa com o tema da corrupção, que dá um motivo moral e conscientemente aceitável para o protesto contra a ampliação de direitos sociais, quando não ocorre a adesão aberta a posições racistas, homofóbicas e antidemocráticas.

Entre as camadas intelectualizadas ascendentes, a insatisfação também é grande, mas a perspectiva é outra: detectam que – se há alguma democratização e mobilidade social – elas são muito limitadas. Os anseios de bem-estar rapidamente se chocam com a realidade. As promessas não se cumprem, nem mesmo as de integração social pelo consumo de mercadorias. Os diplomas de nível superior não garantem melhores empregos, nem prestígio ou igualdade social. Esse descontentamento pode levar à busca de transformação mais profunda. Mas a politização é baixa, não raro a insatisfação se volta apenas contra o Estado e os corruptos, fazendo também desses setores ascendentes um solo fértil para práticas antidemocráticas e discursos conservadores.

Essa situação tem gerado respostas à esquerda e à direita. À esquerda, com reivindicações de mudança estrutural, associadas à reinvenção democrática na ocupação do espaço urbano, com o florescimento de movimentos culturais, inclusive nas periferias das grandes cidades (grupos de teatro, criação literária, música, *hip-hop*, produção audiovisual). Já a direita conseguiu dar o tom predominante ao aprovar o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, com anseios de retorno à ordem tradicional e de retomada do neoliberalismo na economia, não hesitando em tomar atitudes antidemocráticas.

Num contexto de recessão econômica, o temor de alguns de perder espaços de poder, prestígio e privilégios, uniu-se ao medo de outros de não conseguir

ganhá-los. Sonhos frustrados, os insatisfeitos foram às ruas, manifestaram-se na internet, agindo como podiam, abrindo possibilidades de ampliar a democracia e também para o autoritarismo frutificar.

Acontecimentos recentes atestam essa polarização. O presidente Michel Temer logo encampou a pauta neoliberal e aprovou no Congresso um projeto que congelou os gastos públicos para os próximos governos, por vinte anos, a fim de realizar o chamado “saneamento das contas públicas”, com prejuízo para investimentos sobretudo em educação e saúde, sem que tivesse obtido mandato nas urnas para implementar propostas desse teor. Depois patrocinou uma reforma trabalhista que possibilita a troca de empregos formais por contratos temporários ou intermitentes, flexibilizando as relações de trabalho para colocar o mercado em sintonia com a desregulamentação na área em âmbito internacional. Mas não obteve sucesso em sua reforma da previdência. Impopular por sua política econômica e fragilizado por denúncias de corrupção, tratou de imprimir uma intervenção militar para garantir a segurança no estado do Rio de Janeiro, sem planejamento estratégico, que logo foi questionada pelos especialistas em segurança pública e por analistas que viram aí uma jogada política para ganhar popularidade.

A intervenção ficou em xeque sobretudo após o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes em março de 2018, provavelmente cometido por inimigos das políticas de direitos humanos e de afirmação popular que ela defendia. Forças de esquerda foram às ruas em protesto em todo o país, mobilizando setores populares para além das classes médias escolarizadas que vinham sendo predominantes nas manifestações. A própria Marielle, negra e favelada de 38 anos, que se formou em Ciências Sociais na PUC do Rio de Janeiro e defendeu o mestrado em Administração na Universidade Federal Fluminense em 2014, encarnava as mudanças culturais e simbólicas referidas neste artigo. Sua trajetória é expressiva do potencial democrático dessas mudanças, e sua execução representa bem a direção oposta.

Nesse contexto, rapidamente as pesquisas passaram a apontar o ex-presidente Lula como favorito para ganhar as eleições presidenciais de 2018, apesar de sua candidatura ser improvável com o cerco de ações judiciais que o tornariam inelegível, sem contar a tradicional má vontade da grande mídia em relação a ele. Lula realizou campanhas mobilizadoras nas ruas em todo o país, sobretudo na região Nordeste, crescendo em suas bases o desejo de um “reformismo forte”, em contraste com as reformas modestas de seus governos. Em reação, sua caravana política foi hostilizada e agredida por segmentos de extrema direita no Sul do país, apoiados não só nas camadas jovens escolarizadas referidas – base de mobilizações

como as do Movimento Brasil Livre (MBL) –, mas também em outros segmentos e classes sociais, como os chamados “ruralistas”, classe dos grandes proprietários fundiários. Eles jogaram pedras, ovos, tomates e usaram de outros recursos para inviabilizar a caravana de Lula, até mesmo atirando em um de seus ônibus na passagem pelo Paraná no fim de março. A escalada de extrema direita no país pode ser atestada também pelo aumento nas intenções de voto do candidato Jair Bolsonaro, que não esconde sua admiração pela “revolução de 1964” e pelo “regime militar” que se seguiu.

Em suma, a situação é complexa e polarizada, num crescendo desde 2013. Não há como ter clareza sobre seus desdobramentos no momento em que fecho a revisão deste artigo, logo após um grande movimento de caminhoneiros que paralisou o país por vários dias no final de maio de 2018, contra o aumento de preços dos combustíveis. Esses caminhoneiros também se beneficiaram das mudanças culturais e simbólicas dos últimos anos aqui mencionadas. Por exemplo, eles tiveram acesso a novas tecnologias, como telefones celulares e redes sociais: foi através do WhatsApp que organizaram o movimento, com uma presença expressiva de setores de extrema direita a pedir o retorno dos militares ao poder.

Os acontecimentos recentes – como a polêmica condenação de Lula pelo Judiciário no caso do “tríplex do Guarujá” e sua prisão em abril de 2018 – expressam o fim de um ciclo histórico cujo início simbólico pode ser sua primeira prisão, em 1980, em meio à greve de metalúrgicos que liderava no ABC paulista, desafiando a ditadura militar. Mas isso seria tema para um outro artigo.

Inevitável e imprevisível, o fortalecimento da direita para além da dicotomia ação e estrutura: o espaço internacional como fonte de legitimação dos Think Tanks latino-americanos

Inevitable and unpredictable, the strengthening of the right beyond the action and structure dichotomy: the international space as a source of legitimacy for latin-american Think Tanks

Maria Caramez Carlotto^a

Resumo O presente artigo parte de uma reconstrução do debate teórico sobre a ascensão da direita conservadora, marcado pelas dicotomias ação/estrutura, local/global e política/economia, para defender uma abordagem que pense a articulação entre essas dimensões através de um olhar estrutural para as novas modalidades de mobilização e circulação internacional de elites locais. Através dessa operação, eu procuro mostrar como essas novas modalidades de atuação internacional ajudam a constituir uma nova posição no espaço de produção e difusão de conhecimento, na figura dos *Think Tanks*. No entrecruzamento de lógicas distintas, os *Think Tanks* passam a disputar espaço com as instituições de ensino superior, em particular as universidades públicas de pesquisa, que viveram um processo de democratização a partir dos anos 2000, período que coincide, justamente, com a crescente expansão e legitimação dos *Think Tanks* na América Latina. Assim, procuro mostrar como essas novas modalidades de atuação do internacional só podem ser compreendidas estruturalmente à luz das hierarquias sociais que constituem a formação de elites intelectuais nessas sociedades nacionais.

Palavras-chave ascensão conservadora; nova direita; *Think Tanks*; ensino superior; circulação internacional.

Abstract This article departs from a reconstruction of the theoretical debate about the rise of the conservative right, marked by dichotomies as action / structure, local / global and politics / economics, to defend an approach that thinks the articulation between these dimensions through a structural look for the new modalities international circulation of local elites. Based on this operation, I try to show how these new modalities of international action constituted a new position in the social space of production and diffusion of knowledge, in the figure of *Think Tanks*. In

^a Professora do Bacharelado de Ciências e Humanidades e de Relações Internacionais e vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial da UFABC.

the intertwining of distinct logics, the Think Tanks began to compete with higher education institutions, in particular public research universities. Those universities had undergone a democratization process since the 2000s, a period that coincides with the growing expansion and legitimization of Think Tanks in Latin America. This article proposes that these new modalities of international action can only be understood structurally, that means, in light of the social hierarchies that constitute the formation of intellectual elites in these national societies.

Keywords conservative rise; new right; Think Tanks; higher education; international circulation.

INTRODUÇÃO

*No great historical event is better calculated than the French Revolution to teach political writers and statesmen to be cautious in their speculations; for never was any such event, stemming from factors so back in the past, so inevitable and yet so completely unforeseen (TOCQUEVILLE, *The Old Regime and the French Revolution*, 1856)¹*

O fortalecimento de partidos políticos e movimentos sociais situados à direita do espectro político é um fenômeno que tem chamado a atenção das ciências sociais contemporâneas. Um dos aspectos mais interessantes desse processo é o fato dele estar acontecendo, simultaneamente, em diferentes contextos nacionais. O caráter sincrônico do fenômeno parece sugerir que ele independe da ação social de setores nacionais específicos, resultando, antes, da dinâmica estrutural da economia internacional. Por outro lado, estudos mais aprofundados sobre a história desses movimentos sugerem que eles vêm sendo construídos ao longo de décadas, implicando um enorme esforço de organização, mobilização e articulação sem o

1 A sugestão de usar esta passagem de *O Antigo Regime e a Revolução*, de Alexis de Tocqueville, como inspiração para o título e epígrafe deste artigo surgiu na leitura do livro de Jerome Himmelstein *To the Right: the transformation of American Conservatism* (HIMMELSTEIN, 1990). Neste livro, Himmelstein mobiliza esta tradução do inglês, de 1955, feita por Stuart Gilbert. No entanto, é importante frisar que essa tradução é imprecisa. No original, o trecho que abre a primeira parte do livro de Tocqueville diz “Il n'y a rien de plus propre à rappeler les philosophes et les hommes d'État à la modestie que l'histoire de notre Révolution; car il n'y a eut jamais d'événements plus grands, conduit de plus loin, mieux préparés et moins prevues” (TOCQUEVILLE, 1967, p.56). A tradução brasileira do livro feita por Yvonne Jean é mais fiel ao original e diz: “Nada mais indicado para recordar a necessidade de modéstia que a história da nossa Revolução, pois nunca houve acontecimentos maiores, conduzidos de mais longe, melhor preparados e menos previstos” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 51). Mesmo reconhecendo que a tradução é imprecisa, decidi mantê-la na epígrafe porque ela ilustra melhor as ideias que quero trabalhar, de inevitabilidade e, ao mesmo tempo, imprevisibilidade. É essa ideia, que remonta tanto à importância de fatores estruturais quanto à ação social, que quero preservar.

qual não se pode explicar essa “ascensão conservadora”. De novo, parece que nos deparamos com a clássica dicotomia ação/estrutura, aqui expressa sob a forma de uma aparente tensão entre a dimensão global e local, ou entre economia e política.

Neste artigo, eu procuro sugerir que uma forma de enfrentar esse problema é estudar, justamente, a *ação* política internacional desses movimentos a partir de uma chave *estrutural*. Não só porque a sua articulação internacional ajuda a explicar, empiricamente, o caráter simultâneo de tais fenômenos mas, sobretudo, porque a propulsão contemporânea das elites nacionais para o espaço internacional só pode ser explicada estruturalmente, constituindo-se como um elo de ligação entre ação e estrutura que permite compreender melhor a natureza desses processos.

Em termos mais concretos, partindo de uma literatura que pensa a estratégia internacional das elites nacionais de uma perspectiva estrutural (BOURDIEU, 1989; DEZALAY; GATH, 2002; DEZALAY; MADSEN, 2013; ENGELMAN, 2013; GUILHOT, 2005; 2011), proponho pensar a crescente legitimização dos *Think Tanks* latino-americanos como espaços de produção de conhecimento a partir da sua vinculação internacional, que passa tanto por redes formais de articulação quanto por novas modalidades de circulação internacional dos seus membros. Mas essa nova forma de atuação dos *Think Tanks* e dos seus dirigentes só se torna plenamente comprehensível à luz das mudanças estruturais que atingiram o campo de produção e reprodução de conhecimento a partir dos anos 2000, especialmente o processo de democratização das instituições públicas de educação superior.

O presente artigo sistematiza os resultados de uma pesquisa em andamento que procura analisar a atuação internacional de *Think Tanks* latino-americanos e seus líderes em diferentes níveis, enfatizando, por sua vez, as dimensões estruturais que impelem as elites desses países para o espaço internacional. Para tanto, divide-se em três partes, para além da introdução e conclusão. Na primeira, apresento duas vertentes contemporâneas que procuram explicar a ascensão da “nova direita”: uma, que coloca peso nos fatores estruturais; outra que pensa o processo de construção social desses movimentos ao longo das últimas décadas, para, a partir dessa reconstrução, defender uma abordagem teórica que ponha em diálogo os dois níveis, através de um olhar estrutural para a ação internacional. Na segunda parte, procuro analisar a ascensão dos *Think Tanks* latino-americanos, mostrando como o seu apelo à dimensão internacional é constitutiva da sua afirmação como uma nova posição no espaço de produção e distribuição de conhecimento na região. Na terceira parte, volto-me para os fatores estruturais que levariam as elites nacionais que atuam nesses espaços a buscar novas formas de atuação internacional,

mostrando como isso ilumina as disputas contemporâneas pela imposição da “excelência” no espaço de produção e distribuição de conhecimento. Na conclusão, retomo o que considero as principais contribuições da presente pesquisa.

1. ESTRUTURA INTERNACIONAL OU MOBILIZAÇÃO LOCAL? LINHAGENS EXPLICATIVAS DA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

A polarização política e o fortalecimento da “direita”² que, na maior parte dos casos, lhe é correspondente são, definitivamente, fenômenos internacionais. O sociólogo Alvaro Comin, em um artigo recente publicado na *Novos Estudos*, sintetizou o caráter claramente internacional desse processo: “A última década e meia se caracterizou por uma onda de polarização social e política que atingiu praticamente *todas as regiões do globo*” (COMIN, 2017, p. 59, grifos colocados). De fato, ao longo do seu texto, Comin mostra como dos Estados Unidos ao Irã, passando pelo Egito, Tunísia, Turquia e Brasil, sem falar dos países da Europa e da Ásia, é possível observarmos processos importantes de polarização política, mesmo que nem sempre faça sentido pensá-los a partir das categorias de “direita” e “esquerda”, já que os rótulos identitários que organizam essas diferentes oposições são diversos e dispersos.

Ainda assim, é inegável que a polarização política e, na maior parte desses casos, a ascensão de movimentos e partidos identificados com a direita do espectro político são processos que estão emergindo simultaneamente em todo o mundo. O caráter sincrônico desses fenômenos que surgem de modo homólogo nos mais diferentes contextos nacionais reabriu um interessante debate sobre o peso dos fatores estruturais, ligados à dinâmica da economia mundial, na conformação dos embates políticos em nível local. Nessa linha, uma guinada estruturalista da teoria social parece ganhar força.

Um autor emblemático desse movimento é o escocês Mark Blyth. Depois de se tornar uma voz influente nas ciências sociais ao defender, contra o economicismo preponderante nas análises sobre a economia, que a promoção de políticas de austeridade, no contexto do chamado neoliberalismo, não se explicava nem pela eficiência dessas políticas, nem, ao contrário, pela pura potência econômica dos

2 O presente artigo tenta evitar, propositalmente, definir o que seja a “direita” ou a “nova direita” brasileira e latino-americana pelo seu conteúdo específico. Isso porque reconhece que um dos problemas centrais a ser estudado é, justamente, a dinâmica complexa de nomeação e autonomeação, com seus jogos de inclusão e exclusão, que determinam as posições centrais do espectro político. Nesse sentido, é possível reconhecer uma ascensão da direita contemporânea no Brasil e na América Latina justamente porque crescem os grupos que se autodefinem como “de direita”, fenômeno novo depois que décadas de regimes autoritários na região tornaram a categoria quase impronunciável na esfera política local (PIERUCCI, 1987).

interesses que lhes davam sustentação, mas sim pela força da ideia ela mesma, pensada como um consenso cognitivo socialmente construído (BLYTH, 2017), Blyth está, hoje, na linha de frente dos defensores do estruturalismo macroeconômico como base para análises políticas.

Em artigo de 2017, publicado em parceria com Matthias Matthijs, o autor do recém-traduzido *Austeridade: a história de uma ideia perigosa* (BLYTH, 2017) sugere a necessidade de operar uma inflexão em relação ao construtivismo cognitivo que orientou o seu trabalho até então. No lugar de uma ênfase na análise da ação social inerente à construção e à difusão de “consensos”, Blyth e Matthijs reivindicam uma economia política mais estruturalista, ancorada em uma abordagem “macroeconômica”, que lança luz sobre as dimensões estruturais dos processos políticos (BLYTH; MATTHIJS, 2017). Para eles, essas dimensões estruturais são não apenas econômicas, mas também internacionais, e servem para enfrentar o erro de grande parte das análises políticas que operam um “reducionismo metodológico” ao “estudar a dinâmica da política doméstica isolando-a de *um contexto internacional mais amplo e de [seus] macroprocessos*” (BLYTH; MATTHIJS, 2017, p. 206, grifos colocados).

A ambição da economia política internacional defendida por Blyth e Matthijs nesse artigo é explicar a crise de 2008, o Brexit, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e outros fenômenos políticos semelhantes que apontam para uma conservadora “revolta neo-nacionalista no ocidente” como parte de um “mesmo processo histórico” (BLYTH; MATTHIJS, 2017, p. 205), cuja lógica é determinada pela economia global. A economia global, nesse caso, é pensada como um sistema fechado que gera choques endógenos pelo seu próprio desenvolvimento, portanto, independentemente da ação social e política visando a construção de consensos cognitivos através da produção e difusão de valores, ideias e visões de mundo (BLYTH; MATTHIJS, 2017).

A inspiração central de Blyth e Matthijs é um pequeno artigo de Michael Kalecki publicado em 1943 chamado “Aspectos políticos do pleno emprego”. Nesse texto, considerado, por muitos, visionário, Kalecki deduz, da dinâmica econômico-política interna ao capitalismo, os elementos que levariam à crise inevitável das políticas de pleno emprego que estavam sendo desenhadas na Europa e nos Estados Unidos no contexto do pós-guerra. Segundo Kalecki, embora a intervenção estatal na economia visando a garantia dos níveis de investimento, emprego e renda fosse, nos anos 1940, amplamente aceita pelo pensamento econômico, subsistia uma oposição, por parte dos “experts em economia largamente conectados com a indústria e os bancos” (KALECKI, 1943, p.3) à promoção de tais políticas.

Essa oposição cognitiva, inerente ao debate econômico e inspiradora de oposições no plano político e partidário, embora importante, não seria, no entanto, a causa última do abandono das políticas ditas de “pleno emprego”. Para Kalecki, a causa essencial derivaria, na verdade, da própria dinâmica econômica capitalista: mesmo gerando lucro e expansão, a promoção do pleno emprego aumentava o poder de barganha dos trabalhadores, minando “a disciplina das fábricas” e a “estabilidade política” do sistema (KALECKI, 1943, p.3). Consequentemente, “o instinto de classe [dos líderes de negócios] os sugere que a permanência do pleno emprego é inconveniente do seu ponto de vista, e que o desemprego é parte integral do sistema capitalista *normal*” (KALECKI, 1943, p.3).

Assim, sem desconsiderar completamente a importância da mobilização política necessária à construção de consensos hegemônicos de “direita” ou de “esquerda”, Kalecki procurava explicar as inflexões no âmbito político pelas dinâmicas estruturais inerentes à economia capitalista, marcada pela oposição entre interesses de classe de trabalhadores e capitalistas financeiros e industriais. O fato de Kalecki ter descrito, com trinta anos de antecedência, as alianças que fundamentariam uma guinada neoliberal na condução da política econômica a partir dos 1970, e ao propor que a hegemonia neoliberal seria igualmente cíclica e entraria, ela também, em crise, aumenta, contemporaneamente, o apelo do seu estruturalismo macroeconômico de inspiração marxista. A crise do neoliberalismo seria consequência, nessa perspectiva, de dinâmicas econômicas que estariam na raiz, em última instância, de todo o processo político, seja nas disputas políticas tecnocráticas, seja nas batalhas políticas *stricto sensu*.

Essa inspiração estruturalista marca a análise de Blyth e Matthijs (2017), mas também a do sociólogo alemão Wolfgang Streeck (2013; 2016). Em *Política na era da austeridade*, organizado em parceria com Armin Schäfer, por exemplo, Streeck vai atribuir toda a recente crise da democracia representativa e as turbulências políticas dela derivadas à “maturação dos regimes de bem-estar social”, compreendida como um processo quase natural, portanto, independente das disputas políticas pela construção de consensos e visões de mundo (SCHÄFER; STREECK, 2013). A redução da margem de manobra do Estado, pelo “amadurecimento” do regime de bem-estar e a consequente ascensão de uma “era de austeridade”, é o que explica, em última instância, toda a *démarche* política do período recente. Em outros trabalhos, Streeck (2013; 2016) vai colocar sua ênfase sobre a crise de acumulação capitalista, que desde os anos 1970 levaria o capitalismo ao que alguns chamam de “estagnação secular”, gerando consequências políticas como a crise da democracia representativa e a ascensão de movimentos conservadores de caráter populista. A

síntese do seu argumento é clara: “Se tratarmos a crise [de 2008] como uma fase intermediária numa longa sequência evolutiva, verificar-se-á que os paralelos e as interações entre os países capitalistas superam de longe as [suas] diferenças institucionais e econômicas” (STREECK, 2013, p. 20).

Essa seleção não exaustiva de autores que estão pensando os processos políticos contemporâneos pelas lentes da estrutura econômica internacional³ serve para mostrar a importância que a explicação estruturalista vem recobrando contemporaneamente. Para essa perspectiva, a ascensão do neoliberalismo, a partir dos anos 1970, e, mais recentemente, o fortalecimento do conservadorismo religioso e/ou nacionalista – dois componentes importantes da direita brasileira contemporânea – se explicariam por fatores macroeconômicos mundiais, numa chave estrutural interessada antes nas sincronias e homologias internacionais do que nas especificidades dos fenômenos nacionais, que pressupõem a existência de trajetórias históricas singulares e, portanto, de ação social em sentido estrito.

Porém, se as explicações pautadas em fatores macroestruturais acertam ao enfrentar o desafio de olhar para além dos contextos nacionais, retirando inteligibilidade da comparação internacional em um cenário em que, de fato, os processos político-econômicos estão imbricados globalmente, por outro lado, elas falham ao abandonar, muito rapidamente, os fatores socioculturais de origem local que dão densidade para esses processos e podem explicar, em última instância, o seu desfecho. E eles importam não só porque as categorias de organização desses conflitos políticos variam segundo o contexto nacional em que se desenham o jogo político, mas também porque são elas que permitem acessar “os sentidos envolvidos para os agentes desses conflitos” (COMIN, 2017, p. 59) e, portanto, a própria ação política que é capaz de explicar, se não a polarização, pelo menos o seu desfecho, para um ou outro polo.

Em outras palavras, se os estruturalistas acertam ao explicar a “inevitabilidade” da ascensão da direita em plano nacional e internacional, elas falham ao não dar conta da sua “imprevisibilidade”. Por que, mesmo sendo estruturalmente esperada, todo mundo, inclusive os estruturalistas, foram pegos de surpresa pela força contemporânea das ideias “de direita” no plano econômico e cultural?

Essa pergunta abre o livro de Jerome Himmelstein intitulado *To the right: the transformation of American Conservatism* (HIMMELSTEIN, 1990). Dialogando sobretudo com a tradição sociológica norte-americana, o livro de Himmelstein é

3 Embora não seja exaustiva, o levantamento procurou dialogar com autores que têm impacto, muito recentemente, no debate teórico das ciências sociais, particularmente no Brasil.

parte de uma outra vertente teórica, também em expansão no contexto atual, que procura explicar os processos políticos de ascensão do neoliberalismo econômico e, mais contemporaneamente, o fortalecimento do conservadorismo, através da reconstrução dos movimentos políticos que produziram e reproduziram essas ideias em contextos locais específicos.

O livro de Himmelstein é interessante justamente por romper explicitamente com uma leitura tácita das ciências sociais norte-americana dos anos 1950, 1960 e 1970 (BELL, 1963, 1965; LIPSET; RAAB, 1978; LUBELL, 1965) que considerava o surgimento de movimentos de direita, em especial da direita radical conservadora, “uma erupção episódica na vida política norte-americana, um grito de protesto fútil contra a transformação social inexorável, uma resposta emocional e transitória ao sentimento de deslocamento social” (HIMMELSTEIN, 1990, p. 2). Embebidos nos pressupostos da teoria da modernização, esses autores consideravam a mobilização da direita conservadora uma reação quixotesca a mudanças profundas e inevitáveis que ocorriam nas sociedades “modernas”, em particular, e eu grifo “*a primazia da educação sobre a herança*” (HIMMELSTEIN, 1990, p. 3). Para eles, portanto, “o que a direita combate, na sobra do comunismo, é essencialmente a modernidade” (BELL, 1963, p. 102). Nessa chave, a ação política da direita radical era vista como necessariamente exótica, periférica, inócuas e estéril, dada a inexorabilidade das transformações contra as quais ela se levantava.

Himmelstein, ao contrário, integra toda uma outra vertente analítica que, a partir dos anos 1980, em função de inflexões teóricas mas também de mudanças na conjuntura política, passou a levar a mobilização da direita radical norte-americana um pouco mais a sério, considerando-a como um fenômeno político digno de ser analisado como tal, isto é, capaz de conquistar e legitimar uma nova hegemonia política e cultural. No lugar de olhar para esse movimento como um fenômeno exótico fadado ao ostracismo, essa tradição sociológica passou a priorizar a análise de todo o longo processo de mobilização social e articulação política desse setor, que o transformou, primeiro, em uma voz legítima do debate público norte-americano no final dos anos 1970 e, depois, em força política consistente ao ponto de conquistar a presidência dos Estados Unidos, já em meados dos anos 1980.

Em resumo, o que Hilmmelstein propõe, juntamente com outros autores da sua geração (BLUMENTHAL, 1987; CRAWFORD, 1980; DYE, 1986; ELLERIN; ALISA, 1982; GAMSON, 1982; GOLDSTEIN, 1982; MILES, 1980; NASH, 1979), é pensar a direita conservadora como um movimento social *stricto sensu*, levando a sério a sua ação política, enfatizando a sua capacidade de agência e articulação e, portanto, o caráter relativamente contingente do seu surgimento e fortalecimento.

É importante lembrar, para os fins deste artigo que, para fazer isso, esses autores precisaram romper, também, com o estruturalismo então em voga (HIMMELSTEIN, 1990, p. 152) que, como eu tentei argumentar, vive hoje um novo florescimento. Nesse sentido, o trabalho de Himmelstein sobre a “nova direita” norte-americana é importante na medida em que explicita a afirmação de toda uma outra vertente, de caráter mais construtivista, que também se propõe a pensar a mobilização da direita e que tem produzido trabalhos importantes.

Sem pretender realizar uma reconstrução exaustiva, e enfatizando contribuições recentes, podemos localizar nessa linha o livro de Issac William Martin, *Rich people's movements: grassroots campaigns to untax the one percent*, publicado em 2013, no qual o autor descreve, em diálogo com a literatura dos novos movimentos sociais, o longo processo de mobilização dos setores mais ricos da sociedade norte-americana contra a cobrança de impostos progressivos. Acompanhando a construção desse movimento ao longo do século XX, com a sua apropriação de um repertório político originalmente ligado a movimentos “de esquerda”, Martin consegue explicar o sucesso contemporâneo dessas forças sociais, expresso na ascensão de organizações como o *Tea Party* nas eleições norte-americanas de 2010 (MARTIN, 2013). A intenção de reconstruir a longa história desses movimentos contra o imposto é, justamente, para combater a ideia de que eles são inevitáveis: “É verdade que o movimento dos ricos não teria emergido na ausência de impostos federais sobre a renda e grandes fortunas. Mas esse movimento não é inevitável apenas porque a Constituição passou a autorizar os impostos progressivos” (MARTIN, 2013, p. 198).

Um outro exemplo interessante nessa linha é a análise de Daniel Stedman Jones em *Masters of the Universe* sobre a história do neoliberalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra. Jones coloca no centro da sua análise a “estratégia de formação de opinião liderada pela e direcionada para a elite intelectual” (JONES, 2012, p. 4). Segundo ele:

Assim como Keynes, Hayek acreditava que as ideias se infiltravam na política muito lentamente. Portanto, a forma de garantir que o livre mercado triunfasse era focar na transformação das mentes dos “mercadores de ideias de segunda mão”, os intelectuais. A estratégia era clara: os pensadores neoliberais precisavam mirar a inteligência mais ampla, formada por jornalistas, experts, políticos e formuladores de política. Isso foi feito através da formação de uma rede transatlântica de empresários simpáticos e empreendedores ideológicos que

lideravam *think tanks* e da popularização de ideias neoliberais por jornalistas e políticos (JONES, 2012, p. 4)

Como o título do livro sugere e a citação acima enfatiza, Daniel S. Jones procura enfatizar a agência dos atores sociais na disputa pela afirmação de visões de mundo. Nesse sentido, Jones explicita um ponto comum a grande parte desses trabalhos sobre os movimentos sociais situados à direita do espectro político: o papel absolutamente central desempenhado pelas redes internacionais de *Think Tanks* para a articulação e o fortalecimento da direita contemporânea, tanto nos Estados Unidos quanto no resto do mundo⁴. De fato, Himmelstein, ao lado de outros autores que estudaram a ascensão da chamada “nova direita” nos Estados Unidos a partir dos anos 1970 (ELLERIN; ALISA, 1982; PEELE, 1984), enfatiza que o que há de “novo” na direita contemporânea não são inflexões ideológicas, já que o movimento é marcado, desde sempre, segundo ele, pela crítica do Estado forte, defesa da liberdade de iniciativa e mobilização de “guerras culturais” em torno de assuntos morais⁵. Segundo esses autores, a inovação da direita consiste mais na transformação das suas práticas, em especial da sua forma de articulação, calcada, justamente, na construção de uma densa rede de organizações, com os *Think Tanks* economicamente liberais e/ou politicamente conservadores no centro.

Foi a consolidação dessas redes que permitiu com que o movimento se expandisse e se capilarizasse, tornando os chamados *Think Tanks* essenciais para entender a força contemporânea de partidos e movimentos considerados “de direita”. Foram sobretudo essas organizações que passaram a disputar o debate público e a legitimar políticas específicas que catalisaram as disputas contem-

4 É importante frisar que embora o surgimento de instituições privadas de *expertise*, atualmente denominadas *Think Tanks*, não seja um fenômeno exclusivamente “de direita”, é reconhecido na literatura que as camadas dominantes da sociedade exercem mais influência no espaço dos *Think Tanks* pela sua capacidade de financiamento de um setor que depende, essencialmente, de clientes privados, marcadamente grandes empresários. Isso é verdade para os Estados Unidos, mas também para países latino-americanos como Argentina e Brasil (DREIFUSS, 1987; HEREDIA, 2004; 2012; 2015; MEDVETZ, 2012; PUCCIARELLI, 2004).

5 Enquanto o estruturalismo pensa a “direita” como um movimento que deriva de um lugar específico, reduzindo a importância do conteúdo ideológico das suas reivindicações e das suas divergências e fissuras internas, para essa vertente que se importa com a mobilização política desses setores, a “direita” não é vista como um bloco monólito. Ao contrário, as diferenças internas importam tanto quanto suas coalizões, o que coloca em primeiro plano o problema das ideias específicas defendidas por esses atores. No caso da chamada nova direita norte-americana, que emerge com força a partir dos anos 1970 em oposição às políticas do New Deal, a coalizão essencial é entre um conservadorismo religioso, que enfatiza temas ideológicos, e um (neo)liberalismo econômico herdeiro do anti-comunismo e do anti-coletivismo. Segundo Himmelstein, apesar das diferenças profundas entre esses dois grupos, eles acabam se aproximando, tanto que “apoiam as mesmas causas, financiam os mesmos comitês, recebem financiamento das mesmas fontes e compartilham lideranças e ideias” (HIMMELSTEIN, 1990, p. 68).

porâneas pela afirmação de novos consensos sociais. Além disso, foram elas que facilitaram a internacionalização de uma agenda política liberal no plano econômico e, mais recentemente, conservadora no plano cultural, bem como facilitaram o compartilhamento de repertórios que ajudam a explicar o caráter sincrônico da ascensão da direita internacionalmente.

No entanto, se olhar sobre a articulação de *Think Tanks* pressupõe uma abordagem mais construtivista, atenta ao papel da ação política na configuração de realidades sociais, por outro lado, essa estratégia elitista de formação de opinião (JONES, 2012, p. 4) pode ser melhor compreendida a partir de uma abordagem que leve em consideração as transformações estruturais do espaço de produção e difusão de conhecimento que estão na origem dos *Think Tanks* e, principalmente, do seu apelo às redes e formações internacionais como fonte de “excelência” acadêmica.

Ao fazer isso, esta pesquisa se aproxima, em primeiro lugar, de toda uma literatura que vem pensando a importância das redes transnacionais para a reconfiguração do campo econômico e político, em particular da atuação dos Estados Nacionais. De fato, na disciplina de Relações Internacionais, não são poucos os trabalhos que têm procurado enfatizar o papel que as redes internacionais de atores não estatais como *experts*, profissionais, ONGs, multinacionais e *Think Tanks* assumiram na construção de uma nova ordem mundial, calcada no liberalismo e, mais recentemente, em doutrinas de segurança inspiradas em narrativas quase teológicas como a de “choque de civilizações” (HAAS, 1992; FINNEMORE, 1996; PJIL, 1984).

O grande problema dessas interpretações, no entanto, é a carência de uma perspectiva sociológica capaz de situar os atores internacionais nacionalmente, posicionando-os dentro de estruturas sociais nacionais que ajudem a explicar a sua possibilidade de acessar o plano internacional. Ou, como afirmam Yves Dezalay e Mikael Madsen:

(...) as pesquisas sobre as redes internacionais de consultoria não levam nem um pouco em conta as lógicas escolares em que são produzidos esses assessores e consultores e suas competências e, ainda mais, ignoram as lógicas sociais e familiares que influenciam intensamente a reprodução dessas hierarquias escolares (DEZALAY; MADSEN, 2013, p. 26-27).

É justamente esse olhar para as lutas pela transformação das hierarquias sociais, que definem as posições e os recursos que os agentes mobilizam nas suas

disputas políticas, que permite entender a ascensão e legitimação contemporânea da direita na América Latina tanto à luz da *estrutura socioeconômica* quanto da sua *ação social*. No item a seguir eu procuro mostrar como o apelo ao “internacional” é um recurso essencial da atuação contemporânea dos *Think Tanks* latino-americanos e seus líderes para afirmar a sua “excelência” no campo de produção e difusão de conhecimento. Com isso, como eu tento indicar na sequência, eles reagem às transformações estruturais que impactaram o espaço de produção e difusão de conhecimento da região a partir dos anos 2000, tentando subverter os efeitos que a democratização da educação superior na região produziram socialmente.

2. THINKS TANKS LIBERAIS LATINO-AMERICANOS E SUAS REDES INTERNACIONAIS

No seu trabalho sobre *Think Tanks* norte-americanos, Thomas Medvetz chama a atenção para o fato de que o surgimento e difusão da categoria *Think Tank* para designar centros privados de investigação é inseparável do enorme crescimento dessas instituições a partir dos anos 1970 e do concomitante desenvolvimento de uma série de estudos sobre esse objeto, nos Estados Unidos, no mesmo período (MEDVETZ, 2012). A abordagem relacional e reflexiva (BOURDIEU, 1980) adotada por Medvetz, o obriga a pensar o problema conceitual essencial para quem trabalha com esse objeto – afinal, que instituições podem ser classificadas como *Think Tanks*, isto é, o que esse conceito denomina exatamente? – como parte do problema de pesquisa, sob a forma de batalhas classificatórias, implicadas na ação social de “nomear”. Essas batalhas, vale notar, não pairam sobre o espaço dos *Think Tanks*, pelo contrário, elas ajudam a constituir esse espaço, contribuindo para definir o objeto de que tratamos⁶. Nesse sentido, embora centros privados de investigação existam desde a primeira metade do século XX⁷, a afirmação dos *Think Tanks*

6 Medvetz vai além e chega a identificar abordagens teóricas específicas sobre esse objeto – o elitismo, de um lado, e o pluralismo, de outro – como atrelado a posições sociais. Medvetz mostra que a denúncia do elitismo inerente aos *Think Tanks* advém de setores mais autônomos do espaço de produção de conhecimento, em especial as universidades de pesquisa, que consideram os *Think Tanks* instituições puramente a serviço das elites dominantes. Ao passo que o pluralismo, que nega qualquer relação entre os *Think Tanks* e as classes dominantes corresponde, sobretudo, às posições mais dependentes do espaço, sobretudo ligadas aos *Think Tanks* cujo financiamento depende da clientela.

7 Muitas análises históricas tentam reconstruir a gênese dos primeiros *Think Tanks* nos Estados Unidos, Europa e América Latina. Fala-se, por exemplo, da Carnegie Foundation, de 1903, da Russell Sage Foundation, de 1907 e da Rockefeller Foundation, de 1913. Na Europa, o destaque quase sempre é à Mont Pelerin Society. No Brasil, o IPES e o IBAD, dos anos 1960, acabam ganhando destaque, ou então a própria FGV, de 1944. O problema dessa abordagem – quase hegemônica – que procura identificar *Think Tanks* antes da consolidação dessa categoria social é que ela ignora o fato de que essas instituições eram, até então, tratadas isoladamente e reconhecidas na sua especificidade. O que eu procuro apontar, na esteira do trabalho de Medvetz (2012),

como uma posição socialmente significativa no espaço de produção e difusão de conhecimento é inseparável da consolidação dessa nova categoria.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, a nomeação de instituições de pesquisa como *Think Tanks* começa a se tornar mais frequente a partir dos anos 1970. O jornal Folha de S. Paulo registra o primeiro uso do termo junho de 1970, na coluna de “notas econômicas” de Joelmir Beting. Nessa primeira referência ao termo, o jornalista econômico resenhava a tese de Zbigniew Brzezinski, então professor da Columbia e conselheiro pessoal do ex-presidente norte-americano Hubert Humphrey, sobre a emergência de uma “era da tecnetrônica”, em que a tecnologia ocuparia o lugar da ideologia, a economia da política e o mundial substituiria, definitivamente, o local (Folha de S. Paulo, 1970, p. 16). Nesse processo de transformação profunda das “sociedades industriais modernas”, segundo Beting, “a torre de marfim [em] que se converteu a universidade em nações subdesenvolvidas que praticam tentativas de industrialização [...] será substituída por uma universidade convertida em ‘think tank’ vivamente complexa e fonte de inspiração e condutores da sociedade” (Folha de S. Paulo, 1970, p. 16).

A referência que aparece nesse primeiro uso do termo pela Folha de S. Paulo não podia ser mais significativa. De fato, como procuro mostrar na próxima seção, a disputa dos *Thinks Tanks* será diretamente com a universidade de pesquisa, grande parte delas públicas, que ocuparam sozinhas, por muito tempo, a posição dominante no espaço de produção e difusão de conhecimento em diferentes sociedades. Mais do que isso, Beting antecipa o fato de que o grande trunfo dos *Think Tanks* nessa disputa com as universidades será, justamente, o seu caráter mais “internacional” da sua produção, o que, na “era da tecnetrônica”, segundo ele, seria um recurso essencial.

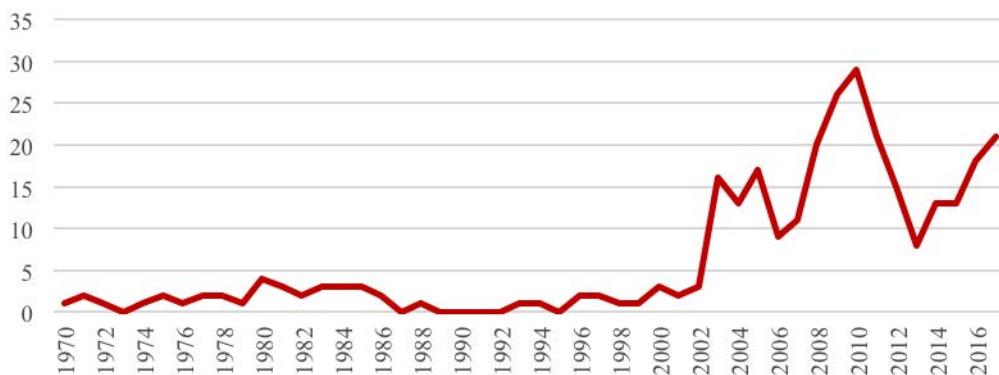
A importância da dimensão internacional é definidora do uso que a mídia brasileira fez do termo em um primeiro momento. De fato, ao longo de toda a década de 1970, a categoria seria mobilizada pela Folha de S. Paulo seja para designar instituições de pesquisa “modernas” porque internacionalmente conectadas, seja, como era mais comum, para nomear instituições internacionais *stricto sensu*, em geral norte-americanas, como o Stanford Research Institute, a Georgetown Foundation, o Instituto de Estudos Estratégico do Pentágono ou o Instituto Hoover – todas instituições denominadas de *Think Tank* pela Folha nos anos 1970. A primeira referência a um *Think Tank* brasileiro é à Fundação Pedroso Horta, ligada ao

é que o fenômeno relevante é o reconhecimento social de que o conjunto dessas instituições constitui uma posição nova no espaço de produção e reprodução de conhecimento e que isso é inseparável da difusão da categoria ela mesma.

Movimento Democrático Brasileiro, em 1977 e, em 1983, o grande entusiasta do uso do termo no jornal, Joelmir Beting, classificaria o Conselho Econômico da FIESP, pela sua *expertise* e excelência, como um *Think Tank* típico (Folha de S. Paulo, 1983, p. 19).

Se um olhar mais detido revela esses sentidos específicos inerentes à mobilização esporádica do termo a partir dos anos 1970, um sobrevoo mais panorâmico explicita que, na verdade, a categoria *Think Tank* só se popularizou de fato na imprensa escrita brasileira partir do começo dos anos 2000, como demonstra o gráfico abaixo, feito a partir de uma pesquisa no Acervo Eletrônico da Folha de S. Paulo.

Evolução do uso do termo "Think Tank" pelo jornal Folha de S. Paulo (1970 - 2017)



Fonte: Acervo Folha de S. Paulo. Elaboração: própria

No campo de estudos acadêmico, o interesse pelos *Think Tanks* como objeto específico também surge mais tarde no Brasil e nos demais países latino-americanos. O portal de buscas acadêmicas *Scielo* registra 21 artigos na busca pelo termo *Think Tanks* e 11, quando o termo consta no singular. O artigo mais antigo é de 2005, versando sobre políticas de inovação e desenvolvimento e publicado em uma revista de química (POLITZER, 2005). Embora os dados do *Scielo* não esgotem os estudos acadêmicos sobre o tema, eles são um indício de que o desenvolvimento das pesquisas sobre *Think Tanks* é quase concomitante à disseminação do uso dessa categoria pela imprensa escrita brasileira. Nos dois casos, fica claro que os *Think Tanks* emergem como fenômeno social relevante, no país e, ao que tudo indica, na região⁸, somente a partir dos anos 2000.

8 Na plataforma *Scielo*, o Brasil é país com mais artigos dedicados ao tema, seguido da Colômbia, México e Chile. Todos seguem o mesmo padrão temporal, de trabalhos desenvolvidos a partir dos anos 2000.

De fato, outros dados sugerem que parece haver uma mutação no espaço dos *Think Tanks* latino-americanos a partir do começo da década de 2000. Ao analisarmos comparativamente os *Think Tanks* liberais latino-americanos listados no *Global Go To Think Tank Index Report de 2015* (McGANN, 2015)⁹, ficou explícito que parece existir duas “ondas” de *Think Tanks* liberais na América Latina: uma primeira, que vai de 1979 a 1990 e uma segunda que surge a partir do começo dos anos 2000 (RAMOS; CARLOTTO, 2017), como é possível notar na tabela abaixo.

Tabela 1. *Think Tanks* liberais latino-americanos listados no *Global Go To Index 2015* por nome, país sede e ano de fundação.

Nome	País sede	Fundação
Instituto Libertad y Democracia	Peru	1979
Centro de Divulgación del Conocimiento Económico para la Libertad (CEDICE)	Venezuela	1984
Instituto de Estudos Empresariais	Brasil	1984
Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul	Brasil	1986
Fundación Libertad	Argentina	1988
Libertad y Desarrollo	Chile	1990
Fundación Caminos de la Libertad	México	2004
Instituto Millenium	Brasil	2005
Instituto Político para la Libertad	Peru	2005
Instituto de Pensamiento Estratégico Ágora	México	2008
Centro de Investigaciones Sobre la Libre Empresa	México	2010
Fundación Libertad y Progreso	Argentina	2011

Fonte: Ramos; Carlotto, 2017. Elaboração: própria.

Pensando esses dados historicamente e inspirando-se no esforço de Medvetz (2012) para analisar a conformação de um espaço dos *Think Tanks* nos Estados Unidos, é possível dizer que as instituições criadas até os anos 2000, embora possam ser, hoje, classificadas como *Think Tanks*, nem sempre foram conside-

9 O *Global Go To Index* é, essencialmente, um ranking de *Think Tanks* internacionais produzido a partir de um *survey* aplicado anualmente com aproximadamente 7.500 pessoas entre jornalistas, acadêmicos, doadores, e *policy makers* que, através das suas respostas, ajudam a classificar 6.600 *Think Tanks* segundo diferentes critérios. O Index é publicado anualmente desde 2008 e é coordenado por James Macgann no âmbito do *Think Tanks and Civil Society Program*, da Universidade da Pensilvânia. Atualmente, o *Global Go To Index* é a mais importante fonte sistematizada de informações sobre *Think Tanks* de todo o mundo e o trabalho do grupo consolidou uma tipologia que classifica dos *Think Tanks* segundo a sua filiação institucional, ou seja: a) autônomos e independentes; b) quase independentes; c) universitários; d) partidários; e) governamentais; f) quase-governamentais; e g) lucrativos. Apesar de ser uma fonte importante para o início do mapeamento do espaço dos *Think Tanks*, o Index apresenta limitações importantes, em particular porque, ao enfatizar a construção de uma tipologia no lugar de uma topologia (MEDVETZ, 2012), a pesquisa de Macgann perde a dimensão das lutas e disputas pela definição de posições legítimas no campo de produção e difusão de conhecimento.

radas assim¹⁰. Isso significa – e esse é o dado relevante para esta pesquisa – que a consolidação da percepção social de que existe um novo tipo de instituição voltado à produção e à difusão de conhecimento e que pode ser designado como *Think Tank* é um indício da afirmação de uma *posição nova* no espaço social de produção e difusão de conhecimento.

A maior prova de que os *Think Tanks* se afirmam como uma nova posição e cada vez mais prestigiosa quando comparadas às instituições de ensino superior são os efeitos de renomeação que podemos observar contemporaneamente, com institutos de pesquisa e de ensino consagrados que passam se reconhecer e a se reivindicar, cada vez mais, como *Think Tanks*.

Um exemplo significativo nesse sentido é a Fundação Getúlio Vargas. Criada em 1944 pelo então presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Luiz Simões Lopes, inspirado em contatos deste com intelectuais norte-americanos, a FGV dedicou-se originalmente à formação de um “novo profissional” voltado aos “problemas concretos da administração” (VASCONCELLOS, 1998, p. 63). Nesse espírito,

Seu objetivo geral era estudar e difundir os princípios e métodos de organização racional do trabalho, conforme definido no seu decreto de fundação: “o Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público fica autorizado a promover a criação de uma entidade que se proponha ao estudo e à divulgação dos princípios e métodos da organização racional do trabalho e ao preparo de pessoal qualificado para a administração pública e privada, mantendo núcleos de pesquisas, estabelecimentos de ensino e os serviços que forem necessários” (CARLOTTO, 2014, p. 162).

Assim, o sucesso da FGV na produção e disseminação de conhecimento econômico e gerencial no país, inclusive em função “convênios firmados, a partir da Segunda Guerra Mundial, tanto com a Organização das Nações Unidas quanto com o governo dos Estados Unidos” (CARLOTTO, 2014, p. 162), fez com que a Fundação passasse a ser identificada e a se identificar como uma instituição de ensino superior e pesquisa. A FGV, porém, figura no *Global Go To Think Tank Index Report* como o *Think Tank* mais influente da América do Sul e um dos mais influentes do

10 Medvetz (2012) as denomina, com razão, a meu ver, de proto *Think Tanks*. De fato, ao analisar os Centros Privados de investigação econômica na Argentina, Mariana Heredia (2012) evita, propositalmente, o termo *Think Tank*. E André Dreifuss (1987), no seu estudo sobre o IPES e o IBAD na ditadura militar brasileira não usa o termo.

mundo desde a sua primeira edição (McGANN, 2009). E o que era, a princípio, uma nomeação externa e até peculiar passou a ser reivindicada pela própria instituição como um sinal distintivo de competência, como fica explícito na imagem abaixo, que reproduz a página oficial da FGV na Internet.



Fonte: Imagem retirada do portal da FGV em 01 de fevereiro de 2018.

A reivindicação simbólica da FGV, de ser identificada como um *Think Tank*, é um indício importante da consolidação de uma nova posição no espaço de produção e reprodução de conhecimento, *distinta daquela representada pelas instituições de ensino superior e pesquisa*. Pensando nos Estados Unidos, Medvetz classificou essa posição como marcada por uma indefinição estrutural: mais do que uma organização em si mesma, os *Think Tanks* são “uma rede complexa de organizações que articulam lógicas opostas como a acadêmica, a política, a midiática e a econômica” (MEDVETZ, 2012, p. 13). Assim, o sociólogo norte-americano chama a atenção para a importância da articulação em redes para a estruturação dos *Think Tanks*. E, de fato, essas conexões – sobretudo as de caráter internacional – parecem ganhar destaque na imagem mobilizada pela FGV, assim como nas imagens de outros *Think Tanks* latino-americanos.

INTERNACIONALES

Friedrich Naumann
STIFTUNG FÜR DIE FREIHEIT



"Una sociedad que priorice la igualdad por sobre la libertad no obtendrá ninguna de las dos cosas. Una sociedad que priorice la libertad por sobre la igualdad obtendrá un alto grado de ambas". Milton Friedman

Alliados y Redes



ENLACES

CENTROS DE ESTUDIO EN CHILE

- Fundación para el Progreso
- Fundación Avanza Chile
- Instituto Res Pública
- Fundación Jaime Guzmán
- Instituto Libertad
- Horizontal Chile

CENTROS DE ESTUDIO INTERNACIONALES

- Atlas Network
- Cedice Venezuela
- Centro Hispanoamericano para la Investigación Económica
- Fundación Libertad
- Red Liberal de América Latina (Relial)
- The Cato Institute
- The Heritage Foundation



Nosotros • Artículos • Agenda • Sala de Pren:

RFPP



La Red Federal de Políticas Públicas, desarrollada por Fundación Libertad y el CIFE (IEUU), nuclea a importantes referentes empresariales, profesionales y think tanks del interior. Su objetivo es favorecer la participación de sector privado en la elaboración y propuesta de políticas públicas.

RELIAL



La Red Liberal de América Latina es la unión de organizaciones liberales comprometidas con el progreso y desarrollo de sus países, particularmente políticos y centros de investigación. Difunden principios liberales asumiendo como bandera la defensa de la democracia, los derechos humanos, el Estado de derecho y la economía de mercado.

Fundación FIL



La Fundación Internacional para la Libertad (FIL) tiene el propósito de infundir en la agenda internacional la apertura a sus institutos y fundaciones. Actúa difundiéndole ideas y suministrando información sobre la realidad iberoamericana y sus relaciones con Estados Unidos, España y Europa.

ACL (Costa Rica)



La Asociación de Consumidores Libres de Costa Rica es una entidad sin fines de lucro creada para defender el derecho de los consumidores a la libre elección. Su objetivo es defender a ultranza los derechos de los consumidores frente al Estado y los productores e industriales.

Fonte: Imagens retiradas, em sentido horário, dos portais da Fundación Libertad (<http://libertad.org.ar/web/nuestras-redes.php>); do Cedice (Disponível em: <http://cedice.org.ve/aliados-y-redes/>); do Think Tank Libertad y Desarrollo (Disponível em: <http://lyd.org/enlaces/>); e do Think Tank Libertad y Progreso (Disponível em: <http://www.libertadyprogresonline.org/nosotros/alianzas>), em 01 de fevereiro de 2018.

Levantamento anterior feito com os *Think Tanks* liberais latino-americanos que constam no *Global Go To Index* 2015 mostrou que uma característica marcante da sua consolidação é o fato de existir uma forte articulação institucional e internacional entre eles, seja através de relações diretas – explícitas sob a forma de

parcerias e convênios – seja através de redes formais de articulação dentre as quais duas se destacam: a Red Liberal de América Latina (RELIAL) e a Atlas Network. Camila Rocha (2015) já havia apontado a importância das redes internacionais para a consolidação dos *Think Tanks* de direita na América Latina, tanto nos anos entre os anos 1970 e 1990 quanto, mais recentemente, a partir dos anos 2000.

Porém, do ponto de vista sociológico, importa não só reconhecer a existência dessas redes, mas notar o destaque dado a essa articulação pelos próprios *Think Tanks* analisados, o que indica que isso é, para eles, um traço distintivo. De fato, considerando os *Think Tanks* liberais que compõem a amostra desta pesquisa, quase todos dão destaque para as suas redes e aliados, como fica explícito, de novo, nas imagens acima.

Mas não é apenas a articulação internacional formal de *Think Tanks* que merece destaque, mas também a trajetória internacional dos seus líderes. No caso dos *Think Tanks* brasileiros que constam nesta seleção feita no *Global Go To Index*, um traço comum dessas trajetórias é a realização de alguma etapa da sua formação, em geral nas fases iniciais do processo de formação em nível superior, integralmente no exterior.

No caso do Instituto Millenium, a atual diretora-executiva, Priscila Pereira Pinto, fez a sua graduação integral nos Estados Unidos. Mais precisamente, ela é formada em ciência política pela *Fordham University*, localizada em Nova Iorque, tendo feito seu mestrado em “gerenciamento político” pela *George Washington University*, sediada na capital federal norte-americana. O Instituto de Estudos Empresariais (IEE) não é diferente. Seu presidente, Rodrigo Tellechea Silva, apesar de ter feito graduação em ciências jurídicas e sociais pela PUC-RS e doutorado em direito pela USP, tem uma especialização em “Liderança e Negócios” pela *McDonough School of Business* da *George Town University*. O Instituto Liberdade, do Rio Grande do Sul, tem à frente do seu Conselho Acadêmico, Leonidas Zelmanovitz. Formado em Direito pela Federal do Rio Grande do Sul, fez mestrado e doutorado em “economia austriáca” pela Universidade Rey Juan Carlos, em Madrid, mas é, atualmente, *fellow* do *Liberty Fund Inc.* sediada nos Estados Unidos.

O que essa pequena amostra sugere, sobretudo quando interpretada à luz de outros trabalhos sobre circulação internacional de elites locais contemporâneas¹¹, é a afirmação crescente de uma nova modalidade de circulação que passa,

11 Fabiano Engelman, ao analisar a recomposição das elites jurídicas brasileiras pós-redemocratização, mostra que a emergência de um padrão de atuação do direito mais próxima do mundo dos negócios, em oposição à tradicional prática jurídica brasileira centrada no Estado, com a Magistratura e o Ministério Público como ápice da carreira, é inseparável das novas estratégias

necessariamente, pela realização de *pelo menos uma etapa da sua formação integralmente no exterior.*

A centralidade da circulação internacional como estratégia de legitimação e socialização de elites e seus efeitos em termos políticos não é um fenômeno novo, nem um problema inédito para as ciências sociais. José Murilo de Carvalho enfatiza, na sua análise sobre a construção do Estado imperial brasileiro (CARVALHO, 2003), a centralidade da formação em direito em Coimbra como destino comum das elites coloniais brasileiras, inclusive para a manutenção da nossa integridade territorial, para não falar para a conformação da nossa burocracia estatal.

Outros trabalhos mais recentes procuraram analisar a recomposição das elites políticas nacionais dessa perspectiva. Dentre esses, merece destaque a análise de Letícia Canêdo sobre o perfil dos políticos mineiros entre 1964 e 2010, que mostra como os “políticos herdeiros”, que tinham na tradição política das “grandes famílias” seu recurso essencial, não perdendo espaço para um grupo de militantes que encontram nas instituições escolares – em particular, no Colégio Estadual Central e na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG – seu espaço de socialização principal e porta de entrada para a atuação política. Esse segundo grupo vai mobilizar, justamente, diferentes modalidades de circulação internacional para ganhar espaço na política pós-ditadura¹². Mas o determinante é que em todos esses casos, o financiamento dessa circulação internacional não passa pelo capital familiar e, portanto, distingue-se da geração anterior, de “herdeiros”.

Na mesma linha, Ana Maria Almeida e Águeda Bittencourt (2013) mostraram como o campo de estudos sobre educação se transformou a partir de estratégias de circulação internacional, que definiram o predomínio das análises econômicas nessa área (ALMEIDA, 2008). Outros trabalhos sobre a mesma temática (HEY, 2008; CARLOTTO; GARCIA, 2015; 2017) também destacam a centralidade da circulação internacional para a recomposição de elites dirigentes no campo educacional. No

de circulação internacional. Em particular, ele mostra a estreita relação entre o movimento “direito e economia”, que tem nos cursos de direito da FGV seu epicentro, e um padrão específico de circulação internacional, que passa pela realização da pós-graduação, particularmente nos Estados Unidos, o que era até então pouco valorizado pelos juristas brasileiros (ENGELMAN, 2013, p. 137-139). Essas pós-graduações, muitas delas *lato sensu* ou feitas integralmente no exterior, se inscrevem nessa nova modalidade que estou descrevendo, uma vez que não contam com financiamento do Estado dependendo, em alguma medida, de estratégias de autofinanciamento.

¹² Canêdo analisa três modalidades principais: o financiamento de militantes da esquerda anti estatista por agências norte-americanas como a Fundação Ford de estudos nos Estados Unidos, que vai dar origem a trajetórias de destaque dentro do campo acadêmico de ciências sociais, envolvendo sobretudo políticos do PSDB; o financiamento da Igreja Católica para militantes da esquerda católica que vai dar origens a trajetórias ligadas a ONGs da sociedade civil como o IBASE; por fim, uma circulação financiada por movimentos políticos, sobretudo para países da África e América Latina, que vai marcar a trajetória de políticos ligados ao movimento sindical e, através dele, a partidos de esquerda como o PDT e o PT.

entanto, todos esses trabalhos lidam com modalidades de circulação internacional que não passam pelo financiamento familiar e, portanto, se ligam, em geral, a disputas simbólicas contra os “herdeiros” de então¹³, marcando “a primazia da educação sobre a herança” contra a qual se mobiliza o neoconservadorismo nos Estados Unidos (HIMMELSTEIN, 1990) e na Europa (GUILHOT, 2006).

O padrão de circulação dos líderes de *Think Tanks* liberais brasileiros sugere, porém, a emergência de uma nova modalidade de circulação internacional, caracterizada pelo financiamento familiar de etapas iniciais da formação acadêmica, em especial, cursos de inglês pré-universitários, graduações integrais, especializações (MBA) e mestrados. Para entender a emergência dessa nova modalidade de internacionalização da formação proponho olhar, desde uma perspectiva estrutural, para as disputas que marcam, hoje, o campo de produção e reprodução de conhecimento na América Latina e, particularmente, no Brasil, considerando ser esta uma das trincheiras essenciais dos embates culturais e políticos que se desenham na região.

3. MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA E SEU IMPACTO NO CAMPO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Bárbara – Conta para ela a novidade!

Fabinho – Vou passar seis meses fora morando sozinho.

Val – Fora aonde?

Fabinho – Na Austrália, Val.

Val – Nossa, que lonjura.

Bárbara – Tem um curso incrível de inglês lá, é bom que ele fica e estuda.

Val – Não gostei, vou ficar seis meses sem ver ele?

Fabinho – Olha essa praia aqui, ó.

Val – Linda demais. Parece o Recife.

(Que horas ela volta?)

Um dos diálogos finais do filme de Anna Muylaert – *Que horas ela volta?* –, apesar de parecer despretensioso, revela um aspecto essencial da transformação estrutural do campo de produção e reprodução de conhecimento no Brasil contemporâneo. Depois de saber da reprovação do filho no vestibular da USP e

¹³ Desnecessário dizer que em todos os casos, não se trata exatamente de perfis oriundos de famílias “desposseúidas”. No entanto, em termos relacionais, sua oposição era em relação aos herdeiros das grandes famílias que, nos anos 1960, controlavam quase que completamente os espaços de poder nacional.

da aprovação de Jéssica, a filha da empregada Val, no mesmo vestibular, Bárbara decide mandar o filho estudar inglês no exterior. O alargamento do espaço de possibilidades de estudo pelas elites brasileiras, que passam a incluir, cada vez mais, um circuito internacional na formação dos seus filhos, não é, como procurei mostrar, fenômeno novo. Mas a emergência de novas modalidades de circulação, priorizando etapas iniciais da formação e com financiamento familiar, parece ser uma das consequências mais importantes e menos estudadas da transformação estrutural que atingiu o ensino superior brasileiro e latino-americano nos últimos anos.

No caso do Brasil, embora o ensino superior continue sendo consideravelmente excludente (BRITO, 2013), é inegável que o efeito social de um conjunto de políticas, dentre as quais o Programa Universidade para Todos (Prouni), a consolidação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a Lei 12.711/2012, que institui cotas raciais e sociais, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), o Sistema Universidade Aberta do Brasil, a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a nacionalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) resultaram numa relativa democratização do ensino superior no país, com efeitos sobre o perfil social dos ingressantes. Nesse sentido, destaca-se o aumento da participação de alunos autodeclarados pardos e pretos, oriundos de famílias de renda baixa ou média e que cursaram o ensino médio em escolas públicas (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

Essa transformação não é exclusiva do Brasil. Claudio Rama considera que a América Latina e Caribe¹⁴ vivem, no âmbito da educação superior nos anos 2000, uma terceira onda de transformações marcada pela internacionalização e, sobretudo, massificação desse nível de ensino (RAMA, 2006). Ainda segundo Rama, embora as matrículas de ensino superior, na América Latina, venham aumentando progressivamente desde os anos 1980, a maior expansão se deu, sem dúvida, a partir dos anos 2000: enquanto na década de 1980 as matrículas aumentaram 45%, passando de 4.662.364 para 6.701.373, na década de 2000 o crescimento foi de 95%, saltando de 8.146.843 para 15.932.105 matrículas anuais (RAMA, 2009). Do ponto de vista que interessa a este artigo, Rama é explícito em afirmar que “essa massificação do acesso à educação e à formação de capital humano está produzindo tanto uma deselitização da própria educação quanto uma transformação na conformação das elites sociais” (RAMA, 2009, p. 174).

¹⁴ Por razões de espaço, não vou analisar o caso de outros países latino-americanos, mas para uma análise sobre o padrão de expansão do ensino superior latino-americano e, particularmente, equatoriano pode ser encontrado em Hitner, Carlotto e Mercado (2017).

É essa relação específica que me interessa, e não apenas em relação aos estudos de graduação do país, mas também ao acesso a cursos de graduação e pós-graduação no exterior. Nesse sentido, é interessante notar que Marie-Claude Muñoz, ao analisar os bolsistas brasileiros na França entre os anos de 2000 e 2001, concluiu que metade deles era “a primeira geração a ter acesso ao ensino superior e ao ensino em nível internacional” (MUÑOZ, 2013, p. 348). Ainda assim, a autora enfatiza a sobrerepresentação de filhos de diplomados em ensino superior em comparação com a população brasileira como um todo, o que se relacionava, segundo ela, ao caráter elitista do ensino superior brasileiro ele mesmo. Portanto, mesmo considerando que o financiamento de estudos no exterior já era, no anos 2000, relativamente aberto a filhos de famílias de baixa escolaridade, parece evidente que a abertura do ensino superior público contribuiu para a democratização do acesso aos estudos fora do país que, no Brasil, se desenvolve como política de Estado, através de um conjunto de programas de financiamento público pelas principais agências de política científica (GARCIA JR., 2013, p. 193-195).

Além disso, a ampliação dos recursos para as políticas de educação superior, ciência, tecnologia e inovação teve efeitos importantes sobre os programas públicos de financiamento da formação no exterior no âmbito de graduação e pós-graduação, que também se ampliaram. A expansão das bolsas de doutorado sanduíche e o surgimento de novos programas como o “Ciência sem fronteiras” – ambas modalidades de financiamento de estudos *parciais* de graduação e pós-graduação no exterior – contribuíram para alterar o peso da formação internacional na configuração das elites locais. Em outras palavras, a ampliação do acesso ao estudo no exterior, nessa modalidade específica que passa pelo financiamento público e quase sempre parcial, parece ter tido, como resposta, a sobrevalorização da realização de etapas integrais da graduação e pós-graduação fora do país. Com poucas chances de financiamento público, essa modalidade privilegia membros das elites econômicas que, munidos dessas novas formações, operam uma reconfiguração do espaço de produção e reprodução de conhecimento através da valorização de novas credenciais, que funcionam como barreiras de entrada e signos de “excellência acadêmica”.

A valorização de formação integral no exterior já é uma tendência nas escolas privadas de ensino superior do país, em particular aquelas mais próximas do espaço dos *Think Tanks* (ENGELMAN, 2013). Também parece ser uma tendência, como procurei mostrar, entre as lideranças de *Think Tanks* liberais nacionais. O pertencimento a redes internacionais é parte essencial da legitimação dos *Think Tanks* contemporâneos da região (ROCHA, 2015; RAMOS; CARLOTTO, 2017). Vistos

em conjunto, esses processos sugerem que o apelo ao internacional como fonte de legitimação está contribuindo para reconfigurar as hierarquias internas do campo de produção e reprodução de conhecimento. A maior prova disso é que as universidades de pesquisa não ficaram imunes a esse processo: não há instituição desse tipo que não valorize a internacionalização e que não procure ostentar o caráter internacional do seu corpo docente como sinal de “excelência acadêmica”. Essas mudanças são parte essencial das disputas que se travam, contemporaneamente, pela definição da excelência no campo de produção e reprodução de conhecimento a partir da sua relativa – porém importante – democratização.

CONCLUSÃO

O presente artigo partiu de um debate teórico sobre a ascensão da direita contemporânea para analisar as modalidades de articulação e de circulação internacional que caracterizam uma nova posição do espaço de produção e difusão de conhecimento, na figura dos *Think Tanks*. No entrecruzamento de lógicas distintas, os *Think Tanks* passam a disputar espaço com as instituições de ensino superior, em particular as universidades públicas de pesquisa. Tradicionalmente identificadas como referência de excelência na produção e reprodução de conhecimento, as universidades de pesquisa, em particular, as públicas, passaram por um processo de democratização a partir dos anos 2000, período que coincide, justamente, com a crescente expansão e legitimização dos *Think Tanks* na região.

Minha proposta neste artigo foi de pensar a afirmação dos *Think Tanks* como uma nova posição no espaço de produção e difusão de conhecimento à luz das mudanças estruturais que levaram à valorização crescente de novas modalidades de circulação e articulação internacional. A literatura mostra que as estratégias de circulação internacional podem ser mobilizadas por setores não estabelecidos, na disputa com os “herdeiros”, sobretudo quando é financiada pelo Estado (CANÉDO, TOMIZAKI; GARCIA JR. 2013). Porém, não parece ser este o caso das novas modalidades de circulação, que passam prioritariamente pelo financiamento familiar.

Quando se reivindica como critério de excelência acadêmica e de competência técnica reconhecida uma modalidade de circulação internacional que pressupõe financiamento familiar – como é o caso dos cursos de inglês, graduações integrais, MBAs, especializações e mestrados integrais no exterior – subverte-se o critério de mérito até então estabelecido: doutorados nas melhores universidades do país, preferencialmente com estágios de pesquisa no exterior. A afirmação progressiva dessas novas credenciais reposiciona os “herdeiros” na disputa pela excelência acadêmica e, até mesmo, pelas regras de certificação do conhecimento. É nesse

campo específico que os *Think Tanks* vão ganhando espaço e reconhecimento que, antes, parecia pertencer quase que exclusivamente às universidades de pesquisa e, com isso, se reposicionam para disputar o espaço público. Essa transformação, se é estruturalmente inevitável, não deixa de ser politicamente contingente, e entendê-la em profundidade apresenta-se como uma tarefa teórica urgente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ana Maria. O assalto à educação pelos economistas. *Tempo Social*, v. 20, n. 1, p. 163-178, 2008.
- ALMEIDA, Ana Maria; BITTENCOURT, Águeda. “Anísio Teixeira; Paulo Renato: circulação internacional e carreiras políticas”. In. CANÉDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânio (Org.). *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2013, p. 213-246.
- BELL, Daniel (Org.). *The Radical Right*. Nova York: Doubleday, 1963.
- BELL, Daniel. *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. Nova York: Free Press, 1965.
- BLUMENTHAL, Sidney. *The Rise of the Counter-Establishment: From Conservative Ideology to Political Power*. Nova York: Times Books, 1987.
- BLYTH, Mark; MATTHIJS, Mathias. Black Swans, Lame Ducks, and the mystery of IPE's missing macroeconomy. *Review of International Political Economy*, v. 24, n. 2, p. 203-231, 2017.
- BLYTH, Mark. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
_____. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- BRITO, Murillo Marschner Alves de. *A dependência na origem. Desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades*. 27of. Tese de doutorado (em Sociologia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 2014.
- BURRIS, Val. The Political Partisanship of American Business: A Study of Corporate Political Action Committees. *American Sociological Review*, v. 52, p. 732-744, 1987.
- CANÉDO, Letícia. “Herdeiros, Militantes, cientistas políticos: socialização e politização de grupos dirigentes no Brasil (1864-2010). In. CANÉDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânio (Org.). *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2013, p. 53-90.
- CAREY, George W. Conservatives and Libertarians View Fusionism: Its Origins, Possibilities, and Problems. *Modern Age*, n. 26, p. 8-18, 1982.

- CARLOTTO, Maria Caramez; GARCIA, Sylvia Gemignani. Novos saberes, novas hierarquias. Disputas contemporâneas em torno da profissão acadêmica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, p. 1-19, 2017.
- CARLOTTO, Maria Caramez; GARCIA, Sylvia Gemignani. O Brasil como “terreno de experimentação” da *accountability* universitária? A atuação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1966-1987). In: *39º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 2015, Caxambu. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.
- CARLOTTO, Maria Caramez. *Universitas semper reformanda? A Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. 2014. 570f. Tese de Doutorado (em Sociologia), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COMIN, Alvaro. O futuro não é mais o que costumava ser: a crise brasileira em perspectiva internacional. *Novos Estudos*, n. especial, p. 59-79, 2017.
- CRAWFORD, Alan. *Thunder on the Right: The “New Right” and the Politics of Resentment*. Nova York: Pantheon Books, 1980.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. A dollarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 163-176, 2000.
- DEZALAY, Yves; MADSEN, Mikael. “Espaços de poderes nacionais, espaços de poderes internacionais: estratégias cosmopolitas e reprodução das hierarquias sociais”. In. CANÉDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânio (Org.). *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2013, p. 23-52.
- DREIFUSS, André Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- DYE, Thomas R. *Who's Running America? The Conservative Years*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1986.
- ELLERIN, Milton; KESTEN, Alisa H. The New Right: What Is It?. *Social Policy*, v. 11, p. 54-62, 1982.
- ENGELMAN, Fabiano. “O espaço jurídico brasileiro e as condições de uso do capital internacional”. In. CANÉDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânio (Org.). *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2013, p. 130-124.

- FERGUSON, Thomas; ROGERS, Joel. *Right Turn: The Decline of the Democrats and the Future of American Politics*. Nova York: Hill and Wang, 1986.
- FINNEMORE, Martha. *National Interests in International Society*. Ithaca: Cornell University Press, 1996. (Cornell Studies in Political Economy).
- FOLHA DE S. PAULO. “A ERA TECNETRÔNICA”. SÃO PAULO: FOLHA DE S. PAULO, 14 de junho de 1970, p. 16.
- FOLHA DE S. PAULO. “MÃO NO FOGO”. SÃO PAULO: FOLHA DE S. PAULO, 12 de fevereiro de 1983, p. 19.
- GAMSON, William A. *The Strategy of Social Protest. A Generation of the Intellectual Right*. *Modern Age*, v. 26, p. 226–460, 1982.
- GARCIA JR., Afrânio. “Vantagens e armadilhas do atraso. Estudos internacionais e recomposição das elites dirigentes no Brasil em perspectiva comparada”. In. CANÊDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânio (Org.). *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2013, p. 183-212.
- GOLDSTEIN, Richard. The War for America’s Mind. *Village Voice*, p. 11–20, 1982.
- GUILHOT, Nicolas. *The democracy Makers: Human Rights and International Order*. Nova York: Columbia University Press, 2005.
- GUILHOT, Nicolas (org.). *The invention of international relations theory*. Nova York: Columbia University Press, 2011.
- Haas, Peter M. Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*, [s.l.], v. 46, n. 1, p.1-35, 1992. Winter. Disponível em: <<https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/articles/IO-1992-Haas.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- HEREDIA, Mariana. “Los centros privados de expertise en economía: génesis, dinámica y continuidad de un nuevo actor político en la Argentina”. In: MORRESI, Sergio; VOMMARO, Gabriel (Orgs.). *Saber lo que se hace. Expertos y Política en Argentina*. Buenos Aires, UNGS-Prometeo, 2012, p. 297-338.
- HEREDIA, Mariana. “El proceso como bisagra. Emergencia y consolidación del liberalismo tecnocrático: FIEL, FM y CEMA”. In. PUCCIARELLI, Alfredo (Coord.). *Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, p. 313-382.
- HEREDIA, Mariana. *Cuando los economistas alcanzaron el poder (o como se gestó la confianza en los expertos)*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2015.
- HEY, Ana Paula. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: Edufscar, 2008.
- HIMMELSTEIN, Jerome. *To the right: the transformation of American Conservatism*. Berkeley: University of California Press, 1990.

- JONES, Daniel Stedman. *Masters of the Universe : Hayek, Friedman and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2012.
- KALECKI, Michael. Political aspects of full employment. *Political Quarterly*, v. 14, n. 4, p. 322-330, 1943.
- LIPSET, Seymour Martin; RAAB, Earl. *The Politics of Unreason: Right Wing Extremism in America, 1790–1977*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- LUBELL, Samuel. *The Future of American Politics*. Nova York: Harper and Row, 1965.
- MARTIN, Isaac. *Rich people's movements. Grassroots campaigns to untax the one percent*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- MCGANN, James G. *2015 Global Go To Think Tank Index Report*. Filadélfia: University Of Pennsylvania, 2016. (TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports). Paper 10. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1009&context=think_tanks>. Acesso em: 02 mar. 2018
- _____. *The 2007 Global Go to Think Tanks*. Filadélfia: Foreign Policy Research Institute, 2008. (TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports).
- MEDVETZ, Thomas. *Think Tanks in America*. Chicago: Chicago University Press: 2012.
- MERRY, Robert W. Growth Agent: Reagan Transformed. *Wall Street Journal*, v. 13, 1985.
- MEYER, Frank, "Conservatism". In: GOLDWIN; Robert (Org.) *Left, Right, and Center: Essays on Liberalism and Conservatism in the United States*. Chicago: Ayer Co Pub, 1965, p. 1–17.
- MILES, Michael W. *The Odyssey of the American Right*. New York: Oxford, 1980.
- MUÑOZ, Marie-Claude. "Mobilidade internacional em direção à França: dados objetivos e experiência existencial". In. CANÉDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânia (Org.). *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2013, p. 344-377.
- NASH, George. *The Conservative Intellectual Movement in America since 1945*. New York: Basic Books, 1979.
- OLIVEIRA, Ananda Santos Ribeiro de; SILVA, Ivair Ramos da. Políticas de Inclusão Social no Ensino Superior Brasileiro: um estudo sobre o perfil socioeconômico de estudantes nos anos 2010 a 2012. *Educação em Revista*, v. 33, p. 1-28, 2017.
- PEELE, Gillian. *Revival and Reaction: The Right in Contemporary America*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *As bases da nova direita*. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, n. 19, p. 26-45, 1987.
- PJIL, Kees van de. *The Making of an Atlantic Ruling Class*. London: Verso, 1984.

- POLITZER, Kurt. Aspectos e fatores da produtividade em pesquisa, desenvolvimento e inovação. *Química Nova*, São Paulo , v. 28, supl. p. S76-S78, Dez. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422005000700014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422005000700014>.
- PUCCIARELLI, Alfredo (Coord.). *Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- RAMA, Claudio. La tendencia a la masificación de la cobertura de la educación superior en América Latina. *Revista Iberoamericana de educación*, n. 50, p. 173-195, 2009.
- RAMA, Claudio. La tercera reforma de la educación superior en América Latina y el Caribe: masificación, regulaciones e internacionalización. *Revista Educación y Pedagogía*. v. 18, n. 46, p. 13-24, 2006.
- RAMOS, Matheus Klinger; CARLOTTO, Maria Caramez. *Think Tanks liberais latino-americanos e a propriedade intelectual : uma análise dos discursos e propostas relativos aos acordos contemporâneos de livre-comércio*. Universidade Federal do ABC: Relatório de Iniciação Científica, Setembro de 2017.
- ROCHA, Camila. "Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina" In. VELASCO E CRUZ, Sebastião; KEYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.) *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 261-270.
- SCHAFËR, Armin & STREECK, Wolfgang. *Politics in the age of austerity*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- STREECK, Wolfgang. *Tempo comprador: a crise adiada do capitalismo democrático*. Lisboa: Actual, 2013.
- STREECK, Wolfgang. *How capitalism will end? Essays on a failing system*. Londres; Nova York: Verso, 2016.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *L'Ancien Régime et la Révolution*. Paris, Gallimard, 1967 [1856].
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora da UnB, 1997 [1856].
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *The Old Régime and the French Revolution*. Nova York: Anchor Books, 1955 [1856].
- VASCONCELLOS, Maria Drosila. L'internationalisation des écoles de gestion au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 121-122, p. 62-65, 1998.

A direita brasileira em perspectiva histórica

The Brazilian Right in historical perspective

Fabio Gentile^a

Resumo O objetivo deste trabalho é pensar o fenômeno da direita brasileira contemporânea numa perspectiva histórica, dado que esta tradição está fortemente enraizada na estrutura econômico-social colonial do país. A proposta metodológico-teórica é de utilizar uma categoria de direita “plural”, caracterizada por uma multiplicidade de experiências, cujo elemento aglutinador é a tensão liberalismo-autoritarismo, que atravessa toda a história do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave Liberalismo; Autoritarismo; Direita.

Abstract The objective of this work is to analyze the phenomenon of contemporary Brazilian Right in historical perspective, as this tradition is strongly rooted in the colonial economic and social structure of Brazil. The methodological-theoretical proposal is to use a “plural” right category, characterized by a multiplicity of experiences, whose unifying element is the liberalism-authoritarianism tension, crossing the whole history of contemporary Brazil.

Keywords Liberalism; Authoritarianism; Right.

INTRODUÇÃO

Por um longo tempo os estudos sobre a “direita”, suas configurações ideológicas e organizações políticas, foram poucos e bastante frágeis tanto no perfil metodológico quanto no teórico. Tratou-se, enfim, de um tema bastante marginalizado no campo das ciências sociais.

Há muitos fatores que podem explicar esta lacuna. De forma geral, pode-se dizer que a “direita” foi apresentada como um apêndice *tout court* da época dos regimes fascistas entre as duas guerras mundiais. Na área dos estudos sobre o fascismo registrou-se um domínio do paradigma antifascista, na sua versão liberal ou marxista, de acordo com o qual o fascismo seria um “parêntese” no caminho progressivo da civilização ocidental. Uma vez concluído o “parêntese” do fascismo com o fim da segunda guerra mundial, os pequenos grupos que ainda se inspiravam

^a Coordenador do programa de Pós Graduação em Sociologia do departamento de Ciências Sociais da Universidade do Ceará.

nos regimes de Mussolini e Hitler vieram a ser apresentados como sobrevivências marginais daqueles fenômenos.

Associar a categoria de direita “monoliticamente” ao nazifascismo teve entre as demais consequências a marginalização da experiência das direitas liberais e conservadoras na Europa continental e aquelas de matriz anglo-saxônica entre o final do século XIX e a época entre as duas guerras mundiais.

Por se considerar e ser considerada desde as suas primeiras manifestações a herdeira do nazifascismo, um fenômeno específico de uma época que nunca mais ia voltar na história da humanidade, as ciências sociais atribuíram à direita uma função exclusivamente “antissistêmica”, embora, com o início da Guerra Fria, os movimentos espalhados de combatentes e militantes dos regimes fascistas (sobretudo na Itália e na Alemanha), sob o controle dos serviços secretos norte-americanos, desenvolveram um papel estratégico no combate ao comunismo, apoiando governos conservadores na Europa Ocidental¹.

Enfim, a ambiguidade da direita – dentro e fora do novo sistema democrático (IGNAZI, 1989)- nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, levou muitos cientistas sociais e políticos a pensarem que esta área não fosse produtora de uma específica ideologia, embora os fundadores dos grupos de direita reivindicassem o seu caráter de novidade e de originalidade, destacando que o “neofascismo” não era uma simples apêndice do regime fascista. Pelo contrário, era a realização, em um novo contexto, do programa social do movimento fascista das origens, uma vez que o regime não conseguiu alcançar todas as metas de política social fixadas.

Entre a segunda metade da década de 1970 e a década de 1980, o panorama mudou sob o efeito do fim da guerra fria. Novos movimentos de direita, qual a “nouvelle droite” francesa de Alain De Benoist (1979), articulando uma reflexão bastante original na área da direita, que prefigurava cenários das últimas duas décadas (implosão da União Soviética, globalização, declínio da democracia representativa e “antipolítica”, ascensão do neoliberalismo e crises financeiras), chamaram a atenção das ciências sociais sobre o tema crucial da “ideologia da direita” (GENTILE, 1979). A proposta era de abrir o campo teórico e metodológico, cruzando o plano histórico-político com o plano ideológico. Um dos principais resultados do renovamento do debate foi uma definição de “ideologia da direita”, que se tornou rapidamente um ponto de partida fundamental para uma nova geração de analistas e cientistas sociais.

1 É o caso do *Movimento Sociale Italiano*. Ver PARLATO, 2006; GENTILE, 2013.

É possível resumi-la desta forma: um *corpus* de identidades simbólicas, mitológicas e litúrgicas manifestado na forma de redes conceituais e códigos comunicativos, não necessariamente caracterizado por uma intrínseca originalidade, capazes, porém, de despertar os sentimentos mais profundos das massas, visando ganhar um consenso de caráter fideísta.

Finalmente, a direita estava sendo liberada do preconceito de ser apenas um resíduo do fascismo para se tornar um fenômeno complexo, capaz de produzir uma ideologia autônoma.

Com o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim em 1989, a direita se reinventou em torno de novos temas: o populismo “antipolítico”, a crise da representação tradicional e a imigração, entre os principais.

O novo desafio das ciências sociais e políticas era então a compreensão deste variado arquipélago de direita, enquanto os “think tanks” orgânicos à nova ordem “neoliberal”, hegemonizada pelos EUA, celebravam o “fim da história” e o triunfo histórico definitivo do capitalismo e da democracia representativa, capazes de derrotar todos os inimigos ideológicos após o 1989 (FUKUYAMA, 1992).

Contra os perigos de ser absorvido pelo pensamento único globalizado, caracterizado pela extinção das categorias direita-esquerda (STERNHELL, 1989), fascismo-antifascismo – reduzidas a velhas categorias do século XX e, portanto, não adequadas para compreender a nova ordem mundial –, Norberto Bobbio reafirmava a necessidade de manter a dicotomia direita-esquerda (1995), dado que elas são portadoras de duas *Weltanschauung* totalmente opostas, elaboradas como fundamento de um projeto ideológico-político bem definido, que vai até além do campo político para caracterizar uma diferente visão das relações sociais quotidianas (PIERUCCI, 1990, p. 11).

À luz destas considerações, precisamos ainda manter direita e esquerda contra o pensamento único neoliberal globalizado, que pretende se afirmar também absorvendo qualquer oposição num comunitarismo indistinto, sem classes sociais.

Nesta perspectiva, o fenômeno da direita brasileira contemporânea, suas configurações ideológicas e suas organizações políticas se torna um laboratório privilegiado para pensar a ascensão das direitas na América Latina e no Ocidente capitalista (LÓPEZ SEGREGA, 2016). Se por um lado ela reproduz de forma atualizada a peculiar convivência de princípios liberais e práticas autoritárias características da história do Brasil contemporâneo, por outro está reproduzindo na sociedade brasileira um aspecto importante do desequilíbrio das sociedades “pós-democráticas” (CROUCH, 2004): a aliança entre movimentos neoliberais e a direita nacionalista, criando coalizões ou até convivendo no mesmo partido. Para

dar um exemplo, os movimentos neoliberais brasileiros estão entre os principais defensores da globalização, implementada por meio de uma agenda de políticas transnacionais, portanto não compartilham o programa racista e homofóbico do movimento de Bolsonaro, porém o consideram útil para desviar as críticas dos interesses que representam.

Pensar a direita brasileira contemporânea como laboratório original de alianças entre pensamento neoliberal globalizado e práticas autoritárias pode também proporcionar um avanço importante no campo do pensamento político-social brasileiro, em direção de um novo caminho metodológico e teórico trilhado pela construção de “redes de interdependências que necessitam ser recompostas por uma sociologia interessada na transnacionalização da cultura” (BORGES LEÃO, 2018, p. 27). Assim, o foco não vai ser mais sobre a lógica tradicional de um centro criador de ideologia e de uma periferia meramente reprodutora. Pelo contrário, o objetivo é criar novos espaços transnacionais de circulação de ideias, interação e comparação entre fenômenos que compartilham a mesma raiz ideológica e política. Nesta perspectiva, o desafio é pensar as matrizes teóricas da nova direita “plural” numa circulação transnacional de ideias, compatibilizando o autoritarismo “instrumental” de Oliveira Vianna, na década de vinte, com a aliança entre neoliberalismo e ditadura militar “provisória”, teorizada pelo pensamento autoritário brasileiro da década de 1950, e corroborada na década de Sessenta pelo pensamento liberal-conservador de Von Hayek e, sobretudo, pela doutrina neoliberal de Milton Friedman, inspirador da ditadura de Pinochet no Chile, a “[...] primeira experiência neoliberal sistemática do mundo” na década de 1970 (ANDERSON, 1995, p. 19) .

As ciências sociais brasileiras ainda estão num nível pioneiro de estudos e reflexões sobre a direita. Provavelmente porque a confiança de muitos analistas na transição pela democracia, juntamente com a exigência de pensar um modelo constitucional e institucional democrático das relações Estado-sociedade, tem longamente marginalizado o tema do autoritarismo, até reduzir a direita, como aconteceu na Europa após a Segunda Guerra, a uma persistência marginal de um passado que nunca mais iria voltar na história do país.

O ciclo de protestos iniciado em Junho de 2013 e culminado com o *impeachment* de Dilma Rousseff mostrou a consolidação de uma “nova” direita, tanto sob o perfil ideológico quanto sob o perfil organizativo. Foram visualizados três grandes vertentes da nova direita: os pentecostais, que passaram a interagir na política institucional desde a década de 1970, os institutos liberais, criados por forças empresariais para difundir o neoliberalismo no Brasil desde a década de 1980 (GROS, 2004, p. 143-159), e o movimento articulado em torno da figura de

Jair Bolsonaro. A dificuldade de muitos analistas em tentar definir algo que se apresentava como “novo” no panorama político social brasileiro levou a destacar principalmente os elementos de novidade da direita na onda do que estava acontecendo desde a década de 1990 nos EUA. Um novo modelo de luta ideológica e de organização política tendo como pauta as grandes questões da “pós-modernidade”. Sem ainda ter esgotado os temas clássicos do Estado e do desenvolvimentismo, a nova direita pareceu estar projetada nas redes sociais lidando com questões como a liberalização de algumas drogas e o debate sobre uma nova geração de direitos, além de um novo discurso racial.

Diante de uma galáxia tão diversificada, o primeiro grande desafio para estudar em profundidade este complexo fenômeno é achar uma categoria de direita rigorosa e versátil ao mesmo tempo, capaz então, por um lado, de colher os elementos que podem ser conduzidos ao nível de interpretação geral, mas por outro lado, capaz de destacar os traços específicos das diferentes famílias e experiências políticas que se colocam na área da direita brasileira.

Sob perfil metodológico e teórico, nossa proposta é de utilizar uma categoria de direita “plural” (CALDIRON, 2001), caracterizada por uma multiplicidade de experiências, cujo elemento aglutinador é a tensão liberalismo-autoritarismo, traço marcante de toda a história do Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo, como destacado anteriormente, estudar a direita brasileira proporciona também uma melhor compreensão de tendências políticas, econômicas e sociais do mundo atual.

Tendo em vista o nosso objetivo de apresentar uma teoria da compatibilidade entre neoliberalismo e autoritarismo, focada no estudo específico da direita “plural” brasileira, reunida em torno da tensão liberalismo-autoritarismo, é preciso em via preliminar definir, embora essencialmente, o que entendemos por “neoliberalismo” e quais suas aproximações e diferenças com o liberalismo clássico, uma vez que o neoliberalismo é utilizado para definir um amplo espectro de experiências, gerando também muitos desentendimentos, sobretudo a respeito da sua relação com o liberalismo.

Por um lado, não há como negar as profundas diferenças entre liberalismo e neoliberalismo. Diante o rumo economicista que o neoliberalismo está tomando desde a década de Sessenta do século XX, muitos pensadores liberais se concentram mais sobre o tema político-jurídico da justiça, revertendo a relação tradicional de suborno que ela tem com a liberdade e colocando-a no foco do liberalismo político.

Porém e para fins de nossa análise é mais profícuo se focar sobre as aproximações entre liberalismo e neoliberalismo. Do ponto de vista das ideias, o

neoliberalismo – bem como todas as doutrinas que pretendem se apresentar como “novas” – se caracteriza por um resgate em um contexto diferente de uma matriz liberal originária comum (mercado livre, empresa livre, trabalho livre, eficiência, bem estar e felicidade coletiva etc.), que nunca realizou-se plenamente - nem no século XIX, ápice do liberalismo -, dado que a partir do 1870 as relações internacionais tomaram o rumo do protecionismo, e que a reconstrução após a segunda guerra mundial foi atuada com base na teoria keynesiana de apoio ao gasto público e aos investimentos nas infraestruturas. Nesta perspectiva, não há conflito teórico entre liberalismo e neoliberalismo a respeito da mesma raiz comum e dos fins a serem alcançados.

Nem o caminho metodológico do liberalismo e do neoliberalismo é muito diferente. Se no liberalismo “clássico” há uma preocupação em recompor a ruptura epistemológica entre a “ciência positiva” preocupada em sistematizar o que “*positum*” na realidade, e uma “ciência normativa” criadora de um sistema de regras para alcançar um determinado fim, o neoliberalismo compartilha a mesma preocupação no seu método de investigação da economia. Neste horizonte, Milton Friedman, na década de cinquenta, afirmava que as conclusões da economia positiva são de fundamental relevância para importantes problemas normativos (1953). O papel da economia “positiva” é de apresentar um conjunto de generalizações a serem utilizadas para fazer previsões corretas sobre as consequências de uma eventual mudança das circunstâncias. Friedman manifesta uma postura realista nas questões da ética. Uma desconfiança nas capacidades do processo deliberativo e normativo no esforço de achar uma raiz comum objetiva capaz de levar todos os indivíduos para a uniformidade.

Tentando exemplificar estas ideias no caminho do liberalismo ao neoliberalismo, é necessário destacar a aproximação entre o liberalismo clássico de Benedetto Croce e o neoliberalismo de Milton Friedman. Se no pensamento de Croce, a análise “positiva” da realidade após a primeira guerra mundial levava a teorizar que o fascismo poderia ser uma “parêntese” aceitável, desde que ele cumprisse o papel de criar as condições de conduzir a crise da sociedade liberal no caminho certo do progresso civilizatório liberal (CROCE, 1973), diante o avanço ameaçador do comunismo totalitário; da mesma forma, Milton Friedman constrói sobre a ciência “positiva” a sua proposta político-normativa (1962). Se o objetivo final do neoliberalismo é a realização da sociedade de mercado, e o modelo institucional é apenas um instrumento para alcançar este objetivo, segue-se que uma ditadura “transitória” (Pinochet no Chile) se torna perfeitamente compatível com o liberalismo, uma vez que o *Welfare State* democrático, de matriz keynesiana é

totalmente inconciliável com a teoria da estabilidade econômico-monetária da Escola de Chicago, e o comunismo soviético é – nesta visão - o regime totalitário mais opressivo da história da humanidade, até mais que o nazifascismo.

Como veremos ao longo do trabalho, o pensamento de Oliveira Vianna, moldado no positivismo castilhista, antecipa a teoria liberal da “ditadura autoritária” como “parêntese”. Já na primeira grande obra *Populações Meridionais do Brasil* (1987) não haveria então incompatibilidade entre liberalismo e autoritarismo, desde que o autoritarismo fosse pensado como um “instrumento transitório” para dar estrutura, educação e consciência coletiva à sociedade brasileira, de modo tal que ela pudesse apoiar a introdução de instituições genuinamente liberais no Brasil².

AS RAÍZES DA DIREITA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: LIBERALISMO, CONSERVADORISMO E AUTORITARISMO

Entender as configurações ideológico-políticas da direita no Brasil requer uma perspectiva histórica, dado que esta tradição está fortemente enraizada na própria estrutura econômico-social colonial do país, consolidada em torno da ascensão ao poder de uma elite de proprietários e comerciantes, depositários de uma tradição patrimonialista e oligárquica herdada da dominação portuguesa, articuladores de um mecanismo de cooptação das clientelas ligado à economia agroexportadora e aos defensores da propriedade da terra e da escravidão.

A combinação de liberalismo e escravidão só pode aparentemente parecer uma contradição. Um olhar mais profundo mostra, porém, que na sociedade pós-colonial brasileira o liberalismo não tomou a forma do pacto da tradição política moderna, nem se associou à ética burguesa da livre iniciativa (Bosi, 1992).

Se por um lado, o liberalismo “heróico” das origens se afirmou como a ideologia da independência, por outro lado - observa Alfredo Bosi - o conceito de liberal, consolidada a independência, logo assumiu o significado de “conservador de um complexo de liberdade”, desde a iniciativa econômica gratuita, passando pelo direito de voto baseado no censo até a liberdade de ter trabalhadores escravos em regime de coerção legal (Bosi, 1992, p. 199-200).

2 Como o mesmo Vianna esclarece desde sua primeira obra: “Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente: - eis o primeiro objetivo. Realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei, aquilo que Ihering chama “o poder moral da ideia do Estado”; - eis o segundo objetivo” (OLIVEIRA VIANNA, 1987, p. 275-276).

Não houve, portanto, nenhuma incompatibilidade entre ser liberal e ser dono de escravos, dada a ausência de uma relação necessária entre o liberalismo e a abolição da escravidão. Os ideais burgueses, liberais e republicanos ficaram no nível da “consciência possível” (FAORO, 1994), sendo assim rapidamente sufocados por um autoritarismo clânico-oligárquico, de cunho hierárquico, e baseado em laços de fidelidade material e simbólica a uma elite homogênea, defensora do centralismo estadual, como pode se observar no sistema político imperial, ratificado pela constituição de 1824, e pela criação dos dois grandes partidos - o liberal e o conservador - que, além de algumas diferenças ideológicas, representavam os interesses de grupos sociais similares (MURILO DE CARVALHO, 1981). A conciliação entre liberalismo e conservadorismo encontrava seu momento de expressão máxima no modelo de Estado “Saquarema” (LYNCH, 2010), representado pelos grandes teóricos do Estado imperial centralizador, eficiente e criador do povo brasileiro, dentre as quais se destaca a figura do Visconde do Uruguai (NUNES FERREIRA, 1999).

Entre a proclamação da Primeira República e a Revolução de 1930, época rica em novas expressões em todos os campos (o modernismo no campo artístico, por exemplo), vão se estruturando as configurações ideológicas e políticas da direita brasileira.

De acordo com o historiador argentino Beired, a análise da formação de um pensamento de direita nos sugere pensá-la como um “campo” de relações intelectuais e políticas polarizadas em torno de um conjunto de problemas que vão desde questões de longo prazo do pensamento brasileiro (a ausência de uma consciência nacional e a centralidade do Estado na criação da sociedade) até os desafios da modernização, ligada à crise do modelo agroexportador no contexto mais amplo da crise do Estado liberal, pensado como inadequado a soldar o país legal das elites com o país real da pobreza e do atraso (BEIRED, 1999).

Entre a década de 1920 e a “Era Vargas”, a direita “plural” brasileira se articula em três linhagens ideológicas e políticas principais: o nacional-autoritarismo *científicista*, herdeiro da tradição positivista brasileira; a direita católica; a direita fascista, representada pelo integralismo, que de acordo com uma análise consolidada seria o movimento ideológico e político mais próximo ao fascismo europeu (TRINDADE, 1974).

Embora caracterizadas por um conjunto diferenciado de reflexões teóricas e políticas (o autoritarismo como manifestação dos interesses das classes dominantes ou como resposta elitista à desarticulação da sociedade civil, a mobilização católico-fundamentalista das massas), as três correntes da direita brasileira entre a segunda metade dos anos 1920 e os 1930 vieram a compartilhar a visão “normativa”

do Estado autoritário, pensado como a única maneira de corrigir os desequilíbrios de longo prazo do Brasil. Como observa Bolívar Lamounier, a “ideologia do Estado autoritário brasileiro” não era uma mera cópia do fascismo europeu, dado que foi alimentada desde o início do século XX por uma síntese entre o pensamento conservador brasileiro do século XIX e uma bagagem de ideias “protofascistas” que há muito tempo estavam circulando no Brasil: do autoritarismo ao corporativismo, do anti-liberalismo ao anti-socialismo, ao centralismo e ao nacionalismo (LAMOUNIER, 1977).

Assim, no Brasil, entre as duas guerras mundiais não se configura uma relação necessária entre modernização e Estado autoritário, embora o próprio Getúlio Vargas e os próprios colaboradores da ‘Revolução de 30’ nunca tenham feito segredo sobre terem sido inspirados pelas ideias de Alberto Torres ou de Oliveira Vianna. Mas é preciso pensar a época varguista como um “campo aberto” de propostas, caracterizadas pela tensão liberalismo-autoritarismo. Conforme destacado por Ângela de Castro Gomes, na década de 1930, houve várias propostas em confronto sobre a relação Estado-mercado-indivíduo (GOMES, 2003, p. 112-145), algumas das quais suportadas por uma ideologia nacionalista e autoritária, mas também outras que afirmavam uma perspectiva essencialmente liberal, refletindo a complexidade do campo intelectual da época (CORREA, 2016, p. 955-966).

A TENSÃO LIBERALISMO-AUTORITARISMO NO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA

Para tentar abordar a tensão permanente autoritarismo-liberalismo, que acompanha toda a trajetória da direita brasileira, precisamos utilizar o conceito de “autoritarismo instrumental” em uma nova perspectiva analítica (GENTILE, 2018, p. 27-46).

Teorizado pelo cientista brasileiro W. G. dos Santos na década de 1970, o “autoritarismo instrumental” tornou-se, desde aquela época, uma categoria fundamental do pensamento político-social brasileiro (SANTOS, 1978). Visando diferenciar o autoritarismo de Oliveira Vianna das outras famílias do pensamento autoritário brasileiro (o integralismo, o catolicismo e o tenentismo), o cientista político elabora um conceito capaz de dar conta do sentido mais profundo do pensamento do sociólogo, ideólogo do Estado autoritário e consultor jurídico do Ministério do Trabalho na década de 1930. Nesta perspectiva, o “autoritarismo instrumental” é pensado como um instrumento transitório, cuja utilização é limitada ao cumprimento da sua tarefa de criar as condições para a implantação de uma sociedade liberal no Brasil. É uma explicação parcialmente satisfatória. O “autoritarismo instrumental” formulado por Santos a partir de uma hipótese de convivência ambígua entre

autoritarismo e liberalismo não explica de forma adequada as causas e as trajetórias do complexo processo de assimilação na legislação trabalhista brasileira do modelo fascista corporativista, de cunho totalitário.

Em outras palavras, a questão central é como foi possível no pensamento de Oliveira Vianna adaptar para a sociedade brasileira o Estado corporativo, pensado como o melhor e mais moderno “instrumento” na época entre as duas guerras mundiais para pôr ordem na crise do Estado liberal, sem necessariamente cair na teoria da “ditadura permanente” do totalitarismo fascista.

Para que o conceito ainda mantenha o seu fecundo potencial analítico na área dos estudos e das reflexões sobre o autoritarismo e a direita brasileira é preciso fundamentá-lo com novos elementos teóricos, devendo ser repensado tendo em vista mais dois fatores:

1. O autoritarismo se caracteriza como “instrumental” para uma futura sociedade liberal não apenas porque, como observa Murilo de Carvalho, “Oliveira Vianna absorveu muitos temas do liberalismo conservador do Império” (MURILLO DE CARVALHO, 1993, p. 22), mantendo de qualquer forma um diálogo sempre aberto com o liberalismo. Mas, sobretudo, porque busca a sua legitimidade no afastamento do Estado totalitário (fascista ou comunista) europeu, caracterizado por uma visão teleológica do Estado, pelo anti-liberalismo radical e pela simbiose partido único–Estado.

Uma vez afastado do totalitarismo, o “autoritarismo instrumental” pode ser então apresentado como o mais “adequado” para sustentar a nova ordem industrial do País, e ao mesmo tempo, dado o seu caráter “instrumental” e transitório, ele apresentaria sempre uma possibilidade em cada fase da ditadura varguista de se abrir para uma sociedade liberal, enquanto no caso europeu não é possível alguma compatibilidade entre liberalismo e totalitarismo.

Esta tensão permanente entre autoritarismo e liberalismo na década de 1930 ajuda também a ditadura varguista a se manter estável e longamente no poder.

2. No pensamento nacional-autoritário brasileiro, o autoritarismo se vincula à teoria do “desenvolvimento tardio” em sua variante nacionalista, segundo a qual alguns países da “periferia” do capitalismo privilegiaram o Estado autoritário como centro organizador da nação em todos os seus aspectos, tendo em vista superar o atraso e cortar a dependência dos países mais desenvolvidos (CARDOSO; FALETTO, 1970)³. Então ele é “instrumental” não apenas porque é “transitório”, visando

3 Embora o pensamento econômico teórico desenvolvimentista *stricto sensu*, articulado em torno a um conjunto de propostas a serem implementadas mediante políticas públicas, consolidou-se nas décadas de cinquenta e sessenta, tendo como sua referência a Cepal, centro catalizador e

construir as condições estruturais para uma democracia liberal, mas sobretudo porque é o mais “adequado” para misturar alguns elementos totalitários de matriz europeia com o liberalismo.

Esse “ecletismo” manifesta-se claramente no processo de apropriação criativa que Oliveira Vianna faz dos modelos econômicos, políticos e sociais mais modernos da época, compatibilizando-os com a realidade brasileira. Isso explicaria porque nos anos 1930 os teóricos autoritários se apropriam do modelo corporativo fascista para industrializar o país, mas também ajuda a entender porque nos anos 1960 uma das vertentes mais importantes do autoritarismo procura compatibilizar ditadura autoritária, totalitarismo e neoliberalismo, como mostram as trajetórias dos economistas Eugênio Gudin e Roberto Campos.

Ademais, não foi à toa que o general Golbery do Couto e Silva utilizou Oliveira Vianna como grande referência no seu trabalho sobre a geopolítica do Brasil, um dos documentos fundamentais da doutrina da segurança nacional (COUTO E SILVA, 1981; TREVISAN, 1985). E, indo mais à frente, o “ecletismo” econômico e político-social brasileiro, visando dar prioridade ao desenvolvimento do país, pode até explicar porque o processo de redemocratização da década de 1980 deixa a ambígua convivência entre os princípios básicos da liberal-democracia e a estrutura sindical-corporativa de cunho fascista, herança do autoritarismo varguista, incorporada na ditadura militar.

AS DÉCADAS DE 1950 E 1960: DIREITA, NEOLIBERALISMO E DITADURA “PROVISÓRIA”

Seguindo a nossa análise, a época que vai da democracia populista até a ditadura militar (1945-1964) se apresenta como o laboratório da tensão liberalismo-autoritarismo, além de antecipar uma das tendências atuais da globalização, quer dizer, a aliança entre o neoliberalismo e a direita nacionalista.

A recusa do estado totalitário, nazifascista ou comunista abre um espaço de reflexão sobre o conservadorismo de tradição anglo-americana, também sob o

difusor das teorias elaborada por Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares e José Medina Echevarría, entre outros, o desenvolvimentismo tem uma longa tradição ideológico-política, abrangendo não apenas escolas econômicas mas também autores e correntes voltados para o estudo das sociedades pós-coloniais subdesenvolvidas. No caso brasileiro basta pensar aos primeiros teóricos da organização nacional da questão social brasileira na segunda metade do século XIX, quais Silvio Romero e Alberto Torres, precursores de um pensamento nacional-desenvolvimentista que se tornou um projeto material de políticas polarizadas em torno do Estado interventor. De acordo com Ricardo Bielschowsky (1988), é legítimo então, pensar o desenvolvimentismo como um ciclo que inicia com a “Era Vargas” e chega até o 1964, tendo como seu foco a ideologia da transformação da sociedade brasileira por meio da industrialização, do planejamento e dos investimentos, embora não haja na época varguista uma teoria econômica desenvolvimentista “científica”.

efeito da diáspora de muitos intelectuais europeus fugitivos da Alemanha para os centros universitários dos EUA. É uma geração (Hannah Arendt, Leo Strauss etc.) que assume a experiência dos Estados nazistas e estalinistas dentro da mesma categoria de totalitarismo, apagando todas as diferenças histórico-genéticas, ideológicas e econômicas entre os dois modelos. Diante da tragédia das duas experiências totalitárias, o pensamento liberal conservador defende os valores do liberalismo político-econômico, seguindo duas vertentes: o conservadorismo liberal-constitucional (Michael Oakeshott), que recusa o racionalismo universalista e o coletivismo. Argumenta que a política serve apenas para manter um sistema de normas nas quais o indivíduo é livre para buscar seus objetivos, ao passo que o governo pode até ter um papel econômico-social, porém não pode de forma alguma mexer na estabilidade monetária do país (OAKESHOTT, 1962); e, sobretudo, a escola econômica da nova direita (Hayek), cujo argumento central é que uma sociedade livre necessita de um livre mercado, ou, em outras palavras. a política “limitada” do pensamento conservador é possível apenas num sistema capitalista (HAYEK, 1944, 1960).

As novas direitas anglo-americanas foram bastante utilizadas pela direita brasileira após a Segunda Guerra mundial. É o caso de Roberto Campos, discípulo de Hayek.

De acordo com Hélgio Trindade, a época que vai da “redemocratização” sob a égide do populismo varguista até o golpe militar de 1964 reflete a persistência de um “hibridismo” brasileiro, combinando formas de pensamento liberal com práticas autoritárias e corporativistas, de cunho fascista (TRINDADE, 1985, p. 46-72). É um ponto crucial para entender as relações de continuidade entre a primeira geração de pensadores autoritários (Torres, Vianna, Amaral, Campos) e a segunda geração, representada, sobretudo, pelos economistas Roberto Campos e Eugênio Gudin, dois dos principais teóricos e colaboradores da ditadura militar.

Compartilhamos o argumento central do cientista político Ricardo Silva. O elemento comum para as duas gerações pode se encontrar na defesa de uma “ideologia do Estado autoritário”, organizada em torno de um conjunto de argumentos em favor da implantação do Estado autoritário como remédio aos males do país (SILVA, 2004). Segundo Silva, no caso de Campos e Gudin, trata-se de uma atualização, em um contexto histórico diferente, dos argumentos elaborados pelos teóricos do Estado Novo. Se na visão dos principais teóricos da “ideologia do Estado autoritário”, o modelo autoritário varguista foi apresentado como o mais “adequado” naquele momento para a realidade social brasileira, Campos e Gudin,

com diferentes modalidades, voltaram a defender o argumento do autoritarismo como o melhor “instrumento” para alcançar uma sociedade liberal (CAMPOS, 1978).

De forma específica Campos, economista “eclético” e expoente da “ala direita” do desenvolvimentismo” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 104-126), retomando as ideias dos autoritários da década de 1930, configura uma ditadura autoritária “provisória” consistindo numa primazia do poder executivo, dominado pelos militares e pelos tecnocratas, únicos depositários do “bem” e do “racional”, com base na “incapacidade” do povo brasileiro em ter instituições democrático-liberais, de acordo com a teoria do “autoritarismo instrumental”, de matriz científica e positivista.

Trata-se de uma reformulação, em um contexto diferente, da ideologia do militar-político, que veio sendo elaborada durante a Era Vargas diante da ineficiência das elites políticas da época liberal e da suposta fragmentação do povo brasileiro. Formulada claramente pelo general Góes Monteiro, em *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército* (1934) (GÓES MONTEIRO, 1934), se torna um argumento fundamental para o golpe de 1964, que busca a legitimidade ideológica da intervenção militar na política na doutrina da “segurança nacional”, bem como na reelaboração do argumento do “perigo comunista”, em continuidade com o anticomunismo varguista fixado na Lei da Segurança Nacional, reproduzindo o discurso ideológico-simbólico “amigo-inimigo” (SCHMITT, 1921), típico dos regimes totalitários e autoritários. É o novo papel das forças armadas no processo político brasileiro.

O Estado autoritário em Campos e Gudin tem como seu pressuposto teórico fundamental a adesão à escola monetarista, na desconfiança, compartilhada pela maioria dos teóricos da estabilidade monetária, nas teses do estruturalismo e na visão de que a democracia não é o melhor regime para programar políticas econômicas de cunho liberal. Nessa postura teórica há uma clara antecipação da aliança entre neoliberalismo e direita. Se no pensamento de M. Friedman e da *Chicago School of Economics* o capitalismo de livre mercado é o único sistema possível, dado o fracasso dos modelos totalitários de direita e de esquerda, e, portanto, para proporcionar riqueza não pode se apoiar a nenhum princípio moral ou político humano, a democracia ou a ditadura se tornam perfeitamente compatíveis com ele, desde que garantam “pragmaticamente” a livre circulação transnacional de capitais financeiros, sem fazer alguma diferença entre graus diferentes de desenvolvimento dos países.

Da mesma forma, no pensamento da direita economicista brasileira das décadas de 1950 e 1960, configura-se uma aliança “eclética” e pragmática entre neoliberalismo ortodoxo, planejamento econômico “racional” e ditadura, anteci-

pando a experiência do Chile de Pinochet e também, de certa forma, as políticas neoliberais da década de 1980 na Inglaterra e o no EUA.

Nesta visão, a ditadura militar, por sua vez, embora mais repressiva no plano político-social, amplia o campo das possibilidades de desenvolvimento econômico do país, pois recupera, atualizando-a, a ideologia do Estado autoritário numa visão mais “eclética” ou “pragmática”, que, mesmo privilegiando o estatismo autoritário como via ao desenvolvimento brasileiro, devido também à formação dos militares no poder, não exclui aprioristicamente a compatibilidade de intervencionismo e corporativismo estatal dos anos 1930, estruturalismo dos anos 1950 e neoliberalismo.

A TENSÃO LIBERALISMO-AUTORITARISMO COMO ELEMENTO AGLUTINADOR DA NOVA DIREITA “PLURAL” BRASILEIRA

Sem pretensão alguma de fazer a história das vertentes ideológicas e políticas que se encontram na direita brasileira, o objetivo deste trabalho foi fornecer algumas trilhas teóricas e metodológicas para entender o crescimento rápido na atual conjuntura brasileira da “nova direita” - um movimento heterogêneo “plural” que não compartilha uma única doutrina -, destacando como as várias tendências que conformam a direita, mesmo reivindicando orgulhosamente a própria especificidade, se caracterizam pela confluência no neoliberalismo, desde a segunda metade da década de oitenta.

A hipótese sustentada ao longo do trabalho é a de que nas raízes desta confluência há uma tensão liberalismo-autoritarismo que marca toda a história da direita brasileira, desde as origens da formação de um pensamento autoritário na Primeira República, passando pela “Era Vargas” e pela ditadura militar e chegando até a redemocratização de 1988.

Para sustentar a nossa hipótese, foi necessário analisar as aproximações entre o liberalismo e o neoliberalismo, apontando que em ambos há uma convergência sobre a ideia de que a sociedade de mercado pode ser alcançada plenamente também mediante um regime autoritário “instrumental”, dado o fracasso da socialdemocracia, de matriz keynesiana nos últimos trinta anos. Temos argumentado que o “ecletismo” de Oliveira Vianna no campo sociológico e aquele de Roberto Campos no campo econômico se encontram perfeitamente nesta compatibilidade entre liberalismo e autoritarismo - traço permanente do pensamento, bem como da própria estrutura do Estado brasileiro -, antecipando as teorias do neoliberalismo na década de Sessenta e seu apoio à ditadura militar no Chile.

Trata-se agora de fazer algumas considerações finais sobre a tensão liberalismo-autoritarismo como elemento aglutinador da nova direita “plural” brasileira.

Por um lado, a nova direita aceita os princípios do liberalismo e da democracia, dado que se apresenta as eleições para ganhar o consenso, por outro lado ela é “herdeira da Arena e depois do PDS, partidos de sustentação política do regime ditatorial” (CODATO; BOLOGNESI; MATTOS ROEDER, 2015, p. 116).

Enquanto os movimentos da direita logo no inicio da redemocratização da década de 1980 eram marcados pela manutenção da estrutura sindical-corporativista da Era Vargas, de cunho fascista (GENTILE, 2014, p. 84-101), bem como pelo apoio à ditadura (KAYSEL, 2015, p. 68), a nova direita já durante a fase constituinte combinava medidas institucionais de cunho autoritário e neocorporativista com o engajamento em políticas neoliberais, introduzidas no Brasil graças aos grandes empresários brasileiros vinculados à rede internacional de “*Think tanks*, fundações e organizações neoliberais estrangeiras (...), como o Liberty Fund, a Tinker Foundation, a Atlas Economic Research Foundation e o Center for International Private Enterprise” (Gros, 2004, p. 145). Nas manifestações antipetistas e a favor do *impeachment*, as organizações neoliberais contribuíram para construção do discurso de ódio e de intolerância da “atual cosmovisão da direita no Brasil, compreendida como um universo multidimensional, o qual abarca diferentes tonalidades ideológicas e emissões discursivas” (MESSENBERG, 2017, p. 633).

Os grupos organizados protagonistas das manifestações de junho de 2013 (Revoltados Online, Nas Ruas, Vem Pra Rua, MBL e também o neofascismo dos Carecas do ABC) se organizaram em torno de uma plataforma ideológico-política comum, indo do antipetismo ao antibolivarianismo, renovação ideológica do anticomunismo da década de cinquenta, passando pela antipolítica e pelo conservadorismo moral (família tradicional, patriotismo, combate a criminalidade, oposição às cotas raciais) - reformulação nesta nova conjuntura da lógica de inclusão-exclusão dos regimes autoritários -, até os argumentos tradicionais do neoliberalismo (estado mínimo, sociedade de mercado, liberdade de empresa, fim do estado social) (MESSENBERG, 2017, p. 633).

Se focamos também a atenção na frente nacionalista e fascista, é possível ver esta a tensão liberalismo-autoritarismo como traço marcante da nova direita brasileira. O discurso de Jair Bolsonaro mistura o autoritarismo da ditadura militar com os tópicos do neoliberalismo na economia e não parece estar em conflito com as posições neofascistas de Levy Fidelix e do PRTB (CALDEIRA NETO, 2016, p. 29-34). Da mesma forma, os movimentos pentecostais e neopentecostais estão se

expandindo mediante uma tendência a amalgamar princípios do neoliberalismo com a recusa moral dos avanços nos direitos de gênero (ALMEIDA, 2017, p. 1-27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nossa perspectiva crítica trata-se de considerar o legado das experiências autoritárias como fixação de aspectos que se tornaram perenes e que estão inseridos na própria redemocratização pós-ditadura, de acordo com um processo que alguns cientistas sociais chamam de “hibridismo” da “semidemocracia” brasileira, caracterizada por uma convivência ambígua de novos elementos democráticos e permanências autoritárias (MAINWARING, 2001, p. 645-687).

Voltar a refletir sobre tópicos de longo prazo, quais sejam, a “ditadura republicana” de matriz positivista, a “ideologia do Estado autoritário”, o “autoritarismo instrumental”, e o hibridismo de lógica liberal e práxis autoritária, ou sobre a coexistência de um ideário neoliberal, difundido desde a década de 1980 no Brasil e na América Latina por institutos liberais a serviço da burguesia brasileira junto com o legado da Era Vargas – sindicato corporativo e formação de uma “cidadania regulada” pelo alto, concedendo previamente direitos sociais -, cujo modelo nacional-autoritário é incorporado ao processo de militarização do Estado e da sociedade civil brasileira nas décadas de 1960 e 1970, é fundamental para a compreensão tanto da tensão liberalismo-autoritarismo que permeia a ideologia da direita brasileira contemporânea, uma mistura de princípios neoliberais e defesa de retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, quanto também o papel estratégico por ela exercido no contexto mais amplo da “pós-democracia”, marcada pelos *lobbies* multinacionais, pelas mídias e por novas formas de poder oligárquico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. “A onda quebrada- evangélicos e conservadorismo”. *Cadernos Pagu*, n.50, p. 1-27, 2017.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BENOIST, Alain De. *Les idées à l'endroit*. Paris: Éditions Libres/Hallier, 1979.
- BEIRED, José B. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea-Inpes, 1988.

- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Schwarz, 1992.
- CALDIRON, Guido. *La destra plurale*. Roma: Manifestolibri, 2001.
- CALDEIRA NETO, Odilon. “Frente nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil”. *Faces de Clio. Revista do programa de pós graduação em historia - Uffj*, vol. 2, n. 4, p. 20-36, 2016.
- CAMPOS, Roberto. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Apec, 1963.
- _____. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; MATTOS ROEDER, Karolina. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs). *Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 115-143.
- CORREA, Maria Letícia. “Intelectuais, imprensa e conformação de um campo de debates sobre temas econômicos no Brasil (1930-1945)”. In: *Memorias Congresso Internacional de Historia “La modernidad en question”*. Quito: Universidad Central del Ecuador, 2016, p. 955-966.
- COUTO E SILVA, Golbery Do. *Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- CROCE, Benedetto. *Scritti e discorsi politici (1943-1947)*. Roma-Bari: Laterza, 1973.
- CROUCH, Colin. *Post Democracy*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016
- FAORO, Raimundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Editora Ática, 1994.
- FRIEDMAN, Milton. *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.
- _____. *Capitalismo e liberdade*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- FUKUYAMA, Francis. *The end of History and the last man*. New York: Mac Millan, 1992.
- GENTILE, Emilio. *Le origini dell’ideologia fascista*. Bolonha: Il Mulino, 1975.
- GENTILE, Fabio. *La rinascita della destra*. Napoli: ESI, 2013.
- _____. “O fascismo como modelo: incorporação da “carta del lavoro” na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930”. *Mediações*, v.19, n.1, p. 84-101, 2014.
- _____. “A apropriação do corporativismo fascista no autoritarismo instrumental de Oliveira Vianna”. *Política hoje*, v. 27, p. 27-46, 2018.

- GÓES MONTEIRO, Pedro A. de. *A revolução de 30 a finalidade política do exército*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1934.
- GOMES, Ângela de Castro. “Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940”. In: BASTOS RUGAI, Elide (org.). *Intelectuais, sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 112-145.
- GROS, Denise. “Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n.54, p. 143-159, fevereiro/2004.
- GUDIN, Eugenio. *O pensamento de Eugenio Gudin*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1978.
- HAYEK, Friedrich A. von. *The Road to Serfdom*. London: Routledge, 1944.
- _____. *The Constitution of Liberty*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- IGNAZI, Piero. *Il Polo escluso. Profilo del MSI*. Bolonha: Il Mulino, 1989.
- JESI, Furio. *Cultura della destra*. Milão: Garzanti, 1979.
- KAYSEL, André. “Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs). *Direita, Volver! Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 49-74.
- LAMOUNIER, Bolivar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 2, Tomo III. São Paulo: Difel, 1977, p. 342-374.
- LÓPEZ SEGREGA, Francisco. *América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha*. Buenos Aires: Clacso, 2016.
- LYNCH, Edward C. “O pensamento conservador saquarema”. In: NUNES FERREIRA, Gabriela; BOTELHO, André (org.). *Revisão do pensamento conservador*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010, p. 25-54.
- HAYEK, Friedrich A. von. *The Road to Serfdom*. London: Routledge, 1944.
- _____. *The Constitution of Liberty*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- MAINWARING, Scott (org.). “Classificando regimes políticos na América latina, 1945-1999”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 4, p. 645-687, 2001.
- MESSENBERG, Débora. “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 32, n 3, p. 621-647, 2017.
- MURILO DE CARVALHO, José. *A construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Brasília: Ed UnB, 1981.
- _____. “A utopia de Oliveira Vianna”. In: Bastos Rugai, Elide; MORAES, João Q. (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, p. 13-43.
- _____. *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2003.

- NUNES FERREIRA, Gabriela. *Centralização e descentralização no Império*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- OAKESHOTT, Michael. *Rationalism in Politics*. London: Methuen, 1962.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Populações Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1987.
- PARLATO, Giuseppe. *Fascisti senza Mussolini. Le origini del neofascismo in Italia, 1943-1948*. Bolonha: Il Mulino, 2006.
- PIERUCCI, Antonio Flavio. “Ciladas da diferença”. *Tempo Social*, v.2, n.2, p. 7-37, 1990.
- SANTOS, Wanderley G. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCHMITT, Carl. *Die Diktatur. Von den Anfängen des modernen Souveränitätsgedankens bis zum proletarischen Klassenkampf*. Berlin: Duncker & Humblot, 1921.
- SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.
- STERNHELL, Zeev. *Naissance de l'idéologie fasciste*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1989.
- TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1985.
- TRINDADE, Hélio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de Trinta*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.
- _____. “Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945)”. In: ROUQUIÉ, Alain et al. *Assim renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 46-72.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs). *Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015.

“Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro¹

“Right, unashamed”: conformations on Brazil’s political right through Jair Bolsonaro’s discourses

Martin Egon Maitino^a

Resumo Como a “nova direita” se diferencia e se aproxima das tradições do campo conservador brasileiro? Em que medida o fenômeno da “direita envergonhada” é afetado pelo discurso desses grupos? O artigo discute tais questões por meio da análise do discurso de um dos principais polos da direita contemporânea no Brasil – o deputado Jair Bolsonaro. Entendendo as narrativas como importantes mecanismos para a conformação de grupos políticos, busca-se compreender como esse ator contribui para as transformações no campo através de suas operações discursivas: quais os valores, atores e práticas atribuídos aos campos da esquerda e da direita pelo parlamentar. Como material primário, foram usados seus discursos na 54^a e 55^a legislatura para análises quantitativas e selecionadas entrevistas e declarações para análises qualitativas. Os resultados apontam para uma baixa relevância de questões econômicas no discurso do parlamentar, com ênfase em questões de cunho moral e na oposição aos governos petistas. Percebe-se grande valorização do período militar e uma reatualização do discurso anticomunista, vinculando-o ao antipetismo.

Palavras-chave Nova direita; Direita; Antipetismo; Anticomunismo; Discurso Político.

Abstract How is the “new right” different and similar to the traditions of the Brazilian conservative field? In what sense is the “shamed right” phenomena affected by these groups discourses? The paper discusses these issues by analyzing the discourses of one of the main leaders of contemporary right in Brazil – federal deputy Jair Bolsonaro. By highlighting the importance of narratives as mechanisms for conforming political groups, we try to understand how this actor contributes to the transformations in this field through his discursive operations: what are the values, actors and practices the congressman attributes to the left and to the right fields. As primary material,

¹ Este artigo é uma versão estendida e modificada de trabalho apresentado anteriormente no 1º Simpósio *Direitas Brasileiras (Da Redemocratização ao Governo Temer)*, ocorrido na Universidade de São Paulo entre 7 e 9 de novembro de 2017.

^a Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Contato: martin.maitino@gmail.com.

pronouncements in the 54th and 55th legislature were used for quantitative analysis and interviews and other declarations were selected for qualitative analysis. The results point to low saliency of economic issues and an emphasis on issues of moral character and opposition to the Worker's Party (PT) government. The military period is valued in a highly positive way and anticommunist narratives are updated through a coupling with anti-PT discourse.

Keywords New right; Right; Anticommunism; Political Discourse.

O retorno de grupos de vocabulário anticomunista, abertamente simpáticos ao regime militar, a posições de destaque no debate político nacional vem gerando surpresa e apreensão em muita gente. Essas transformações, associadas ao surgimento de uma “nova direita”, põem em cheque algumas das noções estabelecidas sobre o campo conservador brasileiro, renovando o interesse no estudo das formações políticas de direita (VELASCO E CRUZ, 2015; KAYSEL; CODAS, 2015).

Mais especificamente, chama a atenção a forma pela qual esses grupos reivindicam para si os rótulos e tradições de “direita” (CHALOUB; PERLATTO, 2015), rompendo com o fenômeno da “direita envergonhada” – isto é, da direita que não se assumia como tal, prevalente ao menos desde a redemocratização (PIERUCCI, 1987; SOUZA, 1988; MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000; MADEIRA; TAROUCO, 2010; CALDEIRA NETO, 2016). Essa diferenciação entre uma nova direita, que “diz seu nome”, e a direita tradicional, “envergonhada”, suscita uma série de questões. Como se dá a tensão e a interação entre esses dois grupos? Como a “nova direita” concebe o campo conservador no Brasil? Quais as narrativas sustentadas pela “nova direita” e em que medida elas se relacionam com os discursos sustentados pela direita brasileira no passado?

Este artigo busca explorar tais questões a partir da análise do discurso de um dos principais líderes da direita “sem vergonha”: o deputado federal Jair Bolsonaro. Bolsonaro representa um objeto interessante para o estudo não só por ocupar uma posição de destaque, atuando como um “polo” no campo da direita. Exercendo a função parlamentar desde 1991, o deputado representa, de certo modo, um caso desviante: nunca se colocou como “direita envergonhada” e tampouco acompanhou o movimento do campo da direita em direção ao neoliberalismo na década de 1990.

A ascensão do deputado a uma posição de destaque no debate público, porém, é fato recente: seu crescimento é paralelo às transformações no campo da direita que costumam ser associadas ao surgimento de uma “nova direita” no país. Nesse sentido, é razoável supor – como, de certa forma, já o fazem os analistas que

apontam para uma “onda conservadora” no país² – que a ascensão de Bolsonaro e o impulso dado a novos atores que se posicionam aberta e orgulhosamente como “direitistas” são fenômenos afins³. Ao identificar os valores, atores e práticas atribuídos aos campos da esquerda e da direita pelo parlamentar e as narrativas que usa para a conformação da disputa política, este estudo busca identificar o que há, de fato, de “novo” no fenômeno da “nova direita” brasileira.

O trabalho está estruturado em cinco partes. Primeiramente, discutem-se noções conceituais, apresentando a ideia de direita adotada no estudo. A segunda seção enfoca a direita no Brasil, dando destaque ao fenômeno da “direita envergonhada”. Em seguida, apresenta-se a metodologia usada para a análise empírica. A quarta parte, então, debruça-se sobre os resultados dessa análise. Por fim, os resultados são discutidos à luz de estudos anteriores sobre o campo.

1. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS: A DIREITA COMO UM CAMPO DE INTERAÇÕES DISCURSIVAS

Como é comum com termos centrais no debate político, ainda que os conceitos de “esquerda” e “direita” sejam usados de forma relativamente consistente, há grande controvérsia em relação a definições conceituais precisas (VELASCO E CRUZ, 2015). Essas controvérsias não se restringem ao âmbito do debate público, gerando problemas para aqueles que desejam estudar academicamente os campos da esquerda e da direita política: como dividi-los e operacionalizá-los empiricamente?

Revisando a literatura sobre a direita, Morresi (2015) identifica quatro abordagens distintas para a questão das definições. O primeiro enfoque, que o autor chama de “ideológico”, busca associar formações de direita a determinadas ideias ou valores – em geral, o conservadorismo, o autoritarismo ou o livre-mercado; no trabalho clássico de Bobbio (1996), à desigualdade como positiva e característica natural da sociedade. A segunda abordagem, dita “sociológica”, identifica os grupos de direita com as forças políticas que defendem os interesses das classes mais elevadas – um exemplo seria o estudo de Gibson (1996) sobre os partidos conservadores na Argentina. A terceira possibilidade, uma definição “topológica”, partiria da ideia de que a distinção esquerda-direita seria relacional, não sendo possível definir *a priori* a localização de atores nesse eixo. Nessa linha, o autor

2 Sobre a ideia de uma “onda conservadora”, ver a posição de André Singer em Brasilino (2012).

3 Essa ideia é corroborada pela análise de Chaloub e Perlatto (2015). Para eles, o adensamento discursivo da nova direita não responde apenas ao surgimento de novos atores, mas também ao fato de que “vozes outrora isoladas e pouco influentes ganharam força, velhos personagens assumiram renovada persona política” (CHALOUB; PERLATTO 2015, p. 8).

insere os estudos que buscam localizar os diferentes atores no eixo esquerda-direita a partir de métodos como *surveys* e a análise de programas partidários⁴.

Por fim, uma última abordagem seria um enfoque “historicista”, que enfatizaria a diversidade sócio-histórica das formações políticas sem perder de vista seus aspectos ideológicos comuns. Nesse sentido, a direita se caracterizaria como “a posição política resultante de uma série cumulativa de reações ou rechaços concretos, historicamente situados, a inovações sócio-políticas de caráter inclusivo” (MORRESI, 2015, p. 1110). O exemplo clássico desse tipo de estudo é o trabalho de René Remond (1982) sobre a conformação das direitas na França, traçando sua trajetória desde 1815 até os dias atuais.

Rémond (1982) identifica, na direita francesa, três tradições políticas distintas, com sistemas de pensamento próprios e irredutíveis umas às outras: a direita legitimista, a orleanista e a bonapartista, que poderiam ser relacionadas, respectivamente, ao reacionarismo, ao liberalismo conservador e a um autoritarismo de tipo plebiscitário. Na concepção do autor, no entanto, não é possível localizar precisamente as diferentes tradições em um eixo de graduação (mais ou menos à direita): trata-se de uma distinção tipológica, uma diferença de qualidade entre os grupos políticos, não de intensidade. Nesse sentido, Morresi (2015, p. 1111) considera que uma metáfora mais apropriada para compreender a direita política seria a de um campo, no qual diferentes formações “competem entre si pelo domínio do espaço, mas [...] são capazes de atuar de forma solidária quando o campo se encontra sob o ataque de forças externas”⁵.

Em uma proposta similar, Pierucci (1987, p. 40) entende a extrema direita como “constelações”, nas quais as diferentes posições “se interpenetram, reagem uma sobre a outra, se misturam às vezes, se fagocitam sempre, aqui se enriquecem, ali se anulam, aqui aparecem e ali se escondem”. Analisando entrevistas semiestruturadas na cidade de São Paulo, o autor busca identificar “famílias” de pensamento a partir de “ideias-chave” e “clivagens por campos semânticos”.

Seguindo essa linha e compreendendo as narrativas e discursos como elementos importantes nos processos de construção e conformação de grupos políticos (MAYER, 2014), é de se esperar que a face discursiva das diferentes interações no campo da direita seja de grande relevância para o estudo desse agrupamento.

⁴ Para um exemplo recente desse tipo de estudo para o Brasil, ver Tarouco e Madeira (2013).

⁵ Essa abordagem parece condizer com o trabalho de Kaysel (2015, p. 50), para quem “as heterogêneas forças que hoje parecem constituir um bloco homogêneo, não só não o fazem, como pertencem a diferentes tradições, frequentemente contrapostas, cuja compreensão me parece indispensável para quem deseje entender a crise contemporânea vivida pelo país”.

Se, como afirma Chilton (2004, p. 5), “são percepções compartilhadas de valores que definem associações políticas. E a faculdade humana para a linguagem tem a função de ‘indicar’ – i.e. significar, comunicar – o que é considerado [...] certo ou errado no interior daquele grupo”, os discursos de políticos da direita brasileira devem ser um material central para estudá-la, sinalizando os valores que sustentam as coalizões, as fronteiras entre grupos e as divergências entre diferentes formações de direita.

Como mencionado anteriormente, a proposta aqui é a de focalizar as falas de um ator de grande destaque na direita brasileira, um “polo” no campo: o deputado federal Jair Bolsonaro – o terceiro deputado federal mais votado em 2014 e segundo colocado em pesquisas de intenções de votos para a eleição presidencial de 2018. Essa proposta é coerente com Mayer (2014), para quem os líderes políticos não devem ser encarados como meros transmissores de valores do grupo, mas também como construtores de narrativas, buscando moldar as crenças e atitudes comuns. Nesse sentido, este estudo, de forma exploratória, busca observar os tensionamentos e movimentos que o deputado realiza discursivamente no interior e no exterior do campo⁶, ajudando a conformar o que se entende por “ser de direita” – e, por extensão, “ser de esquerda” – no Brasil de hoje.

2. A “DIREITA ENVERGONHADA” E O CAMPO DA DIREITA NO BRASIL

Como destaca Kaysel (2015), a trajetória das direitas no Brasil tem longa história, estando intimamente relacionada não só a correntes ideológicas como também a movimentos da conjuntura política doméstica e internacional. Assim, além de variações relativas às ambiguidades e diferenças internas entre os campos conservador, liberal e autoritário, a unidade e a fragmentação do campo da direita no Brasil também foram fortemente afetadas por movimentações gerais do campo político – o varguismo durante a Segunda República; o programa de João Goulart antes do Golpe de 1964; o rechaço à ditadura militar durante a década de 1980.

No que se refere à conformação do campo da direita no Brasil pós-redemocratização, um fenômeno merece atenção especial: a chamada “direita envergonhada” – isto é, a direita que não se assumia como tal. Assim, embora tanto estudos acadêmicos com parlamentares não conservadores fossem capazes de localizar

6 Segundo Morresi (2015), a ideia de “campo” remete aqui a uma metáfora, não estritamente à teoria dos campos (BOURDIEU, 2011). O “interior” do campo refere-se ao compartilhamento de uma “gramática comum” em suas interações discursivas; o “exterior” do campo, por sua vez, remete à ideia de um “exterior constitutivo”, isto é, da exclusão e valoração negativa de determinados conceitos como um elemento definidor do campo – no caso, as ideias associadas à “esquerda” (MORRESI, 2015, p. 1111-1112).

os partidos de forma consistente em um eixo esquerda-direita, “os membros dos partidos conservadores diminuem a importância da ideologia, recusam-se a responder ou se autoclassificam em posições distantes da realidade” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 43).

O desprestígio do regime militar, associado à continuidade pós-redemocratização de políticos e partidos que o haviam apoiado são apontados como fatores importantes para a explicação do fenômeno (PIERUCCI, 1987; SOUZA, 1988; MADEIRA; TAROUCO, 2010; CALDEIRA NETO, 2016). Se, à época, “o apoio à ditadura era a principal baliza que definiria o pertencimento à direita” (KAYSEL, 2015, p. 68), tornava-se necessário dissociar-se também do rótulo de “direita”, sendo comum a auto-definição de atores políticos considerados de direita como de “centro”⁷ (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 43-46).

Esse fenômeno foi modificado pela ascensão da direita neoliberal, que contribuiu para redesenhar o campo no país, alterando as conotações do que significa “ser de direita” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000; MADEIRA; TAROUCO, 2010; KAYSEL, 2015). A centralidade de questões como privatização e desregulamentação da economia no debate político da década de 1990 associou o campo à defesa de políticas de liberalização econômica, reduzindo o peso da dimensão histórica na definição do campo no país (MADEIRA; TAROUCO, 2010). É importante ressaltar, no entanto, que o fenômeno da “direita envergonhada”, estando na origem do sistema partidário atual, ainda encontra ecos no sistema político contemporâneo – como ressaltam Madeira e Tarouco (2010, p. 175), a “atual distribuição dos principais partidos políticos brasileiros na escala também é coerente com o grau de aproximação/distância com relação ao regime autoritário”.

Mais recentemente, analisando os discursos de intelectuais da “nova direita” brasileira, Chaloub e Perlatto (2015, p. 8) apontam para uma mudança no comportamento da direita brasileira. Em grande parte como uma reação ao longo período do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal, a direita teria passado a “dizer seu nome”. Nesse sentido, ainda que Singer (2010) destaque que, entre 2002 e 2006 o PT teria se deslocado em direção à direita (tanto em termos de alianças eleitorais como em termos de base social), o fenômeno do “antipetismo” (PAIVA;

7 A auto-definição de políticos de direita como de “centro” ajuda a compreender a relação entre os fenômenos da “direita envergonhada” e o que Souza (1988, p. 569) chama de “centrismo invertebrado”, isto é, “a existência de um vasto centro – um espaço onde todos estão com todos e de que não se conhecem nem os limites nem a espinha dorsal”.

KRAUSE; LAMEIRÃO, 2016; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016) parece ter se estabelecido como um elemento discursivo central no campo da direita (MESSENBERG, 2017)⁸.

Nesse contexto, a figura do deputado Jair Bolsonaro representa um caso desviante. Apesar de ser deputado federal desde 1991, nunca se caracterizou como “direita envergonhada”, assumindo abertamente sua posição à direita e sua adesão ao regime militar. Tampouco acompanhou a movimentação do campo na década de 1990, rechaçando o neoliberalismo⁹. No entanto, o grande crescimento de sua popularidade nos anos recentes contribuiu para torná-lo uma voz importante no campo antipetista – ainda que isso cause constrangimento a outras lideranças¹⁰.

3. MÉTODO

Como discutido anteriormente, o objetivo deste trabalho é observar como Jair Bolsonaro comprehende o campo da direita no Brasil – quais os valores que o deputado ressalta como representativos, os temas que pauta como centrais e as linhas de cisão que visualiza interna (entre grupos de direita) e externamente (em relação ao campo da esquerda). Essas questões são abordadas a partir de análises quantitativas e qualitativas de pronunciamentos de Bolsonaro.

Para reduzir eventuais problemas de representatividade e de viés na seleção dos discursos, a análise geral dos temas abordados pelo deputado foi realizada a partir de métodos quantitativos de análise de conteúdo – a contagem de palavras e bigramas. Para isso, foram coletados os pronunciamentos de Bolsonaro em plenário entre 01/01/2011 e 31/05/2017¹¹ e contabilizados tanto os termos presentes nos discursos como os temas de indexação no sistema da Câmara dos Deputados¹². A amostra corresponde a 430 pronunciamentos e 1881 temas de indexação.

8 Paiva, Krause e Lameirão (2016, p. 655) analisam a auto-identificação dos antipetistas no eixo esquerda-direita, descobrindo uma porcentagem de 44,6% identificados como de direita ou centro-direita (35,2% da amostra não soube ou não quis responder à pergunta; 11,1% se identificou como de centro e 9,1% como de esquerda ou centro-esquerda). As análises encontram, também, correlação entre o fenômeno da rejeição ao PT e a preferência pelo PSDB (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRÃO, 2016; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016).

9 Em episódio famoso, à época da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o deputado afirmou que o então presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ser “fuzilado” por sua “traição à pátria” (MONTEIRO; SOUZA; SILVA, 2010).

10 Um exemplo ilustrativo são os relatos das tentativas de Bolsonaro de participar da campanha de Aécio Neves nas eleições de 2014, tendo suas sugestões ignoradas e sendo impedido de subir em um carro de som. Ver Moraes (2014); Bolsonaro (2015).

11 O recorte temporal focaliza o período de “ascensão” do deputado na cena pública, ilustrado pelo significativo impulso de sua votação nas eleições – em 2010, recebeu 120.646 votos; em 2014, 464.572, tornando-se o deputado mais votado do Rio de Janeiro (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2010, 2014). O período corresponde, também, ao momento no qual Codato, Bolognesi e Roeder (2015) localizam um crescimento de partidos da “nova direita”. O ponto final da análise respondeu a critérios pragmáticos, relativos à disponibilidade de dados à época da elaboração das primeiras versões do manuscrito.

12 As análises quantitativas foram realizadas em R, usando os pacotes *rvest* e *tidytext*.

Esse tipo de análise, no entanto, apresenta limitações, impedindo análises mais aprofundadas das narrativas e das construções presentes nos discursos estudados. Dessa forma, o estudo baseou-se na análise do discurso político (CHILTON, 2004) como forma de observar outras dimensões da linguagem, como as interações entre indivíduos e a troca de imagens sobre o mundo. Com esse intuito, a análise quantitativa foi complementada pela análise qualitativa de um *corpus* mais reduzido de textos. Os discursos foram selecionados de modo a garantir que a amostra apresentasse tanto variação temporal como de gênero textual, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1. Textos usados na análise qualitativa

Texto	Ano	Gênero textual	Posição Entrevistador
“O Povo Quer Saber” - CQC, TV Bandeirantes	2011	Entrevista TV/ Entretenimento	N/A [entrevistadores diversos, gravados]
Entrevista a leitores, Revista Época	2011	Entrevista Imprensa	N/A [entrevistadores diversos, por escrito]
<i>Brasil em Discussão</i> , TV Record	2012	Entrevista TV	Confrontação
Entrevista Coletiva: Candidatura à Presidência da Comissão de Direitos Humanos	2014	Entrevista Coletiva	Confrontação
“Dois dedos de prosa” - <i>Programa do Ratinho</i> , SBT	2014	Entrevista TV	Misto
<i>Agora é Tarde</i> - TV Bandeirantes	2014	Entrevista TV/ Entretenimento	Confrontação
Entrevista a Marcelo Moraes, Estado de S. Paulo	2014	Entrevista Imprensa	N/A [poucas perguntas, difícil classificar]
Pronunciamento no plenário em 09/12	2014	Discurso Plenário	N/A
Entrevista a Alexandre Frota	2015	Entrevista TV	Abertura
Voto no impeachment de Dilma Rousseff	2016	Discurso Plenário	N/A
Entrevista a Thais Bilenky, Folha de S. Paulo	2017	Entrevista Imprensa	Confrontação
Textos do site pessoal do deputado	---	Website	N/A

4. RESULTADOS

Os resultados obtidos foram separados em quatro subseções. Primeiramente, são apresentados os temas mais recorrentes na agenda do deputado. Em seguida, é discutida a narrativa de Bolsonaro sobre o período da ditadura militar e sua

centralidade para a forma como concebe os campos da direita e da esquerda no país. A terceira subseção aprofunda as concepções do deputado sobre os dois campos, atentando para a forma como descreve a esquerda e define a direita. Por fim, é apresentada a narrativa do deputado sobre “os valores sob ataque”, aplicada a alguns temas da agenda política.

4.1 TEMAS NA AGENDA

Assumindo que a competição política não se dá apenas pela tomada de posição, incluindo também a própria definição dos temas presentes na agenda política (MADEIRA; TAROUCO, 2010), os assuntos presentes nas comunicações do deputado ganham um significado especial. Nesse sentido, ao observar os temas mais frequentes nas comunicações de Bolsonaro no Parlamento, seria possível identificar as pautas que julga mais relevantes no interior do campo político-parlamentar e, consequentemente, também no campo da direita.

Analizando os principais temas abordados nos pronunciamentos de Bolsonaro na Câmara dos Deputados, chamam a atenção dois grandes grupos: as questões relativas às atividades militares (“defesa”, “militar”, “Comissão Nacional da Verdade” etc.) e aquelas diretamente referentes ao governo de Dilma Rousseff (“presidente da república”, “Dilma Rousseff”, “PT” etc.). A tendência se mantém quando se focaliza o conteúdo dos discursos – os dois bigramas (grupos de duas palavras seguidas) mais frequentes são, respectivamente, “Dilma Rousseff” e “Forças Armadas”. O forte destaque dado a críticas à ex-presidente e a seu partido é coerente com a ideia de que o antipetismo ocuparia um espaço central no discurso da direita. A análise de conteúdo, no entanto, permite compreender melhor o teor das críticas do deputado ao governo petista: as expressões “direitos humanos”, “kit gay”, “maioridade penal” e “bolsa família” apontam para uma disputa em torno de políticas públicas específicas, fortemente associadas à ideia de políticas “de esquerda”¹³.

13 Esses temas também aparecem frequentemente quando o deputado possui a chance de expressar o que considera mais importante na agenda política ou em sua trajetória. Como um exemplo, ver a descrição de sua biografia em seu site pessoal: “Jair Bolsonaro é conhecido por suas posições em defesa da família, da soberania nacional, do direito à propriedade e dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Suas bandeiras políticas são fortemente combatidas pelos partidos de ideologia esquerdista. Em seus mandatos parlamentares, destacou-se na luta contra a erotização infantil nas escolas e por um maior rigor disciplinar nesses estabelecimentos, pela redução da maioridade penal, pelo armamento do cidadão de bem e direito à legítima defesa, pela segurança jurídica na atuação policial e pelos valores cristãos.” (BOLSONARO, s.d.).

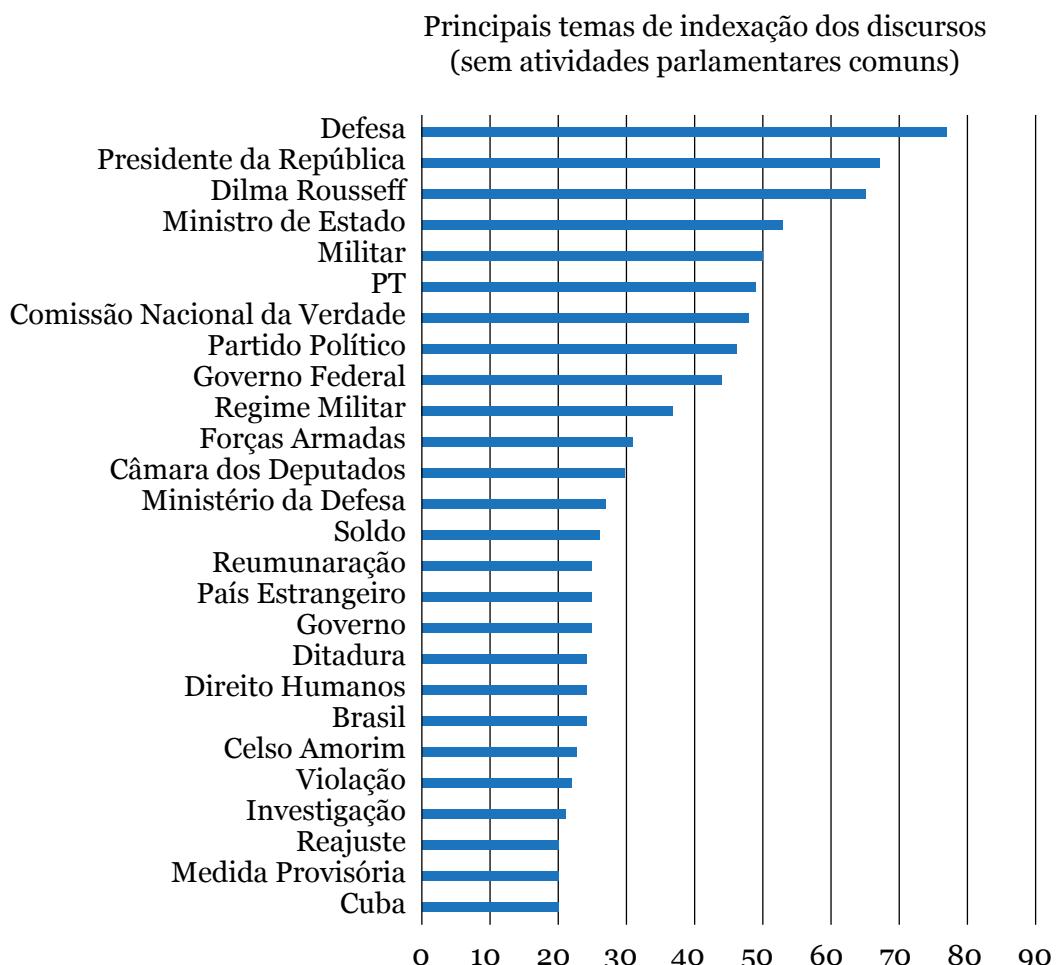


Gráfico 1. Temas de Indexação dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados (2011-2017)¹⁴.

Nota-se, assim, além de uma forte presença de temas caros à corporação militar – o núcleo de sua base eleitoral original¹⁵ – uma estratégia de confrontação com o governo, ressaltando as figuras da ex-presidenta Dilma Rousseff, de seu partido e do ex-Ministro da Defesa, Celso Amorim. É interessante observar que, ao contrário do que ocorre com outros partidos da direita, a crítica ao governo não está centrada em temas econômicos, mas em questões que, como será discu-

¹⁴ Para melhor observar os temas ressaltados nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro, foram desconsiderados temas de indexação referentes a atividades parlamentares recorrentes (no caso, os seguintes temas: “crítica”, “deputado federal”, “Jair Bolsonaro”, “atuação”, “projeto de lei”, “criação”, “aprovação”, “apoio”, “protesto”, “avaliação”, “declaração”, “repúdio”, “solicitação”, “esclarecimentos”, “contestação”, “participação”, “alteração”, “elogio”, “projeto de lei ordinária”, “proposta”, “votação”).

¹⁵ De acordo com o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, o sucesso eleitoral de Jair Bolsonaro teria se dado por sua projeção nos meios militares e pelo voto de “suas bases eleitorais na Vila Militar e em algumas zonas de Resende” (MONTEIRO; SOUZA; SILVA, 2010).

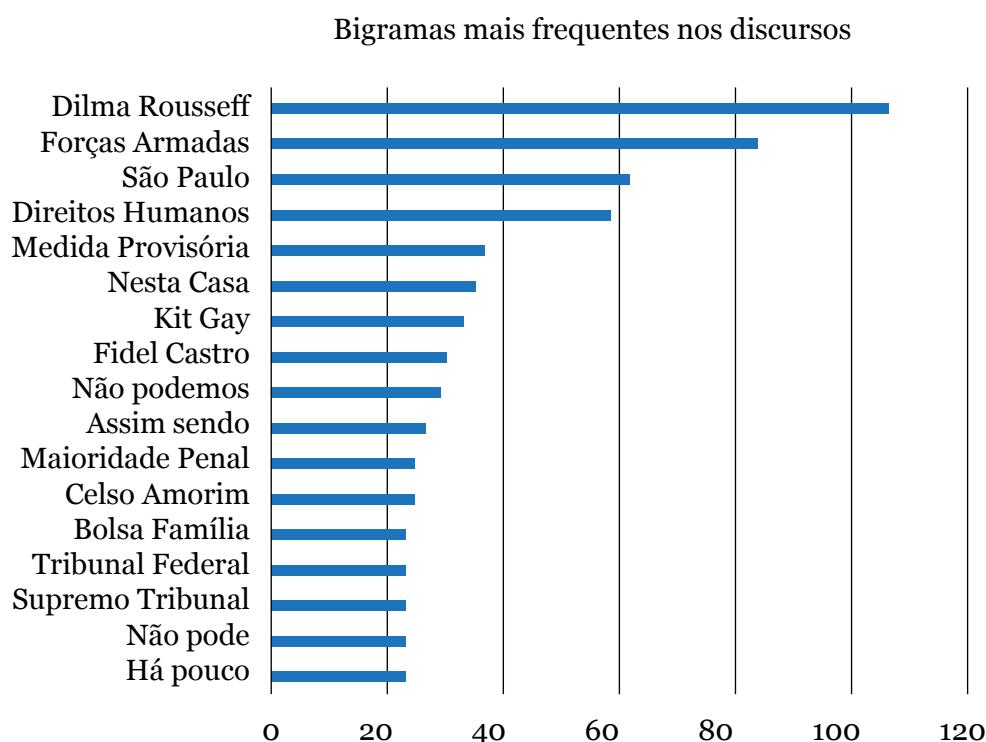


Gráfico 2. Bigramas mais frequentes nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados (2011-2017).

tido mais adiante, o deputado enquadra como morais ou de segurança, ameaças à “família brasileira” e à nação.

4.2 AS NARRATIVAS SOBRE O REGIME MILITAR

Rafinha: Essa manchete o senhor assina embaixo: “Dilma Rousseff não foi torturada”?

Bolsonaro: Mentira dela! A grande maioria não... alguns foram, eu não tenho dúvida disso. Até porque quando você precisa de informações em tempo real – e esse pessoal não tava aqui de brincadeira. Eles não tavam na rua, Rafinha, pedindo ‘eu quero, eu quero o fim da corrupção’ – que praticamente, praticamente não existia. Tanto é que não acha nenhum militar rico – nenhum!
(BOLSONARO, 2014c)

Uma das características mais distintivas de Jair Bolsonaro é a reivindicação política explícita e sem reservas que faz da ditadura militar. Ao contrário do que se observa em outros agrupamentos de direita no país, Bolsonaro nunca adotou

o discurso da “direita envergonhada”, chegando a criticar o regime democrático em diversos momentos ao longo de sua trajetória¹⁶. De fato, como sugere a análise quantitativa, o regime militar ocupa espaço central em seus discursos, servindo de modelo e contraste em relação aos governos do período pós-1988.

Nesse sentido, uma primeira narrativa recorrente sobre o período consiste no rechaço à caracterização do regime militar enquanto “ditadura”. O primeiro elemento da negação do caráter autoritário do regime diz respeito à defesa da legitimidade do golpe civil-militar de 1964¹⁷. Assim, o apoio civil à queda de João Goulart é enquadrado como uma prova do caráter “democrático” de sua retirada do governo, afinal “quem cassou o João Goulart, foi o Congresso Nacional no dia 2 de abril de 64. E quem elegeu Castelo Branco foi o Congresso Nacional”¹⁸. Além da legitimidade popular, a derrubada de Goulart seria justificada pelo contexto prévio, no qual a esquerda atentaria contra a democracia com o intuito de instaurar uma “ditadura do proletariado”¹⁹.

Assim, o regime teria sido uma “necessidade para aquele momento”²⁰, que o deputado caracteriza como uma “situação de guerra”²¹. Nesse contexto, “armas” como a tortura seriam legítimas e justificadas, pois “mil vezes anos de chumbo, do que rios de sangue”²². Não se trataria de uma ditadura, pois não teria ocorrido “privação do direito de ir e vir”²³, e apenas aqueles que “cometeram crimes de sangue”²⁴ teriam saído. Da mesma forma, as alegações de tortura seriam sobre-dimensionadas, pois “qualquer vagabundo preso diz que foi torturado”²⁵.

A legitimação da ditadura militar permite que o regime seja reivindicado enquanto modelo a ser seguido, contrastando-o com o período da Nova República – o qual tem, muitas vezes, suas credenciais democráticas questionadas. Constrói-se, assim, uma imagem idílica e idealizada dos governos militares, “um período de pleno emprego, segurança, liberdade e respeito”²⁶, no qual as “autoridades [...]”

16 Para alguns exemplos, ver Monteiro, Souza e Silva (2010).

17 Deve-se ressaltar, porém, que, seguindo o discurso do regime militar, Bolsonaro não considera os acontecimentos de 1964 como golpe, mas sim como “revolução”. Na sua visão, “Os militares não dão golpe. As Forças Armadas são instituições permanentes e, tradicionalmente, sempre atenderam os anseios do povo, já que desde suas criações são formadas por integrantes de todos os segmentos sociais.” (BOLSONARO, 2011b).

18 Ver Bolsonaro (2014c).

19 Ver, por exemplo, Bolsonaro (2011b, 2012).

20 Ver Bolsonaro (2011b).

21 Ver Bolsonaro (2012, 2014c).

22 Ver Bolsonaro (2012).

23 Ver Bolsonaro (2012, 2014c).

24 Ver Bolsonaro (2012).

25 Ver Bolsonaro (2014c).

26 Ver Bolsonaro (2011b).

exerciam a autoridade sem enriquecer”²⁷. Esse quadro se contraporia ao período contemporâneo, marcado pela corrupção, pela imoralidade, pela insegurança e até mesmo pela “maior taxa de desemprego do mundo”²⁸. Além de associar o período democrático com a corrupção e a ineficiência dos serviços públicos, Bolsonaro destaca as conexões entre as lideranças políticas de esquerda no período pós-1988 e a luta armada no período militar. Dessa forma, reforça sua narrativa sobre a “falsidate” da democracia petista²⁹, uma “democracia [...] governada por ‘líderes’ que idolatram ‘democratas’ como Fidel Castro, Hugo Chávez, Ahmadinejad e Khadafi”³⁰.

4.3 INIMIGOS E DEMARCAÇÕES

Fala do teu Governo, o Governo mais corrupto da história do Brasil! Dilma Rousseff. Dilma Rousseff. Deve estar envergonhada, sim, S. Exa., por ter roubado só 2,5 milhões de dólares da casa do Ademar. Agora são bilhões da PETRO-BRAS. Foi Presidente do Conselho de Administração, Ministra de Minas e Energia, Chefe da Casa Civil, é Presidente da República e não sabe de nada! Quantas dezenas de milhares de pessoas morrem por causa desse dinheiro desviado para o seu partido, para a sua causa? (BOLSONARO, 2014d)

A continuidade entre a esquerda guerrilheira do período autoritário e a contemporânea ocupa um lugar importante na forma como Bolsonaro descreve o campo político do Brasil democrático. Ao ressaltar essa ligação, o deputado projeta sobre a disputa política contemporânea as clivagens da Guerra Fria e do período militar, reatualizando o anticomunismo e elementos da Doutrina de Segurança Nacional³¹.

Por cima dessa clivagem – opondo comunismo, autoritarismo e fragmentação a capitalismo, democracia e unidade nacional – o deputado constrói um discurso pautado no antipetismo. O Partido dos Trabalhadores é reconhecido como o eixo

27 Ver Bolsonaro (2011a).

28 Ver Bolsonaro (2014b).

29 É interessante notar que, nos primeiros anos do regime democrático, Souza (1988, p. 584) destaca que os setores conservadores também atribuíam à esquerda uma “valorização retórica da democracia”.

30 Ver Bolsonaro (2011b).

31 Essa questão aparece marcadamente em referências internacionais nos discursos do deputado, que remetem à ideia do esquerdista como “inimigo interno”, ameaçando a “Nação” pela importância de “ideias estrangeiras” e pela “articulação do comunismo internacional”. Para um exemplo ilustrativo, ver o alerta do deputado para o risco de “cubanização” do país, decorrente de supostos vínculos do PT com as FARC, e outros movimentos de esquerda (BOLSONARO, 2014d). Outro exemplo aparece no site do deputado, que afirma combater a esquerda para manter a unidade nacional: “não desejamos importar ideologias que destruam nossa identidade” (BOLSONARO, s.d.). Sobre a Doutrina de Segurança Nacional, ver Castagnola e Mieres (1996).

central da política nacional e, portanto, como seu principal inimigo³². As lideranças petistas seriam marcadas pela imoralidade e pelo desrespeito à propriedade privada³³, o que seria compartilhado por sua militância³⁴. São ressaltados, ainda, os vínculos internacionais do PT com movimentos de esquerda da América Latina³⁵, fazendo referências ao “Foro de São Paulo”³⁶ – conferência de partidos esquerdistas da região e objeto frequente de teorias conspiratórias da direita brasileira (CHALOUB; PERLATTO, 2015).

Nesse contexto, as referências a Cuba servem como um símbolo e uma evidência da continuidade do ideário comunista³⁷. O passado guerrilheiro das lideranças esquerdistas – em especial, o de Dilma Rousseff – contribui para deslegitimar as ações do governo, acusando-o de revanchismo e de conivência com a criminalidade³⁸. Retoma-se, dessa forma, a ideia de que a esquerda seria hipócrita, falsamente comprometida com a democracia e com o povo³⁹.

As ações do governo são enquadradas dentro de uma agenda mais ampla: a “implantação da luta de classes” no país, que dividiria a nação e suas instituições basilares, como a família, ao enfatizar divisões⁴⁰. Essas divisões, “disseminadas de cima para baixo pelo PT”, teriam expressão em políticas públicas como a Lei da Palmada, o Bolsa Família e as políticas de proteção a minorias, jogando brancos contra negros, ricos contra pobres e héteros contra homossexuais⁴¹.

32 Ver Moraes (2014); Bolsonaro (2015). Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Bolsonaro atribui a maior parte dos votos de Aécio Neves ao antipetismo, vislumbrando nesse fenômeno um espaço para seu crescimento (MORAES, 2014).

33 Nesse ponto, são ilustrativas as conexões entre ações da luta armada como roubo de bancos e assassinatos e fatos mais recentes, como escândalos de corrupção e o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel. Ver Bolsonaro (2012, 2014d).

34 Um exemplo ilustrativo pode ser encontrado em Rede Brasil (2015): “Mostra quem é o PT. Você conhece algum petista empresário, comerciante, agricultor, empreendedor? Não tem. Eles vêm de movimentos... sindicais ou da ociosidade. Por que que o PT detesta a propriedade privada? Porque eles nunca trabalharam.”

35 Vale notar que esse vínculo é associado também a um vínculo com o crime internacional, como se observa na interpretação do deputado sobre a Academia de Defesa da UNASUL: “Este agora na UNASUL se reunindo com a escória da América Latina, tratando, entre outras coisas, da abertura do espaço aéreo para os países da UNASUL. Cuba não faz parte deles, mas está no bolo. Além de tráfico de drogas, há tráfico de armas e munições!” (BOLSONARO, 2014d).

36 Ver Bolsonaro (2016).

37 Ver Bolsonaro (2011a, 2011b, 2012, 2014b, 2014c, 2014d).

38 Ver Bolsonaro (2011b, 2012, 2014b, 2014d).

39 Para um exemplo ilustrativo, ver a declaração de Bolsonaro em entrevista a Alexandre Frota (BOLSONARO, 2015): “Eu desafio qualquer deputado do PT a sair comigo nas ruas. Desafio. Já que eles falam tanto em povo, falam tanto em pobre né. Mas não têm essa coragem de sair comigo nas ruas.”

40 Ver Bolsonaro (2015).

41 Ver Bolsonaro (2015).

A direita, na visão de Bolsonaro, se definiria, portanto, de forma reativa no combate a essa agenda⁴². Nesse sentido, a posição de Bolsonaro corrobora a visão de analistas como Giordano (2014), e Oliveira e Benetti (2014), para quem as “novas direitas” seriam definidas a partir de uma reação às políticas promovidas por governos de esquerda na América Latina, buscando resgatar a legitimidade e a capacidade eleitoral do campo direitista. A definição reativa explica a centralidade do antipetismo na definição das fronteiras do campo da direita, uma vez que, para Giordano (2014, p. 53), “o aglutinante das direitas é a necessidade de fazer frente (e vencer) forças políticas de esquerda e centro-esquerda”. Essa questão fica ainda mais patente quando, em entrevista à TV Record, o deputado define o campo da direita pela negação, reforçando as definições relacionais de esquerda e direita. Isto é, ser de direita é “ser oposição à esquerda que tá aí. Que usa demagogia, é o populismo, é a enganação, é não investir onde deve investir, tá ok? É posar de vestais da democracia – que não são. Eles nunca foram democráticos”⁴³.

Apesar da definição simples, que explica a centralidade do antipetismo na definição das fronteiras do campo da direita, o deputado hesita em atribuir esse rótulo a outros partidos e políticos⁴⁴. Essa hesitação sugere a existência de uma dimensão ideológica subjacente à relacional, estando associada à percepção de que os partidos e políticos brasileiros seriam incoerentes, pois os partidos venderiam apoio ao governo e os políticos tentariam “agradar todo mundo”⁴⁵. Nesse sentido, Bolsonaro se constrói como diferente de toda a classe política no país⁴⁶, ressaltando sua independência por não “dever favores” a outros políticos⁴⁷, sua coerência e disposição a “falar o que pensa”⁴⁸ e sua incorruptibilidade⁴⁹.

⁴² Um exemplo ilustrativo pode ser encontrado na homepage do site do deputado: “DIREITA JÁ: Nossos valores, crenças e cultura não podem ser deturpadas para que se atinjam propósitos estranhos ao povo brasileiro. Somos um país que tem orgulho de nossas cores e não desejamos importar ideologias que destruam nossa identidade.” (BOLSONARO, s.d.).

⁴³ Ver Bolsonaro (2012).

⁴⁴ É interessante notar, porém, certa mudança nas percepções de Bolsonaro a respeito de seus “aliados”. Enquanto em 2012 o deputado parecia construir a imagem de uma luta solitária contra a esquerda no país (BOLSONARO, 2012), em 2014 afirma considerar o deputado Marco Feliciano um “grande irmão”, “defensor da família” (BOLSONARO, 2014b). Já em 2017, Bolsonaro afirma considerar os evangélicos como parte de sua base, ao lado das Forças Armadas (BILENKY, 2017).

⁴⁵ Ver Bolsonaro (2012). É ilustrativa a resposta de Bolsonaro à pergunta de Nirlando Beirão sobre a existência ou não de uma direita no Brasil: “Quando o PT era oposição, o PT votava comigo. Agora que o PSD é oposição, o PSD vota comigo.”

⁴⁶ Essa construção discursiva remete ao que Kaltwasser (2014), descrevendo as estratégias da “nova direita” latino-americana, caracteriza como “opções eleitorais não partidárias”. Isto é, a construção de lideranças eleitorais baseadas na ruptura com a classe política tradicional e de organizações personalistas montadas *a posteriori*.

⁴⁷ Ver Bolsonaro (2014b).

⁴⁸ Ver Bolsonaro (2012, 2014b); Bilenky (2017).

⁴⁹ Ver Bilenky (2017): “Sou acusado de tudo, só não de corrupto”.

4.4 OS VALORES SOB ATAQUE: OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA MAIORIA

Se lutar para impedir a distribuição do kit-gay nas escolas de ensino fundamental com a intenção de estimular o homossexualismo, em verdadeira afronta à família é ser preconceituoso, então sou preconceituoso, com muito orgulho.

(BOLSONARO, 2011b)

Assim como atribui à esquerda a tentativa de “dividir a nação” e “desgastar” seus valores, a disputa política é associada a um embate no campo moral. Desse modo, a baixa qualidade dos serviços públicos – em especial, da educação e da segurança pública – é relacionada ao fim da ditadura militar, quando se teria perdido o respeito às autoridades e à disciplina⁵⁰. Da mesma forma, muitos dos valores defendidos pelo deputado, “reflexo do pensamento da maioria das famílias honestas brasileiras”⁵¹, estariam sendo atacados pelas políticas da esquerda no governo.

A principal aplicação dessa narrativa aparece nas políticas de Direitos Humanos, entendidas como políticas de proteção a minorias. Para o deputado, as pessoas teriam sido “pervertidas” a acreditar que “direitos humanos é defender minoria”, quando o correto seria “brigar para que todos nós vejamos iguais perante a lei”⁵² – isto é, evitar as divisões, pois “o país é um só”⁵³. Ressignificando a relação entre “minoría” e “maioria” no contexto das políticas de Direitos Humanos, Bolsonaro alude aos princípios majoritários. Defende, assim, que “a política é o contrário”, isto é, “minoría tem que se calar, se curvar à maioría”⁵⁴.

A política atual, exemplificada nos casos das políticas de educação sobre gênero e orientação sexual e de segurança pública, seria marcada por uma lógica invertida. Assim, “uma minoria de marginais aterroriza a maioria de pessoas decentes”⁵⁵ e “assassinar um heterosexual é menos grave que matar um homossexual”⁵⁶. Essa inversão aparece também na leitura de que o país teria “leis demais”⁵⁷, interferindo em terrenos que deveriam estar fora do alcance estatal, como a família⁵⁸. No

50 Ver Bolsonaro (2011b).

51 Ver Bolsonaro (2017).

52 Ver Bolsonaro (2014a).

53 Ver Bolsonaro (2015).

54 Ver Bolsonaro (2014a).

55 Ver Bolsonaro (2014a).

56 Ver Bolsonaro (2011b).

57 Ver Moraes (2014).

58 Essa questão aparece frequentemente nas discussões sobre o chamado “kit gay” e a “lei das palmadas”. Ver, por exemplo, Bolsonaro (2012, 2015).

entanto, o que poderia ser à primeira vista confundido com uma concepção liberal de Estado mínimo pode ser também interpretado como uma crítica às restrições legais ao aparato de repressão estatal⁵⁹.

Assim, o “desgaste dos valores familiares”⁶⁰ e a “lavagem cerebral em nossas crianças por meio de ações de forte apologia ao sexo precoce”⁶¹ fariam com que o país caminhasse rumo à anarquia⁶², pois sem a preservação da família “uma nação simplesmente ruirá”⁶³. A defesa de direitos para homossexuais seria uma demanda por privilégios⁶⁴ e a discussão de temas como homofobia nas escolas uma agenda voltada a “estimular nossos filhos a ser homossexuais”⁶⁵ e, “demagogicamente”, que “deviam se orgulhar dessa condição”⁶⁶.

Além disso, a defesa de “marginais como se fossem excluídos da sociedade”⁶⁷ dificultaria o combate ao crime e até mesmo recompensaria o “vagabundo”⁶⁸. Nesse sentido, as soluções para a segurança pública no país passariam pelo endurecimento de penas, pela redução da maioridade penal e pelo uso de “métodos enérgicos” no combate ao crime⁶⁹. A prova da eficácia do endurecimento das penas no combate à criminalidade seria apontada pelo comportamento dos próprios criminosos no país: “o pessoal defende o menor porque diz que ele não tem consciência do que ele faz. Agora eu te pergunto: por que que ele não rouba na favela? Por que que não assalta na favela? Sabe por que? Porque lá tem pena de morte pra ele”⁷⁰. O rechaço à garantia de direitos a criminosos se dá por uma ênfase na função retributiva da pena – a prisão como lugar de “pagar seus pecados”⁷¹, legitimada pelo sentimento popular decorrente da impunidade⁷².

59 Essa questão fica patente quando se observa a forma como a ideia das “leis demais” era enquadradada pelo deputado no passado: “Também no mesmo ano, voltou a provocar polêmica ao defender o retorno do regime de exceção e o fechamento temporário do Congresso Nacional. Alegava o deputado que a existência de muitas leis atrapalhava o exercício do poder e que, ‘num regime de exceção, o chefe, que não precisa ser um militar, pega uma caneta e riscá a lei que está atrapalhando’” (MONTEIRO; SOUZA; SILVA, 2010).

60 Ver Bilenky (2017).

61 Ver Bolsonaro (2017).

62 Ver Bilenky (2017).

63 Ver Bolsonaro (2011a).

64 Ver Bolsonaro (2014a).

65 Ver Bolsonaro (2011b).

66 Ver Bolsonaro (2011b).

67 Ver Bolsonaro (2014a).

68 Ver Bolsonaro (2014b).

69 Ver, por exemplo, Bolsonaro (2014a, 2014b); Moraes (2014); Bilenky (2017).

70 Ver Bolsonaro (2014b).

71 Ver Bolsonaro (2014a).

72 Ver, por exemplo, Bolsonaro (2012): “Se você fizer uma pesquisa aqui, dá, no mínimo, 85% favorável à redução. Mas você fica com ódio a partir do momento em que aquele que cometeu um mal pra você ou pra sua família, pra filha nossa, uma mãe, uma irmã nossa, não é punido.”

O ataque a políticas de direitos humanos, dessa forma, retoma as críticas gerais à esquerda. Assim, a ideia de priorização de minorias em detrimento da maioria reforça as noções de que a esquerda seria hipócrita em sua retórica de que defenderia “o povo” e a democracia. Nesse sentido, os direitos humanos não protegeriam os “humanos direitos”, apenas os “bandidos, estupradores, marginais, sequestradores e até corruptos”⁷³, “vagabundos marginais que vivem às custas do governo”⁷⁴.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ECOS DO PASSADO E CAMINHOS FUTUROS

Os discursos de Bolsonaro ecoam o passado para além de sua narrativa sobre a ditadura militar. Observando-os, é inevitável recordar a discussão de Pierucci (1987) sobre as bases do que, à época, se chamava de “nova direita”. A “agressividade em relação aos *outgroup*”, o “sentimento de insegurança”, a associação entre direitos humanos e “mordomia para os presos”, a religiosidade, a defesa de “mais autoridade e menos permissividade” e a valorização simultânea do intervencionismo estatal e da capacidade empreendedora individual que Pierucci identifica em uma parcela das classes médias paulistanas estão todos presentes no discurso de Bolsonaro e seus seguidores. Ironicamente, se em 1987 Pierucci destacava a surpreendente ausência de um anticomunismo nessas bases, hoje, quase trinta anos após a queda do Muro de Berlim, o medo da “ameaça comunista” reaparece.

O retorno do “perigo vermelho” reforça a ideia do anticomunismo como um fenômeno duradouro na história política brasileira, marcado por “surtos” nos quais se torna uma força política influente (MOTTA, 2002). De fato, pode-se traçar uma série de paralelos entre os discursos de Bolsonaro e a tradição anticomunista no Brasil, como o imaginário da ameaça estrangeira e a associação do comunismo à imoralidade e criminalidade.

Evidentemente, ainda que o imaginário se mantenha, os referentes políticos se transformam – hoje, ao invés da ameaça soviética, a ênfase recai sobre o “bolívarianismo”, simbolizado por Cuba e Venezuela. Da mesma forma, a Intentona Comunista é substituída pela luta armada como “prova” da violência e imoralidade comunista. A degradação moral promovida pelos comunistas, que visariam “destruir a família, corromper a juventude e demolir as noções de decência e cedimento” (MOTTA, 2002, p. 65) se manifestaria agora nas políticas voltadas para a proteção de minorias LGBT, que “estimulam nossos filhos a serem homossexuais” (BOLSONARO, 2011b).

73 Bolsonaro (2014d).

74 Bolsonaro (2014a).

Como na tradição anticomunista militar, a solução estaria na defesa da “ordem”, associada à hierarquia, à desigualdade e a limites ao exercício de direitos (TEIXEIRA, 2014, p. 159-160). Frente às investidas comunistas que buscariam desagregar o povo – visto como uma “unidade orgânica de todas as classes sociais” (TEIXEIRA, 2013, p. 63) – seria necessário um líder que inspire respeito, um “homem de bem” e “incorruptível” capaz de reconstituir a autoridade do Estado. O que, de fato, parece novo na “nova direita” contemporânea é o contexto em que surge. No cenário atual, sua disposição a “dizer seu nome” surpreende, abandonando os rótulos de “centro” e o discurso da “pós-ideologia”. Ao colocar-se como direita “sem vergonha”, com coragem de “dizer o que pensa”, Bolsonaro apresenta-se como exceção em meio aos políticos conservadores do *establishment*.

Os ecos do passado nas falas de Bolsonaro, porém, contrastam fortemente com a ideia de que as movimentações no campo da direita no Brasil estariam associadas ao surgimento de uma “nova direita”, esposando novas ideias e discursos. Em que pese o crescimento de partidos que associem o ideário conservador à aceitação pragmática de políticas sociais (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015), o caso de Bolsonaro parece fortalecer a suspeita de Chaloub e Perlatto (2015, p. 29), de que o “novo” talvez seja “o velho discurso da direita mais radical, travestido e adaptado”. Enquanto a “nova direita latino-americana” faz movimentos no sentido da incorporação de uma “agenda social” à defesa da agenda neoliberal (GIORDANO, 2014; CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015), tanto Bolsonaro como os “intelectuais da nova direita” tensionam o campo brasileiro em um sentido oposto – mais próximo de uma “velha direita”.

Para Chaloub e Perlatto (2015), a coesão da nova direita brasileira nasce da noção de um “inimigo em comum”, mas é viabilizada por uma “compatibilidade” entre o conservadorismo e o liberalismo extremado. Também Bolsonaro coloca o conflito na base de sua construção política, de onde se origina a centralidade do antipetismo. Ao fazê-lo, atualiza seu discurso, enquadrando as políticas petistas em chaves conceituais usadas à época do regime militar. Nesse movimento, propõe a velha tradição anticomunista como forma de sustentar o “elogio dos conservadores ao liberalismo econômico” e a “adesão dos liberais econômicos ao conservadorismo moral” (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 24) que marcariam a “nova direita”.

Ao atualizar o imaginário anticomunista por meio do antipetismo, Bolsonaro articula fortemente dois campos semânticos centrais para os novos movimentos de direita no país: o antipetismo e o conservadorismo moral (MESSENBERG, 2017). As narrativas propagadas pelo deputado facilitam a união entre ideários distintos no campo da direita brasileira, impulsionando-o como liderança.

No entanto, observando as diferenças internas no campo da direita radical no Brasil, que une anticomunistas, ultraliberais e fundamentalistas religiosos (MIGUEL, 2016), é difícil imaginar sua coesão sem a presença de um inimigo em comum. Embora a centralidade da questão moral e da família no discurso de Bolsonaro favoreça sua ponte com a direita religiosa, sua ligação com os liberais é mais complexa. Mesmo que o anticomunismo se revele um imaginário capaz de articular uma aliança entre conservadores e liberais, a história dos “surtos anticomunistas” (MOTTA, 2002) sugere não se tratar de uma “solução” duradoura.

Nesse sentido, o relativo silêncio do deputado sobre questões econômicas é significativo, apontando para uma tensão mais profunda. Como a direita popular descrita por Pierucci (1987), Bolsonaro – ecoando a política nacional-desenvolvimentista do período militar – aparentemente vê a intervenção estatal na economia e na sociedade com bons olhos. No entanto, para habilitar-se como líder em um campo definido, desde os anos 1990, pela adesão ao neoliberalismo, Bolsonaro precisa se credenciar como um “liberal autêntico”. Independentemente da “solução” encontrada pelo deputado para esse problema, a forma como essa tensão se resolverá parece central para compreender os rumos da direita radical no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILENKY, Thais. Não é a imprensa ou o STF que vai falar o limite pra mim, diz Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 13 de março de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1865771-nao-e-a-imprensa-ou-o-stf-que-vai-falar-o-limite-pra-mim-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 27/10/2017.
- BOBBIO, Norberto. *Derecha e Izquierda: Razones y Significados de uma Distinción Política*. Madrid: Santillana Taurus, 1996.
- BOLSONARO, Jair. Entrevista em “O Povo Quer Saber”, CQC, 2011a. TV Bandeirantes. Exibição em 28/03/2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Z4CoY_82LAQ>. Acesso em 27/10/2017.
- _____. Entrevista: “Jair Bolsonaro: Sou preconceituoso, com muito orgulho”, 2011b. *Revista Época*, 2 de julho de 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00.html>>. Acesso em 27/10/2017.
- _____. Entrevista em “Brasilem Discussão”, 2012. TV Record. Exibição em 13/05/2012. Disponível em <<http://recordtv.r7.com/video/-preconceituoso-com-orgulho-jair-bolsonaro-abre-o-jogo-no-brasil-em-discussao-52aa7ee7596f99dbbc01c690>>. Acesso em 27/10/2017.

- _____. *Entrevista coletiva sobre candidatura à presidência da Comissão e Direitos Humanos da Câmara dos Deputados*, 2014a. 01/02/2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ybote1oacL4>>. Acesso em 27/10/2017.
- _____. *Entrevista em “Dois dedos de prosa: Jair Bolsonaro”*, Programa do Ratinho, 2014b. Massa, Carlos Roberto. SBT. Exibição em 06/03/2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=CiF-KhPqes8>>. Acesso em 27/10/2017.
- _____. *Entrevista em “Agora é Tarde”*, 2014c. Bastos, Rafael. TV Bandeirantes. Exibição em 08/04/2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=DDLKxAdXezM>>. Acesso em 27/10/2017.
- _____. Discurso em 09/12/2014 às 13:46. *Câmara dos Deputados*, Discursos e Notas Taquigráficas, 2014d.
- _____. *Entrevista em “Boa Noite com Alexandre Frota”*, 2015. Frota, Alexandre. Rede Brasil. Exibição em 21/09/2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=sJjn3x9AqEg>>. Acesso em 27/10/2017.
- _____. Discurso em 17/04/2016 às 14:04. *Câmara dos Deputados*, Discursos e Notas Taquigráficas, 2016.
- _____. *Site pessoal*. Disponível em: <www.bolsonaro.com.br>, [s.d.]. Acesso em 27/10/2017.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216, julho, 2011.
- BRASILINO, Luís. Novas expressões do conservadorismo brasileiro. *Le Monde Diplomatique*, ed. 63, 2 de outubro de 2012. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/novas-expressoess-do-conservadorismo-brasileiro>>. Acesso em 04/05/2018.
- CALDEIRA NETO, Odilon. A “direita envergonhada” e a fundação do Partido de Reedificação da Ordem Nacional. *Historiæ*, v. 7, n. 2, p. 79-102, 2017.
- CASTAGNOLA, José Luis; MIERES, Pablo. “La ideología política de la dictadura”. In: APPRATTO, Carmen et al. (orgs.) *El Uruguay de la dictadura. 1973-1985*. Montevideu: Banda Oriental, 1996.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política. In: *Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS*, v. 1. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2015.
- CHILTON, Paul Anthony. *Analysing Political Discourse: Theory and Practice*. Psychology Press, 2004.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.) *Direita Volver! O retorno*

- da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 115-144.
- GIBSON, Edward L. *Class and Conservative Parties: Argentina in Comparative Perspective.* Johns Hopkins University Press, 1996.
- GIORDANO, Verónica. ¿ Qué hay de nuevo en las ‘nuevas derechas’?. *Nueva Sociedad*, n. 254, p. 46-56, 2014.
- KALTWASSER, Cristóbal Rovira. La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad. *Nueva Sociedad*, n.254, p. 34-45, 2014.
- KAYSEL, André. “Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.) *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 49-74.
- MADEIRA, Rafael Machado; TAROUCO, Gabriela da Silva. A ‘direita envergonhada’ no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar?. In: *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*, Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAYER, Frederick W. *Narrative Politics: Stories and Collective Action.* Oxford, New York: Oxford University Press, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da ‘doutrinação marxista’ à ‘ideologia de gênero’ - Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, n. 7, setembro, p. 590-621, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>>. Acesso em 27/10/2017
- MONTEIRO, Maria Carmina; SOUSA, Márcia de; SILVA, Fabrício Pereira da. “Bolsonaro, Jair”. In: JALLES DE PAULA, Christiane; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930.* 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>>. Acesso em 10/05/2018.
- MORAES, Marcelo. Bolsonaro: “Serei o candidato da direita em 2018”. *O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/marcelo-moraes/2014/10/30/bolsonaro-serei-o-candidato-da-direita-a-presidencia-em-2018>>. Acesso em 27/10/2017.
- MORRESI, Sergio Daniel. La difícil construcción de una derecha democrática en América Latina. In: *Lutas, Experiências e Debates na América Latina: Anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos*, Foz do Iguaçu, 2015, p. 1103-1125.

Disponível em: <<http://dspace.unila.edu.br:80/xmlui/handle/123456789/1686>>. Acesso em 27/10/2017

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. Estudos História 180. São Paulo: Editora Perspectiva Fapesp, 2002.

OLIVEIRA, Tatiane; BENETTI, Pedro. As novas direitas sul-americanas: análise das experiências chilena e colombiana. *Observador On-line*, v. 99, n. 1, p. 1-26, jan. 2014.

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, Campinas, n. 22, ed. 3, p. 638-674, 2016. <https://doi.org/10.1590/1807-01912016223638>.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

RÉMOND, René. *Les droites en France*. Paris: Editions Aubier Montaigne, 1982.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, Campinas, n. 22, ed. 3, p. 603-637, 2016.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 88, p. 89-111, dez. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300006>>. Acesso em 27/10/2017.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. “A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles”. In STEPAN, Alfred (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 563-629.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, ed. 45, p. 149-165, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>>. Acesso em 27/10/2017.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979-1988). *AEDOS*, n. 5, ed. 13, p. 58-79, 2013.

_____. Em nome da ordem: a cultura política anticomunista nas forças armadas brasileiras (1935-1985). *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, n. 19, ed. 1, p. 151-169, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n1p151>>. Acesso em 04/05/2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas de Resultados – Resultado da Eleição, 2010. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/candidaturas-votacao-e-resultados/estatisticas>>. Acesso em 10/05/2018.

_____. Estatísticas de Resultados – Resultado da Eleição, 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoesanteriores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>>. Acesso em 10/05/2018.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. “Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.) *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 13-48.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

“Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros¹

“I don’t speak what people want, I am what people want”: 30 years (1987-2017) of Jair Bolsonaro’s political agenda in Brazilian newspapers

Leonardo Nascimento^a, Mylena Alecrim^b, Jéfte Oliveira^c, Mariana Oliveira^d, Saulo Costa^e

Resumo O presente artigo tem como objetivo apresentar a constituição da imagem pública do atual deputado federal Jair Bolsonaro a partir das pautas políticas associadas a ele em 30 anos de matérias jornalísticas. Foram utilizadas matérias de 1987 a 2017 veiculadas por dois jornais impressos de alcance nacional: a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Ao longo dos diferentes cargos políticos que ocupou, de que maneira seus posicionamentos dentro do debate político foram sendo apresentados a uma infinidade de leitores? Seria possível percebermos algum tipo de continuidade e/ ou alteração de pautas, indicando – ou não – certa “coerência” política? Quais seriam estes posicionamentos ou pautas? Estas são algumas das questões que animaram este trabalho. Na primeira seção do artigo serão feitas algumas ponderações teórico-metodológicas sobre as fontes utilizadas para a compreensão da natureza e do alcance dos nossos dados. Em seguida, apresentamos as técnicas e os métodos empregados, bem como o processo de coleta e caracterização dos dados. A terceira seção descreve a construção das categorias de análise utilizadas. A quarta e última sessão é composta pelos resultados qualitativos e quantitativos obtidos permeados por reflexões sobre as pautas políticas mais recorrentes nas matérias.

Palavras-chave Imagem pública; Jair Bolsonaro; Análise de Mídia.

1 O título do artigo é uma frase proferida pelo deputado Jair Bolsonaro em uma matéria da Folha de S. Paulo (Folha de S. Paulo, 9 Jun. 2016, p. A10).

a Doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail para contato: leofn@ufba.br .

b Mestranda em Ciência Sociais, PPGCS/UFBA.

c Bolsista IC/PIBIC, UFBA.

d Mestranda em Ciência Sociais, PPGCSO/UFJF.

e Bolsista IC/PIBIC, UFBA.

Abstract This article aims to present the constitution of the current congressman Jair Bolsonaro's public image by the political agenda associated to him in 30 years of newspapers' articles. Articles used were from *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*, between 1987 and 2017. During his diverse political positions, how were his opinions within the political debate presented to readers? Would it be possible to glimpse some continuity and/or agenda alterations, indicating – or not – some political "coherence"? Which would be those opinions or agendas? These are some of the questions that guided this work. In the first section of the article, some theoretical-methodological considerations over the sources used are made, as to understand the nature and reach of our data. Next, technologies and methods are presented, as well as the process of data gathering and characterization. The third section describes the construction of categories of analysis. The fourth and last section exposes the qualitative and quantitative results obtained, mixed with reflections over the most recurrent agenda in the articles.

Keywords Public image; Jair Bolsonaro; Media analysis.

'Se uma forma de esquecimento puder então ser legitimamente evocada, não será um dever calar o mal, mas dizê-lo num modo apaziguado, sem cólera'
(Paul Ricoeur, *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, 2000)

INTRODUÇÃO

Talvez não precise muito esforço argumentativo para nós concordarmos com a ideia de que “a capacidade ou incapacidade dos órgãos oficiais...” – e isso incluiria todos aqueles que ocupam cargos eletivos – “em produzir e controlar as notícias, constitui uma parte importante do poder de governar [...]” (BENNETT, 2016, p. 12). No entanto, o entendimento acerca da relação entre a produção de notícias e o exercício do poder exige, diante de cada caso específico, um esforço de investigação que considere toda a estrutura da sociedade. Isto porque, ao analisarmos as notícias que dizem respeito às ações de determinados agentes políticos, nós estamos, em termos mais amplos, tentando perceber as possíveis articulações entre a memória, a duração histórica e as disputas pelo poder.

O presente artigo tem como objetivo apresentar a constituição da imagem pública do atual deputado federal Jair Bolsonaro a partir das pautas políticas associadas a ele em trinta anos de matérias jornalísticas. Foram utilizadas matérias de 1987 a 2017 veiculadas por dois jornais impressos de alcance nacional: a *Folha de S.*

Paulo e O Estado de S. Paulo. Ao longo dos diferentes cargos políticos que ocupou, de que maneira seus posicionamentos dentro do debate político foram sendo apresentados, por aqueles jornais, a uma infinidade de leitores? É possível percebermos algum tipo de continuidade e/ou “coerência”? Se sim, quais seriam estes posicionamentos? Estas são algumas das questões que animaram este trabalho.

Na primeira seção do artigo serão feitas algumas ponderações teórico-metodológicas sobre as fontes que são fundamentais para a compreensão da natureza e do alcance dos nossos dados. Em seguida, vamos apresentar as técnicas e métodos empregados bem como o processo de coleta e caracterização dos dados. A terceira seção descreve a construção das categorias de análise que foram utilizadas. A quarta e última sessão é composta dos resultados qualitativos e quantitativos obtidos permeados por reflexões sobre as pautas políticas mais recorrentes nas matérias. Trata-se de um artigo exploratório que faz parte de um projeto sobre mídia e política mais amplo e que ainda está sendo aperfeiçoado. Por fim, ainda que os resultados obtidos possuam particularidades e limitações que serão detalhadas logo mais abaixo, sua leitura vem em momento oportuno dentro e fora do campo das ciências sociais.

1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS FONTES

De início, algumas questões precisam ser levantadas. Por que escolhemos matérias de jornais impressos no intento de esboçarmos a carreira político-midiática de um deputado federal? Uma segunda questão diz respeito à escolha dos jornais: por que jornais predominantemente do estado de São Paulo, sendo que o deputado em questão sempre teve seus mandatos vinculados ao estado do Rio de Janeiro? Por fim, existe a justificativa, nem um pouco óbvia, das motivações e da relevância de tratarmos de um político com o perfil do deputado Jair Bolsonaro.

Em relação às fontes escolhidas, podemos considerar que, à primeira vista, uma pesquisa sobre parlamentares deveria ter como ponto de partida discursos, projetos de lei e posicionamentos oficiais dos deputados ou senadores. Obviamente, tais materiais constituem aquilo que efetivamente descreve e corporifica a carreira de um político ou agente público. Entretanto, tais documentos, para chegarem a círculos mais amplos de leitores (e eleitores) necessitam ser “traduzidos” e enviados a indivíduos que nem sempre têm condições, podem e/ou querem se inteirar plenamente dos termos em jogo no debate político.

De fato, é por meio dos jornais que se efetiva tal tradução e, no caso específico do Brasil, embora não possua o “monopólio da distribuição do capital político”, a mídia “condiciona as trajetórias políticas” dos diferentes agentes (MIGUEL, 2002, p.

170). Outra peculiaridade é a de que os intelectuais e políticos da chamada “nova direita” brasileira encontram nos principais órgãos de imprensa do país um *locus* fértil de visibilidade, promoção e defesa de suas bandeiras e pautas (PERLATTO; CHALOUB, 2015).

A intervenção do jornalismo sobre a política é, portanto, decisiva para a conformação de uma imagem pública² e, por isso, ela é disputada pelos indivíduos e instituições que precisam criar, alterar ou ratificar uma determinada imagem pública buscando atingir o seu objetivo principal: disputar e capturar o espectador, o eleitor (WEBER, 2004). A construção das imagens públicas de lideranças políticas é um processo complexo, dinâmico e coletivo, uma vez que é constituído pela interação de três elementos fundamentais: agentes políticos, mídias e público (JUST; CRIGLER, 2000). É a imagem pública que leva o cidadão a conformar suas preferências políticas, não bastando ao representante ser apenas um bom gestor, sendo também fundamental aparecer publicamente como tal (MARQUES; MONTALVERNE, 2013).

Sendo assim, uma vez que “o jogo da política é cada vez mais jogado nos olhos do público do que atrás de portas fechadas” (SCHUDSON, 2002, p. 251; MAZZOLENI; SCHULZ, 1999; KERNELL, 2006), a análise da mídia jornalística possibilita entendermos como são construídas as imagens públicas dos agentes políticos. Essa construção está estreitamente relacionada com os valores expressos pelo político através das pautas políticas e/ou dos posicionamentos morais que ele professa. Sabemos que a investigação sobre os valores que estão em jogo em uma determinada sociedade constitui uma tarefa sociológica por excelência³. Neste sentido, a análise jornalística é uma etapa para a compreensão da própria sociedade.

No caso específico de Jair Bolsonaro, pode-se dizer que as pautas políticas veiculadas pelos jornais analisados se referem a posicionamentos da figura pública do deputado sobre assuntos variados – como veremos mais adiante –, como direitos humanos, pena de morte, militarização da sociedade, ditadura, etc. Consideramos que tais pautas traduzem

2 Os líderes representantes na política precisam mostrar-se em seus papéis, gerar representação, se fazer ver e se fazer acreditar” (WEBER, 2009, p. 15).

3 Por este motivo, Max Weber vai afirmar que, diante dos diferentes pontos de vista em disputa em um dado momento histórico, seria tarefa das ciências sociais esclarecer quais os valores que, de fato, estão em jogo. Em outros termos, “explicar de forma comprehensível” os pontos de vista dos atores sociais e políticos – de fato e não na aparência – constitui uma tarefa fundamentalmente sociológica (WEBER, 1917, p. 90–91). As matérias jornalísticas constituem, deste modo, um manancial inegociável sobre como estão articulados os valores de uma determinada sociedade.

um esforço controlado, por parte desse político, de impor e justificar ideias e ações para o grupo que nele, em nome de verdades, confiou e, para tanto, ele depende da mídia, que detém o poder de fazer, desfazer e questionar verdades. (WEBER, 2004, p. 271).

Em relação a nos restringirmos a jornais do estado de São Paulo, a decisão obedeceu a critérios principalmente práticos. Uma coleta preliminar no acervo digital de O Globo⁴ gerou 2.263 páginas de matérias que continham, ao menos uma vez, a ocorrência do termo “Bolsonaro”. A coleta no Jornal do Brasil⁵ – que ainda está em andamento – sugere um número ainda maior de matérias com detalhes particulares sobre a atuação política do deputado Jair Bolsonaro. Por conta do volume de matérias dos jornais O Globo e Jornal do Brasil, preferimos analisar este material em um segundo momento. Mesmo optando apenas pelos jornais paulistas, o volume de trinta anos de matérias – ainda que seja pequeno em relação à coleta de matérias de políticos de envergadura nacional tais como ex-presidentes e outros – exigiu o uso de aplicativos para a análise qualitativa e quantitativa dos dados. Descreveremos as ferramentas utilizadas na seção sobre os materiais e métodos empregados.

Por fim, a escolha do deputado Jair Bolsonaro ocorreu porque parece ser um dos representantes do “autoritarismo à brasileira”, portador de um tipo de discurso bem demarcado que contribui para engrossar o “caldo cultural ideal para o agravamento de experiências autoritárias e a procura por saídas despóticas” para os problemas do Brasil (MESSENBERG, 2017, p. 644). Além disso, presencia-se um progressivo aumento de visibilidade do deputado nas eleições para a presidência do Brasil em 2018. O fato de ele estar tão em relevo nas pesquisas eleitorais chama a atenção para como esse tipo de figura é importante para se compreender sociologicamente a política brasileira.

Apesar desta constatação, nós tivemos, em todas as etapas, o cuidado de não oferecer ao campo acadêmico, já demasiadamente eivado de valores exógenos, um artigo com finalidades acusatórias escusas e/ou dissimuladas. Queremos com isso alertar aos leitores que, embora a escolha do presente tema seja motivada por um interesse acadêmico acerca da conjuntura política brasileira, os procedimentos e os achados não foram – na falta de um termo mais ameno – *condicionados* a algum tipo de objetivo político-partidário.

4 Cf. <http://acervo.oglobo.globo.com/>.

5 Cf. <https://news.google.com/newspapers?nid=oqX8s2k1IRwC>

O rastreamento, como denominamos acima, de pautas e posicionamentos políticos através de jornais de grande circulação, parece constituir um meio de acessarmos – ao longo de trinta anos – os matizes do que foi denominado de “despolitização da política” (PIERUCCI, 1987, p. 43). Um jeito de “fazer política” no “Brasil metropolitano” da década de oitenta que encontraria na “demagogia do moralismo” um modo de mobilizar as tensões da sociedade e, com isso, atingir eleitores e construir carreiras políticas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS E CARACTERIZAÇÃO DA BASE DE DADOS

Ao longo de todas as etapas da pesquisa foram utilizados os aplicativos Sphinx (LE SPHINX DÉVELOPPEMENT, 1986) e o ATLAS.ti (FRIESE, 2014). O Sphinx foi utilizado para acelerar a tabulação dos dados, enquanto o ATLAS.ti para recuperarmos os trechos das diferentes matérias analisadas de modo sistemático e, também, perfazermos algumas análises quantitativas.

Em termos da metodologia utilizada, o artigo assume a perspectiva dos métodos mistos (TASHAKKORI; TEDDLIE, 1998; KUCKARTZ, 2014; CRESWELL, 2014), uma vez que, a partir da codificação interpretativa das pautas políticas presentes nas matérias – construídas através da teoria fundamentada nos dados (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009) –, foi possível percebermos regularidades quantitativas ao longo dos anos de publicação, tal como veremos logo abaixo.

Por meio de técnicas de *webscraping*⁶, utilizando uma combinação de scripts em R (R TEAM CORE, 2014) e Python⁷, foram obtidas 978 matérias no acervo do jornal Folha de S. Paulo⁸ e 692 matérias no acervo de O Estado de S. Paulo⁹ que continham, ao menos uma vez, o termo “Bolsonaro”. Em seguida, três codificadores realizaram leituras sistemáticas das 1670 matérias dos dois jornais com o objetivo de classificá-las em dois tipos:

- a) matérias que apenas citavam Jair Bolsonaro, sem apresentar qualquer pauta política ou relevância histórica acerca do político. Por exemplo, a lista diariamente atualizada dos deputados que eram contra ou a favor do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Foram suprimidas algumas poucas matérias sobre pessoas com o sobrenome “Bolsonaro” que

6 Trata-se de uma técnica proeminente para a coleta automatizada de dados on-line. (MARRES; WELTEVREDE, 2013)

7 Cf. <https://www.python.org/>

8 Cf. <https://acervo.folha.com.br>

9 Cf. <http://acervo.estadao.com.br/>

não tinham relação com os objetivos da pesquisa. As matérias com os filhos do deputado Jair Bolsonaro só foram mantidas se houvesse algum tipo de fala ou comentário direto com argumentos de defesa acerca dos posicionamentos políticos do pai;

- b) matérias que apresentassem algum tipo de pauta política abertamente defendida pelo deputado ou imputada a ele. Foram conservadas ainda as matérias historicamente relevantes, especialmente aquelas anteriores ao primeiro cargo eletivo ocupado pelo atual deputado.

Ao final da pré-seleção, obtivemos um total de 536 matérias ($N=536$) do tipo b, distribuídas entre os dois jornais segundo o Gráfico 1 abaixo. Todas as análises subsequentes trataram apenas das matérias do tipo b.

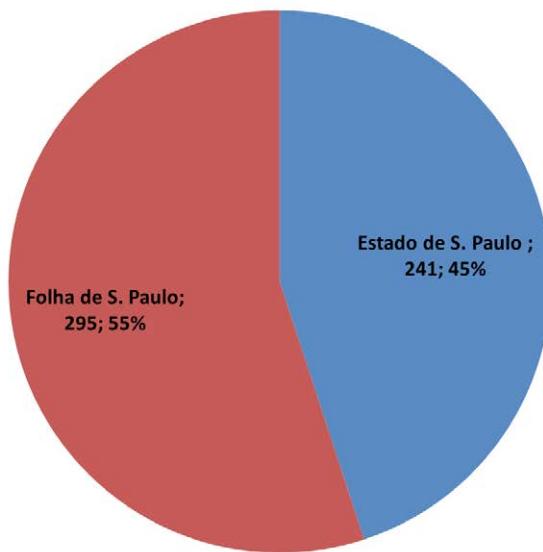


Gráfico 1. Porcentagem e número absoluto de matérias analisadas segundo o veículo de comunicação.

O Gráfico 2 apresenta a frequência de publicação das matérias analisadas de 27 de outubro de 1987 a 30 de novembro de 2017.

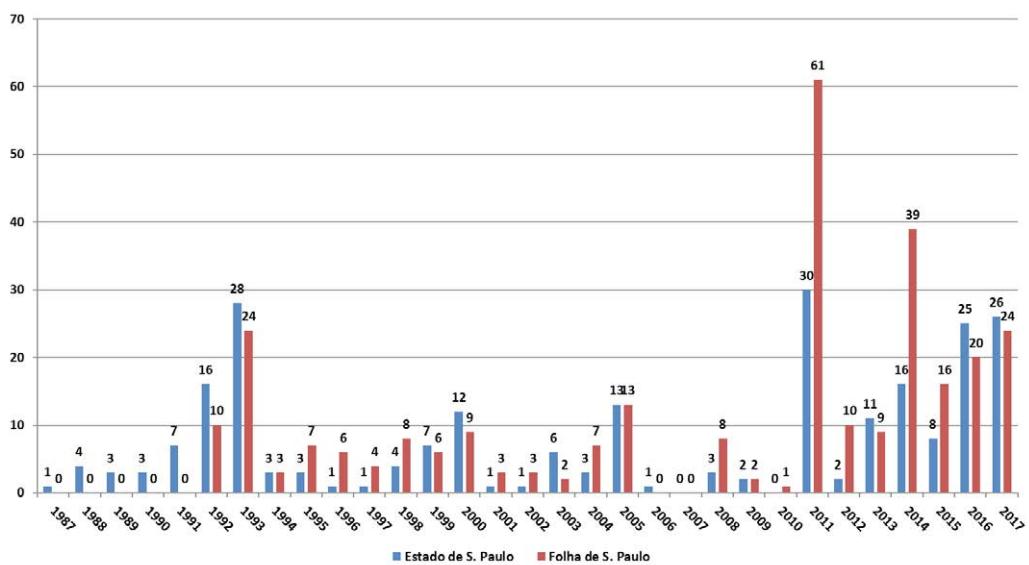


Gráfico 2. Número total de matérias analisadas quanto ao jornal ao longo dos anos (1987-2017).

As matérias analisadas apresentavam formatos diferentes (consequentemente extensões diferenciadas), o que vai condicionar tanto a presença/ausência de pautas políticas bem como as quantidades apresentadas. Os Gráficos 3 e 4 abaixo apresentam, respectivamente, o percentual total de formatos analisados nos dois jornais e a frequência de publicação dos formatos ao longo dos trinta anos.

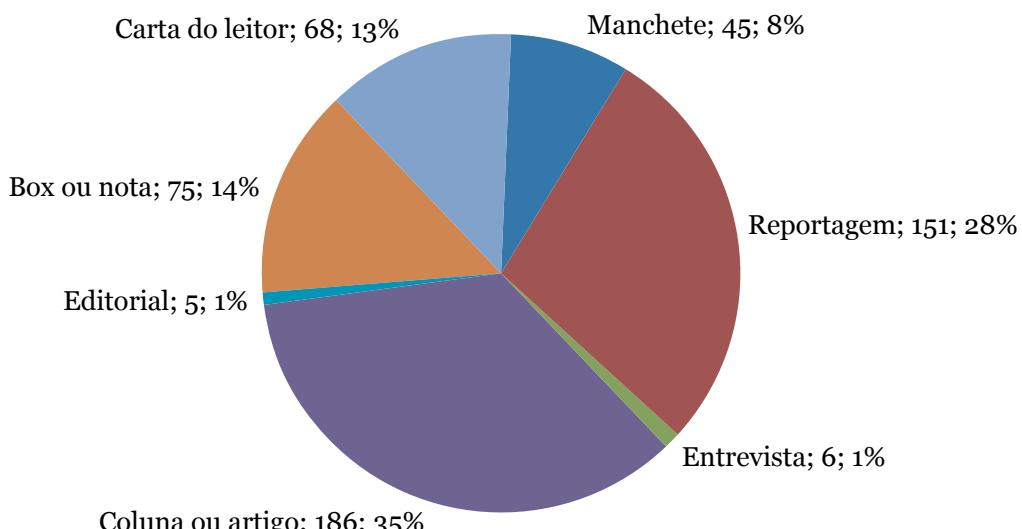


Gráfico 3. Porcentual de matérias por formato nos jornais analisados.

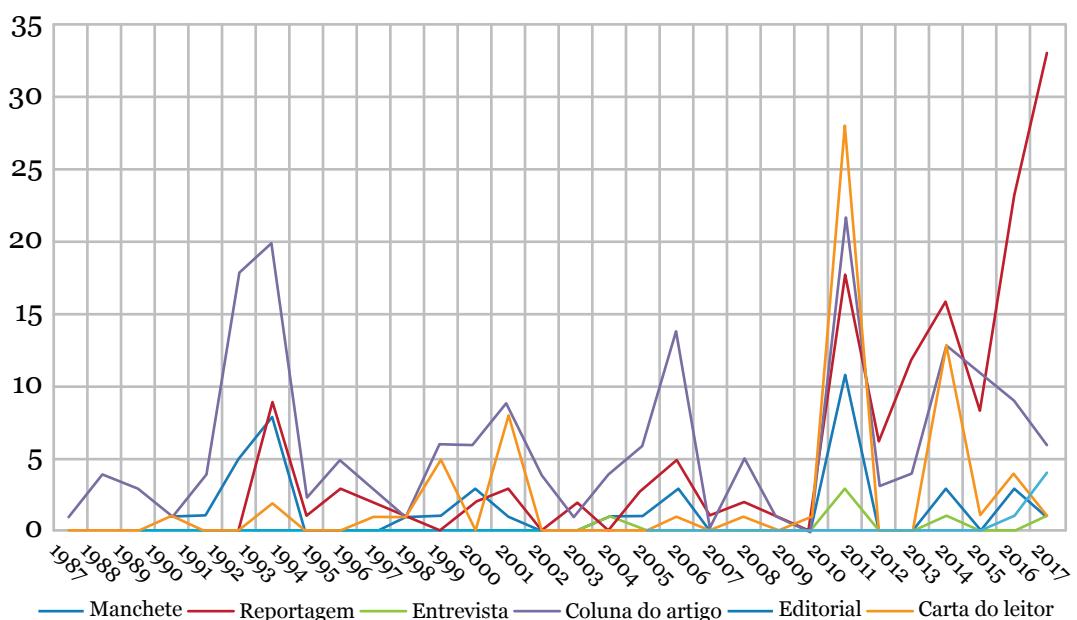


Gráfico 4. Número total de matérias analisadas segundo o formato ao longo dos anos (1987-2017).

3. CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Uma vez caracterizados os dados, vejamos como foram construídas as categorias de análise que buscaram descrever as pautas políticas associadas ao deputado Jair Bolsonaro. Antes, porém, precisamos fazer algumas breves ressalvas. Enfatizamos o termo “associado” pois foram contabilizadas toda e qualquer pauta política *professada* ou *atribuída* a Jair Bolsonaro¹⁰. Alertamos para este fato visto que o que nos interessou metodologicamente foi identificar a probabilidade de algum leitor em potencial encontrar, ao longo de 30 anos de matérias de diferentes jornais e em diversos formatos, determinada pauta política que estivesse relacionada ao deputado. É bastante provável que a leitura de certas pautas políticas venha a desencadear algum tipo de tomada de posição, mas, sobre este aspecto, o presente esforço não teria como fazer nenhum tipo de conjectura.

Tratou-se, antes de tudo, de um exercício sociológico de conseguir *imputar* algum tipo de sistematicidade as notícias publicadas ao longo de três décadas e que, *a priori*, se as considerarmos individualmente, não tinham esse objetivo. Com isso queremos rejeitar, logo de saída, a pressuposição de uma coerência ou lógica interna

¹⁰ Ou seja, consideramos de maneira similar, independentemente se a pauta política havia sido proferida pelo próprio deputado ou atribuída ao mesmo pelo(s) autor(es) das diferentes matérias analisadas – ou mesmo por um adversário político.

aos dados analisados¹¹. Além disso, por meio da teoria fundamentada tentamos superar a suposição subjacente às pesquisas que utilizam a análise de conteúdo, a de que se um evento ocorre com mais frequência ele é, necessariamente, mais importante do que um evento que ocorre raramente (ROSE, 2001, p. 66).

Por fim, decidimos por não utilizar a propagada e defendida metodologia da análise de valência (MAV) (FERES JÚNIOR, 2016) por concordar que “a atribuição do caráter positivo, negativo ou neutro carrega uma indiscutível carga de subjetividade” (MIGUEL, 2015, p. 172). Ademais, tais metodologias negligenciam aspectos fundamentalmente hermenêuticos subjacentes à interpretação de matérias e terminam por confundir “a intenção do jornal ou do jornalista, a apreciação pelos agentes políticos, o impacto na recepção e a codificação pela equipe de pesquisa” (MIGUEL, 2015, p. 174). Ou seja, o ato de classificar as matérias em “contrárias”, “a favor” ou “neutras” em relação ao deputado empobreceria as possibilidades analíticas contidas na caracterização da imagem pública baseada nas pautas políticas que o deputado defendeu.

Dito isso, passemos aos aspectos operacionais. Nós listamos as 536 matérias em uma planilha eletrônica. Em uma segunda coluna, atribuímos números aleatórios a cada uma delas. Em seguida, ordenamos as matérias do menor valor ao maior. Com isso foi possível tornar as matérias cronologicamente aleatórias, além dos formatos e jornais. Em seguida, criamos cotas de 25 matérias que eram lidas e discutidas diariamente. Todos os autores liam e discutiam as mesmas matérias com o objetivo de detectar similaridades, diferenças, frequências, sequências, correspondências e causalidades¹² (HATCH, 2010, p. 155).

Ao longo de três rodadas de leituras percebemos a formação de alguns *clusters* de pautas políticas que foram rotuladas e operacionalmente definidas. Nas três rodadas seguintes os agrupamentos de pautas foram testados ao mesmo tempo em que estávamos atentos a novas pautas que não se encaixavam nas que foram criadas. Ao final da oitava rodada (200 matérias) nós decidimos que a *saturação* havia sido alcançada, isto é, as leituras não despertavam novos insights, nem revelavam novas categorias acerca das pautas políticas (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009).

¹¹ Segundo Quentin Skinner, algumas vezes os pesquisadores supõem, mediante afirmações dispersas na obra de determinado autor, a existência de uma doutrina que seria professada por este (mitologia das doutrinas). Outras vezes, os pesquisadores imaginam que sua tarefa seria encontrar, mediante uma exegese mítica, a coerência ausente no conjunto da obra de determinado autor (mitologia da coerência) (SKINNER, 2002, p. 24). Embora estejamos tratando de matérias jornalísticas e não de obras eruditas, consideramos importante lembrar este aspecto hermenêutico.

¹² Trata-se aqui dos métodos comparativos constantes descritos por Glaser; Strauss (1966).

Ao final desses procedimentos, nós obtivemos as seguintes categorias representadas na Imagem 1 abaixo através de uma visão de rede (*network view*) no ATLAS.ti.

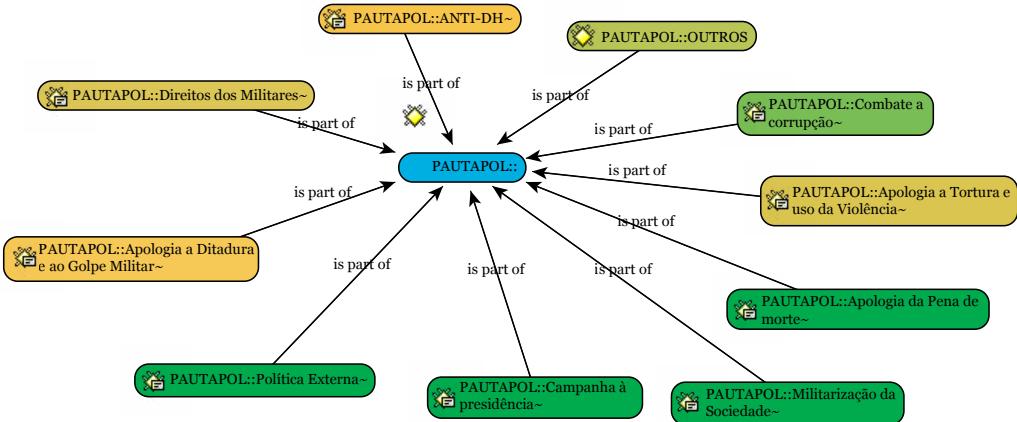


Imagen 1. Visão de rede (*network view*) no ATLAS.ti.

As categorias acima foram definidas segundo a tabela 1 abaixo:

Tabela 1

PAUTAPOL: ANTI-DH	Todos os trechos de matérias que continham temáticas Anti-LGBT, contra refugiados, acusações de pedofilia, racismo contra quilombolas e machismo, contra a liberdade de expressão, ataques diretos aos defensores dos direitos humanos.
PAUTAPOL: Anti-Povos e Comunidades Tradicionais	Todos os trechos de matérias contra demarcação de Terras Indígenas (por exemplo, sobre a polêmica em torno do Nióbio).
PAUTAPOL: Apologia a Tortura e uso da Violência	Todos os trechos de matérias que defendiam o uso de tortura ou alguma apologia à tortura. Matérias com incitação à violência, defesa da repressão a manifestantes. Entram nesta categoria todas as vezes em que o deputado disse que “vai dar surra”, “bater” ou “quebrar a cara” de alguém. Entraram nesta categoria as falas sobre tortura relacionadas a Guerrilha do Araguaia e, também, o pedido de fuzilamento do então presidente Fernando Henrique Cardoso.
PAUTAPOL: Apologia da Pena de morte	Todos os trechos de matérias que defendiam a pena de morte.

Continua...

Tabela 1. Continuação...

PAUTAPOL: Apologia Ditadura e Golpe Militar	Todos os trechos de matérias em defesa do golpe militar e/ ou fechamento do Congresso. Todos os trechos com defesa e/ou apologia à intervenção militar e/ou à ditadura militar. Entraram também trechos com defesa da censura e toda e qualquer menção que exaltasse o regime militar. Foram codificados, por exemplo, os trechos das matérias que descreviam a homenagem do deputado ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra
PAUTAPOL: Campanha à presidência	Todos os trechos de matérias sobre a campanha para a presidência em 2018. Por exemplo, matérias sobre o uso de redes sociais para a campanha.
PAUTAPOL: Combate a corrupção	Todos os trechos de matérias pedindo o combate e/ou denunciando corrupção.
PAUTAPOL: Direitos dos Militares	Todos os trechos de matérias com reivindicações salariais para os militares. Trechos que tratavam do pedido de isonomia salarial de generais ou sobre a defesa dos direitos/interesses dos militares etc.
PAUTAPOL: Militarização da Sociedade	Todos os trechos de matérias sobre a legalização do porte de arma e a defesa da militarização das escolas. Entram nessa categoria os trechos sobre a defesa do uso de armas de fogo pela Guarda Municipal e, também, questões sobre segurança pública e o estatuto do desarmamento.
PAUTAPOL: Política Externa	Todos os trechos de matérias que relatavam apoio, reverência ou acusação a governos exteriores ao Brasil. Por exemplo, a defesa da ditadura de Alberto Fujimori no Peru, apoio a Donald Trump, etc..
PAUTAPOL: OUTROS	Categoria residual usada para trechos que os codificadores consideraram relevantes e que não se encaixavam nas categorias acima. Posteriormente, esta categoria poderia ser desmembrada e recategorizada.

Uma vez construídas as categorias passamos à etapa de codificação. Cada um dos autores do artigo recebeu cotas aleatórias (dos dois jornais e diversos anos de publicação) das 536 matérias. Em seguida, elas foram lidas e codificadas dentro do aplicativo ATLAS.ti. Era comum que a mesma matéria apresentasse muitas pautas políticas. Sendo assim, os gráficos sobre a frequência de pautas (Gráficos 5 e 6) não apresentam somente a presença/ausência, mas a quantidade de vezes em que determinada pauta foi mencionada na matéria.

Foram feitas duas rodadas (no início e no meio da etapa de codificação) para verificar o grau de confiabilidade entre os codificadores. O cálculo da confiabilidade foi feito com duas amostras probabilísticas de todo o universo das matérias do estudo. Uma vez obtida a quantidade de amostras necessárias e quais as matérias

selecionadas para compor a amostra, elas foram codificadas por todos os codificadores através do ATLAS.ti. As unidades hermenêuticas¹³ foram unificadas (*merge*) e os dados enviados para a página *Coding Analysis Toolkit (CAT)*¹⁴. Foram utilizadas as comparações padrão (*standard comparisons*) e o parâmetro escolhido foi o Kappa de Fleiss (FLEISS, 1971). Os valores obtidos para as categorias, nas duas testagens variaram de 0,83 a 0,72¹⁵, indicando um grau aceitável de confiabilidade entre os codificadores (KRIPPENDORFF, 2004).

4. ANÁLISES E RESULTADOS

4.1. SOCIOGÊNESE DA IMAGEM PÚBLICA

A sociogênese da imagem pública – ou seja, a primeira vez em que “possíveis leitores vão saber da existência” de Jair Bolsonaro por meio dos jornais – é algo extremamente relevante para atentarmos como a memória social e, por conseguinte, a imagem pública, vai sendo instilada por capilaridade ao longo de um lento e imprevisível processo histórico mediado pelas notícias de jornal¹⁶. Sabemos que a leitura e os comentários sobre fatos descritos nos jornais ocupam uma parte significativa do conteúdo da vida nas grandes cidades. Além disso, as “percepções reproduzidas ao longo do tempo” se conectam ao “efeito cumulativo do próprio jornalismo e de outros aparelhos ideológicos” (MIGUEL, 2015, p. 174). Por fim, temos uma imbricada caixa de ressonância, entre memória, cultura e sociedade que se articulam na elaboração da imagem pública de todo e qualquer agente político.

A primeira matéria sobre Jair Bolsonaro no jornal O Estado de S. Paulo ocorreu em 27 de outubro de 1987 e intitulava-se “Exército garante: os capitães não falaram” (O Estado de S. Paulo, 27 out. 1987, p.5). A matéria tratava do plano de colocação de bombas por dois capitães da Escola de Aperfeiçoamento do Exército – entre eles, o atual deputado Jair Bolsonaro – em alguns quartéis, caso o governo federal não desse aumento de soldo aos militares. Segundo a reportagem, a operação foi batizada de “beco sem saída”. Esta matéria foi consequência de uma reportagem

13 Arquivo básico do ATLAS.ti

14 Cf. <http://cat.texifter.com/default.aspx> acessado em 03 jan. 2017.

15 O valor do Kappa pode variar de -1 a +1. Quanto maior o valor do Kappa (mais próximo de +1), mais forte a concordância. Quando Kappa = 1, nós temos a concordância perfeita (que, na prática, seria impossível); Kappa = 0, a concordância é aquela totalmente atribuída ao acaso; Kappa < 0, a concordância é mais fraca que o esperado pelo acaso. Na pesquisa qualitativa em ciências sociais, valores acima de 0,7 já podem ser considerados aceitáveis.

16 “Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver que nos espantariamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós” (HALBWACHS, 2004, p. 64).

da revista Veja (Veja, 28 out. 1987, p. 56-57) que, embora esteja publicada com a data de 28 de outubro de 1987, já estava circulando e sendo debatida pela imprensa dois dias antes, em 26 daquele mesmo mês e ano. Todas as matérias publicadas nos anos seguintes abordam o desenrolar dessa história.

Na Folha de S. Paulo (vide Gráfico 2), nenhuma matéria foi publicada sobre Jair Bolsonaro em seu primeiro cargo eletivo de vereador do Rio de Janeiro (1989-1991). A primeira matéria só vai ocorrer em 18 de abril de 1992, durante seu mandato como Deputado Federal (1991 a 1995) pelo Rio de Janeiro, cuja posse ocorreu em 1º de fevereiro de 1991. A matéria trata de uma pauta política recorrente do deputado, tal como veremos adiante, ao longo de todas as notícias analisadas: a questão da defesa dos interesses dos militares por meio de isonomia e aumentos salariais (Folha de S. Paulo, 18 abr. 1992, p.5). A segunda matéria publicada na Folha de S. Paulo trata do insulto proferido pelo deputado contra o então Ministro do Exército Carlos Tinoco (Folha de S. Paulo, 01 mai. 1992, p.6).

Nas reportagens analisadas foi possível encontrar muitos episódios de insultos do deputado Jair Bolsonaro contra uma diversidade de pessoas:

O deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) chamou o cardeal arcebispo de São Paulo d. Paulo Evaristo Arns, de ‘desocupado’, ‘vagabundo’ e ‘megapicareta’ durante discurso no plenário da Câmara. Procurado pela Folha, d. Paulo disse que não comentaria as declarações feitas em Brasília pelo deputado Jair Bolsonaro. (Folha de S. Paulo, 20 mar. 1998, p.4).

Bolsonaro reagiu: ‘Vossa excelência tem uma tremenda cara de pau’. Aplaudido pelos funcionários, emendou: ‘todos os funcionários gostariam de ter um aumento apenas aparente’. Bresser ficou impassível. Respondeu às perguntas de outros dois deputados e ignorou Bolsonaro. Irritado Bolsonaro o acusou de ‘sem vergonha’. Mais uma vez, aplaudido, repetiu cinco vezes a acusação e deixou a sala. (Folha de S. Paulo, 24 mar. 1995, p.4).

‘Não estou preocupado com a reação do presidente. Ele foi um traidor mesmo. E repito isso quantas vezes precisar’, foi o complemento de Jair Bolsonaro, acompanhando sua precaução de mandar a Fernando Henrique um fax com as declarações. (Folha de S. Paulo, 13 set. 1996, p.5).

O deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) chamou o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, de ‘canalha’, ‘patife’, ‘imoral’ e ‘vagabundo’ ontem durante discurso

no plenário da Câmara. O que motivou o discurso foi a medida provisória que concedeu reajuste salarial aos militares. (Folha de S. Paulo, 03 ago. 2001, p. A6).

Logo que Dirceu começou a falar brotou o tumulto: ele dizia defender a liberdade de imprensa porque foi vítima da censura e da ditadura. ‘Terrorista!’, gritou quatro vezes Jair Bolsonaro. (O Estado de S. Paulo, 23 jun. 2005, p. A8).

‘Todo mundo apenas fala do gay, já reparou? Do homossexual ativo ninguém fala, apenas dos boiolas. Senhor presidente (Severino), temos de começar a desmascarar este governo: se a corrupção existe nesta Casa, quem a pratica, o homossexual ativo, é o presidente Lula’, disse. ‘Temos de começar um movimento para desbancar o presidente da República. Não queremos homossexual passivo nem ativo neste governo’. (O Estado de S. Paulo, 24 jun. 2005, p. A9).

As matérias sobre insultos e/ou agressões sempre acarretaram uma maior frequência de notícias nos jornais além de, consequentemente, uma maior visibilidade de Jair Bolsonaro em relação aos leitores. Ao longo dos 30 anos de matérias, as agressões verbais compõem uma parte considerável da imagem pública do deputado. Geralmente, após a publicação da matéria noticiando o insulto, surgem cartas de leitores, colunas de opinião e reportagens sobre o “andamento da queixa e/ou do processo”. Deste modo, as polêmicas desencadeadas por insultos terminam por alimentar a visibilidade, parecendo forjar uma espécie de “estilo” que se tornou uma das marcas mais características da imagem pública do deputado.

Se os insultos, a defesa da ditadura e as reações contra os direitos humanos parecem ocupar uma parte significativa da imagem pública do deputado Jair Bolsonaro, caberia então indagar: e se pudéssemos sair de uma perspectiva impressionista das matérias em direção a uma análise mais sistemática? Como poderíamos expressar a continuidade e/ou “coerência” dos posicionamentos morais e/ou das pautas políticas do deputado ao longo de trinta anos? Vejamos como tentamos responder a tais perguntas.

4.2. TRINTA ANOS DE PAUTAS POLÍTICAS

Ao longo de trinta anos, encontramos no total de matérias analisadas a ocorrência das seguintes pautas políticas:

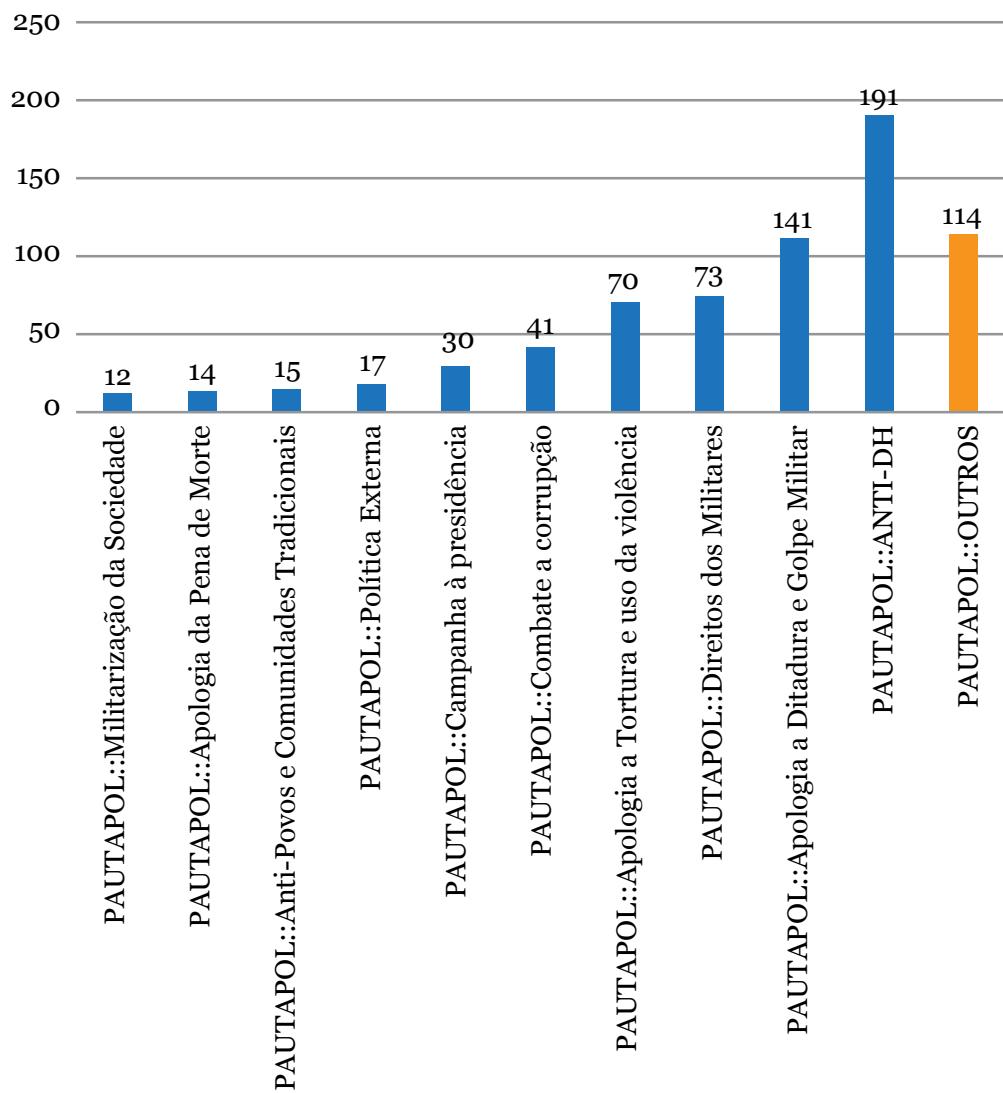


Gráfico 5. Quantidade total de pautas políticas codificadas nas matérias analisadas.

As pautas políticas contra os direitos humanos, a apologia à ditadura e ao golpe militar, a defesa dos direitos dos militares e a apologia à tortura e à violência ocupam a maior frequência de ocorrências. A categoria residual “Outros” (destacada em amarelo) engloba todos os posicionamentos do deputado em votações no Congresso, além de opiniões sobre os mais variados assuntos, como a concordância com frases fascistas do ditador Benito Mussolini (Folha de S. Paulo, 29 jul. 2013, p. E2), até colunas de humor. Por este motivo ela teve muitas ocorrências.

Se, além disso, analisarmos a frequência das pautas ao longo dos 30 anos, é possível percebermos regularidades nos posicionamentos do deputado. Quando determinados eventos passam a ser vistos em termos de sua – ainda que breve – duração , eles se prestam a revelar dinâmicas que, no calor do curto prazo,

escapam aos olhos dos espectadores históricos. O Gráfico 6, abaixo, nos revela algumas dinâmicas interessantes que, obviamente, poderiam vir a ser cotejadas com o trabalho parlamentar do deputado a fim de comprovarmos ou não sua correspondência. Nas análises que se seguem, nós optamos por discorrer sobre as quatro pautas políticas de ocorrência mais frequente, pois eram justamente as mais relevantes para a configuração da imagem pública de Jair Bolsonaro.

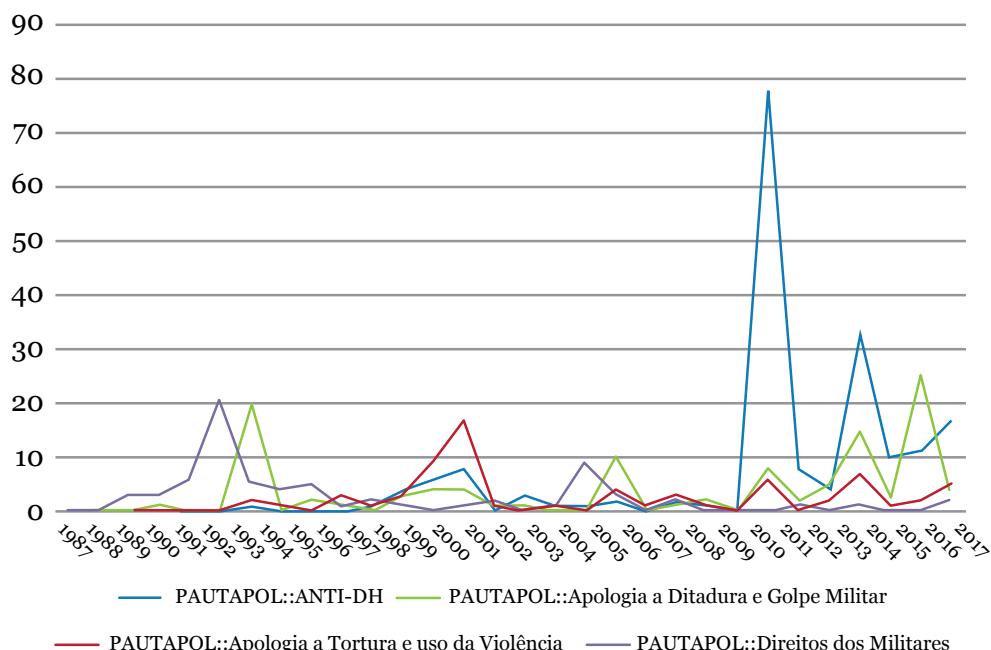


Gráfico 6. Frequência das pautas políticas ao longo dos anos (1987-2017).

4.2.1. DIREITOS DOS MILITARES

A pauta dos direitos dos militares (cf. Gráfico 6 acima, em lilás) nunca deixou de estar presente nos trinta anos de matérias sobre o deputado.

Os militares podem obter um aumento de até 160%, em seus soldos, caso tenha parecer positivo o requerimento feito no dia 24 ao Estado-Maior do Exército pelo capitão Jair Bolsonaro, vereador pelo município do Rio. No requerimento, o capitão pede a revisão do decreto de 9 de janeiro, que extinguiu a isonomia salarial com o Superior Tribunal Militar (STM). (O Estado de S. Paulo, 3 mar. 1989, p. 6).

Jair Bolsonaro (PP-RJ) esclarece que, em audiência com o ministro Nelson Jobim (Defesa), manifestou-se contra a desvinculação dos salários de militares da ativa das aposentadorias. (Folha de S. Paulo, 19 abr. 2008, p. A4).

Entretanto, podemos notar que a frequência dela é bem maior no início da carreira do que nos anos seguintes. Por outro lado, a defesa dos direitos dos militares é numericamente inferior às outras três pautas. Podemos interpretar, segundo as matérias analisadas, que os direitos dos militares foram apenas secundariamente um componente da imagem pública do deputado nas páginas dos jornais.

Além disso, a defesa dos militares – desde a emblemática matéria da revista *Veja* – sempre esteve acompanhada de atos de subversão da ordem e desrespeito à hierarquia, comportamentos que costumam ser repudiados dentro da vida militar. Até mesmo, como vimos acima, ofensas a Ministros da Defesa e do Exército já foram noticiadas. Um exemplo expressivo de tais atitudes foi noticiado em 16 de agosto de 1992, quando o deputado estacionou seu carro na entrada da Academia Militar das Agulhas Negras, impedindo a entrada do então ministro do exército Carlos Tinoco.



Imagem 2. Matéria de 1992, quando Jair Bolsonaro estacionou seu carro na entrada da Academia Militar das Agulhas Negras, impedindo a entrada do então ministro do exército Carlos Tinoco (Folha de S. Paulo, 16 ago. 1992, p. 7).

Obviamente, apenas um estudo sobre as percepções dos militares poderia nos indicar, com uma margem de segurança, qual sua opinião acerca do deputado Jair Bolsonaro. O que podemos afirmar é que, em relação às notícias analisadas,

paralelamente à pauta de “defesa dos direitos dos militares”, sempre estiveram presentes atos de insubordinação e desrespeito.

4.2.2. APOLOGIA À TORTURA E USO DA VIOLENCIA

A apologia à tortura e ao uso da violência (cf. Gráfico 6, em vermelho) constitui uma marca indelével da imagem pública do deputado Jair Bolsonaro. Trata-se de uma pauta que o próprio Jair Bolsonaro reconhece como sendo uma das suas bandeiras que mais atrai votos. Em matérias mais recentes, que já tratam o deputado como candidato à presidência, encontraremos uma entrevista que melhor exemplifica as categorias que construímos para este artigo:

P: E os métodos de violência para obter informação?

R: Tem de ter métodos enérgicos. Eu proponho, o Congresso aprova. Ninguém é candidato para ser ditador.

P: O que é método enérgico?

R: Tratar o elemento com a devida energia.

P: Bater?

R: Qual o limite entre bater e tratar com energia? Não tem limite, pô. O cara senta ali, faz a pergunta, ele responde. Se não responde, bota na solitária. Fica uma semana, duas semanas, três meses, quatro meses... Problema dele.

P: Com comida?

R: Dá comidinha para ele, dá. Dá um negocinho para ele tomar lá. Um pãozinho, uma água gelada, um brochante na Coca-Cola. Tá tranquilo.

P: O que é brochante?

R: Calmante, um ‘Boa noite, Cinderela’.

P: Acha construtivo adotar um discurso violento?

R: Você não combate violência com amor. Combate com porrada. Pô. Se bandido tem pistola, [a gente] tem que ter fuzil. (Folha de S. Paulo, 13 mar. 2017, p. A16).

Os exemplos são tão diversos e numerosos que seria impossível relatar todos eles no espaço deste artigo. Seguem abaixo alguns exemplos icônicos:

Bolsonaro defende a atuação da Polícia Militar do Pará no massacre de sem-terra em Eldorado do Carajás, em abril de 96. No episódio morreram 19 sem-terra, classificados pelo deputado como ‘desocupados que estavam desrespeitando a lei’. Nenhum PM morreu (Folha de S. Paulo, 13 mar. 1998, p. 10).

O deputado federal Jair Bolsonaro (PPB-RJ) defendeu ontem a pena de morte para os cinco chilenos, dois argentinos e dois canadenses condenados no Brasil pelo sequestro do empresário Abílio Diniz. Antes da execução da pena, ele ressalta que os ‘sequestradores devem ser torturados para revelar os nomes de todos os seus cúmplices’. [...] ‘Esses vagabundos deveriam estar todos mortos, mas antes devem ser torturados para contar quem são os integrantes de suas quadrilhas’, pregou Bolsonaro (O Estado de S. Paulo, 18 abr. 1998, p. 24).

Entre os anos 2000 e 2001, a pauta de apologia à tortura e uso da violência foi bastante noticiada. Isso ocorreu por conta de matérias que trataram de uma declaração de Jair Bolsonaro sobre um possível fuzilamento do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O fato ocorreu durante um almoço em desagravo ao ex-comandante da aeronáutica Walter Bräuer no Rio de Janeiro (Folha de S. Paulo, 6 jan. 2000, p. 6). Dentre as inúmeras publicações que tratavam do processo de quebra de decoro no Congresso, um editorial de O Estado de S. Paulo de 08 de janeiro de 2000, intitulado “Dejetos da Democracia”, foi o mais contundente:

Sarcasmos à parte, os militares brasileiros não merecem essa desmoralizante ‘representação’ congressual. Até porque esse irresponsável congressista, de fato, não representa ninguém, a não ser, talvez, alguns adeptos de um folclórico e anacrônico radicalismo de direita. É claro que ele jamais poderá falar pelos militares. O que não o impede de confundir os desavisados e dar a impressão de que exerce no Parlamento esse tipo de representação (O Estado de S. Paulo, 8 jan. 2000, p. A3).

Uma análise dessa categoria parece revelar que o uso da força parece ser o único meio de colocar ordem em uma sociedade em uma suposta decadência e/ou descontrole. Dentro desse raciocínio, o retorno da ordem social advém da disciplina, e o único meio de implantar a disciplina é mediante a violência. Essa interpretação vai desde a situação doméstica, passando pelo tratamento aos que se opuseram à ditadura, até o combate à corrupção.

‘Naquela época, existia respeito. Os filhos chamavam o pai de senhor. A gente se borrava de medo, porque todo mundo apanhava em casa. O irmão mais velho, o Guido, era o disciplinador, o capataz. Pegava o fio de ferro e dava lambada nos irmãos. Sem problema nenhum, ninguém sofreu *bullying*. Minha mãe, basicamente, era aquela chocadeira: um filho atrás do outro. Foram três homens e três

mulheres.’ [...] ‘Teve gente torturada, sim. Nós não negamos. Você só pode obter informações dessa maneira, é a regra do jogo. O pessoal da esquerda fazia besteira – carro-bomba, sequestro – e depois se vitimizava. Se o cara matou colega seu, é do ser humano pegar para arrebentar. Hoje, com a cabeça que tenho, faria muito melhor. Tem que eliminar. Guerra é guerra’ (Folha de S. Paulo, 16 mai. 2011, Folhateen, p. 10-11).

O deputado nega que tenha sido favorável a ditaduras, ‘muito menos’ à tortura, embora, contraditoriamente, faça apologia do regime militar, em que a prática está fartamente documentada. ‘Eu defendo a verdade sobre o período. Você tinha direito de ir e vir. Não tinha essa violência que está aí fora. E com essa de tortura que você fala aí, olha, é tática de qualquer pessoa aprisionada falar que foi maltratada para buscar compaixão’ (Folha de S. Paulo, 9 jun. 2016, p. A10).

As polêmicas nas redes sociais, onde combate ‘o politicamente correto’, fizeram o deputado passar a falar para fora de seus clientes tradicionais do meio militar. Bolsonaro deixou de ser apenas um capitão do Exército para se tornar também o arquétipo do tio conservador que toda família do interior do País abriga. Quer ordem na escola, ordem na família, quer ordem, enfim. ‘Há excesso de direitos no Brasil’, diz (O Estado de S. Paulo, 2 abr. 2017, p. A8).

A defesa do uso da violência como forma de exercício legítimo da política jamais poderia se esgotar naquilo que é dito ou atribuído a um único e singular agente político. Se considerarmos que todo discurso político assume sempre algum tipo de ontologia da própria sociedade¹⁷, a suposição de uma aderência de potenciais leitores e eleitores a uma pauta política dessa natureza deve ser entendida na sua relação com a sociedade como um todo. Em termos sociológicos, o posicionamento político de apologia à violência associado à imagem pública do deputado só é possível de ser enunciado porque encontra reverberação na estrutura específica de relações de longo prazo de nossa sociedade.

Assim, em termos comparativos, considerando que o “recuso desenfreado a atos de violência como o único veículo realista e decisivo de política” de Adolf Hitler, só foi possível de ser entendido por conta da “expansão de modelos mili-

¹⁷ “Conversas e textos políticos envolvem assumir, negociar ou impor ontologias do discurso - representações de pessoas, objetos, lugares etc., que existem, e as relações entre eles, isto é, quem faz (fez, pode fazer, ou vai fazer) o quê para quem, quando e onde, quem ou o que causou o quê, etc.” (CHILTON, 2004, p. 203).

tares em setores da classe média alemã” (ELIAS, 1997, p. 27). E, além disso, devido a relação que tais modelos guardam com processos históricos de longa duração da constituição da Alemanha. Da mesma maneira e guardando as devidas particularidades: cada ato de linguagem em apologia ao uso violência proferido pelo deputado só pode vir a ser devidamente interpretado se considerarmos como os limites – ou melhor dizendo, a falta de limites – no uso da violência estiveram no centro da estrutura de organização do poder da sociedade brasileira (ADORNO, 1995).

4.2.3. CRÍTICA AOS DIREITOS HUMANOS

De todas as pautas políticas analisadas, a que mais parece constituir a imagem pública do deputado Jair Bolsonaro é aquela contrária aos direitos humanos. A presença desta pauta é bastante tímida nos primeiros anos das matérias analisadas e teve uma maior ocorrência a partir de 2011. Isto parece ter ocorrido devido ao papel que tais temas adquiriram nos governos do Partido dos Trabalhadores, em especial no mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Diante dos eventos, projetos de lei, planos nacionais, dentre outros, sempre sucediam declarações do deputado nos diversos canais de comunicação disponíveis. Geralmente, por conta do seu claro posicionamento contrário a tais assuntos e, em especial, aos temas vinculados aos LGBT, as declarações resultavam em polêmicas que iam parar nas páginas dos jornais.

Os posicionamentos contrários aos direitos LGBT constituem uma grande plataforma política e eleitoral de Jair Bolsonaro. Recorrendo ao discurso em defesa da família tradicional – enquanto uma constituição da união entre o homem e a mulher –, o deputado Jair Bolsonaro toca numa questão sensível para grande parte da sociedade brasileira. Nesse sentido, ele ganha popularidade por externar esses valores morais para dentro da política. Tais valores sempre estiveram presentes no cotidiano, mas se apresentavam de maneira sutil e/ou mascarados. O deputado rompe com a lógica do politicamente correto embutido nessas concepções e delineia aspectos específicos da sociedade brasileira como meio de promoção de sua carreira política.

São inúmeros os exemplos dos posicionamentos públicos de Bolsonaro contra os direitos humanos e, em especial, contra os LGBT:

Na terça-feira, o deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), capitão da reserva do Exército, colocou a foto de FHC segurando a bandeira gay na porta de seu gabinete, com a frase ‘Eu já sabia...’. Questionado, Bolsonaro não quis revelar como termina a frase. ‘O objetivo é tirar sarro’, disse, sem conter a risada. ‘Não vou combater

nem discriminar, mas, se eu ver (sic) dois homens se beijando na rua, vou bater’ (Folha de S. Paulo, 19 mai. 2002, p. C9).

À Rádio Tupi, do Rio, Bolsonaro voltou a dizer ontem que não é racista (ele já havia dito que a mulher é afrodescendente e o sogro, negão), mas ampliou os ataques aos gays. Para ele, é preferível uma criança morar na rua a ser adotada por um casal gay (Folha de S. Paulo, 01 abr. 2011, P. C4).

‘Nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay’, diz o deputado a Fry (A Folha de S. Paulo, 7 jun. 2014, p. E16).

Agora criaram a Frente Gay na Câmara. O que esse pessoal tem para oferecer? Casamento gay? Adoção de Filhos? Dizer pra vocês, jovens, que se tiverem um filho gay é legal, vai ser o orgulho da família? Esse pessoal não tem nada a oferecer (Folha de S. Paulo, 31 mar. 2011, p. C11).

Em 2011 ocorreram 91 matérias com algum tipo de pauta política sobre o deputado Jair Bolsonaro (cf. Gráfico 2). Ao longo dessas matérias, nós tivemos 78 ocorrências de pautas codificadas com críticas aos direitos humanos (cf. Gráfico 6 acima, em azul). Esse grande número de reportagens ocorreu por dois motivos. O primeiro deles foi por conta das declarações do deputado ao participar do programa humorístico de televisão “Custe o que Custar – CQC” da TV Bandeirantes, em 28 de março de 2011¹⁸. No mês de abril de 2011 foram publicadas matérias sobre o assunto que ocuparam páginas inteiras com entrevistas e reações de personalidades e políticos.

Congresso, gays e negros reagem contra declarações de deputado

Bolsonaro associa namoro com negra a promiscuidade; depois, diz que se referia a homossexuais
Imagen 3. Folha de S. Paulo, 30 mar. 2011, p. C1.

¹⁸ Para um trecho do programa cf. <https://www.youtube.com/watch?v=J8BmyNho3FA> acessado em 10 de fev. 2018.

Bolsonaro diz estar se lixando para acusações

Irritado com a repercussão de suas declarações em entrevista à cantora Preta Gil na TV, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) disse que está se “lixando para esse pessoal aí”, referindo-se à acusação de homofobia. **Cotidiano C11**

Imagen 4. Folha de S. Paulo, 31 mar. 2011, p. C11.

Bolsonaro ataca negros e gays na TV

Deputado critica homossexuais e liga relacionamento inter-racial a ‘promiscuidade’ no programa ‘CQC’; Preta Gil afirma que irá à Justiça

Deputado ataca negros e gays na TV

O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) declarou em entrevista à TV que seria “promiscuidade” se um filho seu se apaixonasse por uma negra. Ele também atacou as cotas raciais e os homossexuais. A cantora Preta Gil, que participou do programa, prometeu processá-lo. A OAB-RJ anunciou pedido de processo na Câmara por quebra de decoro. **NACIONAL / PÁG. A8**

Imagen 5. O Estado de S. Paulo, 30 mar. 2011, p. A1 e A8.

Em seguida, em maio de 2011, uma nova onda de reportagens por conta das reações do deputado ao material do “Escola sem Homofobia”, elaborado pelo Ministério da Educação para formação dos professores acerca de questões de gênero e sexualidade¹⁹. As notícias gravitavam em torno de um panfleto elaborado pelo deputado com críticas ao “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos

¹⁹ “O Projeto Escola sem Homofobia visa contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro”.

Humanos de LGBT”. Uma reportagem de página inteira, na Folha e S. Paulo, juntamente com uma entrevista com o deputado descreveu em detalhes o ocorrido.

Jair Bolsonaro mandou imprimir 50 mil cópias de um panfleto contra o plano nacional que defende os direitos dos gays. O deputado federal eleito pelo PP do Rio está distribuindo o material em residências e escolas do estado. Um dos textos do impresso chega a associar o homossexualismo [sic] à pedofilia. (...) ‘Apresento alguns dos 180 itens deste que chamo Plano Nacional da Vergonha, onde meninos e meninas, alunos do 1º Grau, serão emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos inocentes estudantes a mensagem de que ser gay ou lésbica é motivo de orgulho para a família brasileira’. Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas (Folha de S. Paulo, 11 mai. 2011, p. C5).

Em maio de 2011 também ocorreu, por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, o reconhecimento legal da união homoafetiva. Em reportagem ao jornal O Estado de S. Paulo o deputado afirmou:

‘Eu não quero que o meu filho menor vá brincar com o filho adotivo de dois homossexuais. Não deixo. Não quero que ele aprenda com o filho do vizinho que a mamãe usa barba, que isso é normal. Não vou deixá-lo nessas companhias porque o futuro do meu filho também será homossexual’, disse o deputado. ‘Vão dizer que estou discriminando e estou, sim’(...) ‘Se ser homofóbico é defender as crianças nas escolas, defender a família e a palavra de Deus, pode continuar me chamando de homofóbico com muito prazer, pode me dar o diploma de homofóbico’, declarou (O Estado de S. Paulo, 7 mai. 2011, p. A21).

Em dezembro de 2014, uma nova polêmica. Desta vez por conta de um pronunciamento proferido pelo deputado na Câmara dos Deputados, onde repetiu uma afirmação feita em 2003, de que não estupraria a Deputada Maria do Rosário (PT-RS) porque “ela não mereceria” (Folha de S. Paulo, 11 dez. 2014, p. A12) (vide Imagem 6 a seguir).

Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf> acessado em 12 fev. 2018.



Imagen 6. Folha de S. Paulo, 14 dez. 2014, Caderno Folha 10, p. 2.

As matérias analisadas indicam a existência de uma nítida retroalimentação entre as pautas críticas aos direitos humanos e o maior número de matérias com as repercuções do posicionamento político do deputado. Em outros termos, quanto maior o avanço da agenda política dos direitos humanos, mais notícias surgem com as repercuções das declarações contrárias a esta mesma agenda. Deste modo, parece haver um elo curioso e perverso entre determinadas agendas políticas, declarações polêmicas e a visibilidade midiática do deputado. Ao canalizar os anseios sociais contrários às políticas de direitos humanos (atacando LGBT's, quilombolas, mulheres etc.) e, também, fomentando o extermínio de criminosos, o deputado vai ao encontro de uma parcela significativa da população:

Quero parabenizar o deputado Bolsonaro pela iniciativa de mostrar o lado das pessoas que prezam a família e a moral, tão esquecidas nesta sociedade que valoriza as aberrações que afrontam os que defendem a decência. MARCELO MARTINS (Mauí, SP) (Folha de S. Paulo (Painel do Leitor), 12 mai. 2011, p. A3).

O Brasil precisa de gente como esse deputado para se contrapor às ideias liberais vendidas pela mídia. Carlos Garibaldo, via Folha.com. (Folha de S. Paulo, 23 mai. 201, Folhateen, p. 3).

Essa deputada chamou Bolsonaro de estuprador. Ela é quem deve ser punida. Isso é crime de difamação. MARCELO FREITAS (O Estado de S. Paulo, 13 dez. 2014, p. A3).

Em outros termos, a mobilização das tensões e das disputas da sociedade pelo deputado não ocorre no “campo político *stricto sensu*” mas “se difunde no campo metapolítico das relações sociais” (PIERUCCI, 1999, p. 18). Este, segundo Antônio Flávio Pierucci, sempre foi o jeito característico das direitas operarem com suas pautas e posicionamentos, por meio da

combinação não apenas de ideias mas de práticas (práticas de ataque e autodefesa, de distinção e hierarquização, desprezo e humilhação, intolerância e agressão, profilaxia e higienização, discriminação e segregação), de discursos espontâneos e discursos doutrinários abrangendo a esfera pública e a vida privada, de soluções políticas e econômicas mas também de demandas de restauração moral e correção comportamental, princípios e estereótipos, fantasmas e preconceitos, girando em torno ou nascendo em raio de uma obsessão identitária, isto é, de uma necessidade sempre auto-referida de preservação à *outrance* de um ‘eu’ ou um ‘nós’... (PIERUCCI, 1999, p. 18)

Como vimos, o crescimento da mobilização de grupos em torno de pautas relacionadas aos direitos humanos caminha, em passo de igualdade, com uma reação moral do deputado que, por seu turno, mobiliza anseios de uma parte significativa da sociedade brasileira. Essa substituição do debate pela mobilização de anseios morais acontecerá também, só que desta vez em relação à interpretação de processos históricos, em relação ao período da ditadura militar no Brasil. Vejamos como isso ocorreu.

4.2.4. APOLOGIA À DITADURA MILITAR

Embora a pauta contra os direitos humanos seja a mais prevalente nas matérias, a pauta de apologia à ditadura e ao golpe militar – por motivos ao mesmo tempo históricos e contemporâneos – ocupa um lugar de destaque e, por este motivo, foi deixada por último. A defesa do regime militar no Brasil sempre foi uma pauta política amalgamada à imagem pública do deputado (vide linha verde do Gráfico 6), recorrentemente mencionada em depoimentos, discursos e entrevistas.

Na década de 1990, um discurso proferido na Câmara dos Deputados em 24 de junho de 1993 acarretou muitas notícias sobre o deputado:

Sr. Presidente, a atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem, conforme previsto no art. 142. Mas essa desordem e descumprimento da lei só acontece, logicamente, após a falência

do Poder Legislativo. O que tenho feito nas minhas reuniões é alertar para isso, exatamente. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso Nacional dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo. Perguntaria: na atual democracia, temos como resolver os problemas nacionais? (BRASIL, 1993, p. 13530)

Os jornais analisados prontamente noticiaram este discurso com matérias de página inteira.

Bolsonaro defende ditadura e pode ser cassado



Jair Bolsonaro, que pediu o fechamento do Congresso

Imagen 7. Folha de S. Paulo, 25 jun. 1993, p. 8.

SEXTA-FEIRA - 25 DE JUNHO DE 1993 - Política - O ESTADO DE S. PAULO - 3

CONGRESSO

Câmara abrirá processo contra Bolsonaro

Capitão reformado do Exército, deputado pode perder o mandato por defender a instalação de uma ditadura e o fechamento do Legislativo

Imagen 8. O Estado de S. Paulo, 25 jun. 1993, p. 5.

Durante os meses que se seguiram, foram publicadas diversas notas, comentários, análises e opiniões que totalizaram mais de 50 matérias contabilizando os dois jornais em pauta. Entre as matérias publicadas, havia cartas de leitores exaltando o posicionamento do deputado:

A ‘ditadura’ defendida pelo deputado Bolsonaro, apesar do choque que causou na ilha bela de Brasília, não é de todo abominável, uma vez que nossa sociedade vive sob esse regime há quase 500 anos.[...] A ditadura não deve ser uma ver-

gonha para as Forças Armadas, e sim para um país que demonstra não saber aquilatar o valor da palavra ‘liberdade’. Os militares mantiveram a inflação em níveis muito baixos, graças aos tanques apontados para as classes produtora e comercial, e o povo, mesmo pobre, comprava seus bens duráveis. Hoje, a classe dominante fez retroceder o País, sua cultura e seus valores, numa verdadeira viagem ao colonialismo e até mesmo ao coronelismo. Leo Lingnau. Jaraguá do Sul (SC) (O Estado de S. Paulo, 08 jul. 1993, p. 3).

Doze anos depois, em 2005, mais um episódio polêmico. Desta vez por conta de uma sessão solene na Câmara dos Deputados, organizada por Jair Bolsonaro, de tributo aos militares que participaram da Guerrilha do Araguaia. A sessão contou com a presença do tenente-coronel da reserva do Exército Brasileiro, Lício Augusto Ribeiro Maciel. Ao tenente-coronel é atribuído o sequestro, tortura, assassinato e ocultação de cadáver de diversos militantes da guerrilha²⁰ (MAKLOUF, 2004).

Saudado por Bolsonaro como ‘herói do Araguaia’, o coronel Lício ocupou a tribuna por uma hora fazendo um relato frio sobre a morte dos guerrilheiros e demonstrando orgulho da operação. Ele chegou a chorar ao falar de outros militares que também estiveram na repressão da guerrilha. (O Estado de S. Paulo, 25 jun. 2005, p. A11).



SOLENE - Bolsonaro levou coronel Lício, o principal homenageado

Imagen 9. O Estado de S. Paulo, 25 jun. 2005, p. A11.

Um dos mencionados pelo tenente-coronel foi o então Deputado Federal e ex-membro da guerrilha do Araguaia, José Genoíno.

²⁰ Para a denúncia do Ministério Públco Federal cf. http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Denuncia_MPf_Guerrilha_Araguaia_Licio_Curio_homicios_ocultacao_cadaveres.pdf acessado em 12 fev. 2018.

O ápice do pronunciamento aconteceu quando o militar afirmou se arrepender de ‘não ter dado uma bolacha’ em Genoíno, que, disse, entregou os companheiros da guerrilha sem ser torturado. ‘Genoíno, olha no meu olho. Eu te preendi na mata e não toquei num fio de cabelo seu. Não te demos uma bolacha, coisa de que me arrependo hoje’, disse, sob aplausos. (Folha de S. Paulo, 25 jun. 2005, p. A15).

Em 2009, ainda sobre a Guerrilha do Araguaia, matérias denunciaram um cartaz afixado no gabinete do deputado (vide imagem 10 abaixo):



Imagen 10. Imagem extraída de: <https://brasilpagina1.wordpress.com/2009/06/27/jair-bolsonaro-sobre-os-mortos-do-araguaia-quem-procura-osso-e-cachorro/> acessado em 12 fev. 2018.

Único parlamentar a defender abertamente a ditadura militar, Bolsonaro afirma que está fazendo um protesto contra as indenizações ‘bilionárias’ concedidas aos ex-presos políticos. ‘A mentira deles não é a verdade da história. O povo tem de dar graças a deus aos militares. Tenho o direito de me expressar’, diz o parlamentar. O cartaz da discórdia foi feito em 2005 para provocar o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, que havia feito um discurso na Casa. Ele disse: ‘vamos atrás dos ossos...? Na ocasião não houve repercussão’, diz Bolsonaro. (O Estado de S. Paulo, 28 mai. 2009, p. A11).

Cinquenta anos após o golpe militar de 1964, diversos eventos aconteceram no Brasil para relembrar e debater o tema. Entre eles uma sessão solene organizada pela então deputada federal Luiza Erundina. O deputado Jair Bolsonaro compareceu à sessão com uma faixa com os dizeres “Parabéns militares 31 de março de 64. Graças a vocês o Brasil não é Cuba”, causando um alvoroço entre os participantes e indo direto para as páginas dos jornais. A imagem da Folha de S. Paulo abaixo retrata a referida faixa exposta por Bolsonaro junto com título da matéria

(Imagen 11). No mesmo dia, a capa do jornal O Estado de S. Paulo apresentou os manifestantes, com fotos de desaparecidos políticos, de costas para o deputado quando ele subiu à tribuna para defender a ditadura militar (Imagen 12).



Deputados federais e outras pessoas presentes em sessão ontem na Câmara protestam contra cartaz em defesa do golpe militar de 1964 e da ditadura

Deputado elogia golpe e tumultua sessão na Câmara sobre ditadura

Imagen 11. Folha de S. Paulo, 02 abr. 2014, p. A8.



Protesto. Parlamentares e manifestantes ficaram de costas para o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que defendeu o regime militar na tribuna

Militares vão apurar centros de tortura da ditadura

Sob pressão, e a pedido da Comissão da Verdade, os comandantes das Forças Armadas abriram sindicâncias para apurar os casos de tortura e a ditadura em centros militares no Rio, São Paulo, Recife e Belo Horizonte. Segundo o ministro Celso Amorim (Defesa), o resultado deve sair em 40 dias. Sessão na Câmara para lembrar o golpe de 64 teve tumulto. **POLÍTICA / PÁG. A9**

PEDRO DALLARI
COORDENADOR DA COMISSÃO DA VERDADE
"Confio na boa-fé dos comandantes"

Imagen 12. O Estado S. Paulo, 02 abr. 2014, p. 1.

Todas as matérias apresentadas reforçam que a apologia à ditadura militar, de fato, é um dos elementos mais fundamentais da imagem do deputado Jair Bolsonaro. No entanto, a descrição exaustiva das fontes seria totalmente em vão se não problematizasse o caráter propriamente sociológico desta apologia. Um dos aspectos centrais do raciocínio sociológico – e que torna a sociologia tão difícil de ser entendida por leigos e/ou por não especialistas – é que não é possível, em

hipótese alguma, compreender o indivíduo sem compreender a totalidade de outros indivíduos com os quais, direta ou indiretamente, convivemos²¹.

Deste modo, a defesa recorrente e aberta, década após década, da ditadura e do uso da violência, sempre associada a sucessivas vitórias eleitorais e jurídicas, tudo isso parece extrapolar a questão de um singular deputado e vem ao encontro de aspectos estruturais particulares de uma sociedade. Talvez a pergunta mais radical sobre a pauta política em torno da apologia à ditadura e ao golpe militar não deva ser feita em direção ao indivíduo Jair Bolsonaro. Ao contrário, deveríamos perguntar à própria estrutura da sociedade brasileira: de que modo a ditadura foi elaborada historicamente, coletiva e emocionalmente, para que ela continue, década após década, a retornar como pauta política defensável? Como é possível a defesa da reimplementação da ditadura como solução política por legisladores, jornalistas, eleitores, vizinhos, vendedores de jornal etc.? Nos termos do psicanalista Thales Ab'Saber,

Quando dizemos que nossos índices sociais são, em alguns casos, africanos, que nossa polícia é a polícia que mais mata, que o desrespeito aos direitos humanos e a tortura são endêmicos em nossas delegacias e presídios, que a concentração de renda brasileira continua sendo a maior do universo econômico conhecido – ou que os bárbaros, assassinos e torturadores da ditadura militar brasileira não foram minimamente punidos, não sofreram nenhum constrangimento público ou político e estão muito bem, obrigado, aposentados, condecorados e premiados, de chinelo em casa, ou ainda na ativa no Exército brasileiro ou, o que consegue ser ainda pior, em funções públicas de Estado –, quando elencamos o rosário da face bárbara de nossa vida social real, nunca resgatada, o que é o único papel histórico verdadeiro da esquerda, a posição ideológica predominante e a defesa subjetivante política hegemônica que se observa é a recusa generalizada em tornar esses fatos de fato plenamente conscientes, como objetos de um trabalho do sujeito histórico [...] (AB'SÁBER, 2010, p.195 apud TELES; SAFATLE, 2010)

Neste sentido, todas estas matérias com declarações de apoio e/ou defesa do regime militar representam um convite à investigação e reflexão. De que maneira

21 “Tomemos, por exemplo, um presidente que declara ‘está encerrada a sessão’ ou um padre que diz ‘eu te batizo’. Por que esta linguagem possui um poder? Não são as palavras que agem por uma espécie de poder mágico. O que ocorre é que, em dadas condições sociais, certas palavras têm força. Tiram sua força de uma instituição que possui sua própria lógica os títulos, o arminho e a toga, o púlpito, a palavra ritual, a crença dos participantes etc. A sociologia chama a atenção para o fato de que não é a palavra que age, nem a pessoa permutável que a pronuncia, mas a instituição” (BOURDIEU, 1983, p. 26).

todos os processos e julgamentos após o fim da ditadura ainda não foram “históricamente suficientes” para que a sociedade brasileira pudesse se apropriar – no sentido de prestar contas – do que, de fato, aconteceu nesse período? Obviamente que o problema desta “apropriação histórica dos acontecimentos” guarda uma forte relação com a mudança geracional. O público aparentemente jovem que costuma aderir ao “mito” Jair Bolsonaro parece ignorar as atrocidades do regime ditatorial brasileiro porque,

os projetos se transformam de tal maneira durante o caminho que o ensinamento dos fatos não pode ser recolhido, pois as gerações que fazem o seu balanço não são aquelas que instituíram a experiência deles. (MERLEAU-PONTY, 1980, p. 41).

Compreender, por um lado, o efeito diferenciado que os eventos históricos exercem sobre os diferentes membros de uma sociedade e, por outro, a utilização “fantasmagórica” da ditadura na política brasileira pode vir a servir como ponto de partida para uma aproximação entre “partidários” e “detratores” do deputado. Além disso, tal postura pode servir para elaborarmos – como os psicanalistas costumam dizer – essa “compulsão à repetição” que se manifesta em todas as crises nacionais e que preconiza que a “única saída” é o retorno a uma ditadura militar.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

A discussão sobre o papel da mídia nos processos políticos das sociedades contemporâneas permanece longa e ainda em aberto para as ciências sociais. Embora persista uma polifonia de vozes e tomadas de posição acerca deste debate, parece que ele gira muito mais em avaliar o *grau*, o *alcance* e os *efeitos* do que propriamente em negar o papel central e preponderante das mídias no mundo em que vivemos. A tentativa do artigo foi a de contribuir para este debate ao apresentar a imagem pública do deputado Jair Bolsonaro baseando-se nas pautas políticas que defendeu ao longo de 30 anos de matérias.

Por meio de técnicas de coleta e análise de dados digitalizados foi possível mapearmos como o deputado se posicionou dentro do debate público mediante um conjunto de pautas políticas que deram a tônica da sua imagem pública. Em diversos momentos sugerimos que uma exegese mais profunda de cada uma daquelas pautas políticas passaria, necessariamente, por um entendimento da estrutura da sociedade brasileira. Foi por este motivo que escolhemos uma frase do próprio deputado Jair Bolsonaro para intitular o presente trabalho.

Por fim, foi possível detectar coerências no discurso que o deputado expressa em repetidas tomadas de posição que, por sua vez, acarretavam manchetes, colunas, entrevistas, cartas de leitores etc. Como dissemos anteriormente, este é um trabalho inicial que precisa ser considerado à luz dos outros jornais e, posteriormente, cotejado com o próprio trabalho parlamentar. Não obstante esse caráter de incompletude, acreditamos ter oferecido ao debate acadêmico e extra-acadêmico um retrato esboçado de um político que, ao que tudo indica, será forte candidato à presidência do Brasil nas próximas eleições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- À La Mussolini. Folha de S. Paulo, 29 Jul 2013.
- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, p. 299–342, 1995.
- BENNETT, W. Lance. *News: The Politics of Illusion, Tenth Edition*. [S.l.]: University of Chicago Press, 2016.
- Bolsonaro ataca negros e gays na TV. O Estado de S. Paulo, 30 Mar 2011.
- Bolsonaro defende ditadura e pode ser cassado. Folha de S. Paulo, 25 Jun 1993.
- Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas. Folha de S. Paulo, 11 Maio 2011.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados. Discurso do deputado jair Bolsonaro. 25 Jun 1993, Brasília. Anais... Brasília: [s.n.], 25 Jun 1993. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagen/d/pdf/DCD25JUN1993.pdf#page=37>>. Acesso em: 10 fev 2018.
- Câmara abrirá processo contra Bolsonaro. O Estado de S. Paulo, 25 Jun 1993.
- Candidato, Bolsonaro tenta criar a ‘extrema direita light’. Folha de S. Paulo, 9 Jun 2016.
- Cartaz contra desaparecidos irrita deputados. O Estado de S. Paulo, 28 Maio 2009.
- CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada: Guia Prático para Análise Qualitativa*. [S.l.]: Bookman Editora, 2009.
- CHILTON, Paul Anthony. *Analysing Political Discourse: Theory and Practice*. [S.l.]: Psychology Press, 2004.
- Comissão defende picaretas, diz deputado. Folha de S. Paulo, 13 Mar 1998.
- Congresso, gays e negros reagem contra declarações de deputado. Folha de S. Paulo, 30 Mar 2011.
- Coração e insulto. Folha de S. Paulo, 14 dez. 2014.
- CRESWELL, John W. *A Concise Introduction to Mixed Methods Research*. [S.l.]: SAGE Publications, 2014.
- De próprio punho. Revista Veja, 28 Out 1987.
- Dejetos da Democracia. O Estado de S. Paulo, 8 Jan 2000.

Deputado defende pena de morte para os 9 estrangeiros. O Estado de S. Paulo, 18 Abr 1998.
Deputado elogia golpe e tumultua sessão na Câmara sobre ditadura. Folha de S. Paulo, 2 Abr 2014.

Ditadura há 500 anos. O Estado de S. Paulo, 8 Jul 1993.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Exército garante: os capitães não falaram. O Estado de S. Paulo, 27 Out 1987.

Fale com a gente (Folhateen). Folha de S. Paulo, 23 Maio 2011.

FERES JÚNIOR, João. Em defesa das valências: uma réplica. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 277–298, Abr 2016.

FLEISS, Joseph L. Measuring nominal scale agreement among many raters. *Psychological Bulletin*, v. Vol 76(5), p. 378–382, 1 Nov 1971.

FRIESE, Susanne. *ATLAS.ti 7 User Manual*. [S.l.]: ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH. Disponível em: <http://atlasti.com/wp-content/uploads/2014/05/atlasti_v7_manual_en_201409.pdf>, 2014

GLASER, Barney Galland; STRAUSS, Anselm Leonard. *Awareness Of Dying*. [S.l.]: Transaction Publishers, 1966.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. [S.l.]: Centauro, 2004.

HATCH, J. Amos. *Doing Qualitative Research in Education Settings*. [S.l.]: SUNY Press, 2010.

Homossexualidade (Painel do Leitor). Folha de S. Paulo, 12 Maio 2011.

JUST, Marion; CRIGLER, Ann. Leadership Image-Building: After Clinton and Watergate. *Political Psychology*, v. 21, n. 1, p. 179–198, 1 Mar 2000.

KERNELL, Samuel. *Going Public: New Strategies of Presidential Leadership*. [S.l.]: CQ Press, 2006.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. [S.l.]: Sage, 2004.

KUCKARTZ, Udo. *Qualitative Text Analysis: A Guide to Methods, Practice and Using Software*. [S.l.]: SAGE, 2014.

LE SPHINX DÉVELOPPEMENT. *Sphinx Plus 2: Logiciel de traitement d'enquêtes et d'analyse de données*. Paris: [s.n.], 1986.

Líder do governo pede a cassação de Bolsonaro. Folha de S. Paulo, 6 Jan 2000.

MAKLOUF, Luís. *O coronel rompe o silêncio: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; MONTALVERNE, Camila. Jornalismo Político e Imagem Pública Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo /

- Political Journalism and Public Image: Dilma Rousseff and the O Estado de S. Paulo's Editorials. *Revista Contracampo*, v. 0, n. 28, p. 93–115, 29 Dez 2013.
- MARRES, Noortje; WELTEVREDE, Esther. Scraping the Social?. *Journal of Cultural Economy*, v. 6, n. 3, p. 313–335, 1 Ago 2013.
- MAZZOLENI, Gianpietro; SCHULZ, Winfried. "Mediatization" of Politics: A Challenge for Democracy?. *Political Communication*, v. 16, n. 3, p. 247–261, 1 Jul 1999.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Coleção Os Pensadores: textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MESSENBERG, Débora. The right that came out of the closet: the cosmovision of the opinion makers of the brazilian right-wing protesters. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621–648, Dez 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe. Quanto vale uma valência?, *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, p. 165–178, Ago 2015.
- _____. The media and political practice. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 55–56, p. 155–184, 2002.
- Militar exalta tortura e ataca Genoino no plenário da Câmara. Folha de S. Paulo, 25 Jun 2005.
- Militares podem ter aumento de 160%. O Estado de S. Paulo, 3 Mar 1989.
- Não é a imprensa ou o Supremo que vai falar o que é limite pra mim. Folha de S. Paulo, 13 Mar 2017.
- PERLATTO, Fernando; CHALOUB, Jorge. *Intelectuais da "nova direita" brasileira: ideias, retórica e prática política*. Caxambu: [s.n.], 30 Out 2015
- PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos Cebrap*, v. 19, p. 26–45, 1 Dez 1987.
- _____. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- Protesto. Parlamentares e manifestantes ficaram de costas para o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que defendeu o regime militar na tribuna. O Estado de S. Paulo, 2 Abr 2014.
- 'Próximo passo será legalização da pedofilia'. O Estado de S. Paulo, 7 Maio 2011.
- Quatro partidos pedem a cassação de Bolsonaro. Folha de S. Paulo, 11 Dez 2014.
- R TEAM CORE. *R: A language and environment for statistical computing*. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2014. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>.
- ROSE, Gillian. *Visual Methodologies: An Introduction to the Interpretation of Visual Materials*. [S.l.]: SAGE Publications, 2001.
- Salvei o Negão Celso, boiola, da morte', lembra Bolsonaro. Folha de S. Paulo, 16 Maio 2011.
- SCHUDSON, Michael. The News Media as Political Institutions. *Annual Review of Political Science*, v. 5, n. 1, p. 249–269, 2002.

Sessão na Câmara exalta repressão no Araguaia. O Estado de S. Paulo, 25 Jun 2005.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2002.

Sou contra. Folha de S. Paulo, 19 Abr 2008.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. São Paulo: Artmed, 2008.

TASHAKKORI, Abbas; TEDDLIE, Charles. *Mixed Methodology: Combining Qualitative and Quantitative Approaches*. [S.l.]: SAGE, 1998.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

Tinoco guincha o carro de Bolsonaro. Folha de S. Paulo, 16 Ago 1992.

Um Fantasma Ronda o Planalto. O Estado de S. Paulo, 2 Abr 2017.

Você no estadão.com.br. O Estado de S. Paulo, 13 Dez 2014.

WEBER, Max. *Ciência E Política: Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1917.

■ PALESTRA

Intelectuais, mídias e universidade pública em contexto de peleja¹

Intellectuals, media and public university in a battle context

Sergio Miceli^a

Resumo A palestra de Sergio Miceli trata da relevância que a imprensa escrita, televisiva e demais agentes e meios comerciais tomaram ao longo do tempo no Brasil. Segundo o seu diagnóstico, eles passaram a disputar a hegemonia intelectual com o setor tradicionalmente produtor de conhecimento: a universidade. Isso posto, cabe fazer uma reflexão sobre o papel do intelectual na universidade e a busca por soluções nessa guerra simbólica.

Palavras-chave Universidade Pública; Imprensa; Intelectuais.

Abstract Sergio Miceli's lecture approaches the relevance that written press and television, as well as other agents and commercial means, took over time in Brazil. According to his diagnosis, they began to dispute the intellectual hegemony with the traditionally knowledge producing sector: the university. That said, it should be time to reflect upon the role of the intellectual in the university and the search for solutions in this symbolic war.

Keywords Public University; Press; Intellectuals.

Hesitei muito em aceitar o convite porque não me agrada discorrer sobre temas que não estudo e ainda mais nesta mesa de balanço político. No entanto, em tempos de crise generalizada, tenho de me manifestar. Parte do que gostaria de suscitar no debate tem a ver com a área da educação. Mas antes tenciono tratar do enfrentamento da indústria cultural com a universidade, e vice-versa: a mídia em postura agressiva por razões defensivas, enquanto a universidade está imersa numa conjuntura de escassez de recursos, acuada por um desígnio político.

No Brasil, a expansão do ensino superior, o incremento dos diplomados, a democratização acelerada do acesso à educação sucedeu por iniciativa do poder público, em contexto de competição com a indústria cultural cumprindo funções

¹ Palestra proferida no encerramento do I Seminário de Sociologia da Cultura, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo entre os dias 7 e 9 de dezembro de 2016. Na mesma mesa constavam os professores Maria Arminda do Nascimento Arruda (USP) e Marcelo Siqueira Ridenti (Unicamp).

^a Professor Titular do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

para-pedagógicas. Nos países europeus, e mesmo na vizinha Argentina, por conta da escolaridade obrigatória e universal, a televisão jamais desfrutou da centralidade lograda aqui.

Houve esperança, em determinado momento, de que o declínio da audiência televisiva, somado à ampliação do lazer privado – tópicos abordados por Raymond Williams no livro *Televisão: Tecnologia e Forma Cultural* (WILLIAMS, 2016) – pudesse alterar a situação. A expansão da Netflix, do streaming, da TV a cabo, redundaria no recuo do investimento publicitário e da legitimidade de convocatória da mídia sobre a população pouco escolarizada. Houve um declínio de audiência da novela, do noticiário, mas não um recesso proporcional da televisão como a mídia mais pujante no tocante à concentração do investimento publicitário.

Em compensação, ou melhor, em contrapartida, a imprensa está a braços com ameaças à sobrevivência, despedindo centenas de jornalistas, e buscando equilibrar o negócio entre suporte impresso e internet, na tentativa de emular o projeto em curso ora implementado, por exemplo, pelo *The New York Times*, *The Guardian*, *Le Monde*, entre outros. Entretanto, ao contrário da parceria desses veículos cosmopolitas mencionados com sua respectiva inteligência nacional, os principais diários no país – *Folha de São Paulo*, *Globo* e *O Estado de S. Paulo* – se voltaram contra a universidade pública tendo em mira aqueles setores do campo intelectual dotados de autonomia material e de voz autoral. A universidade pública se tornou, na última década, um alvo prioritário de crítica, de demonização, de detração. Como se fosse possível dispensar a instituição que vem suprindo a mão de obra indispensável à existência e à continuidade da indústria cultural.

Roberto Schwarz, quando do golpe de 1964, escreveu um artigo inspirado em número especial sobre o Brasil na revista *Les Temps Modernes*, mostrando naquele momento que a esquerda continuava detendo a hegemonia no campo cultural (SCHWARZ, 1992). Hoje, o que enxergamos em termos de enfrentamento? As reportagens e matérias na mídia impressa execram o ensino público e enaltecem as empreitadas do ensino particular, sem falar na veiculação maciça de publicidade paga por esses grupos de investidores e corporações, algumas multinacionais. Suplementos especiais sobre o ensino privado, cobertura favorável nos editoriais, em paralelo à insistente desqualificação da universidade pública, como se onerasse o contribuinte ao “subsidiar” uma classe de docentes tidos como “privilegiados”. Campanhas sistemáticas de desqualificação e de desmonte da inteligência. A *Folha de São Paulo* publicou há muitos anos uma lista dos que eles chamavam de

“improdutivos”.¹ E mais recentemente, divulgou o salário dos professores, como se tal informação, por si só, fosse sintoma dos desmandos de privilégio na distribuição de renda dos produtores da atividade intelectual.²

A razão da postura anti-intelectualista da imprensa antiacadêmica, anti-universidade pública, tem muito a ver com o chamado insistente a favor do desmonte do Estado, em especial naquelas atividades voltadas para democratizar o acesso, educação e saúde. Outro indicador sugestivo: a editora Três Estrelas, pertencente ao Grupo Folha, privilegia a difusão de textos inovadores, na fachada, mas de fato de alguns livros obscurantistas, como, por exemplo, a parolagem de um sujeito que discute as teorias raciais sustentando um novo racialismo, como se fosse grande novidade. Ou então, uma defesa da sociobiologia, um tipo de raciocínio e de argumentação, reiterados por certos colunistas, especialistas da doxa rasteira, os quais se pronunciam sobre quaisquer assuntos, girando em torno de uma suposta natureza humana, do ser; eles sabem o que é o homem, a mulher, o desejo, como a mulher gosta do homem, o homem da mulher, e assim por diante. São aulas insossas de um *ersatz* de fenomenologia, de patologia, de morfologias despídas de contingências históricas. Eis o aspecto mais anedótico.

Quero chamar a atenção para o que está em jogo se nós entendermos a atividade intelectual não como atividade reservada a intelectuais credenciados, mas como práticas concorrentes no interior de um mercado de bens simbólicos, um sistema integrado de produção cultural. O que está em disputa em meio a tais confrontamentos? O alvo perseguido pela imprensa e pela televisão transparece em entrevistas e debates cuja agenda segue à risca as pautas políticas da mídia. A televisão também se lançou com energia nesse prélio, não para garantir audiência, e tampouco por cálculo de investimento econômico, visando sobretudo a conquista de alguma autoridade cultural: explicita a política de defesa arrogando-se o *status* de poder se constituir em instância legítima de consagração cultural – o nó do imbróglio.

Vale a pena lembrar a notável entrevista com Renato Janine Ribeiro no programa Roda Viva,³ ao tempo de sua gestão como Ministro da Educação. Saiu-se com brilho diante de uma bancada de “experts” em educação, adiante convocados pelo governo Temer para implementar políticas privatistas na área. Lembrei do entrevero porque sinalizou um dado relevante: as alusões às divergências em torno

1 O valor dos improdutivos. Folha de S. Paulo, p. A2, 24 fev. 1988.

2 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/11/117724-ranking-de-salarios-da-usp.shtml>, acessado em 29 jun. 2018.

3 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2b4NjuCvK4s>, acessado em 29 jun. 2018.

do encaminhamento da Lei de Diretrizes e Bases, o qual se estendeu por anos de discussão, evidenciaram o fato de que os interlocutores naquele momento incluíam os representantes dos sindicatos de docentes, de funcionários, os porta-vozes da associação de reitores, das corporações patronais do ensino médio, de congregações católicas, ou seja, um confronto efetivo dos grupos de interesse atuantes na área. E hoje, o que vemos na discussão? Um coletivo de ONGs e de entidades de assessoria política, a que se juntam os emissários desses *lobbies* no Congresso. Uma rede articulada de grupos privados e de investidores.

Em seminário recente de que participei, no Rio de Janeiro, a respeito da recepção da obra de Pierre Bourdieu no Brasil,⁴ tive a oportunidade de ouvir a competente exposição de Ana Maria de Almeida sobre o assunto, em que ressaltava o número expressivo de sociólogos e de cientistas sociais contratados por esses organismos e *think tanks*, aferrados a projetos privatistas de intervenção no ensino, exercendo uma advocacia justificadora dos interesses de tais entidades na discussão do Plano Nacional de Educação.

O problema crucial consiste na luta política em curso no universo cultural. Vivemos isso cada dia. Pode-se perceber o que se passa pelo viés anedótico dos colunistas de direita, feição menor da conjuntura. Cumpre reagir e contestar tal reclamo de autoridade cultural monopolista: rechaçar o projeto de a mídia se converter em instância decisiva de juízo. A mera existência da universidade pública suscita incômodo. Não é por acaso que pululam subentendidos e chacotas sobre intelectuais, alguns deles vazados em termos caricatos, nomeando assim, pelo avesso, o chão pretensamente realista do que se alardeia como nefasto. As invectivas contra a sociologia, por exemplo, constam até de escritos de críticos de cinema, os quais desqualificam um filme como “demasiado sociológico”. Trata-se de um trabalho persistente e azeitado de sapa cultural, permeando diversas frentes de detração que apelam a estereótipos da atividade intelectual.

Mas não queria acabar em tom de crítica negativa. A iniciativa desse seminário revela a feição coletiva do trabalho intelectual. Uma experiência marcante de minha iniciação como sociólogo, durante o período como doutorando em Paris, me fez ver o trabalho intelectual como atividade que se fazia em equipe, fruto de um coletivo. Havia uma divisão do trabalho bastante diferente da ideia que eu trazia daqui. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP costuma valorar o feitio artesanal do trabalho intelectual, em detrimento de outros aspectos.

4 Colóquio Pierre Bourdieu no Rio de Janeiro – 15 anos da morte do escritor, realizado entre os dias 05 e 09 de dezembro de 2016. Ver <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/coloquiobourdieu/>, acessado em 29 jun. 2018.

Este seminário resultou de uma empreitada em parceria, cuja montagem decerto suscitou desavenças e dissensões. As lutas constituem o fulcro da vida intelectual. A experiência parisiense teve continuidade após meu retorno. Quis realizar o projeto de pesquisa sobre a história das ciências sociais no Brasil por meio de uma equipe diversificada e multidisciplinar, cabendo a cada pesquisador um objeto, na tentativa de reeditar, à brasileira, a iniciação francesa.

Ora faço um fecho polêmico porque o assunto me incomoda. Na universidade, tem havido inúmeras greves, ocupações, cadeiraços. Apesar da necessidade dessas manifestações, por vezes tais atitudes se tornam abusivas e revertem contra nós, contra nossos interesses; constituem um tiro no pé da atividade intelectual e da vida institucional na universidade. Não estamos assim contribuindo para a legitimação de nossa atividade, ou nutrindo o reforço da autoridade intelectual, política e institucional. Reconheço que quase sempre tivemos aumento salarial aqui em função de uma greve liderada pela Adusp (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo); respeito de verdade a Adusp e a política consistente de defesa de nossos interesses. Todavia, tem sido desastroso o descalabro entre esse trabalho político de êxito e o que vem acontecendo nos últimos anos. Teremos de fixar um limite. A saída consiste em dirigir nossos esforços e investimentos para a atividade intelectual, e temos de levar a sério tal empenho. Eis a única garantia de continuidade ao trabalho já acumulado pelos que nos precederam, trabalho que está na raiz de uma tradição intelectual de impacto, um tesouro de interpretações, de análises, de diagnósticos da sociedade brasileira. O patrimônio desta universidade é fenomenal – não apenas acervos documentais preciosos, coleções de livros e de obras de arte –, mas sobretudo a formação de gerações sucessivas da inteligência brasileira em todos os campos do saber. Podemos e devemos fazer reivindicações, campanhas, greves, motivadas e oportunas, mas estamos levando tais pleitos à beira do suicídio institucional.

Também não estou convencido do acerto de tais condutas em nome de agendas identitárias; tais demandas são válidas e devem ser discutidas, mas não podem se converter em norma exclusiva e predominante de avaliação e de juízo dos rumos de uma instituição universitária, ora exposta a tantos fogos. Tivemos um treinamento que nos ensinou a tolerância, a apreciar e encorajar a diversidade. Qual é a inclinação da maioria dos professores? A de que isso tudo é aceitável? Estamos militando contra a instituição e dando pólvora às pretensões heterônomas das instâncias e grupos de interesse empenhados em desacreditar a autoridade simbólica da universidade.

Estou chamando a atenção para a parcela de nossa responsabilidade na história do que está acontecendo intramuros; os impasses não derivam de forças externas. Temos contribuído e muito para o desmonte institucional em andamento, e não estou me colocando fora ou acima do que se passa. Meus cumprimentos a vocês que organizaram o evento como homenagem ao trabalho intelectual. Como cientistas sociais, não estamos obrigados à profecia política; fomos treinados a empreender um trabalho intelectual consistente sobre temas e objetos de nossa competência. Eis a única força que possuímos, e o seminário é a expressão desse legado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- O valor dos improdutivos. Folha de S. Paulo, 24 fev. 1988.
- Ranking de salários da USP. Folha de S. Paulo, 16 nov. 2014
- SCHWARZ, Roberto. “Cultura e Política: 1964-1969”. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 61-92.
- WILLIAMS, Raymond. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Da crise do liberalismo à hegemonia neoliberal A constituição de uma razão-mundo competitiva e empresarial

*From the crisis of liberalism to the neoliberal hegemony
The constitution of a competitive and entrepreneurial world-rationality*

Samuel Silva Borges^a

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016 [2009].

Publicado originalmente na França em 2009 pelo sociólogo Christian Laval e o filósofo Pierre Dardot, “*A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*” ganhou edição brasileira em 2016 pela Editora Boitempo, em um contexto de guinada política no país, com a destituição da Presidenta Dilma Rousseff, a eclosão de movimentos da “Nova Direita” clamando pela conjunção do conservadorismo moral, desregulação econômica e hipertrofia penal, além da urgência que setores da elite política e empresarial impuseram para a adoção de medidas severas de austeridade político-econômica. O neoliberalismo estava, por assim dizer, na ordem do dia.

Contudo, ainda que a obra de Dardot e Laval discuta os aspectos político-econômicos do neoliberalismo, ela se destaca, principalmente, por destrinchar como ele se constitui numa rationalidade. Isto é, não como uma teoria econômica ou uma ideologia imposta aos indivíduos, mas como a própria razão que institui os sujeitos. A subjetivação neoliberal estrutura a conduta e a organização da sociedade em nível global e local, pois supera a esfera econômica, englobando todas as dimensões do ser humano, condicionando o ser, o estar e o fazer no mundo. Traduz-se, então, numa razão-mundo. Tal rationalidade deriva de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos marcados pelo princípio universal e generalizado da concorrência, sendo essa sua norma de conduta. Assim, revela-se um sujeito-empresa que compete com outros como ele por sucesso, investindo em seu “capital humano”, assumindo riscos e responsabilidade individual por sua sorte (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9-17).

^a Cientista Político e Mestrando em Sociologia pela Universidade de Brasília.

Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos do que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da modernidade. Essa norma impõe a cada um de nós que vivemos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Dividida em nove capítulos, a obra também se separa em duas seções. A primeira é a “Refundação Intelectual” e a segunda é “A Nova Racionalidade”. Segundo os autores, para compreender o neoliberalismo é necessário entender a natureza do seu projeto social, o que ele representa desde 1930, a partir do balanço da crise do liberalismo clássico. Dardot e Laval assumem que, desde o seu princípio, a unidade do liberalismo é problemática e tensa. Se, de um lado, o pensamento liberal dominante no século XIX se traduz pelos dogmas do direito natural, liberdade de comércio, propriedade privada e as virtudes do equilíbrio de mercado, de outro, critica-se o individualismo extremado de suas proposições e seus efeitos sociais nocivos. Assim, entra em crise e bifurcam-se diferentes tipos de liberalismo – um associado a um ideal de bem comum, assumindo possíveis reformas sociais, e outro, que assume a liberdade individual como um fim absoluto, não podendo ser condicionado a problemas como a desigualdade ou extrema pobreza (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37).

As críticas ao liberalismo têm como elemento comum apontar o contraste entre a teoria e a prática dos mercados desregulados. Sua “mão invisível” era contrastada com a mão visível de empresários e de outros detentores do poder econômico. Esses distorciam o ideal de “livre concorrência”, que supostamente deveria beneficiar a todos, a favor de seus interesses privados – formando monopólios, cartéis e fazendo dos contratos do mercado de trabalho entre livres partes uma imposição da exploração (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 40-41).

No primeiro capítulo, os autores apresentam o confronto sobretudo do liberalismo de inspiração utilitarista, exemplificado por John Stuart Mill, ao de inspiração concorrencialista, exemplificado por Herbert Spencer. Enquanto para o primeiro a finalidade das políticas tem que se adequar ao ideal da felicidade do maior número de indivíduos, o que o faz relativizar até o direito à propriedade e justificar a intervenção estatal, o segundo representa uma contraofensiva dos individualistas ao que percebiam como traição e “socialismo” dos reformistas sociais que condicionariam os direitos individuais ao ideal do bem-estar da população (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 45-46).

Inspirado numa apropriação problemática da teoria evolucionista de Charles Darwin, Spencer criticava qualquer política de socorro aos mais necessitados, já que essa se chocaria com a primazia da luta social pela vida, que seleciona os mais aptos e elimina os mais fracos: “O mandamento: ‘Se uma pessoa não deseja trabalhar, não deve comer’ é simplesmente o enunciado cristão dessa lei da natureza sob império da qual a vida atingiu seu grau atual, a lei segunda a qual uma criatura que não é suficientemente enérgica para se bastar deve perecer” (SPENCER apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 48). Tal perspectiva, sistematizada pelo sociólogo William Graham Sumner e que ficou conhecida como darwinismo social, seria a única forma de fazer justiça social: recompensando o mérito dos mais habilidosos na luta e punindo os mais fracos. Combater as desigualdades seria a coisa menos natural possível, “invertendo os valores”, que a sociedade deveria cultivar, “tirando dos melhores para dar aos piores”, favorecendo seus “piores membros” e destruindo a liberdade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 50-55).

A reação violenta do spencerismo é importante pela tentativa de renovar o dogma do *“laissez-faire”*, estando prenhe de posições retomadas no neoliberalismo em seus ataques à seguridade social. Não obstante, prevaleceram nas políticas ocidentais do final do século XIX posições liberais menos extremadas, preocupadas com a melhoria das condições dos pobres e sem a fobia do Estado. A Primeira Guerra Mundial e as crises que a sucederam levaram, porém, a uma revisão do liberalismo clássico, inspirando um liberalismo intervencionista, não contra o capitalismo, mas pela sua preservação. Tal “novo liberalismo” tem como expoente John Maynard Keynes, combinando críticas do liberalismo clássico e também do socialismo, pensando na melhor forma de intervenção governamental para atingir os fins da civilização liberal e rechaçando a possibilidade de revoltas operárias a partir do acirramento da luta de classes. Promove-se, assim, um Estado administrativo e regulador da economia e da sociedade que visa, como

ficou conhecido sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, o “bem-estar social” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 56-60, 64).

O intervencionismo e o reformismo social de inspiração keynesiana torna-se um dos alvos centrais da crítica neoliberal a qual, ainda que não retome a ideia de passividade governamental, opõe-se à qualquer ação que entrave o jogo da concorrência privada. A virada neoliberal está justamente não na ideia da “retirada do Estado”, mas na teorização de uma intervenção estatal liberal favorável à concorrência de entes privados (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69-73).

Enquanto muitos citam a Sociedade *Mont Pèlerin* em 1947 como marco do nascimento do neoliberalismo, tema do segundo capítulo, Dardot e Laval assumem que o momento fundador situa-se antes, no Colóquio Walter Lippmann em 1938. Ambos eventos, contudo, valorizam o trabalho de refundação intelectual do liberalismo para assegurar sua vitória. Desde a primeira conferência, que tinha como meta discutir o estado do liberalismo no entreguerras, destaca-se o cisma das diferentes interpretações sobre o caos da crise econômica. Para uns, os fatores principais da crise estavam na traição dos fundamentos do liberalismo clássico (Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises, Jacques Rueff) e, para outros, estavam justamente nos fundamentos equivocados desse liberalismo (Louis Rougier, Walter Lippmann) (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 71-72, 77).

De acordo com os primeiros, tem-se o postulado de que a intervenção estatal é inherentemente problemática, emperrando mecanismos de equilíbrio automático do mercado e sendo direcionada à coletivização total da economia e ao totalitarismo. Dessa forma, não há como se falar em falência do liberalismo, visto que é a intervenção do Estado que gera a crise. Já para os alemães Wilhelm Ropke e Alexander Rustow, assim como Rougier e Lippmann, a crise é endógena ao liberalismo clássico e, assim, criticam alguns de seus postulados, como aquela da concorrência como um estado natural a ser preservado da intervenção do Estado, constituindo assim uma teoria negativa. Contra o naturalismo, eles postulam que o neoliberalismo (termo cunhado por Rustow) deveria se traduzir na intervenção consciente de uma ordem legal que fomentasse a iniciativa privada submetida à concorrência, sendo então uma teoria positiva (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 77-80).

O terceiro capítulo aborda as duas tendências centrais do ordoliberalismo, baseado na Escola de Freiburg, uma defendida por juristas e economistas, como Walter Eucken e Franz Bohm, e outra de inspiração sociológica, contando com Ropke e Rustow entre os seus expoentes. Os primeiros focam no quadro jurídico-político, nas “regras do jogo” da economia e do mercado, enquanto os segundos privilegiam o quadro social em que ocorre a atividade econômica. Em seu sentido

normativo, “ordo” representa uma organização economicamente eficaz e respeitosa da moral humana, só podendo ser, segundo seus defensores, uma economia de mercado. Isso porque, só ela poderia superar a escassez de bens e permitir que os indivíduos conduzam livremente as suas próprias vidas. Tal seria possível respeitando o princípio da concorrência, que ganha assim primazia sobre a troca, princípio mor do liberalismo clássico. Se troca implica equivalência, a concorrência implica desigualdade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 105-106, 110-111).

Os capítulos quatro e cinco abordam a vertente “austro-americana” do neoliberalismo, com os seus expoentes Von Mises, Hayek e Milton Friedman. Em suas formulações teóricas, Dardot e Laval destacam os aspectos subjetivistas e antide-mocráticos dessa abordagem. Primeiro, ressaltam a prevalência do entendimento do indivíduo como plenamente livre e responsável por suas escolhas, salientando o potencial empreendedor e a agência criadora, que podem ser tolhidos pelas intervenções governamentais. O mercado, ao contrário, é o espaço de autoformação do sujeito econômico especulador, que se educa pelos erros e acertos, tentando melhorar a sua sorte. A figura mítica do empreendedor também se deve às formulações de Joseph Schumpeter, para o qual esse seria um inovador, um desafiador do ordinário, um “homem da destruição criadora” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 140, 153).

Destacadamente, a vertente “austro-americana” esforça-se para negar uma descontinuidade entre liberalismo e neoliberalismo, embora não retomem o sentido original do “laissez-faire” e ainda que seguidores de Mises como Murray Rothbard e David Friedman radicalizem no “anarcocapitalismo”, opondo-se frontalmente à legitimidade estatal. Para Hayek, não se trata do volume de intervenção do Estado existente, mas de sua natureza, sendo explícito na sua preferência a uma ditadura de livre concorrência frente a uma democracia com planificação econômica (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 133-135, 157-158).

Iniciando a segunda seção, o capítulo seis aborda a “grande virada” social à razão neoliberal, décadas após o surgimento da sua teorização. Destacam-se a presença da luta ideológica, da propaganda e da educação para tornarem populares teses pró-desigualdade e *think tanks* de “evangelistas do mercado”. Contudo, Dardot e Laval são enfáticos na crítica de um paralogismo que identifica os beneficiários das políticas neoliberais como seus estratégistas, reduzindo o processo que tornou o neoliberalismo uma razão hegemônica a um complô da elite econômica e seus ideólogos, confundindo, assim, o efeito pela causa. Ao contrário, advogam por uma interpretação de uma “estratégia sem estratégista”, afirmando a predominância de uma lógica das práticas que precede à atuação deliberada e consciente de atores sociais, a qual também não deve ser confundida com uma explicação

economicista, cujas transformações da base econômica suscita automaticamente transformações ideológicas. A explicação dada pelos autores é influenciada pelos conceitos de Michel Foucault, visibilizando como dispositivos de disciplina entre outras técnicas de poder, levaram ao autogoverno dos sujeitos segundo critérios da competição e valorização do capital (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 192-193, 205-207, 231).

Além disso, o capítulo enfatiza ainda a dimensão do neoliberalismo como aplicação de “austeridade” político-econômica elitista, sobretudo nos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Impressiona os paralelos que se podem traçar com o Brasil contemporâneo do ajuste fiscal proposto no governo de Dilma Rousseff e as reformas trabalhista, previdenciária e do Novo Regime Fiscal propostas pelo governo de Michel Temer, onde “terapias de choque” são impostas numa ofensiva sem apoio popular e como solução tecnocrática e incontestável à crise vivenciada. O mantra de Thatcher que “não há alternativa” mostra-se absoluto: é preciso abaixar o custo do trabalho, disciplinar a mão-de-obra, privatizar empresas e o sistema de previdência pública, comprimir os gastos públicos e mecanismos de solidariedade e assistência social. Tudo isso sem nunca questionar os privilégios tributários das elites nem as prioridades do uso do orçamento público, pois o problema é a falta de espírito empreendedor dos pobres ociosos sem responsabilidade individual, que será solucionado pela austeridade que forçará a adaptação dos indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 198-199, 212-213, 237).

O capítulo sete aborda a conjunção europeia do ordoliberalismo com o keynesianismo e a herança de um Estado de bem-estar social, aliada a uma já formada organização da classe operária. Os autores se opõe ao que seria uma “cantilena do neoliberalismo de esquerda” de uma Europa continental livre do “ultra-liberalismo” anglo-saxão. Ao contrário, para ambos, a história é menos binária e maniqueísta, havendo uma capitulação da esquerda à gestão neoliberal, marcada pelas formulações de Tony Blair e Anthony Giddens e nas distorções concorrentiais expressas no *dumping* social e fiscal dos governos europeus para atrair capital (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 237, 245, 258-259).

Já o capítulo oito aborda como a lógica neoliberal tomou conta da gestão pública, influenciada sobretudo pela teoria da Escolha Pública, que combate uma visão romantizada do servidor público altruísta, substituindo-a por uma visão mais cínica, pensando os servidores como tão egoístas e autointeressados como os demais indivíduos. Como isso levaria, na gestão pública, à má utilização dos recursos, as repartições públicas, então, deveriam seguir normas da gestão privada, de padrões de desempenho, eficácia e eficiência, com sistema de incentivos, indicadores de resultado e mecanismos de vigilância, punição e bônus individual.

A racionalização empresarial deve tornar o burocrata mais um empreendedor, sujeito à lógica da competição, fazendo o Estado se curvar aos padrões do mercado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 296-298, 300-301, 305, 321).

O último capítulo é o de maior destaque na obra por ser onde se encontram as principais reflexões do neoliberalismo enquanto razão totalizante, subjetivação empresarial e competitiva. Isto é, a constituição geral de empresas-de-si-mesmo, baseada num estilo-de-vida totalizante, que exige plena entrega de corpo e alma do sujeito-empresa para a eficiência competitiva e a autovalorização. Esse sujeito é o que assume plena responsabilidade por suas escolhas, assumindo risco individual do fracasso ou sucesso, procurando autossuperação. Segue-se uma ética da excelência profissional, a qual exalta os *self-made-men*. Na busca de alta performance, o sujeito-empresa procura novas formas de “asceses” do desempenho, em que os gueros são os *Coaches* que, com diversas técnicas, da meditação às programações neurolinguísticas, da psicologia e hipnose às palestras motivacionais, visam fornecer ao indivíduo uma autossuficiência, um maior domínio de si mesmo, de suas emoções, conquistando autoconfiança, uma maior eficiência na conquista de objetivos pessoais e nas relações interpessoais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333-334, 338-339, 348, 350).

Tal lógica não é limitada à esfera econômica, mas coloniza outras esferas da vida, conforme o novo dispositivo do desempenho/gozo. Como esse sujeito-empresa é fabricado para ganhar nas competições, a figura idealizada tende a ser o desportista de alto nível, em vez de banqueiros bilionários. Daí o culto aos esportes e seus mitos, como Michael Phelps, Usain Bolt, Simone Biles, Cristiano Ronaldo. O ideal de alta performance também é muito influente na vida sexual, em que se estimulam metas de parceiros variados e socialmente desejados, múltiplas transas de longa duração e impecável desempenho, combinando habilidade em posições e ritmos culminando em gozos de alta intensidade, respondendo a uma libido que deve permanecer intensa em todas idades e circunstâncias. A questão é vincular desempenho ao prazer, constituindo um sujeito que produz sempre mais e goza sempre mais. O imperativo é viver no limite, se transcender, atingindo um *metagozo* (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 353-356).

Se, de um lado, essa mentalidade alinha os interesses individuais ao da empresa, motivando o trabalhador pela modulação de paixões, desejos, crenças e emoções, de outro, isso não está separado de novos diagnósticos clínicos do sujeito, com patologias mentais e definhamento das instituições e estruturas simbólicas em que o sujeito se inseria. A sociabilidade hiperindividualista não protege o sujeito do sofrimento no local de trabalho, do estresse, da frustração,

dos assédios, da solidão, da depressão, da ansiedade e da ideação suicida. Ao contrário, a defesa do acúmulo de um capital emocional que tornaria o indivíduo resiliente ao sofrimento psíquico intensifica a culpa individual, dificultando a superação desse *cansaço-de-si-mesmo*. Como o estilo de vida ultracompetitivo faz indivíduos competirem como se mercadorias fossem, enaltecendo os vencedores e desprezando os não-adaptados, estes são vistos como incapazes de lidar com os desafios da vida, sendo os “piores membros” da sociedade numa atualização das concepções do darwinismo social (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 359-367).

A principal contribuição da obra é enfatizar como a esquerda não conseguirá se contrapor ao neoliberalismo se limitar sua compreensão às suas teorizações e à série de medidas político-econômicas que levam seu rótulo, sem compreender que se trata, sobretudo, de uma racionalidade interiorizada com diversas implicações práticas. Assim, a importância do livro de Dardot e Laval está na articulação dos elementos dessas três frentes do fenômeno do neoliberalismo em um contexto que a necessidade de entendê-lo é eminente. Como os autores alegam, é mais fácil sair de uma prisão do que de uma subjetividade normalizada, sendo que a única forma de resistência é a elaboração de formas alternativas de subjetivação. Isto demanda um esforço de imaginação política, que os autores também abraçam, tentando pensar a lógica do *comum* como a adversária da neoliberal, em um contexto em que a crise do neoliberalismo vem indicando não sua superação, mas sua radicalização (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 396).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016 [2009].

Frentes epistemológicas, frentes políticas: resenha de *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*

Epistemological fronts, political fronts: review of Direita, volver!
O retorno da direita e o ciclo político brasileiro

César Niemietz^a

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, 304 p.

No Brasil, a agenda de pesquisa em Ciências Sociais tem se modificado de maneira intensa, de modo que a forma de lidar com as atuais contingências no terreno das ideias e das práticas passou a exigir esforços cada vez mais coletivos. Nesse cenário vertiginoso de ascensões e declínios de forças sociais conservadoras e progressistas, o adiantado da hora serve como provocação aos cientistas sociais, estimulando entre eles a necessidade de desenvoltura para analisar os fenômenos *in flux*, antes considerados domínio de jornalistas e *fast thinkers* midiáticos de plantão. É este o desafio geral dos estudos reunidos em *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, organizado por Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Codas: tensionar a análise sociológica de conjuntura.

Ao longo das trezentas páginas e catorze artigos que preenchem a obra, dezoito autores escrevem, cada qual do seu respectivo posto de observação, sobre os temas que consideram mais urgentes para o entendimento das recentes dinâmicas sociais observadas no Brasil e em alguns de seus vizinhos continentais – o Paraguai, ao sul, e os Estados Unidos, ao norte – focalizando a feroz tomada de assalto da direita nos principais campos de disputa que compõem o atual contexto nacional e internacional, bem como suas interações com os polos pertencentes ao campo do poder.

Se desde a redemocratização a direita brasileira tentou de algum modo se libertar da consciência de si, uma vez que “ser de direita” havia saído de moda com a crise do regime militar e a posterior abertura política, a segunda metade dos anos 2010 parece retomar o resgate do orgulho de valores e ideias conservadoras e reacionárias, evidenciando a emergência de um novo ciclo, no qual o pensamento progressista parece perder espaço a cada renovada leitura do jornal diário. Embora

^a Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade de São Paulo.

esse fenômeno já seja investigado há algum tempo pelos pesquisadores europeus e anglo-saxões, pode-se afirmar que a fortuna crítica sobre o tema aqui no Brasil é ainda incipiente, destacando assim a importância da obra apresentada.

No primeiro artigo da coletânea, “Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual”, Sebastião Velasco e Cruz realiza uma reconstrução histórica dos usos sociais da divisão esquerda/direita, enfatizando as dinâmicas políticas nacionais em seus processos revolucionários e contrarrevolucionários. Para além da tradicional tese essencialista feita por Norberto Bobbio, segundo a qual o elemento último de orientação das posições assumidas pela direita e pela esquerda se encontra na assimilação oposta do ideal da igualdade (atitude positiva à esquerda, e negativa à direita) (BOBBIO, 1994), Velasco e Cruz procura enfatizar as identidades, tradições e origens que circunscrevem as duas posições nas lutas políticas e sociais em seus respectivos contextos nacionais.

O exercício inicial de leitura histórica realizado pelo autor indica a possibilidade de um diagnóstico acerca da atuação das direitas nacionais na recente conjuntura política global, qual seja o de que em meio a irregulares avanços e retrocessos no campo das políticas sociais progressistas, o Brasil está inserido no centro da disputa entre esquerda e direita no continente americano, consubstanciada pelos elementos antigos e modernos de sua formação histórica. O aspecto novo desse processo estaria no radicalismo com que os porta-vozes da direita tem se municiado nas disputas pelo espaço público.

No artigo seguinte, “Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras”, de André Kaysel, as mutações das políticas conservadoras durante a história do Brasil são investigadas. Nele, o autor encontra no período do Império e na Primeira República as raízes da conflituosa e ambígua relação entre liberalismo e conservadorismo, bem como os antigos recursos das atuais características atribuídas à “nova” direita brasileira. Trata-se de uma desmistificação do “novo”, em benefício de uma análise que conecta ao presente outras manifestações conservadoras realizadas no passado. Assim como os tambores evocam memórias ancestrais, as panelas percutidas durante o processo de *impeachment* remontam também às longínquas tradições do povo brasileiro.

Segundo Kaysel, quatro paralelos são suficientemente nítidos para que não sejam desconsiderados pelos analistas de conjuntura: a) o moralismo capitaneado pela UDN nos anos 1950 e 1960 e as multidões que atualmente se manifestam nas ruas; b) as críticas ao intervencionismo estatal da política econômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff e as que foram feitas durante o segundo governo de

Vargas; c) os atuais discursos que apregoam a necessidade de medidas firmes contra a corrupção e as ideias defendidas por pensadores autoritários nos anos 1920 (a exemplo daquelas apresentadas por Oliveira Viana); d) o ambiente pré-golpe de 1964, no qual havia uma ojeriza aos discursos que propunham mudanças favoráveis à diminuição das desigualdades sociais, e o que se pode observar hoje, nos ataques cada vez mais frequentes cometidos contra representantes desses discursos. Tais indicações de Kaysel nos demovem da tendência a representar o atual contexto como mero fruto de condicionantes inéditos. É o caso também do artigo de Schilling e Koerner, que resgata um percurso narrativo usado com certa frequência na vida política brasileira, a saber o da atuação do poder judiciário na política nacional.

Antes de ser algo específico do presente momento, no qual verificamos a crescente expectativa, em meio ao debate público, de restituição da moralidade e da lei na figura de juízes e promotores públicos, o discurso jurídico acusador da política corrompida também mastreou a oposição do segundo mandato de Vargas. Além disso, tal discurso serviu como importante mote no golpe militar de 1964 e esteve presente também na Nova República desde o seu início. Um roteiro conhecido no qual os papéis já estão dados, restando apenas a designação dos atores sociais: denúncia → escândalo → condenação moral e política → condenação purificadora, realizada por “juízes imparciais que vêm restaurar a ordem” (SCHILLING; KOERNER, 2015, p. 76). Circuito lógico que define os limites políticos da atuação de certas oligarquias existentes na ordem democrática, respaldadas pelo discurso passível de interpretações que caracteriza o Estado de direito.

Política e justiça, dessa forma, dissociam-se na *doxa* que se impõe. Esta, por sua vez, caracteriza-se, de acordo Pierre Bourdieu, como uma produção discursiva fundamentada na “incompetência científica politicamente competente” (BOURDIEU, 1985, p. 154), enunciada por supostos especialistas fadados “a dar aparências de ciência a um terreno em que as aparências sempre são a favor da aparência” (BOURDIEU, 1985, p. 154). Tais especialistas do senso comum são amparados pelo sedutor discurso da imparcialidade presente nos representantes das instituições judiciais, que se promovem como restituidores naturais do vigor de regimes democráticos afetados pelas supostas vicissitudes de uma cultura democrática corrompida. No contexto brasileiro recente, o direito tende a se definir como uma racionalidade prática favorável a setores sociais específicos, de modo a contribuir para a “distorção dos processos de formação de opinião pública e, com isso, da própria democracia” (SCHILLING; KOERNER, 2015, p. 88).

Ainda no que se refere às *doxas*, Venício de Lima apresenta no quarto capítulo uma análise fundamental sobre os mecanismos de sua reprodução nos meios de comunicação. De saída, devemos lembrar que o perfil dominante dos jornalistas e articulistas que compõem as redações das grandes empresas jornalísticas brasileiras é de direita, e o autor parte dessa premissa, já amparada por análises anteriores, para explorar a firme militância conservadora das empresas de comunicação no Brasil. Ressalta-se que aqui ainda vigora a ausência de legislação sobre a chamada propriedade cruzada, na qual um mesmo empresário pode possuir diferentes meios de um mesmo mercado – rádios, televisões aberta e paga, portais de internet, jornais impressos – fazendo com que a atuação das empresas de comunicações ofereça pouca pluralidade editorial.

Essas características vigoram em nossa vida pública desde os anos 1930, quando das primeiras concessões de serviços de rádio e, posteriormente, nos anos 1950, dos serviços de televisão. Sobre essa prática consolidada, Lima oferece um breve balanço que investiga a participação desses grandes conglomerados midiáticos na legitimação de intervenções reacionárias e propostas conservadoras desde o golpe de 1964. Viu-se, naquele momento, a complexa contradição que permanece até hoje no discurso da imprensa: assume-se o discurso da política democrática ao mesmo tempo em que são realizados apoios às práticas políticas que defendem seu oposto.

Tanto ontem como hoje, o que se verifica no estudo da participação das grandes empresas brasileiras de comunicação é a existência de um embasamento ideológico previamente formatado pelos *thinks tanks* de direita. Se hoje as relações entre o Instituto Millenium e o jornal O Estado de S. Paulo são conhecidas de todos – O Estado, junto com outras empresas, é um de seus financiadores –, quando da formulação de justificativas para o golpe de 1964, não foi diferente. Naquele contexto, muito importante foi a criação da Rede de Democracia, em 1963, para a formulação da ideologia dominante contrária ao governo de João Goulart. Essa entidade consistia numa cadeia de emissoras de rádio que tinham como seus consultores empresários, políticos e intelectuais ligados ao Instituto de Pesquisa Social (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ambos notadamente antiesquerdistas. Essas colorações ideológicas eram prontamente publicadas nos grandes jornais do período.

Embora as gerações mais recentes não estejam diretamente conectadas às tradicionais empresas de mídia como outrora estiveram, pode-se afirmar que a lógica de atuação dessas empresas impregnou de tal maneira a produção das notícias, que mesmo indiretamente sua influência é ainda muito presente, através

da padronização dos mecanismos usados para a apresentação da informação. A atual estratégia de desqualificação da política e dos políticos (*system blame*) é uma das práticas visíveis nos grandes jornais em momentos de acentuação da crise democrática. Ao invés de analisar as causas econômicas e afins, os jornalistas e formadores de opinião da grande mídia atuam de maneira insidiosa. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza, citada por Schilling e Koerner, a tendência à denúncia (fundamento básico de potencialização da venda da notícia, diga-se de passagem) estabelece no senso comum uma “ligação direta e extremamente nefasta entre a desmoralização da atual conjuntura e a substância mesma dos regimes democráticos” (SOUZA apud SCHILLING; KOERNER, 2015, p. 100), resultando em uma desqualificação seletiva de determinados setores da sociedade, dando a impressão de que “corrupção, cinismo e desmando são monopólios dos políticos, dos partidos ou do Congresso” (SCHILLING; KOERNER, 2015, p. 100).

Há de se ressaltar também o comprometimento das grandes empresas jornalísticas com a rejeição das propostas de regulação dos meios de comunicação, sendo que essa importante pauta democrática passa a ser associada pelos conglomerados midiáticos a supostas posições autoritárias de esquerda. Nesse terreno pouco aberto à participação democrática, a emergência de discursos de ódio simplificadores, definidos e difundidos a partir dos grandes veículos, tem livre circulação no debate público. Esses componentes contraditórios, segundo Lima, contribuem para a compreensão da defasagem entre discurso democrático e práticas antidemocráticas realizadas pelas empresas de comunicação.

Dos dados trazidos pelo artigo de Codato, Bolognesi e Roeder, intitulado *A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador*, vários corroboram a tese de que a direita no Brasil vem crescendo de maneira significativa, tendência esta que acompanhou o crescimento da ala mais extremada da direita também na Europa (Reino Unido, Grécia, Alemanha e Hungria). Embora o artigo tenha sido escrito antes do Brexit e da vitória de Donald Trump, os autores já haviam notado, em 2015, a adesão dessa chamada “nova direita” à agenda anti-imigração.

A direita renovada, no Brasil, retirou da antiga – Arena e PDS – a manutenção de posturas conservadoras em relação aos costumes. Todavia, diferente dela, adotou elementos novos que antes não eram observados, a exemplo da formação de alianças com setores mais alinhados à esquerda e propensos a admitir estratégicamente certos programas sociais. Essa hipótese, no próximo e distante ano de 2015, foi apresentada a partir da leitura que os autores fizeram dos dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral. A pesquisa empreendida pelos autores

teve como intuito a investigação da força partidária representada por candidatos a deputados federais – bem como aqueles que foram eleitos – nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010.

Por sua vez, Marco Antonio Faganello, em “Bancada da bala: uma onda da maré conservadora”, aponta para a miríade de posicionamentos à direita que, embora não possam ser reduzidos a uma totalidade definida por concepções estritamente idênticas, possuem uma unidade conjuntural. É possível, desse modo, estabelecer uma série de tipologias habitáveis no seio mesmo da macro-categoría, de forma que essas categorias tendem a flutuar de acordo com as tensões que se observam nesse espaço. Das derradeiras eleições de 2014, mantiveram-se nas casas legislativas, segundo o autor, ao menos três sub-grupos principais: Bancada Empresarial, reunindo os estandartes do liberalismo econômico; Bancada Religiosa Conservadora, empenhada na cruzada pelos direitos da família e pela moralização dos costumes; Bancada da Bala, representante dos setores favoráveis à redução da maioridade penal e contrários ao Estatuto do Desarmamento.

O caso paulista demonstra bem a força que a Bancada da Bala vem ganhando em meio à maré conservadora mais geral. Entre os parlamentares que foram eleitos em 2012, muitos ostentavam graves discursos que violavam premissas básicas dos Direitos Humanos. Em sua grande maioria vinculados às instituições militares, os deputados e vereadores dessa bancada desfrutam de grande popularidade no eleitorado mais suscetível a acreditar que a questão social pode ser reduzida à securitização dos espaços públicos. Nessa lógica, a referida bancada vem engrossando o caldo dos defensores de “menos direitos e mais deveres” – expressão de uma ideologia securitária-autoritária que ganha crescente terreno na política institucional –, justificando ações extremistas e discursos de ódio contra minorias e populações com menos acesso aos bens públicos e privados.

Tem-se uma ideologia que canaliza os ódios em direção a determinados setores, retirando a responsabilidade de outros. Assim, o policial, a despeito das precárias condições de trabalho em que exerce suas atividades, é apresentado como um legítimo herói, portador de uma “autonomia radical” (FAGANELLO, 2015, p. 151). Aos críticos dos abusos dessas forças é atribuído o epíteto de “defensores de bandidos”. Todavia, esse aparato discursivo não se sustenta por si só, uma vez que não há coesão lógica, pois “se constitui enquanto uma disposição difundida nas relações sociais cotidianas, com certa fluidez e falta de rigor lógico-formal, sem propósitos pautados objetivamente para a conformação de uma ação política coordenada” (FAGANELLO, 2015, p.153).

Embora seja impossível aferir que os estratos médios tendem sempre a assimilar esses discursos com mais facilidade, no caso da cidade de São Paulo, estudado pelo autor, há uma correlação entre a proeminência desses discursos autoritários-securitários e os referidos estratos. O mesmo não é observado nos estratos mais periféricos da cidade, uma vez que se observa entre eles sobretudo a votação em candidatos alinhados ao discurso religioso que, embora não possa ser reduzido e compreendido como expressão do conservantismo, possui relações profundas, como indicam os recentes estudos efetuados pelos sociólogos que atualmente se dedicam à análise das questões religiosas.

No capítulo sete, a relação entre o discurso religioso e os pensamentos pertencentes ao espectro da direita é pesquisada por Julio Córdoba Villazón, em artigo intitulado “Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político”. Afirma o autor que a presença evangélica no espaço público latino-americano, de maneira esquemática, sucedeu-se por quatro etapas. A primeira delas, datada da passagem do século XIX para o século XX, pautou-se pela defesa da liberdade religiosa frente o Estado. O segundo momento esteve relacionado com a polarização ideológica dos anos 1960 e 1970, na qual os evangélicos assumiram uma postura pouco combativa contra regimes militares, tendendo a apoiá-los. Já nos anos 1980 e 1990, durante o processo de redemocratização, a presença religiosa passou a se institucionalizar na lógica partidária, sendo possível assinalar a criação de partidos políticos de base evangélica. Por fim, a partir dos anos 2000 o que se percebe é a mudança de atuação política dos evangélicos, não mais veiculadas sobre partidos abertamente de confissão evangélica, mas sim através de uma força moral exercida sobre partidos diversificados.

No século XXI, de acordo com Villazón, os autointitulados grupos “pró-família” e “pró-vida” passam a adquirir uma grande influência na vida política brasileira. A composição social desses grupos, como se sabe, obedece a um discurso rigoroso, e muitas vezes abertamente intransigente, segundo o qual há um modelo correto de socialização centrado na família nuclear, heterossexual e liderada pelos homens. Quando presente no espaço público, tais discursos tendem a estabelecer práticas avessas às mudanças sociais. Os discursos teológicos, por serem lidos como sagrados, tendem a se impor sobre as diferenças no jogo político ao redor da América Latina, como é o caso das batalhas travadas sobre os corpos das mulheres no que se refere às tentativas de regulamentação do aborto e da implementação de métodos contraceptivos, atualmente em curso em países como Brasil, Nicarágua, Costa Rica, Peru, Equador e Bolívia.

A classe média, como se sabe, é vasta em sua composição, de modo que é possível criar subdivisões conceituais em seu interior. Segundo Sávio Cavalcante, no oitavo capítulo, “Classe média e conservadorismo liberal”, uma das categorias sociais que vêm desempenhando um papel político importante desde as manifestações de 2013 é a chamada alta classe média, que pode ser caracterizada segundo alguns atributos aproximados: possuidora de rendimentos superiores a dez salários mínimos e não integrante da esfera do 1% mais rico da sociedade brasileira; profissionais com alto grau de autonomia (médicos, professores universitários, gestores públicos em cargos de direção, engenheiros e economistas); detentores de alto capital cultural.

A tese defendida pelo autor é a de que o ciclo político dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2015), através de políticas neodesenvolvimentistas que pouco atacaram o núcleo do pensamento neoliberal consolidado nos anos 1990, secundarizaram o “critério meritocrático como forma de escolha/seleção em instituições ou serviços públicos” (CAVALCANTE, 2015, p. 180), potencializando a reprodução social da classe média, não apenas no que diz respeito à ascensão financeiro-econômica, observada na ampliação do consumo, mas também nos componentes ideológicos próprios dessa classe, a exemplo da ideologia do dom e do merecimento, que naturalizam desigualdades sociais previamente existentes nas trajetórias pessoais.

O capítulo nove, “Protestos à direita no Brasil (2007-2015)”, escrito por Luciana Tatagiba, Thiago Andrade e Ana Claudia Chaves Teixeira trata da onda de protestos recentemente protagonizados pela direita. No artigo, os autores buscam o momento de mudança da hegemonia desempenhada pela esquerda nas ruas desde a redemocratização: 2015 foi o ano em que, pela primeira vez desde o fim do regime militar, a direita se organizou para realizar atos de protesto contra a situação política do país. Todavia, a construção dessa disposição foi iniciada de maneira mais evidente em 2007, quando do surgimento do então incipiente “Cansei”, movimento liderado por setores pertencentes às camadas médias e altas da sociedade brasileira que se manifestaram inicialmente contra o acidente envolvendo o voo 3054, da TAM Linhas Aéreas.¹

1 Ao observador atento não passou despercebido que a atual promessa de renovação do PSDB, o empresário João Dória Jr., atuou como um dos líderes, dez anos atrás, dos atos do Cansei. Na ocasião, Dória Jr. afirmou que as duas principais pautas do movimento eram o combate à corrupção e a reforma tributária. Desde então, como se viu, tais bandeiras permaneceram flamulando nos movimentos de direita. Ver: “Prefiro cães à ladrões”, entrevista publicada em Revista Veja, edição 2023, 29 de agosto de 2007.

Desde então, os atos realizados por esses setores mantiveram o mesmo mote de duras críticas ao Partido dos Trabalhadores, associado pelos manifestantes à corrupção e ao mau uso da máquina pública. Assim, a despeito das reais responsabilidades dos governos do PT no que diz respeito à corrupção do sistema político, houve a partir desse momento uma grande construção social do discurso antipetista entre os setores médios e altos, reverberado pela cobertura sempre parcial da mídia brasileira. Vociferada em uníssono pelos manifestantes, a posição antipetista foi o principal elemento agregador presente nos atos de protesto que a direita protagonizou a partir de então.

Com a internet, a articulação dos setores conservadores vem ganhando novas formas de manifestação. No décimo capítulo que compõe o livro, “Direita nas redes sociais online”, Sérgio Amadeu investiga a dinâmica da direita junto ao “ecossistema comunicacional” (AMADEU, 2015, p. 215), possibilitado pelo ambiente digital. Nesses espaços, Amadeu afirma que se constituiu uma ambivalência fundamental, já que a presença da diversidade de matizes sociais e políticas possibilita uma disseminação também de conteúdos antidemocráticos, contrários aos Direitos Humanos e outras causas duramente conquistadas por setores progressistas, uma vez que, segundo as pesquisas realizadas pelo autor, as informações trocadas pelos usuários depreendem seu lastro de veracidade a partir de laços de amizade ou de simpatias, a despeito da factualidade a elas atribuídas.

Novamente, um momento de inflexão é observado a partir das manifestações de junho de 2013, já que a pesquisa acerca da movimentação das redes sociais no período evidencia que a internet passou a ser uma das principais arenas de disputa pelas visões de mundo à esquerda e à direita. O efeito negativo dessa mudança de espaços de disputa recaiu sobre os tradicionais partidos e sindicatos, uma vez que não conseguiram acompanhar de imediato as novas estratégias em jogo. O efeito positivo, de acordo com o autor, foi um dos responsáveis pela formação de uma nova direita:

A esquerda foi mais lenta e menos capaz de disputar o senso comum nas redes sociais. A direita cresceu compartilhando reportagens da revista Veja, textos de Olavo de Carvalho, discursos do Bolsonaro, notícias contra a corrupção do PT combinadas às críticas contundentes às políticas sociais do governo Lula (AMADEU, 2015, p. 223)

Uma dessas novas estratégias de disputa no espaço inaugurado pela internet é a dos chamados *memes*, ideias que possuem forte apelo emocional e que dialogam

diretamente com o senso comum, replicadas exaustivamente com maior ou menor intensidade pelos usuários durante um certo período. Embora não seja conscientemente definido pelos que os compartilham, o *memes* fazem parte do léxico político utilizado na internet, e a análise de sua potência tem se mostrado importante para a compreensão dos discursos que fundamentam as tomadas de posição no atual espaço público. Os perfis e as páginas de direita que produziram *memes* de cunho político, segundo o levantamento de Amadeu, incidiam em três principais posições: a) a esquerda trouxe consigo a corrupção como prática de governo; b) as políticas sociais dos governos de esquerda beneficiam pessoas que optam por não trabalhar; c) a noção de direitos humanos serve apenas para que os criminosos fiquem impunes (AMADEU, 2015, p. 224).

O levantamento de Sérgio Amadeu também traz outros dados reveladores para a compreensão das últimas disputas políticas. Segundo ele, no primeiro semestre de 2015, as principais lideranças da direita alcançaram, através da internet, uma audiência diária próxima a 40 milhões de usuários. Por fim, o autor faz ressalvas à tese de que o poder político do país é alcançado apenas através da ocupação dos governos, pois, segundo ele, os até então chamados “militantes de sofá”, ao participarem dos debates públicos através das redes sociais online, exercem uma significativa influência na reprodução de valores conservadores e autoritários.

O artigo de Álvaro Bianchi, “Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos”, traz uma extensão dos temas até então trabalhados no livro para o contexto internacional. Bianchi esboça uma linhagem presente no renascimento do pensamento conservador dos Estados Unidos iniciado a partir dos anos 1950. Essa vertente teve como seus divulgadores pensadores decididos a interferir na guerra pelas “mentes da geração emergente” (BIANCHI, 2015, p. 258) defendendo ataques agressivos a qualquer forma de expressão política ligada ao coletivismo, sobretudo os comunistas e simpatizantes de ideias progressistas de mudança social e de maior presença do Estado na economia – atribuídos à tradição do *liberalism* estadunidense.

Nos Estados Unidos, o ambiente instado pelo pós-guerra definiu a luta pelos corações e mentes como um dos principais espaços de disputa. Duas trajetórias são assimiladas por Bianchi para expor esse campo de batalhas pelas ideias junto ao espaço público do período 1960-1980: a de William Buckley Jr. e de Russell Kirk. A presença de ambos foi bastante significativa no embate empreendido pelos conservadores contra os liberais, sendo a união de forças entre diferentes correntes do conservadorismo estadunidense fundamental para a emergência das

políticas neoliberais implementadas a partir da década de 1980 – Reagan, grande admirador dos dois, condecorou-os com a *Presidential Citizens Medal*, em 1989.

Buckley Jr. foi fundador da revista *National Review*, em 1955, e através dela exerceu grande influência na disseminação do pensamento radical de direita, alinhado ao conservadorismo. Kirk, por sua vez, autor de *The Conservative Mind*, notabilizou-se pelo violento ataque contra o pensamento liberal e pela reconstituição da história dos Estados Unidos através da linhagem de pensadores iniciada por Edmund Burke. Tanto um quanto outro defendiam a urgência na elaboração de uma frente ampla no terreno da cultura, de maneira a promover uma reforma ética capaz de cessar a presença de ideias progressistas e comunistas no debate público estadunidense.

O capítulo “A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução” foi escrito por Reginaldo C. Moraes. No artigo, percebe-se que para além dos já tradicionais meios de barganha política nas democracias representativas ao redor do mundo, oficialmente canalizadas pelos partidos políticos, associações e sindicatos – bem como extraoficialmente, no caso brasileiro, pelos lobistas de grandes empresas – Moraes traz ao debate a presença e a força dos chamados *think tanks* na dinâmica política e social. Tais *think tanks*, ressalta-se, não podem ser considerados meras instituições que atuam orientados pela aprovação dos interesses dos meios empresariais junto aos governos, uma vez que “não se limitam a modular as políticas. Tentam é modelar o ambiente geral da política, a agenda” (MORAES, 2015, p. 232). Essa característica nuclear de atuação tem se destacado de maneira crescente na análise das práticas e dos discursos em voga na Administração Pública.

Assim, enquanto os *lobbies* são caracterizados pelo assédio direto aos agentes governamentais capazes de conduzir votações legislativas em benefício do empresariado, os *think tanks* operam na esfera da remodelagem das informações e debates levados ao espaço público pautados pelo lema “mais mercado, menos Estado”: como exemplo disto estão as reformas trabalhistas, tributárias, urgência das privatizações etc. Tais espaços são definidos sobretudo na imprensa – produção de *press releases* e difusão das pesquisas realizadas por essas instituições – e nas universidades – criação de cátedras, revistas, patrocínio de eventos etc. –, cumprindo-se, segundo Moraes, o papel de *agenda setting* e de *framing*. O esforço não parece ter sido em vão, haja visto a manutenção da imagem positiva do empresariado brasileiro em meio aos escândalos de corrupção que tem protagonizado nos últimos anos.

A presença e o crescimento dos *think tanks* tem se tornado uma questão bastante importante para compreender a difusão de determinadas visões de mundo junto aos meios de comunicação e às instituições públicas.² No Brasil conta-se atualmente com 89 instituições que correspondem aos critérios definidos pelo *Global To Go Think Tanks Index Report*.³ O termo, originado nos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria esteve desde então associado a instituições que promovem visões de mundo alinhadas às tendências encontradas entre os variados pensamentos de direita. Entretanto, a despeito da diferença de abordagens receitadas para os formuladores de políticas públicas e influenciadores de opinião (por Hayek chamados de “ideólogos de segunda classe”), a maioria dessas instituições está de acordo com a redução do papel do Estado junto à economia.

A atuação desses *think tanks*, inicialmente discreta e pouco associada à esfera pública, ganhou contornos de ativismo político a partir da década de 1970, cujo modelo de referência se tornou a *Heritage Foundation*, de 1973. Nos anos 1980, essas instituições foram as principais formuladoras das políticas neoliberais nos Estados Unidos e na Inglaterra, o que explica em grande parte a similaridade existente entre os discursos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan – bem como a posterior difusão para os então chamados países em desenvolvimento – resultantes do intercâmbio entre intelectuais e ativistas de direita oriundos desses dois países. O crescimento desde então se manteve constante. Durante anos 1970, os Estados Unidos, que contavam com cerca de 70 instituições, passou a abrigar aproximadamente 300 delas, mantendo-se no topo do ranking de número de *thinks tanks* e de influência sobre políticas públicas disseminadas ao redor do mundo. Nos anos 1980, essas instituições propagadoras do ideário neoliberal se reuniram em uma central coordenadora, denominada *Atlas Economic Research Foundation* – atual *Atlas Network* – que se expandiu de maneira exponencial, fomentando outras semelhantes ao redor do mundo.

Como se sabe, o Chile durante o governo de Pinochet foi um país estratégico para as experimentações neoliberais durante os anos 1970. Todavia, os *think tanks* defensores do neoliberalismo começaram a ganhar terreno na América

2 A definição oferecida por Camila Rocha engloba todas as instituições permanentes de “pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas” (ROCHA, 2015, p.262).

3 Os dados que Camila Rocha utiliza são provenientes do relatório de 2014, quando o Brasil contava com 82 instituições. Em dois anos esse número subiu para 89 instituições. A Argentina, país no qual se encontram o maior número de *thinks tanks* da América Latina, manteve estável sua lista de 137 instituições, o que demonstra uma crescente tendência na criação dessas instituições no Brasil. Ver: *Global Go To Think Tank Index Report*, University of Pennsylvania, 2016.

Latina somente durante os anos 1980 e 1990, e atuação do *Atlas*, nesse sentido, foi fundamental para a padronização do discurso levado adiante por essas instituições recém-criadas.

Com o passar dos anos as políticas públicas implementadas sob influência desses *think tanks* não resultaram necessariamente em crescimento econômico e melhores condições de vida para as populações, contrariando na prática o discurso formulado pelos seus defensores. Na América Latina, esse fracasso acarretou uma crescente simpatia por agendas políticas progressistas como ficou evidente nas eleições que levaram ao poder vários políticos de esquerda, durante primeira década dos anos 2000. Com o referido *turn left*, os *think tanks* latino-americanos passaram a desfrutar de menor influência direta nos governos, o que resultou numa mudança em suas frentes de atuação, buscando uma maior abrangência e disseminação de suas visões de mundo nos setores civis. Desde então esses *think tanks* não pararam de crescer: em 2005 eram 35; em 2014, período abordado pelo artigo de Camila Rocha, eram 72; e em 2017, são 82 instituições filiadas ao *Atlas*,⁴ todas elas recebendo constantes e crescentes aportes financeiros de variados setores ligados ao empresariado nacional e internacional.

O último capítulo da obra, intitulado “O golpe parlamentar no Paraguai. A dinâmica do sistema de partidos e o poder destituinte do Congresso”, escrito por Fernando Martínez-Escobar e José Tomás Sánchez-Gómez, amplia o olhar para o que ocorreu no Paraguai em 2013, com a controvertida deposição do presidente eleito Fernando Lugo, através do *impeachment* organizado pelo Congresso. Segundo os autores, o Congresso paraguaio se tornou um poder destituinte-arbitrário, de modo que as maiorias políticas adquiriram a capacidade discricionária de deposição de um presidente legitimamente eleito com base em provas inconsistentes – de “conhecimento público”, no caso.

As raízes do processo são familiares a vários países da América do Sul. No caso específico do Paraguai, desde o século XIX, as mudanças políticas haviam sido efetuadas contando sempre com o protagonismo das forças armadas, aliados a setores civis, em detrimento de mecanismos políticos democráticos. Segundo os autores, somente na eleição de Fernando Lugo, em 2008, houve de fato uma

4 No Brasil as instituições filiadas à rede *Atlas* e que defendem o livre mercado são: Centro Interdisciplinar de Ética e Política Personalista, Estudantes Pela Liberdade, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto de Formação de Líderes, Instituto Liberal de São Paulo, Instituto Liberal, Instituto Liberdade, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, Instituto Millenium, Líderes do Amanhã, Mackenzie Center for Economic Freedom e Students for Liberty Brazil. Ver: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/3> (acessado em 25/06/2017).

alternância de partido na presidência. Todavia, não se pode afirmar que depois disso houve a consolidação de fato de uma democracia representativa, na qual a divisão de poderes e o pluripartidarismo estão incluídos. Ocorreu, em verdade, uma mudança na dinâmica política, de modo que o número de canhões foi deixado de lado, em benefício do número de cadeiras políticas, como afirmam Martínez-Escobar e Sánchez-Gómez. Essa dinâmica instaurou aquilo que pode ser compreendido como um julgamento político capaz de dissolver governos eleitos pelo voto popular.

A genealogia traçada pelos autores indica uma mudança de influências dos militares apenas no mandato de Juan Carlos Wasmosy (1993-1998), quando de uma crescente manifestação popular que conduziu a aposentadoria forçada do então influente general Lino Oviedo. Todavia, a despeito do fim do julgo sempre presente dos militares, as decisões e forças transferidas para o Congresso permaneceram arbitrárias, instituindo uma série de golpes civis (em 2003, contra Raúl Cubas Grau, provocando sua renúncia; e a de seu sucessor, Luís Ángel González Macchi, no mesmo ano), mas apenas em 2013, quando do processo de *impeachment* de Fernando Lugo, foi levada a cabo sua culpabilização seguida de deposição. Tanto as motivações quanto as reais responsabilidades do presidente foram consideradas pouco importantes frente ao peso dos votos dos congressistas. Ou seja, tratou-se de um mecanismo fora de lugar, uma vez que a atuação do Congresso foi pautada por princípios do parlamentarismo, embora a constituição do país seja baseada no presidencialismo, evidenciando-se as características do golpe. As acusações contidas no Libelo Acusatório pouco importaram frente à perda de confiança do presidente junto ao Congresso.

Desse modo, no caso do Paraguai, pode-se afirmar que houve uma justaposição de condicionantes históricas, institucionais e políticas no golpe, decorrentes de uma articulação de variados setores tradicionais da sociedade paraguaia. Estranho presságio a obra terminar com essas conclusões, uma vez que poucos meses após a publicação da obra aqui foi iniciado um processo similar ao do nosso vizinho, que teve como efeito de escárnio a deposição de Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional.

A finalidade dos artigos reunidos pelos autores não é totalizante, o que fica visível na variedade de frentes mobilizadas. Entretanto, os esforços compilados fazem com que a obra permaneça atraente para os interessados em compreender os variados arranjos da direita, através de suas práticas remodeladas. Entre possíveis considerações finais pode-se ressaltar a importância da mobilização também de sociólogos preocupados diretamente com outros terrenos de mudança discursiva,

destacando-se o vertiginoso crescimento da direita também na produção cultural do Brasil nos últimos anos. Sobre isso, importa compreender como desde o fundamental *Cultura e Política*, de Roberto Schwarz, a esquerda parece estar afastada – ou, pelo menos, sob ataque redobrado – daquilo que o crítico outrora identificou como o domínio de sua hegemonia, a saber a produção cultural (SCHWARZ, 2001). Além disso, uma análise – ou autoanálise – da atual posição ocupada pelas Ciências Sociais na presente configuração do campo acadêmico é importante de ser realizada, de maneira a tornar mais nítidos os universos de possibilidades existentes para a atuação intelectual, bem como de investigar estratégias nas frentes de luta epistemológica promovidas pela direita. Essas ausências, no entanto, só estimulam a produção renovada e constante de esforços coletivos para a compreensão da radicalidade e do efeito de integração que a direita vem adquirindo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEU, Sérgio. “Direita nas redes sociais online”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 213-230.
- BIANCHI, Alvaro. “Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 247-260.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. “Os Doxósofos”, in: THIOLLENT, Michel (Org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Ed. Polis, 1985.
- CAVALCANTE, Sávio. “Classe média e conservadorismo liberal”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 177-196.
- FAGANELLO, Marco Antonio. “Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 145-162.
- KOERNER, Andrei; SCHILLING, Flavia Inês. “O direito regenerará a república?: Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 75-91.

- MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. “A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 231-246.
- ROCHA, Camila. “Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 261-270.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Aspectos da individualidade em personagens de super-heróis: perspectivas sociológicas e o caso do capitão américa¹

*Aspects of individuality in superhero characters: sociological perspectives
and the case of captain américa*

Cristiana D. Martins^a

Resumo Em vista do destaque e da relevância que as personagens de super-heróis têm tido no atual cenário cinematográfico e da compreensão do cinema como um objeto específico e privilegiado para análise do mundo social, este artigo visa compreender como, nessas personagens, estão construídos dilemas e anseios relativos à questão do indivíduo e da individualidade na atualidade. Tomando-se os filmes como capazes de fornecer pistas para a análise sociológica, como elabora Pierre Sorlin em sua proposta para estudos sobre cinema, a metodologia privilegiada na investigação é a análise interna do filme *Capitão América – O Primeiro Vingador* (*Captain America: The First Avenger*, 2011).

Palavras-chave Individualidade; Super-heróis; Cinema. Capitão América; Teoria Sociológica.

Abstract Due to the prominence and relevance of the superhero characters in the current film scenario and the comprehension of cinema as a specific and privileged object for analysis of the social world, this project aims to understand especially how the dilemmas and anxieties related to the individuals and the individuality are constructed in these characters. As Pierre Sorlin elaborates on its proposal to film studies, the preferred methodology in this research is the internal analysis of the film *Captain América: The First Avenger* (2011).

Keywords Individuality; Superheroes; Film; Captain America: Sociological Theory.

¹ Este artigo comprehende uma versão estendida do texto apresentado no II Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Formulado a partir da pesquisa de mestrado “Super-heróis e indivíduos na contemporaneidade: dilemas e anseios presentes nas personagens de Os Vingadores”, realizada na Universidade Federal de São Paulo com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Luiz Rovai.

^a Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Contato: cristiana.dmartins@live.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Figuras emblemáticas no contexto da cultura pop, primeiramente consolidadas como personagens de Histórias em Quadrinhos (HQs), os super-heróis têm retomado seu destaque através do cinema. Essa trajetória transmídiática, que segundo especialistas traz diferenças significativas na forma como esse tipo de personagem é retratada e construída em cada uma das mídias (ARANHA *et al*, 2009), revelou-se comercialmente potente; os super-heróis no cinema são capazes de levar multidões às salas de exibição ao redor do mundo e seu alcance ultrapassa os limites da grande tela.

Faz-se interessante comentar que, apesar de terem demonstrado potencial de mercado a partir dos anos 70, com filmes como *Super-Homem* (1978) e *Batman* (1989), as adaptações das estórias de super-heróis dos quadrinhos para o cinema ganharam verdadeiro destaque e consolidação enquanto gênero cinematográfico no século XXI (ARANHA *et al*, 2009, p. 88; COSTA; ORRICO, 2013, p. 7).

Embora sempre tenham sido feitas adaptações esporádicas dos super-heróis nunca ocorreu um “fenômeno” como na atualidade. Transformando-as em algo que poderíamos chamar de um “novo gênero” no cinema, o de “filmes de super-heróis”. [...] A partir de 2008, a Marvel Comics, analisando o sucesso de filmes inspirados em seus super-heróis, como Homem-Aranha – lançado pela Sony Pictures – e X-Men – lançado pela Twentieth Century Fox – dentre outros, resolve lançar com sua própria produtora de filmes – a Marvel Studios – uma série de filmes adaptados dos seus personagens das HQs, com um maior controle sobre todo o processo de adaptação. (COSTA; ORRICO, 2013, p. 7)

Esse fenômeno, como apontam os autores, pode ser relacionado às transformações no perfil psicológico das personagens do tipo super-herói. Já fora observado que esse tipo de personagem, ao longo da história, seja nos filmes ou nas HQs, vêm sofrendo mudanças e sendo reinventadas (CHAGAS, 2008, p. 136). Em relação às últimas décadas, foi observado um processo de humanização dos super-heróis onde, hoje, os perfis psicológicos dessas personagens envolvem crises de identidade, fraquezas, incertezas e sensibilidade (CHAGAS, 2008, p. 151).

A figura do herói não é exclusiva da sociedade moderna, porém, é na modernidade que surge a imagem específica do super-herói, nascida nos gibis dos anos 30 (SOUZA, 2013, p. 71). Esta figura, do super-herói, sempre esteve ligada aos anseios dos indivíduos modernos, como demonstrou Umberto Eco, autor referência em estudos sobre super-heróis e sociedade. Eco observou, ao analisar as estórias do

Superman, que o primeiro dos super-heróis modernos respondia simbolicamente às “exigências de poder que o cidadão comum nutre e não pode satisfazer” (Eco, 2011, p. 247). Entretanto, como mencionado acima, hoje a perfeição, a invencibilidade e a moral irrepreensível do super-herói não são mais o que aparece como principal nas personagens do gênero. Rahde e Cauduro apontam que, em comparação ao herói do começo do século XX,

O herói pós-moderno, como as personagens das histórias em quadrinhos ou as do cinema contemporâneos, é pleno de incertezas, e não mais o ser invencível do bem e da verdade, pois é marcado por desconstruções visuais e textuais, demonstrando a sua fraqueza, suas incertezas e sensibilidade frente às lutas cotidianas. O herói pós-moderno é muitas vezes o anti-herói, tentando conciliar seu mundo imaginário, idílico, mítico, com a luta pela sobrevivência em terrenos hostis. (RAHDE; CAUDURO, 2007, p. 7)

Apesar dos autores acima tratarem dos heróis, em sua abordagem mais ampla, essa proposição também é válida para os super-heróis. Não se trata aqui em entendermos o caso dos super-heróis como único dentre as estórias que o cinema tem contado, mas de compreender que essas mudanças também afetaram esse tipo de personagem. Há hoje um novo tipo de super-herói que tem sido significante ao público de uma maneira diferente. O enfoque dos filmes do gênero é a personagem do super-herói. O nome dos filmes é sempre o nome do super-herói, às vezes acompanhado de qual vilão ou ameaça irá combater. Assim, é possível entender que, por mais que haja um problema que desencadeia o enredo, a trama dos filmes gira em torno da personagem do super-herói e como que a personagem irá lidar com seus dilemas e com a ameaça maior que pode destruir toda a cidade, todo o mundo ou, até mesmo, todo o universo.

Nesse contexto, os super-heróis que compõem o grupo Os Vingadores, da *Marvel*², encontram-se em posição de destaque. Inspirada pela série de HQs, onde foi criado o grupo, e impulsionada pelo sucesso de bilheteria de *Homem-Aranha* (*Spiderman*, 2002) e *Hulk* (2004), em 2008, a Marvel criou um projeto para a produção de filmes cujas estórias estariam interligadas e culminariam com o lançamento de *Os Vingadores* (*The Avengers*, 2012). Assim, foram produzidos e lançados cinco filmes que serviriam de base para o filme em questão: *O incrível*

2 A Marvel Comics, fundada em 1930, é uma das editoras mais importantes no ramo das histórias em quadrinhos, ao lado da DC Comics, sua corrente mais direta. Em 2009, a Marvel foi comprada pela Walt Disney Company.

Hulk (The incredible Hulk, 2008), Homem de Ferro (Iron Man, 2008), Homem de Ferro 2 (Iron Man 2, 2010), Thor (Thor, 2011) e Capitão América - o primeiro Vingador (Captain America: the first avenger, 2011).

Além do representativo sucesso de bilheteria de tais filmes³, a repercussão de suas personagens é bastante significativa. É possível encontrar, com facilidade, muitas referências a essas personagens em produtos (camisetas, bonés, mochilas, *squeezes*, etc.), sites e blogs especializados em discutir e divulgar os filmes e diversas referências feitas nas redes sociais.

Entretanto, é importante destacar que ao tomar como objeto de análise filmes tidos como *blockbusters* não significa que se tenha, aqui, uma concepção do cinema americano como um sistema totalizante ou que se suponha a existência de um processo de americanização do mundo através do cinema. Com relação isso, Gilles Lipovetsky e Jean Serroy apontam que o domínio e o alcance das produções cinematográficas americanas relacionam-se, além das razões mercadológicas, à projeção, em tela, de uma cultura mais essencialmente cosmopolita do que americana (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 124). Uma das provas disso, para eles, é que o *western*, gênero mais tipicamente americano, parece estar desaparecendo.

Na verdade, o que se consome no mundo não é de modo algum uma cultura tipicamente americana; é a própria cultura-mundo, que não é mais americana do que europeia. O que é vendido pelos americanos é menos americano que mundial, podendo ser visto e apreciado pelos diversos públicos do mundo inteiro. E o público mundial não consome fundamentalmente o imaginário americano; consome o espetacular, ação, sexo, violência, beleza, emoção. (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 124)

Portanto, não há para esses autores um consumo passivo dos produtos americanos para o resto do mundo, antes o que há é uma mundialização do cinema estadunidense que se tornou mais cosmopolita. O que explica e torna o cinema hollywoodiano consumível segundo tais autores seria “o fato de conseguir oferecer, aos olhos e corações dos homens de todos os países e de todas as culturas, os grandes arquétipos da narrativa ‘eterna’” (LIPOVETSKY; SERROY, 2009, p. 301). Ou seja, o sucesso dos filmes estaria relacionado às narrativas simples e genéricas

3 Através de uma análise comparativa realizada a partir dos dados sobre bilheteria fornecidos pelo site www.boxmojo.com <acesso em: julho de 2016>, foi possível verificar que o filme, apesar de pequenas variações, alcançou destaque nas bilheterias de diversos países, ficando sempre posicionado entre os filmes mais vistos no ano de 2012.

de suas estórias, mas que, por isso, trazem ao espectador a possibilidade de se reconhecer e se reencontrar nelas (LIPOVETSKY; SERROY, 2009). Assim, não é tanto o poder mercadológico e sim a capacidade de Hollywood ser significativa aos seus consumidores e ao cotidiano que fomenta seu uso enquanto objeto de análise para os fins aqui propostos.

Tal característica do cinema já havia sido observada por Siegfried Kracauer na década de 40. De acordo com Kracauer, há alguns fatores que permitem que o cinema seja concebido com a capacidade de captar o que ele chama de “camadas da mentalidade coletiva” (KRACAUER, 1988, p. 18). Primeiramente, segundo ele, essa capacidade estaria diretamente ligada à forma como se dá a produção cinematográfica que, por seu caráter social, envolve muitas pessoas nos diferentes processos e etapas de produção e, por consequência, promove uma supressão da individualidade “em favor de traços comuns a muitas pessoas” (KRACAUER, 1988, p. 17). Em segundo lugar, o caráter popular do cinema de Hollywood, que busca atingir o maior público possível para alcançar o maior lucro possível, faz com que este se dirija à satisfação dos desejos das massas e se imponha a si, portanto, a necessidade de acompanhar as mudanças do “clima mental” (KRACAUER, 1988, p. 18).

Com relação a isso, ao expor sobre a relevância sociológica do cinema comercial de Hollywood, produzido para o consumo do público amplo, o sociólogo Túlio Rossi salienta que um dos pontos que demonstra a validade desse tipo de cinema como indicador de “valores, percepções e ideologias presentes na comunicação entre indivíduos” (Rossi, 2010, p. 94) é justamente a capacidade que seus filmes possuem de penetrarem a vida cotidiana. Ele explica que,

Tamanha mobilização de pessoas para assistir um filme, seguida da incorporação de linhas de seus diálogos no cotidiano e do entendimento de sua história, trilha sonora e imagens (...) indicam uma relação que extrapola o simples consumo de entretenimento. Pessoas reconhecem signos, discursos e aspirações presentes no filme (...). (ROSSI, 2010, p. 94)

O cinema de Hollywood consegue penetrar a vida cotidiana, segundo Rossi, não apenas por fazer uso de clichês e padrões já estabelecidos e reconhecidos pelo público, já tão acostumado com esse tipo de mídia, mas porque consegue captar e reproduzir visões de mundo em consonância às constituídas culturalmente (ROSSI, 2010, p. 97). Há, para ele, a existência de um processo dialético no qual, a despeito de qualquer esforço para construção de visões de mundo (propositais ou não), os espectadores só consomem o que reconhecem e desejam (ROSSI, 2010, p. 97).

Portanto, ao contrário do que se pode acusar como consequência de uma alienação do público pela indústria cultural, no caso específico do cinema hollywoodiano, o sucesso de público não depende apenas da utilização de fórmulas prontas.

Sendo assim, o sucesso de bilheteria dos filmes da Marvel indica que estes têm sido significativos para um público mais abrangente do que apenas os espectadores dos EUA. Entretanto, não há como ignorar a presença marcada e constante de referências à história, à cultura e às ideologias daquela nação. Apenas, como o processo de globalização das mídias e a crescente demanda por lucro, Hollywood hoje precisa que seus filmes sejam significativos para um público multicultural.

Há duas características do cinema enquanto objeto que valem ser ressaltadas: primeiro a relação entre cinema e realidade; segundo a questão do significado do filme. O cinema, apesar de propor-se a tarefa de captar o real, não exprime a realidade; seu processo de produção e seu aparato tecnológico acrescentam sensações às imagens captadas. É própria do cinema uma percepção sensorial diferente do mundo visível, que é, como explicou Kracauer (1988, p. 18), montada através de seu aparato tecnológico e das diversas atividades da câmera que modificam o olhar; como o primeiro plano. Desta forma, ao olhar para um filme é necessário entender que este não reproduz a realidade, mas é uma construção sobre esta.

De acordo com Walter Benjamin (2012, p. 85), cujo trabalho teve grande contribuição aos estudos sobre cinema, a realidade captada pelo aparato cinematográfico é modificada pelo olhar da câmera que, juntamente com o processo de montagem das imagens, confere ao filme sentidos que não tinha antes. Entretanto, os sentidos e significados do filme não pertencem a ele, são consequência do olhar do espectador. Pierre Sorlin, autor da obra *Sociología Del Cine* (1992), explicara que a conferência de significado ao filme está ligada ao que aquele que o investiga traz enquanto recursos teóricos e questionamentos.

À medida que se afirma o domínio teórico e técnico dos investigadores, à medida que se expande o domínio de investigação das ciências humanas, se colocam outras perguntas, se propõem outras questões. Não existe uma significação inerente ao filme: são as hipóteses de investigação que permitem descobrir certos conjuntos significativos. (SORLIN, 1992, p. 49; em livre tradução)⁴

4 Traduzido livremente pela autora, assim como todos os textos citados nesse trabalho cujas versões indicadas na bibliografia encontram-se em língua estrangeira.

Por compreender o filme enquanto um objeto que, de acordo com Sorlin (1992, p. 49), não possui significado inherente, mas significa a partir das hipóteses de investigação colocadas pelo pesquisador que a próxima parte deste trabalho visa construir o problema da individualidade no mundo contemporâneo e suas possíveis relações com as personagens de super-heróis.

1. SUPER-HERÓIS E A BUSCA PELA INDIVIDUALIDADE

Quando se fala em super-heróis, ainda que em simples menção a esse tipo de personagem, logo vem a imagem ou a ideia de um indivíduo dotado de super-poderes. Entretanto, ao contrário do que possa parecer, um super-herói não é definido pelo tipo de poderes que possui. Alguns deles, é verdade, possuem poderes extraordinários, mas nem todos. No caso específico do grupo aqui analisado, apenas metade deles se encaixa na categoria dos super-poderes: Thor, Steve Rogers (Capitão América) e Bruce Banner (Hulk). Os demais podem ser definidos como possuidores de extraordinária habilidade: Tony Stark (Homem de Ferro), Natasha Romanoff (Viúva Negra) e Clint Barton (Gavião Arqueiro).

A pesquisadora portuguesa Sónia Sebastião explica que a diferença do tipo de poder e habilidade não interfere na possibilidade de enquadrar uma personagem na categoria de super-herói. Segundo ela,

O super-herói é uma personagem dotada de habilidades ou poderes *extraordinários* que o permitem realizar coisas que não são acessíveis ao homem comum. Tal poder pode ser de natureza física ou psicológica, e ser de origem natural, sobrenatural ou tecnológica. (SEBASTIÃO, 2010, p. 4; grifos colocados)

Assim, o que define um super-herói não são os poderes e habilidades, mas a sua extraordinariedade e o uso dessa extraordinariedade para realizar tarefas que o homem comum não seria capaz de realizar. Pode-se entender, portanto, que ser um super-herói está intimamente ligado a superar as limitações que se colocam sobre os indivíduos, sejam elas físicas ou psicológicas. Sobre isso, Eco diz que em uma sociedade industrializada, onde a força da máquina humilha e determina os movimentos do homem, é necessário que os heróis, como imagem simbólica, encarnem a superação das limitações (Eco, 2011, p. 247).

De acordo com Bauman, a individualidade é um privilégio cobiçado, na medida em que é ela que permite a um indivíduo o destaque em meio à multidão (BAUMAN, 2008, p. 50-51). Assim, a individualidade não está dada, ela é, antes, algo pelo

qual os indivíduos devem se esforçar para conquistar ou, do contrário, ela seria algo banal.

Afinal de contas, a individualidade só é um “valor” na medida em que não se apresente como uma “amostra grátis”, se for algo pelo se deva lutar e que exija um esforço para ser obtido – e por todos esses motivos seja disponível, em princípio, a alguns, enquanto permanece obstinadamente além do alcance dos demais. (BAUMAN, 2008, p. 51)

Dessa forma, a individualidade, ainda que em um contexto de individualização, possui status de coisa extraordinária; ela não se encontra no padrão ou naquilo que é comum, ela se encontra na extraordinariedade. Entretanto, como alerta Bauman (2008), ela precisa ser conquistada pelo indivíduo. Sendo assim, o ganho da individualidade ou a conquista da individualidade é a outra face da extraordinariedade dos super-heróis, ou seja, suas habilidades e poderes que lhes permitem ultrapassar os limites do ordinário também os permitem desfrutar das glórias da individualidade.

Apesar de essa extraordinariedade ser também observável em outras personagens heroicas ou anti-heroicas do cinema e da literatura⁵, o caso dos super-heróis, enquanto um gênero de personagens, parece acentuar tal característica. Isso pois, ao atribuir a eles a categoria de super, é produzido um efeito de afastamento imediato da categoria de pessoa comum o que torna a ideia de que seus feitos poderiam ser reproduzidos na vida real menos factível. Já se comparadas a personagens do universo fantástico (bruxos, elfos, extraterrestres, fadas, hobbits etc.), os super-heróis ainda mantém uma relação com o mundo das pessoas comuns. Ou seja, as personagens de super-heróis, ao mesmo tempo que aumentam a distância entre as pessoas comuns e a possibilidade de realizar feitos extraordinários, não afastam totalmente essa possibilidade. A exemplo disso, temos a personagem do Capitão América, a qual tomaremos como foco.

Steve Rogers possui todas as premissas necessárias para se tornar o perfeito herói nacional: elevado senso de justiça e padrão moral, honra e disposição para servir seu país até a morte. Seu problema? Ele é um garoto fraco, de baixa estatura e fisicamente fragilizado por diversas doenças crônicas e, para sua grande frustração, tudo isso o impede de ser aceito pelo exército americano. Ele consegue

5 Podemos citar personagens como John McClane, o policial da série Dura de Matar (*Hard to Kill*); o detetive Sherlock Holmes; o soldado Rambo; ou os arqueólogos Indiana Jones e Tommy Raider.

perseguir seu status de herói após ser submetido a um experimento científico que transforma seu corpo frágil em um corpo forte, ágil e invencível que o permite lutar contra os alemães e os derrotar. E sua trajetória para conseguir ser reconhecido como super-herói que iremos analisar a seguir.

2. DE STEVE ROGERS A CAPITÃO AMÉRICA

O filme *Capitão América - O Primeiro Vingador* (*Captain America - The first Avenger*, 2011), resgata e reconstrói a estória de Steve Rogers, um jovem nascido e criado no Brooklyn e que tem como sonho de vida poder servir ao seu país unindo-se ao exército estadunidense. Dirigido por Joe Johnston, estrelado por Chris Evans (Steve Rogers) e contando em seu elenco a atriz Hayley Atwell (Agente Peggy Carter) e os reconhecidos Tommy Lee Jones (Coronel Chester), Stanley Tucci (Doutor Abraham Erskine), o longa-metragem pode ser divididos em três grandes blocos. O primeiro destina-se a mostrar a superação das limitações físicas do rapaz, fonzino e doente, em um Super Soldado através de um esforço que uniu exército e ciência. O segundo bloco do filme mostra a busca do rapaz por reconhecimento e utilidade em um mundo que duvida que ele seja capaz de realizar algo extraordinário. E um último bloco no qual ele, já consagrado e reconhecido como super-herói, persegue a missão de derrotar seu inimigo. Para os fins deste artigo, analisaremos brevemente o primeiro bloco, apenas para seguirmos à análise dos momentos nos quais, ao longo do segundo bloco, os dilemas da busca pela conquista da individualidade aparecem de forma mais latente.

A sequência na qual Steve Rogers será introduzido mostra que ele se encontra em uma sala de exames físicos para alistamento no exército dos Estados Unidos, no contexto da Segunda Guerra. A primeira imagem que temos dele mostra seu corpo, pequeno e fraco, visivelmente diferente dos corpos dos outros tantos rapazes presentes na mesma sala, todos altos e fortes. Há um padrão estético, comum a todos, ao qual Steve não corresponde. De acordo com Goffman, quando um estigma é imediatamente evidente, como o caso da altura e da força física da personagem, o indivíduo encontra-se em condição de desacreditado, ou seja, ele não tem como esconder seu defeito porque este é facilmente detectado pelos outros (GOFFMAN, 1988, p. 6). Um dos aspectos cruéis do estigma, ainda segundo Goffman (1988, p. 9), é que o indivíduo estigmatizado, por ter incorporado os padrões da sociedade, tende ele mesmo a acreditar que está abaixo do esperado. Porém, ainda que o indivíduo acredite em si mesmo uma situação de comparação pode abalar sua confiança, pois a comparação reforça o estigma (GOFFMAN, 1988, p. 9).

O fato de todos estarem sem camisa não apenas ajuda a tornar a diferença mais perceptível como também mostra o tipo de exposição à qual eles estão sendo submetidos: seus corpos estão expostos à avaliação para que sejam, seus corpos e não eles, admitidos ou recusados pelo alistamento. Ao olharmos para o efeito que isso causa na construção filmica da personagem, é possível notar a importância que o corpo adquire na trama, uma vez que será por meio deste que as personagens serão notadas e avaliadas. Apesar da cena focar nas características desacreditadas do rapaz, ou seja, sua baixa estatura e sua fraqueza, que são características desacreditadas pois são facilmente reconhecidas visualmente (GOFFMAN, 1988, p. 7), há mais uma questão importante sobre o corpo que merece ser pontuada: o corpo como o marcador da existência do indivíduo, seja pelas características corporais ou pela diferença entre o eu e o outro. Com relação a isso, Le Breton afirma que

Antes de qualquer coisa, a existência é corporal (...). Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida (...). (LE BRETON, 2007, p. 7)

Ao defender a importância de uma sociologia dedicada ao corpo, David Le Breton salienta que esse é a primeira forma de existência dos homens. Segundo ele, o corpo, que encarna o homem, torna-se a marca do indivíduo na sociedade moderna individualizada, pois ele demarca a fronteira limite entre o eu e os outros (LE BRETON, 2007, p. 30). Entretanto, quando o corpo existe como elemento de individuação esse acaba por traduzir “o aprisionamento do homem sobre si mesmo” (LE BRETON, 2007, p. 31). Assim, ao mesmo tempo que o corpo delimita os indivíduos ele também os restringe dentro de um imaginário social de individualidade. Tal restrição que o corpo nos impõe, dentro do imaginário social, não diz respeito apenas à concepção de individualidade, ela também diz respeito ao tipo de corpo individualizado que se espera. O corpo, assim, como parte da construção da individualidade, também nos aprisiona, como vimos com relação à teoria de Goffman (1988), em estigmas capazes de nos desacreditarem socialmente.

Quando chega a vez de Steve ser avaliado pelo médico⁶, este dá uma rápida olhada para o rapaz e começa a avaliar sua ficha. No diálogo que se passa entre

6 Apesar desse não ser identificado como tal, sua vestimenta, jaleco branco sobre um uniforme militar, sugere que ele seja um médico. Além de que a função dele é avaliar a ficha médica e apontar se o candidato tem condições físicas de ser aceito.

os dois, o médico se interessa apenas pelos dados médicos do rapaz e de seus familiares. Qualquer outra coisa dita pelo aspirante sobre suas intenções, sobre a tradição de sua família no serviço militar ou sobre sua vontade de honrar a memória de seus pais é ignorada. Mais uma vez, a única coisa que importa naquele momento é o corpo de Steve. No meio da conversa, a câmera focaliza por alguns segundos uma lista, enorme, de doenças da personagem: asma, febre escarlatina, febre reumática, sinusite, resfriados frequentes ou crônico, pressão alta, palpação ou arritmia cardíaca, fadiga, problemas cardíacos, ansiedade, teve contato com pessoa com tuberculose em sua casa, pais/irmãos com diabete ou câncer⁷. O médico rejeita Steve assim que termina de ler seu histórico de doenças e a cena termina com a imagem do carimbo “4F”⁸ batendo em sua ficha, como uma espécie de veredicto.

Imediatamente após mostrar o rosto decepcionado de Steve por ter sido rejeitado surge na tela a bandeira do partido nazista, em preto e branco e em movimento. Em seguida, um vídeo que faz propaganda do alistamento para captar voluntários. O filme está sendo projetado no cinema e Steve está lá, reiterando a impossível fuga de seu estigma e seu fracasso, uma vez que até quando vai ao cinema, meio de entretenimento e distração, ele é lembrado de seu problema e de, por isso, ter tido o seu sonho frustrado. O filme mostrará a imagem de uma multidão praticamente homogênea de homens altos e fortes que se dirigem em direção ao alistamento e, em sequência, homens sem camisa alinhados sendo avaliados por médicos. Enquanto isso o narrador anuncia com orgulho: “todo o jovem fisicamente capaz está se alistando para servir ao seu país”⁹. Assim, se ainda havia dúvidas disso, Steve é automaticamente, pela exclusão, classificado como jovem fisicamente incapaz.

Nas duas cenas acima o corpo será construído e avaliado a partir de uma lógica específica: a lógica do discurso médico. Apesar das comparações e da posição de Steve como desacreditável, o discurso médico será o principal fator de estigmatização do rapaz. Assim, a medicina aparece como detentora do poder de avaliação dos corpos, pois é dentro do discurso médico que se pode determinar a aptidão ou a incapacidade física de alguém. Ora, é preciso lembrar que, embora tais esforços tenham sido desencorajados após o início da Segunda Guerra, os Estados Unidos

7 Traduzido pela autora a partir da imagem. A versão legendada do filme contém apenas alguns itens da lista na legenda.

8 “4F”, dentro do sistema de classificação do Exército americano, significa rejeição por razões médicas, odontológicas ou similares. Fonte: <directionindentistry.net/4f-unfit-for-service-because-of-teeth> acesso em novembro de 2016.

9 Original: *Every able-bodied young man is lining up to serve his country.*

foram um dos países onde as ideias de eugenia encontraram investimento e entusiasmo¹⁰. Segundo *The Oxford Handbook of the History of Eugenics*, a Eugenia pode ser elaborada enquanto

(...) um projeto para avaliação e classificação dos seres humanos. As designações “adequado” e “inadequado” eram aplicadas tanto para populações quanto para indivíduos, e a literatura eugênica está repleta de dados sobre a hierarquia entre os humanos, alguns estatísticos, alguns visuais, todos confiantes em sua capacidade em avaliar, classificar e corrigir as características e qualidades dos seres humanos. (LEVINE; BASHFORD, 2015, p. 8, em livre tradução)

Apesar de ser mais facilmente relacionada à Alemanha Nazista, com suas práticas de extermínio, a eugenia pode ser entendida como um fenômeno moderno que permeou o mundo ocidental no início do século XX (DIKÖTTER, 1998, p. 467). A classificação dos corpos e a demanda para que estes sejam melhorados não se deu como um evento extraordinário, ao contrário do que normalmente se quer pensar, tudo isso é parte da modernidade (DIKÖTTER, 1998). Sendo assim, a classificação a qual o rapaz foi submetido pode ser relacionada a tal contexto mais amplo, bem como a preocupação do médico em avaliar a causa *mortis* de seus pais. Assim, portanto, dentro de um discurso classificatório, não haveria esperanças para o fraco rapaz, biologicamente fadado ao fracasso. Entretanto, Steve encontrará sua oportunidade de mudança ao ir com seu amigo Bucky à “feira do futuro”, de Howard Stark¹¹.

Ao chegarem na feira o locutor anuncia: “Bem-vindos ao Pavilhão Maravilhas¹² Modernas e O Mundo do Amanhã. Um mundo maior. Um mundo melhor”¹³. A feira é uma grande celebração da ciência e sua tecnologia, onde o progresso é o objetivo e o futuro é a realização de um mundo melhor. Quando a câmera abre o plano e eles se perdem em meio à multidão, é possível ver, no centro de tudo, um boneco de um homem vestido em um *collant* vermelho, desses típicos de trajes de super-heróis, bem alto e musculoso. O boneco encontra-se dentro de uma cápsula de vidro, como de um experimento científico. É um prenúncio do que acontecerá:

10 Para isso, ver, por exemplo, o documentário *Homo-sapiens 1900* (1999), do diretor Peter Cohen, sobretudo no tocante ao modo como os Estados Unidos lidou com as ideias eugênicas no século XX.

11 A personagem Howard Stark já havia sido introduzida no filme Homem de Ferro 2 (ano), como o brilhante inventor pai de Tony Stark, mas ganhará maior destaque neste filme.

12 Aqui a palavra usada no original para maravilhas é *marvel*, em alusão ao nome do estúdio.

13 Original: *Welcome to the Modern Marvels Pavilion and the World of Tomorrow. A greater world. A better world.*

a ciência fará um mundo melhor criando homens melhores. E um dos indicadores desse indivíduo melhor é o corpo – alto e musculoso.

Após não ficar muito empolgado com a espetacular apresentação de Howard Stark e seu carro com tecnologia de inversão de gravidade, Steve olha em volta e, acima da multidão, vista a histórica e icônica propaganda de alistamento do Tio Sam¹⁴, aquela na qual uma pessoa de cartola e barbas brancas, apontando o dedo, diz “Eu quero você para o exército dos EUA”¹⁵. Ele vai até o local de alistamento e para em frente a uma ilusão de ótica na qual é possível colocar seu rosto no corpo de um soldado, por efeito do jogo de luz, que serve, no filme, para encorajar os jovens a se verem como soldados e se alistarem, porém, Steve não é alto o suficiente para se encaixar na ilusão de ótica como soldado, ficando a imagem de seu rosto projetada na altura do pescoço do corpo na imagem. Enquanto ele discute com seu amigo que o questiona sobre a necessidade de provar alguma coisa conseguindo entrar para o exército, a propaganda do Tio Sam, colocada em forma de quadro na parede, figura ao fundo. Há, assim, uma mistura de intenções e pressões que se colocam ao rapaz. O dever de servir sua pátria, sua inadequação física, sua vontade em provar que é capaz de fazê-lo.

Na cena seguinte, ao se submeter novamente aos exames médicos necessários à admissão no exército, Steve está em um consultório médico típico (maca, balança, quadro para teste de visão) sendo examinado por um doutor quando a consulta é interrompida e, após um momento de tensão pelo medo de ser pego por mentir em seu formulário (o único meio para que ele pudesse realizar múltiplas tentativas de admissão seria modificando alguns dados em seu formulário, no caso, ele mudava sua cidade natal) entra na sala um senhor de paletó marrom, óculos e cabelos brancos, meio calvo. Trata-se do Dr. Abraham Erskine, um cientista expatriado que agora, representante da Reserva Científica Estratégica¹⁶, trabalha em colaboração com o exército americano.

Enquanto o diálogo ocorre, há duas informações visuais que figuram ao fundo. Atrás do doutor há uma placa que adverte que “É ilegal falsificar o formulário

¹⁴ Considerado como uma personificação dos Estados Unidos, o Tio Sam foi criado por soldados americanos a partir de uma brincadeira com as iniciais dos EUA, em inglês *United States*, inscritas em barris de alimentos fornecidos pela empresa de Samuel Wilson ao exército, chamando a este de Tio Sam (*Uncle Sam*). Mais tarde o desenho feito por Tomas Nast do Tio Sam, inspirado no rosto de Abraham Lincoln, foi usado por James Flagg para a propaganda de alistamento, a pedido das Forças Armadas dos EUA, durante a Primeira Guerra Mundial. Fonte: <www.brasiscola.uol.com.br/geografia/tio-sam.htm> acesso em: 21/12/2016.

¹⁵ Original: *I want you for U.S. army.*

¹⁶ Agência fictícia que, no filme, tem como objetivo desenvolver armas para as Forças Armadas dos EUA.

de alistamento”¹⁷, essa placa aparece desde o início da cena, como um lembrete constante de que Steve está fazendo algo ilegal. Steve, inclusive, olha para a placa algumas vezes, enquanto o doutor, porém, a ignora. A outra informação contida na sala de exames é um quadro com a lista de doenças que impedem a aceitação no alistamento. Novamente, a imagem contém todas as doenças que o filme já mostrou como doenças que Steve Rogers tem ou já teve. A diferença é que nessa cena a lista apenas figura ao fundo do rapaz, como algo que paira sobre ele o tempo todo.

Tanto a primeira placa quanto a segunda revelam o que o Dr. Erskine sabe sobre o rapaz, seu estigma desacreditado, que ele não pode esconder, e seu jeito ilegal para continuar perseguindo o alistamento. Disso denota-se que a escolha em aceitar o rapaz não será feita por ignorância a respeito de seus problemas de saúde ou de sua falsificação, mas será uma escolha feita a despeito do primeiro e motivada pelo segundo, já que o doutor se mostra, ao invés de aborrecido, impressionado pela quantidade de tentativas do rapaz.

Será apenas após o carimbo A, de aceito, ser registrado em sua ficha, que a placa com a lista de doenças sairá de cena e a câmera, que até então apenas mostrava o rapaz de cima para baixo e através dos ombros de seus interlocutores, passa a registrá-lo de baixo para cima. Tudo isso consegue criar dois efeitos: de libertação do estigma que o persegue, uma vez que a placa acusadora de seus defeitos desaparece; e de exaltação, criada pelo ângulo de filmagem.

A intervenção do cientista, dotado de autoridade técnica, foi capaz de mudar a situação estigmatizada do rapaz. E a intervenção da ciência irá além da mudança na classificação do rapaz, a inovação técnica será capaz de efetivamente transformar seu corpo. Não por acaso, Steve encontrou-se com o Dr. Erskine na feira do futuro e do progresso científico. No filme a ciência aparece, então, como aquela capaz de trazer o melhoramento e o progresso sobre o corpo. O corpo, como elemento da natureza, se impõe aos indivíduos, entretanto, a modernidade, como projeto de controle da natureza em seus riscos e infortúnios, também ambiciona o melhoramento dos corpos. Nas palavras de Bauman:

(...) a partir do Iluminismo o mundo moderno se caracterizou por uma posição ativa, planejada, em relação à natureza e a si mesmo. A ciência não deveria ser praticada por si mesma; passou a ser vista, antes e acima de tudo, como um instrumento de poder tremendo que capacita seu detentor a melhorar a realidade,

17 Original: *It is illegal to falsify your enlistment form.*

a moldá-la de acordo com os projetos e interesses humanos e a contribuir para seu auto aperfeiçoamento. (BAUMAN, 1998, p. 93)

A ciência é assim, na modernidade, aquela que permite o auto aperfeiçoamento. Dos estudos genéticos às pílulas para emagrecimento; das cirurgias plásticas às atividades físicas; há diversas tentativas por parte dos indivíduos em modificar seus corpos para que estes se tornem melhores e mais adequados às expectativas. Porém, o paradoxo reside em que a modernidade se coloca para resolver os problemas que ela mesma criou. Aqui, a mesma ciência que classifica Steve Rogers como inato através de seu discurso é a única capaz de lhe oferecer uma solução frente à imposição da natureza do corpo, porém, tal natureza só é considerada inadequada pelos padrões médicos de classificação.

Eugenia e melhoramento, ambos lados de uma mesma moeda, ambos modernos e ambos impostos aos indivíduos como necessários. Se as Luzes pretendiam trazer liberdade frente aos infortúnios da natureza, elas apenas conseguiram criar pesos.

A modernidade não apenas conseguiu concretizar os ideais das Luzes que objetivava alcançar, mas também, ao invés de avalizar um trabalho real de libertação, deu lugar a um empreendimento de verdadeira subjugação, burocrática e disciplinar, exercendo-se igualmente sobre os corpos e os espíritos. (CHARLES, 2004, p. 16)

Ora, o que o filme nos traz até então com relação aos dilemas e anseios vividos pela personagem se enquadra justamente no âmbito da subjugação dos corpos em seu duplo caráter: classificação de corpo saudável e a busca pelo aprimoramento de seu desempenho. Entretanto, segundo o filósofo francês Gilles Lipovetsky, a saúde e o desempenho não encerram todas ambições dos indivíduos contemporâneos com relação aos seus corpos, em suas palavras,

Engana-se quem afirma que a obsessão pelos objetivos e a excelência se apodera de todas as preocupações, incluídas as referentes ao equilíbrio e ao bem-estar pessoal. Na sociedade atravessada pela dinâmica da “individualização”, outras preocupações aparecem, entre as quais as exigências de respeito e reconhecimento de si não são menos significativas. (LIPOVETSKY, 2007, p. 269).

Ao fazer tal afirmação, Lipovetsky (2007) está empreendendo uma discussão sobre as teorias que colocam que a sociedade contemporânea como a sociedade que poderia ser chamada a sociedade do desempenho. Segundo ele, entretanto, isso não se confirma porque o indivíduo também requer reconhecimento e valorização pelo outro sobre as atividades que ele é capaz de realizar. Não basta, assim, ser fisicamente capaz, é necessário que os outros o reconheçam. E é nesse sentido que prosseguirá a trama do filme, mostrando agora a busca de Steve pelo reconhecimento enquanto Capitão América.

Minutos após seu novo corpo ser revelado pela abertura da máquina usada para potencializar os efeitos do soro desenvolvido por Dr. Erskine, responsável por sua mutação, Steve teve oportunidade de usar seus músculos recém-adquiridos para perseguir um assassino. A perseguição será seu primeiro encontro com a Hidra, divisão científica do governo nazista, que se tornará seu grande inimigo. Além da importância de tal divisão científica por sua capacidade de inovação bélica e de seu poderoso chefe Johann Schmidt, o grande vilão da trama, a motivação da perseguição foi vingar o assassinato do Dr. Erskine e recuperar o soro roubado. A cena envolve Steve perseguindo o carro do assassino correndo pelo Brooklyn e o resgate de um garoto usado como escudo humano. O problema é que, mesmo após o sucesso de sua transformação corpórea e a prova prática e pública que Steve agora está mais do que apto para a ação, o seu superior o impede de ir lutar contra Schmidt dizendo que Steve “não é bom o suficiente”. O olhar de decepção volta ao rosto da personagem. Vale destacar que nesse momento Steve ainda não veste o uniforme do exército, apenas uma camisa bege sem insígnias.

Ao ser, mais uma vez, impedido de realizar seu sonho de ir ao fronte lutar, a alternativa que oferecem ao rapaz é que, devido ao sucesso de sua aparição pública pelas ruas de Nova Iorque, ele se torne garoto propaganda do governo. Assim nasce o Capitão América: como espetáculo e propaganda. Vestido com um *collant* predominantemente azul, com listras brancas e vermelhas na região abdominal e uma estrela branca no peito (além de botas vermelhas e uma máscara, que cobre parcialmente seu rosto, com a letra “A”, de América, bem no meio da testa), Steve será chamado de Capitão América pela primeira vez no filme ao subir com essa roupa, mais o escudo¹⁸, em um palco com dançarinas, também nas cores da bandeira. O nome Capitão América, inclusive, será mencionado pela primeira vez através da canção proferida pelas dançarinas.

¹⁸ Esse escudo também será igual ao escudo usado pelo Capitão América dos primeiros quadrinhos, porém o escudo que Steve usará mais tarde nas cenas de ação e nos próximos filmes é o escudo apresentado na introdução do filme.

Construída sobre o pano de fundo de uma música de propaganda, a sequência mostra o Capitão América acompanhado de dançarinas em teatros por vários lugares do país apresentando um espetáculo montado para vender títulos de guerra¹⁹. A letra da música, cantada pelas dançarinas, descreve e celebra a personagem como símbolo da nação, como aquele que defende o *american way*²⁰ e o que é certo. Mas a verdadeira base de toda a sequência será a bandeira americana, onipresente em suas cores e estrelas, desde as vestimentas das dançarinas e do próprio Capitão até as cortinas dos teatros e, ela própria aparecendo em diversos momentos. Assim, o filme lembra mais uma vez quem foi o Capitão América: um símbolo da defesa da nação e seus ideais.

A sequência funciona, então, tanto como homenagem à história da personagem quanto como alusão ao seu uso como propaganda para ajudar o governo americano a aumentar o apoio popular à sua participação na Segunda Guerra. A sequência mostrará, inclusive, crianças comprando e lendo o primeiro quadrinho do Capitão América produzido pela Timely²¹ em 1941. Há ainda um momento em que se mostra um soldado (identificável pelo uniforme com o qual o exército americano é mostrado no filme), em um lugar que aparenta ser um acampamento de guerra (camas enfileiradas sob uma larga tenda, em um terreno terroso), lendo a revista com um sorriso no rosto. Tal cena é uma breve alusão à distribuição dos quadrinhos de Capitão América aos soldados, durante a guerra, para animá-los e encorajá-los, bem como distraí-los da realidade cruel dos combates (CHAGAS, 2008, p. 140). Há ainda outra referência às HQs da personagem presente na sequência, uma vez que um dos elementos mais marcantes da capa da primeira revista é a ilustração do Capitão América desferindo um golpe de punho no maxilar de Adolf Hitler (CHAGAS, 2008, p. 144) e, no show, Steve, como Capitão América, encena nocautear um ator fantasiado como o líder alemão.

Apesar de desconfortável em tal papel no começo, aos poucos Steve começa a gostar das apresentações e do tipo de reconhecimento que ele recebe como Capitão América. Com lindas garotas pedindo seu autógrafo, audiências lotadas o aplaudindo com entusiasmo e seu espetáculo contando com uma produção cada

19 Títulos de Guerra foram papéis vendidos pelo governo americano aos cidadãos, que os compravam por livre escolha, para ajudar a cobrir os custos da Segunda Guerra. Graças às propagandas, em junho de 1944 o então presidente, Franklin Roosevelt, informou em entrevista à revista Veja que os Estados Unidos já haviam vendido mais de 600 milhões de títulos que somavam mais de 32 milhões de dólares. Fonte: <www veja abr il com br especiais _online edicaco007 entrevista shtml> acesso em: 21/12/2016

20 Termo amplamente utilizado para designar o estilo de vida almejado e defendido pelos americanos.

21 *Timely Comics* foi o primeiro nome de empresa que viria a se tornar mais tarde a *Marvel Comics*.

vez mais elaborada; Steve experimenta os prazeres do reconhecimento como uma estrela. Porém, seu entusiasmo e satisfação serão destruídos ao finalmente encontrar-se com a guerra.

Em um enquadramento que mostra apenas seu rosto mascarado, Steve, fantasiado de Capitão América, discursa sobre socar Hitler com a empolgação de um animador de plateias, mas logo fica constrangido pelo silêncio de sua audiência que, então, descobrimos tratar-se de soldados em um acampamento de guerra. Há um nítido contraste entre o palco do Capitão América e sua vestimenta, ambos coloridos e festivos, e a multidão de soldados com tanques de guerra ao fundo, toda uma realidade sombria em tons esverdeados e acinzentados, além dos rostos com feições sofridas, que evocam a realidade cruel que os homens enfrentam em uma situação de guerra. Letras brancas no quadrante inferior da tela informam a localização e a data nas quais se passa tal situação: trata-se de um acampamento estabelecido na Itália, a apenas cinco milhas da linha de frente, em novembro de 1943.

O filme não oferece informações suficientes para que seja possível quantificar com exatidão por quanto tempo Steve estava trabalhando com propaganda como Capitão América, mas se contarmos que ele conseguiu entrar para o exército em 1941 e que passou por um período de treinamento em uma base, é cabível supor que ele estaria nessa função por algum período próximo a um ano.

Sua interação com os soldados, então, revela-se pouco amistosa e Steve é hostilizado e humilhado por sua condição de Capitão América como figura de propaganda e entretenimento. A diferença fica marcada pelo contraste e a realidade da guerra relembra Steve que ele ainda não recebeu o tipo de reconhecimento que procura. A guerra é o lugar dos homens honrados e seu trabalho de propaganda é apenas uma atividade de auxílio que não merece o mesmo valor e respeito. Ele deixa o palco com a cabeça baixa, humilhado. Agora já sem a máscara de Capitão América, enquanto ele, sentado no degrau inferior da escada, abrigando-se da forte chuva, desenha um macaco de circo vestido com a roupa do Capitão América em seu caderno, o que define sua honra como a mesma que a de um macaco no circo: ela só existe enquanto entretenimento a outrem.

É importante destacar, entretanto, que Steve encontrava certo prazer e satisfação sua vida como estrela nacional, como comentado acima, e que ele apenas se dá conta de que tudo aquilo não é bom o suficiente quando ele está de frente com os soldados, honrados por estarem em batalha, e ele não é reconhecido por eles como igual. Isso parece relacionar-se com um fenômeno observado por Lipovetsky (2007) sobre a relação entre trabalho e realização. De acordo com o pensamento

do filósofo, o grau de satisfação dos indivíduos com seus trabalhos não diz respeito, necessariamente, à atividade que exercem, mas a outros fatores:

Na realidade, é menos a própria atividade do trabalho que proporciona satisfação do que os fatores ditos “extrínsecos”: segurança, relações sociais, salários, vantagens sociais, melhoria do nível de vida. Sem dúvida, as pontuações maciças de satisfação no trabalho (...) traduzem a dificuldade em reconhecer as dificuldades profissionais ou um sentimento de fracasso numa sociedade em que o indivíduo é pensado como único responsável por sua situação. (LIPOVETSKY, 2007, p. 268)

Se contarmos com tais aspectos, Steve não teria, ao que parece, motivos para estar insatisfeito - e, por um certo período, de fato ele não estava. Entretanto, como alerta Lipovetsky (2007), a necessidade em se enumerar tantas vantagens é apenas um subterfúgio para que o indivíduo, em uma sociedade individualizada, não encare sua frustração de ser considerado o único culpado por ela. E é esse o comportamento que veremos em Steve em seu diálogo com a agente Peggy Carter quando ela o encontra desenhando a si mesmo como um macaco de circo em seu momento de frustração.

Ao ser chamado, ironicamente, por ela de “nova esperança da América”, ele rebate com a informação de que as vendas dos títulos de guerra crescem por onde ele passa. Ao confrontá-lo novamente e comparar seu discurso com o de um político, ele responde que ao menos ali ele estava tendo a oportunidade de fazer algo ao invés de ficar em um laboratório (o que havia sido a sugestão do coronel responsável por aquela divisão). E, por fim, ao questioná-lo sobre essas serem as únicas opções que ele tem, ela o encoraja ao lembrar que o propósito de o terem criado era muito maior. Em outros termos, enquanto ele tenta se convencer de que está satisfeito em apoiar sua honra sobre as bases do entretenimento (o que são apenas desculpas para que ele não reconheça sua frustração consigo mesmo), a agente Carter vai desconstruindo cada argumento por ele utilizado para sustentar sua fuga.

Surge, então, uma situação perfeita para resolver tal dilema: Steve descobre que o pelotão de seu amigo Bucky, Sargento Barnes, havia sido capturado e provavelmente teria sido dizimado. Steve decide, então, entrar na guerra na tentativa de resgatar o pelotão capturado e, quem sabe, seu amigo também. É a oportunidade para que ele, partindo de uma escolha individual, finalmente tenha a oportunidade de provar sua virtude em batalha.

Ao tomar tal decisão e ir se preparar para a jornada, alguns elementos mudam: a chuva que caía finalmente cede e é possível ver uma luz quente por entre a neblina formada pela água se evaporando como se o final da chuva sugerisse a chance de um recomeço. Seus trajes também mudam: ele não abandona a roupa de Capitão América, mas veste uma calça bege com bolsos (geralmente usada por personagens em situações de aventura e desbravamento nos filmes de Hollywood) e uma jaqueta de couro marrom que deixa apenas a estrela branca, da fantasia de Capitão América, à mostra em seu peito. Não se trata, portanto, de abandonar o Capitão América, mas de colocar outra conotação por cima da ideia de defensor da nação, onde o show fica como secundário e o principal, em cores sóbrias e tecidos mais funcionais, é a aptidão para a batalha.

Finalmente, após uma sequência de ação na qual Steve consegue enfrentar o inimigo ao invadir suas instalações para libertar os soldados americanos capturados, teremos a cena de consagração de Steve como o Capitão América à qual nos deteremos em uma breve descrição.

Algo agita o acampamento do exército americano e o coronel, juntamente com a agente Carter, vai conferir o que está mobilizando a atenção de seus soldados. Ao se aproximarem da cancela que delimita a entrada do local, soldados se amontoam para ver algo que se aproxima. Uma música triunfal cresce à medida que a câmera, posicionada de baixo para cima, se aproxima de um grupo de homens que chega pelo caminho entre as altas árvores que cercam a estrada. No exato momento que o tema da música ecoa dos metais, torna-se possível identificar o Capitão América à frente do pelotão por ele resgatado. A câmera sobe e mostra a dimensão do grupo resgatado, alguns sobre um tanque de guerra inimigo que fora roubado durante a batalha, e então volta-se para dentro do acampamento, onde os que estavam ali formam um corredor de passagem para receber com aplausos e entusiasmo aqueles que retornam. Capitão América, ao lado de seu melhor amigo, caminha com a postura e a serenidade no olhar de quem conseguiu conquistar seu objetivo e sorri levemente ao seu companheiro que, mostrando a cumplicidade entre eles, balança sutilmente a cabeça em sinal de aprovação. Os mesmos soldados que o hostilizaram agora se agitam com animação ao vê-lo retornar com seus companheiros resgatados.

Como ele não tinha permissão do coronel para a ação desferida, Steve se apresenta a ele para se submeter à disciplina, porém o coronel afirma que isso não seria necessário e, pela primeira vez, esboça um sorriso de aprovação ao rapaz. A agente Carter, apesar de tentar manter sua postura em tom de seriedade, mal consegue conter a feição de orgulho de Steve pelo feito incrível que ele realizou.

A cena termina com Bucky chamando os soldados a reverenciarem o Capitão América com suas palmas, ao qual os soldados respondem que entusiasmo e, por cima, podemos ver Steve cercado de homens o aplaudindo e o ovacionando.

Não bastasse sua honra e reconhecimento serem construídos ao longo de toda cena triunfal. Ele ainda irá livrar-se da imagem de garoto propaganda ao não aparecer para receber a medalha de honra dada a ele pelo governo, em uma solenidade preparada reverter sua virtude em batalha em um espetáculo e fará sua próxima aparição, no quartel general da operação, vestido com o uniforme oficial, com as insígnias das águias e com as patentes de capitão do exército. Assim, apenas após participar efetivamente da guerra é que ele consegue transformar sua imagem e receber o tipo de reconhecimento que almejara por tanto tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outras palavras, o desenvolvimento da sociedade rumo a um nível mais elevado de individualização de seus membros abre caminho para formas específicas de realização e formas específicas de insatisfação, chances específicas de felicidade e contentamento para os indivíduos e formas específicas de infelicidade e incômodo (...). (ELIAS, 1994, p. 109)

Em seu livro *Sociedade dos indivíduos* (ELIAS, 1994), Elias já alertava sobre os efeitos do processo de individualização como fonte de novas formas de descontentamento e é possível observar, como demonstrado, que a imposição de se tornar um indivíduo e de superar o ordinário e comum para que se esteja dentro do padrão almejado é, dentre outros dilemas contemporâneos, perceptível nas personagens de super-heróis. Assim, ao tentar compreender como estão construídos, em tais personagens, os dilemas e anseios dos indivíduos a questão da busca pela conquista e afirmação da individualidade torna-se latente. Assim, é a própria individualidade que aparece como o grande anseio e sua busca como um incessante dilema.

Assim como Marcel Mauss (2003) já havia mostrado, em seu ensaio *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”*²², originalmente publicado em 1938, que a categoria do *eu* não é inata, mas foi sendo desenhada ao longo da história da sociedade ocidental, Norbert Elias (1994) também desenvolveu uma análise sobre a historicidade da noção de indivíduo como unidade fechada,

²² MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu””. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 367–397.

separada e independente da sociedade. Em seus escritos, Elias procura apontar que as pessoas se vivenciam como indivíduos não porque tal concepção possa ser observada, mas porque há sentimentos e valores que as fazem entender indivíduo e sociedade como distintos (ELIAS, 1994, p. 75). Ele diz,

Esses padrões emocionais funcionam como moldes aos olhos da mente; determinam, em boa medida, quais os fatos percebidos como essenciais e quais os descartados como sem importância ao se refletir sobre as pessoas isoladas e sobre as sociedades que elas formam em conjunto. E quando, como é comum suceder hoje em dia, esse mecanismo seletivo funciona de maneira a que os aspectos individuais e sociais das pessoas sejam percebidos e valorizados como diferentes, é fácil atribuir-lhes um tipo de existência especial e diferenciada. (ELIAS, 1994, p. 75)

Pensarmo-nos como unidades fechadas, autônomas e independentes e, como consequência e condição, pensarmos também aos outros nas mesmas condições é, para Elias (1994), uma forma de ver o mundo social colocada pela sociedade ocidental moderna. Ora, o que Elias (1994) faz, além de apontar a noção de indivíduo como uma autoconsciência socialmente construída, é buscar compreender que os mecanismos pelos quais se constrói e se mantém a individualidade agem de forma tal que naturalizam o que, na verdade, não é mais do que uma representação. Entretanto, por ser uma representação, esse tipo de apresentação das pessoas como indivíduos, apesar de típica da sociedade moderna, precisa ser reencenada e reforçada.

Ao comentar o pensamento de Elias (1994) sobre a questão da noção de indivíduo, Zygmund Bauman (2001) concorda com ele ao afirmar que “a sociedade moderna existe em sua atividade incessante de ‘individualização’” (BAUMAN, 2001, p. 39). A concordância se dá na medida que, para Elias, o processo de individualização é uma das faces do processo de civilização (ELIAS, 1994, p. 103); processo este fundamental na configuração da modernidade. Nesse sentido, Bauman afirma ainda que, por serem em si uma mesma condição social, falar em individualização moderna significaria fazer uso de uma expressão pleonástica (BAUMAN, 2001, p. 41).

E é apenas, portanto, através da compreensão da categoria indivíduo, enquanto par opositor da categoria sociedade, como consequência de um processo histórico-social que é possível que compreendamos o que os autores acima entendem por necessidade de reafirmação dessa ideia aos e pelos indivíduos.

Dentro disso, o que este artigo procurou demonstrar foi que, se é socialmente necessário que se reforce a ideia de indivíduo, em um contexto de individualização, as representações cinematográficas não estariam, assim, alheias a esse processo de reafirmação e tão pouco o estariam os filmes de super-heróis. Como afirmam os autores citados, a noção de indivíduo é constantemente reafirmada como representação e o cinema é um meio pelo qual as representações podem ser apreendidas (SORLIN, 1991, p. 28). Assim, a análise aqui apresentada apontou para a possibilidade de investigar uma das características mais básicas relativa à ideia de indivíduo, a questão individualidade e dos aspectos que a constroem, a partir de uma investigação sociológica das personagens de super-heróis no cinema atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Gláucio et al. Adaptações cinematográficas e Literatura de entretenimento: um olhar sobre as aventuras de super-heróis. *Intexto*, v. 1, n. 20, p. 84-101, 2009.
- BAUMAN, Zigmunt. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CHAGAS, Luciana. Capitão América: Interpretações Sócio-antropológicas de um Super-Herói de Histórias em Quadrinhos. *SINAIS – Revista Eletrônica*, v. 1, n. 3, p. 134-162, 2008.
- CHARLES, Sébastien. “O individualismo paradoxal: introdução ao pensamento de Gilles Lipovetsky”. In: CHARLES, Sébastien; LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Bacarolla, 2004, p. 13-48.
- COSTA, Robson; ORRICO, Evelyn. Super-Heróis em Movimento: adaptações cinematográficas e memória. *II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*, 2013. Disponível em: www.2cointer.com.br/artigos/pdf/512.pdf. Acesso em: 07 de agosto de 2014.
- DIKÖTTER, Frank. Race Culture: recente perspectives on the History of Eugenics. *The American Historical Review*, v. 103, n. 2, p. 467-478, 1998.
- Eco, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 1988.
- LE BRETON, David. *A Sociologia do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LEVINE, Philippa; BASHFORD, Alison. *Introduction: Eugenics and the Modern World. The Oxford Handbook on the History of Eugenics*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri: Manole, 2009.
- _____. *A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A Cultura-Mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *A Tela Global: mídias culturais e cinema na era hipermoderna*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 367-397.
- _____. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu””. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 367–397.
- RAHDE, Maria; CAUDURO, Flávio. Imagens e imaginários: do moderno ao pós-moderno. *E-Compós*, v. 9, 2007. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/180/181>. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.
- Rossi, Túlio. Hollywood e imaginários do senso comum: por uma sociologia dos *blockbusters*. *Cadernos de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências Humanas*, v. 11, n. 98, p. 89-110, 2010.
- _____. Problematizando a indústria dos sonhos: questões sociológicas para analisar o cinema de entretenimento estadunidense. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 50, n. 2, p. 137-145, 2014.
- SEBASTIAO, Sonia Pedro. The Hyper-Narcissus and the Collective Individualism: X-Men and Watchmen Super-Hero Conception. In: *ESA Research Network Sociology of Culture Midterm Conference: Culture and the Making of Worlds*. 2010.
- SORLIN, Pierre. *Sociología del Cine: la apertura para una historia de mañana*. Trad. Juan Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- SOUZA, Luciano. Superman: mito e herói na contemporaneidade. *Revista ícone*, v. 11, p. 71-80, 2013.

REFERÊNCIAS WEB

- <www.boxmojo.com> acesso em: julho de 2016.
- <directionindentistry.net/4f-unfit-for-service-because-of-teeth> acesso em novembro de 2016.
- <www.brasilescola.uol.com.br/geografia/tio-sam.htm> acesso em: dezembro de 2016.
- <www.veja.abril.com.br/especiais_online/edicaooo7/entrevista.shtml> acesso em: dezembro de 2016.

REFERÊNCIA FILMOGRÁFICA

- Capitão América: o primeiro vingador*. Direção: Joe Johnston: Paramount Pictures, 2011.
1 DVD (124min), cor. Título original: Captain America: the first avenger.

Esgarçamento do futuro: transformações nas representações do destino de São Paulo na década de 1950

Fraying of the future: transformations in São Paulo destiny representations in the 1950s

Bruno de Macedo Zorek^a

Resumo Ao se acompanhar as representações de futuro da cidade de São Paulo produzidas ao longo da década de 1950, percebe-se uma importante mudança no sentimento hegemônico em relação a ele. No início da década, o futuro da cidade era visto com otimismo e dominantemente representado como o de um crescimento contínuo e ilimitado. No final da década, em contraste, continuava-se imaginando que o destino da metrópole seria crescer indefinidamente, mas isso passara a ser motivo de preocupação e pessimismo. A passagem de um sentimento ao outro é marcada, em um primeiro momento, pelo acirramento das discussões entre urbanistas que ocupavam posições importantes no campo político. No entanto, foi a partir da entrada vigorosa das ciências humanas nos debates sobre a cidade, que o pessimismo se consolidou como sentimento dominante. Como se procura argumentar ao longo do artigo, a mudança dos ânimos não foi fruto exclusivo da argumentação dos cientistas sociais e veio acompanhada de transformações na divisão do trabalho de dominação: figuras antes importantes nos debates sobre a cidade perderam espaço para um grupo de novos intelectuais, que se impuseram e passaram a controlar o debate público sobre São Paulo.

Palavras-chave representações de futuro; cidade de São Paulo; história do urbanismo; história da sociologia.

Abstract Following the representations of the future of the city of São Paulo produced during the 1950s, we can see an important change in the hegemonic feeling related to it. At the beginning of the decade, the future of the city was viewed with optimism and dominantly represented as one of continuous and unlimited growth. By the end of the decade, in contrast, it was still imagined that the destiny of the metropolis would be to grow indefinitely, but that became a matter of concern and pessimism. The transition from one feeling to another is marked, in the first instance, by the intensification of discussions between urban planners who occupied important positions in the political field. However, it was from the vigorous entry of the humanities in the debates on the

^a Doutorando em História pela Unicamp, Bolsista Fapesp.

city that pessimism was consolidated as a dominant feeling. As we argue throughout the article, the change of the moods was not only a result of the social scientists' arguments, and it was accompanied by transformations in the division of the work of domination: important figures in the debates about the city lost space for a group of new intellectuals, who imposed themselves and came to control the public debate about São Paulo.

Keywords representations of future; city of São Paulo; history of urban planning; history of sociology.

INTRODUÇÃO

Durante os anos 1950, a expectativa hegemônica sobre o futuro da cidade de São Paulo sofreu uma importante transformação. Desde o surto urbano da década de 1870 – consagrado pela historiografia como “segunda fundação de São Paulo” (REVISTA DE HISTÓRIA – USP, 1954; MORSE, 1970; QUEIROZ, 2004; CAMPOS, 2002; CASTRO, 2013) – até meados do século XX, a representação dominante do futuro da cidade era marcada pelo otimismo e por uma aposta nos benefícios que o crescimento contínuo traria para a metrópole (PRESTES MAIA, 1930; MOSES, 1950; O ESTADO DE SÃO PAULO, 1954; CAMPOS, 2002). Havia disputas em torno de quais estratégias de urbanização deveriam ser adotadas para favorecer esse crescimento: se a aposta deveria ser na funcionalidade dos equipamentos urbanos ou se questões estéticas deveriam prevalecer (CAMPOS, 2002), mas praticamente não havia dúvidas de que o crescimento era bom. As vozes que porventura questionassem essa premissa, mesmo estando presentes nos debates urbanos locais desde pelo menos a década de 1920, não tinham força suficiente para abalar a certeza otimista. Ou melhor: não tiveram força até a década de 1950. Até este momento, a narrativa que organizava o futuro da cidade era marcada por um *télos* épico e glorioso.

A partir de então, as críticas ao crescimento começaram a ganhar espaço. Entre os urbanistas, a tese de que a expansão contínua e indeterminada condenaria a cidade ao caos e à morte tornava-se cada vez mais influente (MEYER, 1991; LEME, 2001; FELDMAN, 2005). Quanto maior fosse São Paulo, mais problemática e difícil de se viver seria para seus habitantes. A única salvação possível seria promover a inversão de seu crescimento, mudando radicalmente a paisagem local (ANHAIA MELLO, 1954). O futuro alternativo que se desenhava para São Paulo transformaria a metrópole em um conglomerado de pequenas cidades-jardim – cada uma com um limite populacional de 30 mil habitantes, separadas entre si por cinturões-verdes e espalhadas por um território vinte vezes maior do que o ocupado pela cidade naquele momento (ANHAIA MELLO, 1954). Duas narrativas complementares,

portanto, entraram com força na disputa pela produção do futuro da cidade: uma essencialmente trágica – que se referia ao destino manifesto da metrópole – e outra cujo final seria a salvação de São Paulo e que se oferecia para substituir a tragédia que se avizinhava.

Na interação entre essas narrativas, as críticas ao crescimento e as discussões sobre os problemas que o gigantismo da cidade causava tinham mais ressonância na redefinição do futuro de São Paulo do que aquela representação alternativa – a confederação de cidades-jardim –, tida como utópica e irrealizável (MOSES, 1950). Nesse sentido, a expectativa dominante continuou representando o futuro de São Paulo como sendo o de um crescimento contínuo e indeterminado, mas, ao mesmo tempo, incorporou as críticas então em voga, deixando de ver esse futuro como algo exclusivamente positivo. Em outras palavras, São Paulo se transformava em uma cidade em que o caos estava no horizonte próximo – às vezes como expectativa (KOSSELLECK, 2006), às vezes presentificado (BOURDIEU, 2007) –, caos provocado por sua própria expansão e, em certa medida, cada vez com menos perspectivas de que pudesse escapar de tal destino (FERNANDES, 2008 [1959]).

O que se pretende adiante é apresentar cada uma dessas representações de futuro, bem como os personagens históricos que melhor lhes encarnavam, e explicar como e por que a expectativa hegemônica sobre São Paulo se transformou ao longo da década de 1950. Para isso, o texto segue em quatro partes: na primeira, apresenta-se a representação do futuro de São Paulo que foi hegemônica até a década de 1950, e que tinha como seus enunciadores fundamentais Francisco Prestes Maia e Robert Moses; na segunda, discute-se a representação alternativa, fortalecida nos debates sobre São Paulo a partir de 1954 e cujo principal advogado era Luiz de Anhaia Mello; na terceira, explica-se o surgimento de uma nova representação hegemônica, derivada da crítica de ambas as perspectivas anteriores e da inscrição de novos instrumentais disciplinares – como os da geografia e da sociologia – nos debates sobre a cidade; e, enfim, na última parte, aponta-se algumas das implicações dessas transformações para a *produção* do futuro de São Paulo.

“SÃO PAULO NÃO PODE PARAR”

Em 1930, alguns meses antes da eclosão do movimento armado que derrubou Washington Luiz da presidência da República, um jovem engenheiro da prefeitura de São Paulo, descendente de uma família de políticos e latifundiários, publicou o imediatamente famoso *Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*. O documento fora encomendado pelo então prefeito José Pires do Rio, que pretendia promover uma profunda reforma urbana na cidade. Seu autor, Francisco

Prestes Maia, foi aplaudido por seus colegas engenheiros e arquitetos: seu trabalho foi premiado no 4º Congresso Pan Americano de Arquitetura, realizado em 1930, no Rio de Janeiro e recebeu elogios de Alfred Agache, importante arquiteto francês que então visitava o Brasil (CPDOC, 2001; CAMPOS, 2002; FICHER, 2005).

O *Plano de Avenidas* de Prestes Maia propunha uma reestruturação viária para São Paulo baseada na combinação entre avenidas perimetrais e avenidas radiais. De um ponto de vista aéreo, as perimetrais seriam percebidas como uma série de círculos concêntricos, lembrando as ondas que uma pedra provoca ao atingir uma superfície de água parada, ou a figura de um alvo. As avenidas radiais, por sua vez, seriam vistas como linhas retas, cortando as perimetrais em todas as direções e ligando as periferias ao centro da cidade. Dentre as avenidas perimetrais, uma ocupava um lugar de destaque, aquela que Prestes Maia chamava de *Perímetro de Irradiação*. Esse perímetro – que seria o primeiro e menor dos círculos e deveria ser construído em torno do centro histórico – serviria para ampliar a zona comercial e facilitar a distribuição de veículos em diversos pontos do centro. O principal propósito do perímetro era aliviar o congestionamento da área central.

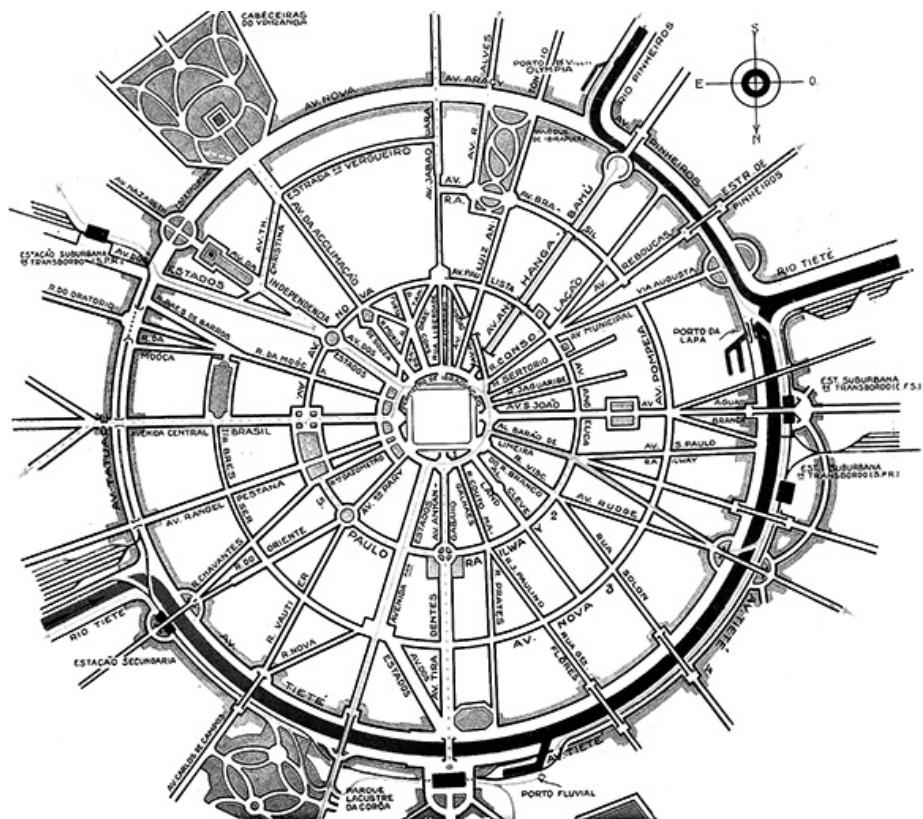


Imagen 1. Esquema Teórico para São Paulo no Plano de Avenidas (PRESTES MAIA, 1930)

As intervenções urbanísticas propostas no *Plano de Avenidas* vinham ancoradas na certeza de que São Paulo seguiria crescendo. Esse futuro já se encontrava inscrito no presente da cidade de então, sobretudo nas transformações em curso que Prestes Maia identificava. Essas transformações, cuja origem era diversificada e difusa, eram reforçadas e garantidas por planos como o de Prestes Maia, especialmente quando chancelados pelo Estado. Nas palavras do engenheiro, percebe-se tanto aquela certeza do crescimento, quanto a consciência do papel do Estado no processo de organização da expansão urbana, além de serem marcadas pela perspectiva otimista de que o crescimento era bom para São Paulo:

Estamos, sob todos os pontos de vista, em um momento decisivo da nossa existencia urbana. No centro os arranha-céus se multiplicam; no taboleiro alem do Anhangabahú os primeiros grandes predios começam a emergir no meio do casario terreo [...]. Na propria administração municipal novo regimen se prepara com a cooperação do Estado. A varzea do Tieté, que por si só será uma cidade nova, acha-se em vias de completa metamorphose. Outras grandes obras se executam: calçamento, exgotto, abastecimento, grandes parques e edificios publicos. A situação geral do Estado é promissora. O proprio ambiente parece até certo ponto preparado [...] (PRESTES MAIA, 1930, p. 7).

A Revolução de 1930 interrompeu a administração de Pires do Rio, e os planos de reforma urbanística para São Paulo foram engavetados por algum tempo. Somente a partir de 1934, quando Fábio Prado assumiu a prefeitura da cidade – e se tornou o primeiro prefeito a conseguir cumprir um mandato completo desde a ascensão de Vargas –, foi que grandes obras de intervenção urbana voltaram a figurar em São Paulo (CAMPOS, 2002). Contudo, quem controlava a prefeitura eram adversários políticos de Prestes Maia – por isso, mesmo sendo uma das mais importantes referências do urbanismo local, o engenheiro não teve participação nenhuma nesta administração. Com o advento do Estado Novo, entretanto, o próprio Prestes Maia foi escolhido para prefeito da metrópole – as novas alianças de Vargas reabilitaram o grupo do qual o engenheiro fazia parte e lhe abriram as portas da administração municipal.

De 1938 até 1945, Prestes Maia colocou em prática sua concepção de cidade e construiu as partes fundamentais de seu *Plano de Avenidas*. O perímetro de irradiação e um sistema de três grandes avenidas radiais (chamado “Sistema Y”) constituíram seu principal legado. No entanto, o custo político dessas obras foi alto. Essas intervenções urbanas foram possíveis somente porque o governo ditatorial,

de modo autoritário, garantia ao poder executivo grandes liberdades orçamentárias, evitando a necessidade de negociar com o legislativo ou quaisquer outros diálogos democráticos. Prestes Maia tinha consciência disso e se comprometia com este estilo de governo:

Este acervo de concretas realizações comprova dum modo insofismavel, no campo do municipalismo, a excelênciia do regime administrativo e das diretrizes implantadas pelo Presidente Vargas, pois não se conceberia no regime das disputas demagógicas, dos embaraços formalisticos e da incerteza financeira (PRESTES MAIA, 1945, p. 5).

O tipo de urbanismo defendido por Prestes Maia nunca foi uma unanimidade em São Paulo (e, talvez, em lugar nenhum), embora fosse a tendência dominante. Suas grandes avenidas, as linhas retas, as perspectivas – que não escondem a inspiração haussmanniana – disputavam contra um urbanismo de valorização do pitoresco, de ruas sinuosas, que revelavam novas paisagens a cada curva, e cujo patrono poderia ser Camillo Sitte (CAMPOS, 2002). Um urbanismo “pragmático” contra um urbanismo “esteticamente orientado”. Ainda assim, Prestes Maia não pode ser acusado de ser completamente haussmanniano, pois várias vezes se mostrou preocupado, por exemplo, com a harmonização dos volumes construídos com as praças e as ruas – uma questão tipicamente sitteana.¹ De qualquer forma, como indicado acima, a São Paulo que emergia do debate urbanístico poderia ser mais funcional ou mais bonita, conforme a combinação entre as tendências em disputa, mas seria necessariamente uma cidade grande, uma metrópole – a capital do estado que se auto-intitulava a “locomotiva do Brasil” (LOVE, 1982).

A partir do fim do Estado Novo e, portanto, também do encerramento da prefeitura de Prestes Maia, uma terceira perspectiva começou a ganhar força nos debates urbanísticos. Uma perspectiva que tanto propunha uma cidade completamente diferente quanto fazia críticas importantes a um elemento central do urbanismo usualmente adotado em São Paulo: a certeza de que o crescimento da cidade era positivo. O discurso hegemônico sentiu os golpes provenientes dessa crítica e precisou reagir. Um exemplo nesse sentido é *O Programa de Melhora-*

1 Um indício dessa preocupação é a citação a seguir, onde Prestes Maia concorda com a necessidade de se elaborar esteticamente as cidades: “Nos desenhos não nos preocupamos com estylos architectonicos, pois em urbanismo só interessam os effeitos de massa e as disposições geraes. Elles revelam, não obstante, infinitas possibilidades estheticas, que os engenheiros habitualmente esquecem e as cidades desperdiçam” (PRESTES MAIA, 1930, p. 9).

mentos Públicos para a cidade de São Paulo, plano urbanístico encomendado pela prefeitura de São Paulo, sob administração de Lineu Prestes (1950-51), ao renomado “mestre construtor” estadunidense Robert Moses. O *Programa* de Moses pode ser visto como uma atualização do *Plano de Avenidas* de Prestes Maia, pois ambos partiam de uma mesma concepção de cidade e compartilhavam os mesmos princípios urbanísticos (MOSES, 1950; LEME, 2001). Contudo, no momento em que Moses apresentou seu trabalho, ele precisou se posicionar claramente em relação àquela terceira perspectiva que ganhava forças e criticava o tipo de urbanismo que seu *Programa* propunha:

São Paulo já traçou as linhas e características gerais do plano da cidade. Seria supérfluo discutir o adotado, mesmo que a isso estivéssemos inclinados, o que não é o caso. Se vale a metáfora fisiológica convencional, diremos que o esqueleto da cidade está formado; o coração, ou o centro comercial, e a maioria das artérias principais já ganharam forma; os subúrbios, geralmente fóra dos limites da cidade, servem-lhe de pulmões. Aparentemente, não tem havido em São Paulo a tendência, ambição, ou disposição psicológica, de criar qualquer plano urbano destinado a promover a descentralização e a dispersão dos habitantes, a formação de cidades satélites, a reserva dos terrenos, entre uma região e outra, destinados a parques, jardins, chácaras, etc.; a proibir a construção de prédios altos em certas partes e todo excesso de concentração humana. Assim, quem pretenda qualquer plano de melhoramentos e de formação de zonas não deve, para que seja o mesmo plano exequível, ignorar que o paulistano comum, embora orgulhoso da própria cidade, ansioso por seu desenvolvimento e zeloso de sua reputação, é um cidadão mais ou menos conservador, cujos conceitos de administração municipal não abrigam intuições revolucionárias (MOSES, 1950, p. 11-12).

O ataque de Moses a seus críticos, condenando suas contrapropostas como irrealizáveis, dizia respeito tanto ao contexto paulistano quanto aos debates urbanísticos dos Estados Unidos. As ideias antimetropolitanas de Ebenezer Howard e Patrick Geddes, que viam a grande cidade como o estágio final da decadência da civilização, estavam sendo renovadas por críticos como Lewis Mumford e arquitetos como Frank Lloyd Wright, adversários frequentes de Moses nos EUA (BALLON; JACKSON, 2007). Ao passo que, em São Paulo, arquitetos e urbanistas liderados por Anhaia Mello se apropriavam dessa discussão, adaptando-a para os debates locais.

Mesmo assim, esse futuro de São Paulo – proposto por engenheiros e urbanistas como Prestes Maia e Robert Moses, no qual o crescimento era motivo de

orgulho e deveria ser estimulado – continuava dominando as representações da cidade. A partir de 1954, contudo, as atenções foram redirecionadas para outros aspectos da grande metrópole – sobretudo seus problemas –, e o futuro de São Paulo, aos poucos, passou a ser visto com outros olhos.

“SÃO PAULO PRECISA PARAR”

Em 1954, a cidade de São Paulo comemorou seu quarto centenário. Foi um ano de festas, cuja principal atração foi uma feira internacional, montada no recém-fundado parque do Ibirapuera (LOFEGO, 2000; BARONE, 2007). Esse aniversário estimulou uma enxurrada de discursos sobre a metrópole, que se disseminavam pelas mais diversas mídias – livros, jornais, revistas, peças publicitárias, programas de rádio e televisão, obras e apresentações artísticas etc. A origem desses discursos era difusa, mas a autoridade que respaldava a representação hegemônica estava concentrada na legitimidade intelectual de engenheiros e arquitetos – que, por sua vez, expressavam-se no vocabulário do urbanismo, principal chave de interpretação da cidade naquele momento (LEME, 2001).

Entretanto, é preciso frisar que – embora o urbanismo fosse fundamental nas definições de São Paulo – os discursos mais eficazes nasciam da combinação da *expertise* específica no urbanismo com a experiência na gestão pública. Os agentes de maior destaque na produção do futuro de São Paulo ocupavam lugares privilegiados no campo político e potencializavam suas vozes com o apelo à sua legitimidade como urbanistas. Em outros termos: o urbanismo era reconhecido como a principal área do conhecimento com autoridade para determinar os destinos da cidade, mas sua autonomia frente ao campo político era bastante limitada.

De qualquer forma, a enxurrada dos 400 anos multiplicou as referências e favoreceu que outras linguagens se inscrevessem de modo eficaz nas representações da cidade. Nesse sentido, o urbanismo perdeu espaço nas disputas em torno do futuro da cidade e outros instrumentais começaram a redefinir a representação dominante, tanto pela adição de novos vocabulários quanto pelo distanciamento em relação à urbanística. Os jornais da cidade, sobretudo em datas comemorativas – como os aniversários da cidade –, são um bom exemplo de como essas transformações se difundiam. Se, na primeira metade do século XX, o discurso mais frequente era elogioso e respaldado nas autoridades do Estado e, por tabela, na do urbanismo; da década de 1950 em diante, as críticas ao gigantismo e as lamúrias relativas aos problemas urbanos se tornavam cada vez mais frequentes e, ao mesmo tempo, passavam a se sustentar em novas autoridades – tornando a representação da cidade e de seu futuro mais melancólica, mesmo nas ocasiões

festivas (O ESTADO DE S. PAULO, 1914, 1934, 1939, 1954; FOLHA DA MANHÃ, 1939; FOLHA DA NOITE, 1934; FOLHA DE SÃO PAULO, 1964, 1969). Ainda assim, pelo menos no início da década de 1950, esses novos discursos – que inauguravam as novas autoridades – compravam a perspectiva otimista dominante e ajudavam em sua reprodução.

Essas mudanças na narrativa hegemônica começaram, como indicado acima, no próprio seio do urbanismo, com as representações otimistas do crescimento futuro da cidade sendo questionadas. A principal voz desafiante era de Luiz de Anhaia Mello que, naquele momento, era uma figura bastante respeitada nos debates urbanísticos. Anhaia Mello fora vereador e prefeito de São Paulo, professor da Escola Politécnica, fundador e primeiro diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, secretário de Viação e Obras Públicas do estado de São Paulo, além de ser um membro atuante da Sociedade Amigos da Cidade e um frequente articulista do *Boletim do Instituto de Engenharia* e da *Revista de Engenharia* – dois dos periódicos mais importantes para a área do urbanismo. Anhaia Mello, portanto, encarnava as autoridades de gestor público, de acadêmico e de arquiteto, além de ser o principal representante de um modelo alternativo de urbanismo, que desafiava a perspectiva hegemônica no planejamento urbano em São Paulo (BRESCIANI, 2010, 2014; LEME, 2001; FICHER, 2005; MEYER, 1991; CPDOC, 2001).

Na verdade, a condição de representante de pontos de vista alternativos e que desafiavam as perspectivas hegemônicas era o que fundamentava o *lugar-social* ocupado por Anhaia Mello.² Sua posição lhe permitia articular três perspectivas “dominante-dominadas” sobre a cidade de São Paulo, conferindo-lhes uma força inesperada. Como gestor público, Anhaia Mello frequentemente esteve na oposição – embora fosse uma oposição comportada, de caráter liberal. Como acadêmico, era um dos principais promotores de uma importante ruptura na Escola Politécnica da USP, que retirou a arquitetura e o urbanismo da alçada dos engenheiros – a partir da fundação da FAU, em 1948. Como arquiteto e urbanista era fundamentalmente um teórico, pois foram poucas as oportunidades que teve de aplicar seus princípios em larga escala. Portanto, ao encarnar as autoridades mencionadas, Anhaia Mello o fazia de uma forma peculiar que, como se verá adiante, produzia efeitos disruptivos nas representações hegemônicas da metrópole.

Foi justamente no final do ano de 1954, ano do quarto centenário e quando o vocabulário urbanístico foi submergido pela enxurrada de novas referências nas representações de São Paulo, que Anhaia Mello apresentou, da maneira mais explícita e eficaz em sua carreira, tanto um futuro alternativo para a metrópole

² Sobre o conceito de *lugar-social*, cf. Certeau (1982).

quanto críticas firmes contra o estímulo ao crescimento da cidade. A São Paulo do futuro precisava começar a ser construída imediatamente, sendo o Estado o principal protagonista do processo. Seria preciso estabelecer um programa nacional de planejamento urbano, com destaque para as regiões de metrópoles, cuja tarefa mais urgente seria resolver o caso de São Paulo, a maior e, portanto, mais problemática cidade brasileira:

A limitação [populacional] deve ser forçada, pôr fatos exteriores de planejamento orgânico e criador. O ciclo de crescimento é reversível, por meio de regionalismo e polinucleação. [...] As atuais cidade, tipo ‘cible’, ou alvo, mononucleadas, devem ser substituídas por cidades tipo cacho, ‘grappe’, polinucleadas, reunidas em federação” (ANHAIA MELLO, 1954, p. 35 e 47).

Essa federação de cidades em formato de “cacho” seria planejada conforme um conjunto de princípios caros aos autores como Patrick Geddes, Lewis Mumford e, especialmente, Ebenezer Howard:

Três são os conceitos básicos, criadores dessa ação: 1/ A cidade jardim; 2/ A idea de Radburn; 3/ A “neighborhood unit”; ou, em outras palavras: 1/ a cinta verde para a limitação da extensão da cidade, e abastecimento de “fresh food”; 2/ a superquadra, que permite a convivência pacífica com o automóvel; e 3/ a unidade de vizinhança, que permite a rearticulação social e comunitária nas urbes (ANHAIA MELLO, 1954, p. 38).

Em contraste com o urbanismo dominante em São Paulo, a cidade do futuro apresentada por Anhaia Mello promoveria uma transformação radical da sociedade, e não só um conjunto restrito de intervenções urbanísticas. As relações humanas também estavam em jogo. A cidade, nesse sentido, tinha um papel determinante, no sentido forte do termo, na definição de como as pessoas se relacionavam entre si:

As relações primárias [de família, de vizinhança, de comunidade] foram substituídas pelas secundárias [superficiais, burocráticas, transitórias, rápidas], o que exerce uma influência desintegradora na ordem material e moral, responsável pelo aumento de vícios e crimes nas metrópoles (ANHAIA MELLO, 1954, p. 45).

Por outro lado, nas cidades-jardim: “Os contatos são faceis e a amizade é cultivada. A atitude de um pedestre para com outro, é sempre cordial e amiga; muito diversa da do motorista apressado e... malcriado” (ANHAIA MELLO, 1954, p. 46).

O contraste que Anhaia Mello construía entre os dois tipos de cidade não deixava espaço para zonas cinzentas. A proposta do urbanista era de um maniqueísmo claro, onde a metrópole era a encarnação do mal, enquanto a pequena cidade, a “eópolis”, era a representação do bem.³ O maniqueísmo de Anhaia Mello não se reduzia somente à caracterização das cidades e, também, separava aqueles que mereciam ser reconhecidos como urbanistas (e que concordam com seu ponto de vista) daqueles que não:

Os urbanistas de todo o mundo são hoje unanimes em afirmar que o sistema de distribuição das populações sobre o solo, consequência da Revolução Industrial e Demográfica, e característico da época paleotécnica, hoje ainda prevalecente, está errado e é desumano e anti-social (ANHAIA MELLO, 1954, p.1, grifo do autor).

Portanto, Anhaia Mello recusava a autoridade de urbanista a qualquer um que defendesse ou propusesse modelos de cidade em que o crescimento fosse um fator valorizado (como Moses ou Prestes Maia, por exemplo). No caso brasileiro, conforme Anhaia Mello, a população estaria distribuída de maneira completamente irregular pelo território nacional. Haveria “imensas áreas abandonadas”, como as regiões Norte e Centro-Oeste do país. As regiões rurais constituiriam um território de tipo hostil, onde “o homem [estaria] disperso e abandonado, perdido nas distâncias imensas, sem um mínimo de equipamento social capáz de integra-lo na cultura”. Nos povoados e vilas, que estariam “congelados material e socialmente”, não haveria infraestrutura suficiente. Nas palavras do urbanista, nessas localidades “não [havia] transportes nem comunicações; nem assistência nem higiene, nem orientação educacional; fomento e assistência técnica, mecanização ou crédito”. Eram lugares “crescendo ou estagnando ao léo [...], na poeira ou na lama dos cruzamentos de estradas ou simples caminhos, confiando apenas na Providência Divina, que tarda mas não falta” (ANHAIA MELLO, 1954, p.2). E, finalmente, havia a situação das cidades, que:

³ “Eopolis: É a comunidade aldean, e o aldeão é o homem eterno. Desenvolvimento da habitação permanente e dos órgãos externos de associação. É a mais duradoura das formas coletivas, resistindo a todas as transformações da civilização. É o protótipo da cidade. Os outros tipos diferenciados urbanos florescem e desaparecem; mas a eopolis persiste; é a raiz essencial da vida urbana” (ANHAIA MELLO, 1954, p. 33).

maiores ou menores – polis, metropolis ou megalopolis, [estavam] crescendo sem plano, congelando nos centros, e se enquistando de “ghettos” e favelas nas periferias, e sem equipamento social adequado e serviços públicos ou de utilidade pública a altura das necessidades; teatro de uma exploração imobiliária criminosa e desumana (ANHAIA MELLO, 1954, p.2., grifo do autor).

Para concluir, Anhaia Mello fechava o trecho da seguinte maneira: “O quadro é negro, mas real” (ANHAIA MELLO, 1954, p.2, grifo do autor).

“UM FUTURO TRÁGICO PARA SÃO PAULO”

Embora, em 1954, Anhaia Mello restringisse o universo dos urbanistas somente àqueles que compartilhavam consigo a condenação do crescimento das cidades, no passado, ele convocara uma série de outros profissionais a colaborarem com o planejamento urbano:

Mas para transformar em realidade os benefícios que a technica da engenharia pode trazer para a vida em commun é necessaria e imprescindivel a collaboração e cooperação do jurista, do legislador, do economista, do sociologo, dos governos que dão força ás iniciativas e adoptam dispositivos convenientes á sua efficacia, do cidadão que se submette de bom grado ao sacrificio de algumas das proprias commodidades e proveitos pelo bem geral (ANHAIA MELLO, 1928, p. 238).

Esse “chamado” foi atendido por geógrafos, como Aroldo de Azevedo (1958), historiadores, como Caio Prado Jr. (1953), sociólogos, como Florestan Fernandes (2008 [1954; 1959]), entre outros. As datas, contudo, indicam que as respostas foram tardias – e, na verdade, vieram por outros motivos que não necessariamente se reduziam ao chamado de Anhaia Mello. Os novos discursos acabaram forçando uma transformação importante nas representações da cidade – na qual tantas as críticas que Anhaia Mello fazia quanto aquelas que ele recebia foram incorporadas pelas novas perspectivas. Florestan Fernandes, que, na década de 1950, vivia uma ascensão meteórica no campo intelectual paulistano (MICELI, 2001; GARCIA, 2002; PONTES, 1998; PEIXOTO, 2000; ARRUDA, 2001), produziu os textos que mais evidentemente revelam as transformações em curso.

A sociologia urbana não foi um dos temas mais estudados por Florestan Fernandes. Suas pesquisas de formação – mestrado e doutorado – foram sobre os tupinambás (GARCIA, 2002). Em seguida, patrocinado pela Unesco e pela Revista Anhembí, o sociólogo – em parceria com seu amigo e ex-professor, Roger Bastide

– realizou uma investigação a respeito da situação das populações negras no Brasil (PEIXOTO, 2000). Daí em diante, seu trabalho se voltou, em primeiro lugar, para o reexame crítico das antigas e a produção de uma nova interpretação do país, sustentada por diversas monografias que ele e seus alunos estavam escrevendo (GARCIA, 2002; MICELI, 2001; 2012). Ainda assim, em alguns momentos pontuais, Fernandes dedicou sua atenção à cidade de São Paulo. Para os interesses deste artigo, duas dessas situações – que não são as únicas – merecem destaque: sua participação no *XXXI Congresso de Americanistas*, em 1954 – que aconteceu em São Paulo como parte das celebrações dos 400 anos da cidade – e um artigo que publicou na edição especial de 30 anos do *Diário de São Paulo*, em 30 de abril de 1959 (FERNANDES, 2008 [1954; 1959]). Em ambas as ocasiões, o sociólogo discutiu a situação presente da metrópole, escreveu sobre o seu passado e apresentou reflexões sobre seu futuro. A comparação entre esses textos é especialmente relevante porque – embora haja apenas 5 anos separando um do outro – as perspectivas do sociólogo sobre os destinos de São Paulo são significativamente diferentes em cada um deles. Em 1954, Fernandes se deixava contaminar pelo otimismo hegemônico nas representações do futuro da cidade, mas, em 1959, assumia um ponto de vista bastante pessimista – ainda que depositasse alguma esperança no futuro, caso houvesse investimentos na educação do povo brasileiro.

O pessimismo de Florestan Fernandes é diferente do de Anhaia Mello, e é constitutivo das representações do futuro de São Paulo que se tornaram hegemônicas na segunda metade do século XX. Talvez seu papel não tenha sido tão decisivo para consolidar, no campo intelectual, a imagem de uma cidade sem possibilidade de salvação, como foram os estudos de sociólogos da década de 1970 que se dedicaram especificamente à sociologia urbana – por exemplo, Lúcio Kowarick. Também não pode ser dito que Fernandes seja um pioneiro nas pesquisas sobre o tema, afinal, pelo menos desde os trabalhos de Donald Pierson – que chegou ao Brasil e à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo na década de 1930 –, havia sociólogos investigando a metrópole. Contudo, os trabalhos de Pierson – independentemente de sua importância para a sociologia urbana ou para os conhecimentos sobre São Paulo – não alteraram a narrativa dominante que organizava o sentido da história da metrópole: uma epopéia de final glorioso. Da mesma forma, as pesquisas de Lúcio Kowarick e demais sociólogos de sua geração – também de inegável importância para o aprofundamento das reflexões sobre São Paulo –, do ponto de vista da produção do futuro da cidade, apenas reforçaram um destino que já estava dado: um drama de final trágico.

O que justifica o destaque a Fernandes é a combinação e a coincidência entre as transformações de suas propriedades sociológicas e as modificações de sua perspectiva sobre a cidade – além do momento específico em que essas mudanças ocorriam: a segunda metade da década de 1950. Justamente quando se instaura uma crise no seio do urbanismo, representada pelo acirramento da polêmica entre as perspectivas defendidas por Prestes Maia e Anhaia Mello, um terceiro ponto de vista emerge, distanciando-se dos dois primeiros. Ao mesmo tempo e de modo complementar, as ciências humanas – institucionalmente amparadas nas universidades, com destaque para a USP – começam a esboçar uma forma própria de interpretar a realidade, relativamente autônoma das demais. Neste contexto, sociólogos, geógrafos, historiadores e outros passaram a refletir sobre a cidade de São Paulo a partir de novos critérios e de novos instrumentais. O terceiro ponto de vista em questão tem exatamente no Florestan Fernandes de 1959 sua manifestação típica-ideal – combinando as especificidades da autonomia em processo de consolidação com a autoridade que a posição de liderança de uma área do saber em ascensão oferecia.

* * *

No seu trabalho apresentado no *XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, – realizado em São Paulo, em 1954, também parte das comemorações do IV Centenário –, Fernandes descrevia a metrópole como uma cidade grande e complexa, com um papel decisivo para a economia nacional e uma das aglomerações mais cosmopolitas da América Latina. Depois dessa descrição, o sociólogo, com uma ligeira ironia, arremedava:

Os paulistas se envaidecem com tudo isso, apreciando discretamente as avaliações do gênero: “São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo” ou “São Paulo é o maior centro industrial da América Latina”, e outras tantas que tais. O passado possui pouca significação. O que importa é o presente e, acima de tudo, o futuro (FERNANDES, 2008 [1954], p. 187).

A condição de cidade grande era, conforme Florestan, um desenvolvimento recente. Apesar de estar completando 400 anos, seus primeiros 330 foram os de uma cidade pequena e pacata. Apenas a partir do terceiro quartel do século XIX, a cidade acelerara seu ritmo de crescimento. E, na avaliação do sociólogo, teriam sido nos últimos 40 ou 50 anos que o crescimento “explodiu” – o que gerava uma série de problemas a serem considerados:

Como toda mudança rápida acarreta desorganização social, poucas são as esferas da vida social que se mantêm equilibradas ou integradas. Os serviços públicos não acompanham o crescimento da cidade, que se espalhou mais do que seria necessário ou prudente, segundo afirmam alguns urbanistas; há crises de habitações, apesar do ritmo acelerado das construções; o sistema de abastecimento interno, de gêneros, de víveres e de outras utilidades, é defeituoso e encarece onerosamente o nível de vida; o sistema escolar não consegue corresponder ao aumento da população e à diferenciação da procura; em todos os setores, é frequente o recurso à mão-de-obra semiespecializada como se fosse especializada, a falta de planejamento racional, o desperdício e suas consequências econômicas; nas relações humanas, nas mais diversas circunstâncias – dentro dos lares ou das fábricas, nas escolas ou nos escritórios – o entrechoque de expectativas de comportamento contraditórias e o conflito de concepções antagônicas do mundo criam tensões emocionais e insatisfações morais; os laços de solidariedade são crescentemente substituídos por considerações racionais de interesse e de fins; a instabilidade econômica e a disparidade entre os níveis dos salários e os do custo das utilidades fomentam comportamentos egoísticos, até pouco tempo desconhecidos ou restritos a certas esferas das relações humanas; a aspiração ao êxito financeiro e à ascensão social, alimentada pelo enriquecimento fácil de muitos e pelas oportunidades que se abrem aos indivíduos empreendedores, prevalece sobre as demais aspirações, imiscuindo-se tanto na concepção do mundo dos homens de ação, [quanto] na dos educadores, dos médicos e dos intelectuais; enfim, elabora-se um novo clima moral, em que “cada um é por si e num estado de tensão em face de todos os outros”, como já notou Tönnies, com referência aos mesmos fenômenos na formação da sociedade burguesa na Europa. É evidente que o progresso não beneficia a todos igualmente e que o ônus da nova ordem social cai, pesadamente, sobre os que dependem do valor pecuniário da própria força de trabalho. (FERNANDES, 2008 [1954], p. 187-188).

Essa avaliação de Florestan Fernandes, obviamente, usa o instrumental clássico da sociologia – desde Durkheim e suas análises sobre anomia social, passando por Weber e o desencantamento do mundo provocado pela burocratização, e chegando em Marx com sua avaliação das dificuldades que a classe trabalhadora têm para enfrentar o desenvolvimento do capitalismo, sem contar Tönnies, explicitamente citado –, mas também se vale das críticas que o urbanismo anti-metropolitano desenvolvia. A referência a “alguns urbanistas”, no caso, diz respeito àqueles que se alinhavam a forma de pensar de Anhaia Mello – que justamente se

preocupavam com os problemas derivados do crescimento “exagerado” da cidade. De fato, os problemas diagnosticados por ambos são muito parecidos, embora cada tradição disciplinar os desdobrasse de formas específicas.

Ainda assim, no ano do IV Centenário de São Paulo, o sociólogo ainda via com bons olhos o desenvolvimento próximo da metrópole. Apesar dos inúmeros problemas que a cidade apresentava, o futuro seria promissor:

Tendo-se em vista as condições em que se processaram a desagregação da antiga ordem social escravocrata e senhorial e a formação incipiente da nova ordem de classes sociais, a urbanização representa e assegura a evolução para situações sociais de vida historicamente desejáveis no Brasil. Baste-nos um exemplo: com ela é que se inicia o aparecimento de condições sociais que comportam o livre exercício do voto, a organização de partidos de massas, a ascensão política das classes médias e das camadas populares, o advento de correntes e instituições políticas compatíveis com a instauração de um regime democrático. (FERNANDES, 2008 [1954], p. 191)

A entrada de novas vozes nos debates sobre São Paulo – como a de Fernandes – tanto reproduzia quanto desorganizava as representações hegemônicas. O sociólogo, no caso, deixava-se contaminar pelo otimismo reinante (ARRUDA, 2001), mas, ao mesmo tempo, fundava suas esperanças em elementos bem diferentes daqueles que sustentavam o bom futuro de urbanistas como Prestes Maia e Robert Moses. Não seriam intervenções urbanísticas, nem o crescimento por si só o que construiria um futuro promissor para São Paulo, mas sim transformações sociais, politicamente orientadas para a democracia.

Cinco anos mais tarde, “outro” Florestan Fernandes, então consolidado como o líder do que se convencionou chamar de “Escola Sociológica Paulista” (GARCIA, 2002), voltou a refletir sobre a cidade de São Paulo. As críticas à ineficiência do urbanismo aplicado à metrópole continuava forte, em parte aproveitando as análises do texto anterior e, também, recuperando as avaliações dos urbanistas críticos à expansão urbana:

O lado dramático da transformação do cenário ecológico está na incapacidade de o homem promover alterações igualmente rápidas e profundas em seu sistema adaptativo. [...] O busílis, aqui, está na relação entre o substrato material da vida social e o crescimento progressivo dos serviços públicos, proporcionados por instituições oficiais ou particulares. O homem, saído da antiga sociedade

provinciana, era destituído de padrões que regulassem suas escolhas e exigências no novo mundo em formação. Os espaços ocupados o foram nas condições mais precárias. Com frequência, sem serviços regulares de abastecimento de água potável, de esgotos, de assistência médica, de ensino, de calçamento, de iluminação pública etc. Nas áreas onde se processou o crescimento vertical propriamente dito, nada se fez para reajustar as vias de comunicação, os serviços de águas ou de esgotos, de calefação etc., às estruturas dos prédios grandes e à maior concentração demográfica. No conjunto, o homem conquistou o espaço, mas não o domesticou no sentido urbano. A jornada para o trabalho ou deste para o lar, por exemplo, está cheia de aventuras, de inconvenientes e de provações, produzindo um encurtamento indireto do período útil da vida humana. Deste ângulo, as perspectivas são sombrias, pois a menor calamidade pública exporia a cidade e seus habitantes a crises terríveis, dadas as lacunas do abastecimento de água e de víveres, das formas de proteção da saúde e dos meios de preservação da ordem (FERNANDES, 2008 [1959], p. 270-271).

Neste trecho, além de reforçar sua descrença na capacidade administrativa do poder público e de seus urbanistas, o sociólogo revelava também uma nova perspectiva sobre o futuro da cidade: o que estava por vir não era mais necessariamente bom, na verdade, o futuro seria sombrio. Não havia mais qualquer otimismo nas expectativas de Florestan Fernandes. Em 1954, o sociólogo, com distanciamento crítico, tinha expectativas positivas sobre o desenvolvimento de São Paulo. No entanto, em 1959, era a desesperança que dava o tom do texto: “Nesse terreno, no qual está em jogo a segurança e o conforto dos moradores da cidade tanto quanto a continuidade do progresso dela no futuro, falharam por diferentes motivos o empreendedorismo particular e o empreendedorismo oficial” (FERNANDES, 2008 [1959], p. 271).

Finalmente, e usando um vocabulário que ecoava referências de Anhaia Mello (o urbanista, baseado em Geddes, previa que as grandes cidades terminavam seu ciclo existencial como “necropolis” – cidades mortas), Florestan Fernandes anunciava o futuro desolador que poderia ser o de São Paulo:

Como acontece em outros países subdesenvolvidos e de economia tropical, a ausência de equilíbrio nas relações campo-cidade contribui para dar ao crescimento econômico de São Paulo em caráter tumultuoso, desordenado e descontínuo em pontos vitais. Por isso, o perigo de uma “retração” permanente existe e a cidade corre um risco que nos deve preocupar fundamentalmente. Ela

poderá converter-se em uma *cidade morta* gigantesca (FERNANDES, 2008 [1959], p. 275).

Esta perspectiva passou a se generalizar a partir do final dos anos 1950 e se tornou hegemônica ao longo das décadas seguintes. Florestan Fernandes não é o formulador original deste ponto de vista nem necessariamente o principal responsável pela sua difusão. Ainda assim, o sociólogo encarnou de maneira típico-ideal o que estava se tornando a representação dominante do futuro de São Paulo, justamente quando a produção dos destinos da cidade começou a escapar das mãos do campo político e do discurso dos urbanistas.

A representação dominante passou a ser formulada – do ponto de vista simbólico – preferencialmente por intelectuais, artistas, jornalistas e outros agentes do mundo cultural que, naquele momento, distanciavam-se das posições dirigentes do Estado. Nesse sentido, Fernandes ocupou uma posição estratégica na condução do controle sobre a produção simbólica do que era e do que seria a metrópole paulistana. Em um momento de reformulação da divisão do trabalho de dominação – no qual o Estado (no seu aspecto governamental) e o campo político perdiam parte de seu controle sobre as esferas culturais, científicas e intelectuais (MICELI, 2001) –, a condição de maior sociólogo brasileiro (ou, ao menos, de forte concorrente ao título), ao ser mobilizada na reflexão sobre os destinos de São Paulo, favoreceu a tomada, pelo campo intelectual, da responsabilidade pela produção das representações dominantes sobre a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento que levou à substituição da hegemonia de uma representação otimista do futuro de São Paulo por uma pessimista é um processo complexo, mas que pode ser esquematicamente desdobrado em quatro aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar, houve, no seio do urbanismo paulistano – área fundamental para a produção do futuro de São Paulo até meados do século XX –, o acirramento da disputa em torno do modelo de cidade que deveria ser adotado por São Paulo. De um lado, o ramo dominante do urbanismo local apostava na continuidade da metropolização e apresentava esse desenvolvimento como um destino épico e glorioso para a cidade. De outro, o ramo concorrente trazia para o primeiro plano uma série de críticas ao gigantismo de São Paulo, destacava os problemas urbanos causados pelo crescimento e, ao mesmo tempo, oferecia um destino alternativo para a cidade – no qual haveria redenção. Nesse sentido, a representação hegemônica – alimentada pelo urbanismo dominante – passou a ser

questionada desde “dentro”. Quem fazia a crítica ao destino glorioso de São Paulo compartilhava da mesma autoridade que os urbanistas formuladores da perspectiva dominante possuíam: uma autoridade fundada sobretudo no campo político.

Em segundo lugar, as comemorações dos 400 anos de São Paulo atraíram muitas e diversas atenções para o tema da metrópole. A enxurrada de discursos que o aniversário promoveu fez com que o vocabulário urbanístico, até então central para a *produção* do futuro da cidade, perdesse espaço e passasse a disputar com os instrumentais da geografia, da sociologia e de outras especialidades. Portanto, por um lado, havia o enfraquecimento das imagens produzidas pelo urbanismo por conta das cisões internas e, por outro lado, a emergência de discursos concorrentes de diferentes origens e fundados em diversos pontos de vista.

Em terceiro lugar, o crescimento da Universidade de São Paulo, sobretudo da Faculdade de Ciências e Letras, e, mais especificamente, a consolidação de alguns de seus professores como intelectuais de envergadura, somado a ampliação das vozes desses intelectuais através dos jornais e das revistas de cultura (como a *Anhembi* e a *Brasiliense*) (JACKSON, 2004; MICELI, 2001) permitiu que aquela enxurrada de discursos sobre a cidade fosse desviada em favor de uma nova autoridade, proveniente das ciências humanas.

Em quarto lugar, finalmente, a comparação entre as relações que os urbanistas e os intelectuais das humanidades tinham com os governos em São Paulo, fossem municipais, fossem estaduais, também ajuda a entender o tipo de pessimismo que se tornou hegemônico. Os urbanistas de destaque faziam (ou fizeram) parte do Estado em suas instâncias decisórias mais importantes – algumas vezes ocupando cargos executivos que lhes permitiam grande capacidade de intervenção. Os intelectuais das humanidades, por sua vez, estavam apartados dessas posições. A crença na ação do Estado como solução possível para os problemas urbanos – e que fundamentava em parte o otimismo hegemônico – era mais frequente entre aqueles que estavam mais próximos das esferas de decisão do Estado. Ao passo que, os mais distantes também eram mais céticos em relação a essa capacidade de solução – afinal, não participavam de suas formulações. Portanto, o que se observa é um descolamento entre, de um lado, o planejamento urbano e sua aplicação pelo poder público, e, de outro, o poder de representar o futuro da cidade.

Antes dos 400 anos, as representações hegemônicas do futuro de São Paulo caminhavam juntas com o planejamento urbano da metrópole. Passado o aniversário, as representações se tornaram prerrogativa de um grupo que não tinha nem acesso aos instrumentos de intervenção e, ao mesmo tempo, os urbanistas perderam a capacidade de *produzir*, no sentido pleno, o futuro de São Paulo. Na

nova divisão do trabalho de dominação, as humanidades passaram a exercer um importante papel na definição das representações relacionadas à sociedade brasileira – embora não participassem das decisões políticas sobre as intervenções de grande impacto. Ao passo que o campo político (urbanistas em parte incluídos) – sem deixar de ser fundamental para a produção da cidade – precisou restringir sua atuação a outros aspectos dessa produção.

A representação do futuro de São Paulo, a partir do final da década de 1950, tornou-se esgarçada. A expectativa dominante passou a prever uma cidade gigantesca e problemática, cada vez mais definida pelo caos e pela impossibilidade de se tornar um bom lugar seus habitantes – um ponto de vista produzido e sustentado pelo campo cultural, cuja autoridade emanava fundamentalmente da universidade e das humanidades. Por outro lado, a capacidade de mobilização dos recursos do Estado para intervir na cidade continuava monopólio praticamente exclusivo do campo político que, por sua vez – e baseado ainda nos discursos dos urbanistas – investia justamente no crescimento de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANHAIA MELLO, Luiz de. “Urbanismo”. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n. 42, nov. de 1928.
- _____. *O Plano Regional de São Paulo. Uma Contribuição da Universidade para o estudo do “Um Código de Ocupação Lícita do Solo”*. (Monografia/Palestra) – FAU, USP: São Paulo, 1954. (8 de novembro de 1954 – Dia Mundial do Urbanismo.)
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- AZEVEDO, Aroldo (org.). *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1958. v. I-IV.
- BALLON, Hilary; JACKSON, Kenneth (ed.). *Robert Moses and the modern city: The transformation of New York*. New York, London: W. W. Norton & Company, 2007.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Ibirapuera: parque metropolitano (1926-1954)*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU, USP: São Paulo, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRESCIANI, Maria Stella. “Estudo da trajetória profissional do engenheiro-arquiteto Luiz I. R. de Anhaia Mello”. In: SALGADO, Ivone; BERTONI, Angelo (orgs.). *Da construção do território ao planejamento das cidades: Competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930)*. São Carlos: RiMa, 2010.
- _____. “As múltiplas linguagens do urbanismo em Luiz de Anhaia Mello: técnica, estética e política”. In: FARIA, Rodrigo; CERASOLI, Josianne; LIRA, Flaviana (orgs.).

Urbanistas e urbanismo no Brasil: Entre trajetórias e biografias. São Paulo: Alameda, 2014.

CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo.* São Paulo: Senac, 2002.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *Um americano na metrópole [latino-americana]. Richard Morse e a história cultural urbana de São Paulo, 1947-1970.* Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU, USP: São Paulo, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CPDOC [ABREU, A. (dir.)]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento: São Paulo: 1947-1972.* São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2005.

FERNANDES, Florestan. “Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo” [1954]. In: Idem. *Mudanças sociais no Brasil.* São Paulo: Global, 2008.

_____. “O Homem e a Cidade-Metrópole” [1959]. In: Idem. *Mudanças sociais no Brasil.* São Paulo: Global, 2008.

FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: Ensino e profissão em São Paulo.* São Paulo: Fapesp; Edusp, 2005.

FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, 25 jan. 1939.

FOLHA DA NOITE, São Paulo, 25 jan. 1934.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 25 jan. 1964.

_____, 25 jan. 1969.

GARCIA, Sylvia G. *Destino ímpar: Sobre a formação de Florestan Fernandes.* São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia; Editora 34, 2002.

JACKSON, Luiz Carlos. “A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)”. In: *Tempo Social – USP.* v. 16, n. 1, São Paulo, junho de 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEME, Maria Cristina. “Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional”. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

_____. “A presença norte-americana e a transformação de São Paulo no pós-guerra.” In: LANNA, Ana Lúcia; PEIXOTO, Fernanda; LIRA, José Tavares; SAMPAIO, Maria Ruth (orgs.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades.* São Paulo: Alameda, 2011.

- LOFEGO, Silvio Luiz. “1954 - A cidade aniversariante e a memória coletiva: o IV centenário da cidade de São Paulo”. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 20, 2000.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MEYER, Regina Maria Prosperi. *Metrópole e urbanismo: São Paulo anos 50*. Tese (Doutorado em Arquitetura – FAU, USP: São Paulo, 1991).
- MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001. v. I.
- _____. *Vanguardas em retrocesso: Ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970 [1954].
- MOSES, Robert. *Programa de Melhoramentos Públicos para a cidade de São Paulo*. Nova York: International Basic Economic Corporation; IBEC Technical Services Corporation, 1950.
- O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, 25 jan. 1914.
- _____, 25 jan. 1934,
- _____, 25 jan. 1939.
- _____, 25 jan. 1954.
- PEIXOTO, Fernanda. *Diálogos brasileiros: Uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp, 2000.
- PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- PRADO JR., Caio. “O fato geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo” [1953]. In: Idem. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- PRESTES MAIA, Francisco. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.
- _____. *Os melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1945.
- QUEIROZ, Suely. “Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954”. In: Porta, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. III.

Fin de siècle

Christophe Charle^a

Tradutores¹: João V. Kosick^b; Marcello G. P. Stella^c

À memória de Carl E. Schorske (1915-2015)

A singularidade do cronônimo *fin de siècle* está vinculada a precocidade de sua autodefinição. Corriqueiramente, a maioria das expressões que qualificam períodos são retrospectivas, basta pensarmos na “*Belle époque*” ou nos muito célebres “Trinta Gloriosos”². Os contemporâneos denunciam em vão para si mesmos o artifício que consiste em identificar a evolução de um século às fases de desenvolvimento, de apogeu ou de declínio de um corpo orgânico que atravessa as diversas fases da vida. Quanto mais nos aproximamos de decênios fatídicos, mais a temática se afirma e aqueles que tentam contestá-la ou propor outra visão do tempo histórico devem recorrer a estratégias retóricas defensivas. Essa maneira terminológica tenderia então a se esgotar junto com o momento que a viu nascer. Mas é imperativo constatar que ela permanece vigorosa e abundantemente solicitada como etiqueta para expressiva quantidade de trabalhos contemporâneos, que a tomam como espécie de evidência em si mesma, apesar de suas fragilidades originais. É no desvendamento desse paradoxo que nós nos deteremos. Para além do caso singular, ele pode fornecer ensinamentos sobre o mau emprego de modos de periodização que introduzem frequentemente um viés de enquadramento à compreensão de um momento por meio das problemáticas parasitas que os próprios cronônimos inconscientemente induzem quando são utilizados.³

a Professor de história contemporânea na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne (1HMC) e membro honorário do Institut Universitaire de France.

b Doutorando em sociologia no PPGS-USP.

c Mestrando em sociologia no PPGS-USP.

1 Agradecemos o auxílio de Rafael Souza Barbosa na revisão de partes dessa tradução.

2 Cf. a contribuição de Dominique Kalifa publicada em *Revue d'histoire du xixe siècle*, nº 52, 2016/1 sobre a *Belle époque*, e PAWIN, Rémy. “Retour sur les ‘Trentes Glorieuse’ et la périodisation du second XX^a siècle”, *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, nº 60-1, p. 155-175, 2013.

3 GILBERT, Stéphane; BIHAN, Jean Le; MAZEL, Florian [org.]. “Découper le temps. Actualité de la périodisation en histoire”, *Atala*, nº 17, 2014, particularmente o “avant-propos” de GILBERT, Stéphane, “Les enjeux renouvelés d'un problème fondamental: la périodisation en histoire” p. 7-31, e meu posfácio “Discordance des temps, dénivellations spatiales et periodisation, les défis de l'*homo historicus*”, p. 325-334.

AVATARES DO SÉCULO⁴

Para compreender a aparição, o desaparecimento, depois a ressurreição do *fin de siècle*, é preciso remontar muito longe no tempo e não se contentar em examinar, como poderíamos crer, unicamente os decênios finais do século XIX, seu período de eclosão e de consagração posterior pelos trabalhos eruditos sobre os quais voltaremos mais a frente. É necessário partir do golpe de força simbólico fundador de Voltaire, que põe o “século” como unidade cronológica pertinente. Em 1751, o autor de *Candido* retira à força da palavra século suas conotações religiosas pejorativas e, na verdade, com o Século de Luís XIV (*Le siècle de Louis XIV*) cria o primeiro cronônimo erigido em norma de apreciação para construir representações de longa duração de períodos históricos (as decupagens precedentes canonizadas como “Idade Média”, “Antiguidade” abarcavam vários “séculos”). É a abertura desse livro sobre o século XVII apreendido globalmente que mudou o status de uma palavra banal ao mesmo tempo que elevava o status de um grande rei:

Mas qualquer um que pense, e, o que é mais raro, qualquer um que tenha bom gosto, conta somente apenas quatro séculos na história do mundo. Essas quatro idades felizes são aquelas onde as artes se aperfeiçoaram e que, servindo de época para a grandeza do espírito humano são exemplo para a posteridade.

O primeiro desses séculos, ao qual a verdadeira glória está vinculada, é aquele de Felipe e de Alexandre, ou aquele de Péricles, de Demóstenes, de Aristóteles, de Platão, de Apeles, de Fídias, de Praxiteles; e essa honra foi encerrada nos limites da Grécia; o resto da terra conhecido então era apenas barbárie.

A segunda idade é aquela de César e de Augusto, designada ainda pelos nomes de Lucrécia, de Cícero, de Tito-Lívio, de Virgílio, de Horálio, de Ovídio, de Varrão, de Vitrúvio.

O terceiro é aquele que seguiu a tomada de Constantinopla por Maomé II. O leitor pode se lembrar que viu-se então na Itália uma família de simples cidadãos fazer o que deveriam fazer os reis da Europa. Os Médicis chamaram em Florença os sábios que os turcos expulsavam da Grécia; era o tempo de glória da Itália. As belas artes ali tinham já ganhado vida nova; os Italianos as honravam pelo nome de *virtù*, de maneira semelhante a como os primeiros Gregos a haviam caracterizado o nome da sabedoria. Tudo tendia a perfeição. [...]

⁴ Cf. sobre esse ponto, LEDUC, Jean. *Les Historiens et le temps. Conceptions, problématiques, écritures*, Paris, Seuil, 1999, p. 97-99.

O quarto século é aquele que chamamos o século de Luís XIV, e é talvez aquele dos quatro que mais se aproxima da perfeição. Enriquecido pelas descobertas dos três outros, ele fez mais em certos gêneros que os três anteriores juntos. (VOLTAIRE, 2000, p. 616-617)

A noção de século como época específica, rica de caracteres originais, nasce com essa periodização da civilização por Voltaire. Ela implica, como o demonstra esse começo de “Século de Luís XIV”, a alternância de tempos raros e gloriosos com longos tempos obscuros e decadentes dominantes na história dos homens. Em reação, os partidários das Luzes (e longinquamente até Michelet) vão se colocar em oposição a visão estática volteriana, construindo uma temática baseada em um avanço contínuo no seu próprio século (século das Luzes) rompendo com a descontinuidade fatalista entre séculos gloriosos e séculos de escuridão. Embora a problemática instalada no decênio final do século XVIII, essa nova dinâmica de séculos encontra sua expressão sintética no célebre ensaio de Condorcet, *Esboço de um quadro histórico do progresso do espírito humano* (1794) onde ele divide a história em “épocas” no número de dez, das quais uma desenha uma espécie de futuro; cada uma dá sua pequena contribuição para o progresso global.

Em afronta, os adversários da Revolução e, mais generalizadamente, os das Luzes não recorreram da mesma maneira a temática lógica do *fin de siècle* que retomava a descontinuidade volteriana. Eles preferiram convocar, nós o sabemos, uma retórica renovada da visão religiosa da história onde o orgulho humano, herança do pecado original, quer seja aquele do grande homem (Napoleão em primeiro lugar) ou quer seja de homens revoltados das massas revolucionárias é punido pela lei divina através de uma série de catástrofes que obrigam a França a retornar a antiga ordem: terror, guerra civil, invasão, ocupação, restauração. Mas como essa restauração durou longo tempo ao menos na França, desde os anos 1820 e mais ainda depois de 1830, para os liberais, para os saint-simoneanos como para os republicanos, a concepção de progresso de Condorcet relançou uma identificação do novo século com um movimento ascendente. Este movimento passa de mutações técnicas visíveis na vida cotidiana a domínios mais vastos do que as letras, as artes ou as ciências, caros aos enciclopedistas⁵. No meio do século XIX, essa visão positiva do novo século, a despeito das críticas que vinham dos meios conservadores ou católicos intransigentes ou de minorias intelectuais decadentes

5 Ver CHARLE, Christophe. *Discordance des temps. Une brève histoire de la modernité*, Paris, Colin, 2011.

e irônicas, adquire pouco a pouco a força de um lugar comum, em todo caso ao menos entre a parte mais visível dos publicistas e no seio do público burguês que os lia, ao ponto de suscitar o aborrecimento e o desprezo dos intelectuais e artistas menos conformistas, Baudelaire e Flaubert em primeiro lugar⁶.

Esse elogio do tempo presente é regularmente reativado quando da ocasião de balanços realizados pelas exposições universais sempre no mesmo espírito de comparação no tempo e no espaço em benefício da França. O governo imperial, em 1855 como em 1867, convocando o mundo inteiro a Paris, pode se gabar de sucessos parisienses em matéria de urbanismo, de progressos industriais e técnicas que facilitam o quotidiano de todos e de um florescimento artístico internacional ainda não alcançado em outras partes.

Apesar de tudo, o fim dos anos 1860 começa já uma virada como indicam certas passagens da introdução ao relatório geral sobre a Exposição universal de 1867. O comissário geral, Michel Chevalier, ali percebe os sinais inquietantes que não podem estar de acordo com a temática do progresso inelutável e sobretudo da hegemonia indefinida da Europa sobre o resto do mundo:

A Europa que se considera como a representação mais elevada do gênero humano, a Europa que, na hora atual, possui as técnicas úteis e as belas-artes, atributos distintivos e signos característicos da civilização, a Europa cujas, crianças reunidas nos sítios da Exposição, parecem prontas a se abraçar mutuamente, oferece bem mais o aspecto de uma horda do que aquele de um grupo ou comunidade de homens industriais e esclarecidos, honrando a Deus, amando seus semelhantes, orgulhosos de facilitar o progresso universal e individual pelo desenvolvimento da liberdade geral e das liberdades particulares. Quanto mais longe remontamos na história, não encontraremos jamais uma coleção parecida de homens armados, uma reunião de tantos instrumentos de guerra⁷. (CHEVALIER, 1867, p.DXII)

Essas apreciações pessimistas impactam tanto mais, pois concluem o volume. Elas contrastam com a tonalidade geral positiva do relatório e retomam explicita-

⁶ Essa convivência entre *mainstream* e humor crítico data de 1830 como nos mostra José-Luis Diaz (“Comment 1830 invente le XIX^a siècle”) ou Alain Corbin (“Le XIX^a siècle ou la nécessité de l’assemblage”) em *L’invention du XIX^a siècle*, textos reunidos por Alain Corbin, Pierre Georgel, Stéphane Guégan, Monique Michaud, Judith Milner, Nicole Savy, Paris, Klincksieck/Presses de la Sorbonne nouvelle, 1999 respectivamente p. 177-193 e p. 153-159. Ela também facilitará o retorno do humor geral depois de 1870.

⁷ Exposição universal de 1867, *Rapports du jury international introduction* por CHEVALIER, Michel, Paris, Imprimerie administrative Paul Dupont, 1868, p. DXII. É possível realizar o download no endereço: http://cnum.cnam.fr/PDF/cnum_8XAE149.1.pdf.

mente os conflitos recentes que ensanguentaram a Europa, em particular a vitória da Prússia sobre a Áustria em Sadová em 1866. Elas desembocam no anúncio possível de um declínio da civilização incarnada pela Europa e de maneira superlativa pela França (a derrota da expedição ao México no mesmo ano em que são escritas essas linhas é um dos primeiros indícios). Esse prognóstico é ainda mais inquietante por emanar de um importante responsável (de cargo elevado) que depois de sua juventude saint-simoneana sempre teve fé no progresso ininterrupto rompendo com as maldições dos séculos precedentes.

Na verdade, este tema de um fim de século possivelmente inquietante foi esboçado por polêmicos marginais, ainda que seus lugares comuns fossem ressuscitados nas décadas seguintes. Em 1852, por exemplo, podíamos ler na pluma de um autor conservador como Eugène de Montlaur no *De l'Italie et de l'Espagne*:

O começo do século XIX foi cheio de vivacidade e grandeza. O século XVIII foi avariado e perdido numa noite profunda. Ele ali teve, no caminho de seu encerramento, como que um naufrágio universal; e sobre as ruínas amontoadas das leis, dos costumes, das crenças, como uma geleia geral de povos do continente. Combatíamos aqui em nome da ordem social atacada até suas bases; ali, em nome de confusas teorias que uma demagogia furiosa, excitada por insaciáveis ambições, explicadas em lugares públicos com tochas de incendiários e a guilhotina. Esse fim de século lembra a esses fantásticos e grandiosos quadros do pintor inglês Martins, como eles o fim de século da uma vertigem e faz duvidar o pensador que crê na marcha progressiva da humanidade. (MONTLAUR, 1852, p. II)

Esse esquema binário que queria que os começos e os fins de século obedecessem às orientações opostas está presente como representação muito antes que dele seja feito uso intensivo a partir dos anos 1880. Em 1855, Eugène Huzar toma o contrapé da visão dominante anunciando não o progresso, mas “o fim do mundo pela ciência⁸”: o progresso técnico a medida que se acelera causará catástrofes e problemas ambientais mais e mais profundos. Essas sombras no quadro do século triunfante vão se estender ainda um pouco mais nos decênios seguintes.

TRINTA ANOS ANTES

⁸ HUZAR, Eugène. *La Fin du monde par la Science*, introduction de Jean-Baptiste Fressoz, Alfortville, Ere, 2008. Cf. também sobre os “danos do progresso”, FRESSOZ, Jean-Baptist. *L’Apocalypse joyeuse. Une histoire du risque technologique*, Paris, La Découverte, 2014.

O *fin de siècle* como representação inquietante começa precocemente na França, trinta anos antes do fim oficial do século. As temáticas que são evocadas à saciedade no curso dos anos 1890 surgem na alvorada dos anos 1880, na verdade já nos anos 1870 quando da ocasião das amargas reflexões sobre a derrota Alemã⁹, já se nota sua presença. Essa precocidade está ligada a coincidência de três fenômenos independentes que vão produzir efeitos cumulativos para o apogeu do tema da decadência ou da degenerescência associada a ideia do *fin de siècle*. O primeiro é a incerteza política que dura de 1871 a 1878 e a hostilidade de uma fração importante dos intelectuais ligados ao Império ou a Ordem moral face a emergência do novo regime. O mais célebre é evidentemente Taine, principal autoridade do campo intelectual com Renan até sua morte em 1893¹⁰. Nas suas *Notes sur l'Angleterre* (1872) como nas *Les Origines de la France contemporaine* (1875 – 1893) ele desenvolve a temática do declínio nacional por um jogo de espelhos com a Inglaterra, preservada de revoluções. Ele estabelece um paralelo entre o fim do século XVIII, época revolucionária, e o momento em que ele escreve o qual ele assemelha ao retorno dos “jacobinos”, supostos ancestrais dos republicanos radicais alçados ao poder depois de 1879. Esse livro conhece um amplo sucesso entre os letrados e no exterior (por exemplo, Nietzsche o cita) e prepara os espíritos para as temáticas *fin de siècle* e “decadentes”¹¹.

O segundo fator incitando a um humor do “declínio” é o clima econômico geral de depressão após a quebra das bolsas de 1882, as dificuldades agrícolas e a inquiétude ligada a fraqueza demográfica francesa em comparação ao desenvolvimento da população alemã e dos países “anglo-saxões” atestadas pelo desenvolvimento de suas colônias de povoamento. O primeiro aspecto concerne a toda Europa, mas se traduz pelo recuo econômico relativo da posição francesa face à Alemanha ou a Inglaterra e logo às potências não-europeias como os Estados Unidos. O discurso neo-saint-simoneano ou do livre comércio que havia dominado sob o Segundo Império cede em face de um discurso mais defensivo, protecionista, ganhando penetração inclusive nos meios anteriormente liberais. O projeto colonial da nova República de Jules Ferry se serve de um contra-argumento: já que os mercados

⁹ Sobre as reflexões precoces acerca da decadência francesa dos 1870-1871, cf. CHARLE, Christophe. “Trois écrivains face à une autre ‘étrange défaite’: Goncourt, Flaubert et Zola et la guerre de 1870”. In: BETZ, Albrecht; MARTENS, Stefan [org.]. *Les Intellectuels et l'occupation (1940-44)*, Paris, Autrement, 2004, p. 14-37.

¹⁰ Cf. CHARLE, Christophe. *Paris fin de siècle. Culture et politique*, Paris, Seuil, 1998, capítulo 3 e RICHARD, Nathalie. *Hippolyte Taine. Histoire, psychologie, littérature*, Paris, Garnier, 2013.

¹¹ Em *Le Disciple* (1889) Paul Bourget coloca em cena um filósofo que se assemelha à Taine e ao qual responsabiliza pelo cinismo e pela falta de senso moral da decadente juventude contemporânea.

europeus escapam da França é necessário construir novos mercados em “espaços virgens” e protegidos da África e da Ásia.

O terceiro motivo central e mais importante na temática *fin de siècle* é aquele de uma crise moral, fundamento secreto dos declínios materiais precedentes: o pessimismo, a exacerbação das paixões e as excitações nervosas seriam produzidos pela civilização moderna. Essa crise toca em primeiro lugar as elites urbanas das grandes metrópoles e particularmente os meios artísticos e literários mais expostos a essa modernidade doentia de luta concorrencial de todos contra todos que difunde a vulgarização do tema darwiniano da luta pela vida. Esse esquema interpretativo é, ele também, precoce como indica esse extrato de 1882 sob a pluma de um crítico de teatro pouco inclinado habitualmente a considerações filosóficas:

Ultimamente, alguém chamava a minha atenção que nossos artistas, neste momento tão organizados e graves, quando observam uma sociedade moderna, veem apenas loucos, exaltados, em resumo, artistas. É o mundo de pernas para o ar. Somos tentados a dizê-lo. Onde estão, então, vossos doentes? Mostrai-nos, seus degenerados! Neste fim de século que, com algumas gotas de morfina, poderia ganhar ares de sonâmbulo, a única e maior neurose que existe é a ganância ! (MORTIER, 1882, p. X)

No mesmo ano, um romancista popular Dubut de Laforest cita os mesmos lugares comuns sobre as neuroses contemporâneas no prefácio de um romance de título chamativo *Tête à l'enver*, situado na “boa sociedade”:

E agora que todo mundo diz que os cérebros se degeneram, que a neurose nos persegue e que a humanidade chega a seu fim, não seria mais que uma parca honra a este romancezinho de ter questionado o problema tão grave e ainda sem solução do livre-arbítrio. Na realidade, seria curioso para este fim de século, invadido por um formidável desejo de experimentação, saber se todas as mulheres que caem em perdição ainda são mestras de ficar em pé contra ventos e maré.¹² (LAFOREST, 1882, p. VI-VII)

Uma sondagem feita com a expressão *fin de siècle* nos volumes digitalizados do Gallica confirma que essas associações de ideias de precocidade não são aleatórias. Uma constelação de vocábulos negativos surge quase automaticamente na

¹² Prefácio escrito em maio de 1882.

escrita de autores os mais diversos quando eles recorrem a expressão *fin de siècle*, ao ponto que são raros os defensores de um resto de otimismo nesse fim de século, os quais estão em posição defensiva em face a nova corrente de opinião dominante mais pessimista. Aqui alguns exemplos:

Léon Bloy (1884): “Esse fim de século terrível e carregado de mistério, como a maior parte dos fins de século.” (BLOY, 1884, p. 271)

Dubut de Laforest (1884): “nesse fim de século, um pouco problemático, onde tantos cérebros deterioram.” (LAFOREST, 1884, p. 274)

Léon Bloy (1886): “A delinquência psicológica literária desse fim de século.” (BLOY, 1886, p. 38)

Edouard Drumont (1889): “as melancólicas tristezas desse fim de século.” (DRUMONT, 1889, p. 115)

O estudo exaustivo de Marc Angenot das publicações do ano de 1889 permite confirmar que essas associações de ideias características se encontram em todos os tipos de discurso e em todos os tipos de suporte esperando que outros a substituam quando se aproxima os anos 1900. Vemos, todavia, que elas são bem anteriores ao ano escolhido pela pesquisa de Angenot em função da coincidência com o centenário de 1789 e dos possíveis efeitos de eco entre “*fins de siècle*”¹³.

Contra essas temáticas negativas, os defensores fervorosos do progresso se encontraram isolados em registros militantes ou de discursos oficiais pouco escutados e obrigados a se situarem face aos pessimistas da decadência. Assim nessa frase conclusiva de memórias de um antigo reitor em cima do muro quanto a um diagnóstico:

Se fosse verdade que a saúde moral de um país se mede pelo prestígio da autoridade que está no topo do poder, pela força que está em baixo nas famílias, nosso fim de século estaria bem doente, alguns raios de esperança se projetam sobre ele as maravilhas da ciência e os esplendores da arte. (MOURIER, 1889, p.397)¹⁴

¹³ ANGENOT, Marc. 1889. *Un état du discours social*. Longueuil. Québec: Editions du Préambule, 1989, notadamente p. 373-407.

¹⁴ MOURIER, Adolphe. *Notes et souvenirs d'un universitaire*. Paris: imprimerie Jacob, 1889, conclusion, p. 397.

Três anos mais cedo, Eugène Melchior de Voguë no entanto havia tentado demonstrar o paralogismo sobre o qual repousava a expressão *fin de siècle* e as deduções falaciosas quanto a evolução moral que ela permitia difundir:

Nos deixamos facilmente abater por essa expressão fatídica de um *fin de siècle*. É um engano. O século começa sempre por aqueles que tem vinte anos. Nós dividimos o tempo em períodos artificiais, nós o comparamos ao transcorrer de uma existência humana; a força criadora da natureza não se preocupa com nossos cálculos; ela movimenta implacavelmente as gerações no mundo, ela confia a eles um novo tesouro de vida sem olhar a hora de nossos ponteiros. (VOGUË, 1886, p. LIII)

Os raros professadores de um otimismo ou de energia nata podiam. Tudo era atraído pelo sentido inverso: a atmosfera geral de crise evocada precedentemente, a voga entre os escritores e intelectuais do pessimismo à la Schopenhauer que se começava a traduzir (COLIN, 1979, p. 130-131), a retomada por provocação dos termos “decadência” ou “decadentes” pela juventude literária a procura de novas etiquetas para se distinguir de seus veteranos na “batalha literária” (RICHARD, 1961), a incapacidade das novas elites da República de fornecerem uma imagem positiva de sua ação a despeito das reformas realizadas anteriormente. A amplificação e extensão do crônônimo *fin de siècle* se opera por um desvio que vulgarizou no estrangeiro seu uso, no livro de sucesso de Max Nordau, *Entartung* (1892), traduzido para *Dégénérescence* na edição francesa de 1894.

A obra logo versada para as principais línguas europeias (holandês, 1893; italiano 1893; francês, 1894; inglês, 1895) confere à França um lugar central, e sua primeira parte é intitulada precisamente *Fin de siècle*. O primeiro capítulo “*Crépuscule des peuples*” erige a França em paradigma de todos os maus do *fin de siècle* resumidos precedentemente:

Fin de siècle é francês, pois é a França que, primeiramente tomou consciência do estado de espírito que denominamos assim. A palavra se espalhou pelos dois mundos e encontrou acesso em todas as línguas cultivadas. É a prova que ela respondia a uma necessidade. O estado *fin de siècle* dos espíritos hoje se encontra em toda parte; mas ele é somente em muitos casos uma imitação de uma moda estrangeira tida por distintiva, e não tem nada de orgânico. É no país de sua

origem que ela se apresenta de modo mais autêntico; e Paris é o lugar designado para observar suas múltiplas variedades e variações. (NORDAU, 2010, p. 31)¹⁵

Se Max Nordau sintetizou em seu best-seller os principais temas do cronônimo e na verdade fez de uma palavra uma espécie de senha europeia, ele não foi por outro lado nenhum inventor, como vimos. Ele aproveitou de sua posição de intermediário entre culturas: judeu húngaro desvinculado de sua religião de origem, da cultura alemã, ele viveu em Paris desde 1880 e serviu de correspondente para jornais germânicos. Essa situação é ideal para vulgarizar temas da moda de um país para o outro, jogando sobre o monopólio da informação que ele detinha a partir de sua longa estadia em Paris onde ele completou seus estudos de medicina. Sob um fundo aparentemente “objetivo” de uma pesquisa nosográfica¹⁶, ele propõe um retrato perfeitamente negativo de inúmeras personalidades parisienses célebres ou menos famosas, reforçadas por alguns inovadores estrangeiros (Wagner, Tolstoi), todos tomados como testemunhas e atores da degenerescência *fin de siècle*. Ele retoma as expressões que fazem um ar dos tempos da Paris literária e artística dos anos 1880; aquelas que corriam pelo mundo dos boulevares e dos teatros ou entre os cafés frequentados pela boemia do *quartier latin* e são repetidas sem cessar como vimos sob todos os tipos de forma (em anedotas e assuntos de variedades, artigos de jornais, de revistas, ensaios, personagens tipos de romances parisienses como *À Rebours* (1884) ou *Là-bas* de Huysmans (1891), peças de teatro) depois de mais de uma dezena de anos¹⁷. Abandono das tradições, fim do mundo, obsolescência rápida das ideias, preocupação da superoferta, gosto pelo desrespeito às regras sob todas as suas formas, esnobismo oportunista, todos esses traços do *fin de siècle* segundo Nordau estão concentrados na medíocre elite de vanguarda parisiense que promove as modas, aproveitando da caixa de ressonância de uma imprensa sedenta por polêmicas (ver *l'Enquête sur l'évolution littéraire* de Jules

15 Primeira edição Berlin, Duncker & Humblot, 1892, tradução francesa: Paris, Alcan, 1894.

16 O emprego de um vocabulário médico que ele empresta de sua primeira formação ou de qualquer outros autores conhecidos (Morel, Lombroso, etc) e a dedicação elogiosa à Cesare Lombroso são os sinais desse jogo duplo literário e para-científico que um outsider, autor de best-sellers, Gustave Le Bon, pratica no mesmo momento e sobre temas semelhantes.

17 O autor admite ele mesmo como construiu sua proposta a partir de publicações recentes: «Le plus sûr moyen de savoir ce qu'on entend par « fin de siècle » est de passer en revue une série de cas où ce mot a été employé. Ceux que nous allons citer ici sont empruntés aux journaux et aux livres français des deux dernières années. » (NORDAU, 2010, p. 33). “O meio mais seguro de saber o que entendemos por *fin de siècle* é pensar nas mais variadas ocasiões em que essa expressão foi utilizada. O que nós iremos citar aqui são empréstimos tomados dos jornais e livros franceses dos dois últimos anos.” (NORDAU, 2010, p. 33).

Huret, Paris, Charpentier, 1891), do cosmopolitismo de uma capital que dá ainda o tom das vanguardas similares em outros países:

Um período da história que chega a seu termo, e um outro se anuncia. Todas as tradições são atravessadas por uma ruptura, e o amanhã não parece desejar se vincular ao hoje; aquilo que existe vacila e se esvai, e nós o deixamos a deriva pois estamos lá e não cremos que sua conservação é digna de esforço. (NORDAU, 2010, p. 35)

RENOVAÇÃO DO *FIN DE SIÈCLE*

A despeito da hostilidade suscitada na França pela visada negativa sustentada por *Dégénérescence* logo de sua publicação por Alcan, as obras de autores atacados principalmente por Max Nordau como símbolos da decadência do país (em primeiro lugar Zola e os naturalistas e certos poetas simbolistas) prolonga largamente a temática decadente e *fin de siècle* até o ano 1900, e mais adiante inclusive. Essa última estava apesar desse fato, próxima de colocar um termo (já que um novo século se iniciava) no processo de desregramento, tanto que ela coincide com uma nova Exposição universal que visava abrir o século XX, a fazer esquecer os combates do caso Dreyfus e a religar-se com a temática do progresso de uma humanidade reconciliada na cidade luz.

De fato os principais romancistas se propõem ainda nos últimos anos do decênio de 1890 e até no começo do século XX, a pintar quadros desencorajando as evoluções sociais, culturais ou políticas que não tem nada a ver com os diagnósticos pessimistas de ensaístas como Le Bon na *Psychologie des foules* (1895) ou dos sociólogos como Durkheim de *Suicide* (1896). A trilogia *Trois villes* de Zola se fecha em dois retratos decadentes das capitais da civilização, aquela de coabitação difícil entre a antiga Roma papal e a nova Roma monárquica (*Rome*, 1896), aquela de Paris (1898) dos atentados anarquistas e do escândalo do Panamá, transposto em chaves mais transparentes de entendimento para os contemporâneos. A trilogia os *Déracinés* de Barrès (1897) prolongado pelo *L'Appel au soldat* (1900) e *Leurs figures* (1902) instrui sobre o processo de corrupção da vida pública na república dos escândalos, do boulangismo ao panamismo. Os romances inspirados pelo caso Dreyfus onde os autores acertam contas não totalmente pagas pelo compromisso instável do processo de Rennes e da graça presidencial (1899) alimentam a lembrança da crise de fim de século bem depois de 1900, o que a querela anticlerical ou o acirramento dos conflitos sociais nos anos 1900 ampli-

ficam ainda mais¹⁸. Assim o *fin de siècle* e seu cortejo de decadências, de neurose e de incertezas políticas e sociais não terminou de terminar, ao menos no espaço de representações literárias e jornalísticas mais difundidas. “O espírito *fin de siècle*” feito do cinismo e da transgressão de tabus morais abateu-se também na crueza das confissões do *Journal d'une femme de chambre* de Octave Mirbeau onde a doméstica de origem bretã, seduzida pelos seus patrões parisienses muito *fin de siècle*, termina por incarnar de alguma forma uma virtude face a hipocrisia do burguês provinciano caxias e mesquinho mas ao mesmo tempo obcecado pelo dinheiro ou pelo sexo dos parisienses ou das parisienses da boa sociedade¹⁹.

Como já mostramos em maiores detalhes, na aurora do século XX se vê bem o renascer das utopias como se conheceu nos primeiros decênios do século XIX, mas no século XX se trata mais de “distopias”. O otimismo remanescente do culto ao progresso que acompanhava a aurora de um novo século ali era largamente carregado de ameaças e de más surpresas. Inspiravam-se, na realidade, em uma visão de história dos decênios precedentes cheia de conotações negativas²⁰.

É a Primeira Guerra Mundial, catástrofe que ultrapassa em horror todos esses prognósticos angustiantes, e o surgimento progressivo de um cronônimo novo e concorrente, *Belle époque*, que contribui mais ainda para comprometer a carreira e a lembrança do *fin de siècle*. Proust que viveu os dois períodos e procura decifrar a cor específica dos “tempos perdidos” sabe indicar aos leitores nostálgicos a especificidade do pré-1900 pelo reemprego seletivo dessa noção a partir desse momento démodé. Assim, na passagem seguinte de *Du côté de chez Swann* onde Madame Cottard, encarnação do gosto médio em pintura, diz a Swann a propósito de um retrato um pouco vanguardista demais na sua opinião:

Mas eu devo vos alertar francamente, vós não deveis me encarar um pouco *fin de siècle* demais, mas eu digo o que penso, eu não entendi nada. Meu Deus, eu

¹⁸ CHARLE, Christophe. *Paris fin de siècle. Culture et politique*, Paris, Seuil, 1998, capítulo 7; LA LOUETTE, Jacqueline. “L'affaire Dreyfus dans le roman français”. *Revue historique*, 1999, n° 123, p. 555-576; KETTANI, Assia. *De l'histoire à la fiction. Les écrivains français et l'affaire Dreyfus*. Thèse de littérature, université de Paris 3 Sorbonne nouvelle, 2010, <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00860862>>

¹⁹ A gênese do romance se estende pelo decênio de 1890: uma primeira versão curta em folhetim [feuilleton] aparece em 1891-1892, uma segunda versão em folhetin, enriquecida de novos episódios, é publicada na *Revue blanche* de 15 de janeiro à 1 de junho 1900. Enfim o volume é publicado em primeiro de julho de 1900 pela Fasquelle. Evitado pela crítica, o romance conhece o sucesso porque toca onde lhe faz mal (cf. MICHEL, Pierre; NIVET, Jean-François. *Octave Mirbeau l'imprédateur au cœur fidèle*, biographie. Paris: Séguier, 1990).

²⁰ CHARLE, Cristophe. *Discordance des temps. Une brève histoire de la modernité*, Paris, Colin, 2011., p. 327-337. Um fenômeno análogo se dá na Inglaterra: cf. STOKES, John. *Fin de siècle, Fin du globe. Fears and Fantasies of the Late Nineteenth Century*, Londres: Mac Millan, 1992.

reconheço as qualidades que há ali no retrato de meu marido, é menos esquisito que o que ele faz comumente, mas era preciso que ele lhe pintasse os bigodes de azul (...) eu acho que a primeira qualidade de um retrato, sobretudo quando ele custa 10.000 francos, é de ser parecido e de uma semelhança agradável²¹. (PROUST, 1984, p. 375)

O leitor mais velho em 1913 deve ter sorrido lendo essa passagem, as audáciais impressionistas do final do século XIX que chocavam a mulher do doutor Cottard (“bigodes azuis”) davam uma impressão bem tímida principalmente a partir da vociferação dos Fauvistas ou das deformações cubistas das figuras humanas propostas no Salão de Outono.

Apesar de seu lado fora de moda e sem sal um ou dois decênios após 1900, que testemunham o reemprego irônico e fanfarrão por Proust para dar uma cor temporal, o *fin de siècle* vai conhecer um renascimento fulgurante com um século de distância de sua emergência. Uma pergunta a partir da ferramenta de visualização *Ngram viewer* administrada pelo *Google Books* sublinha a renovação da presença da expressão em um volume importante de produções impressas a partir dos anos 1980. A curva está em perfeita simetria com o que foi produzido cem anos mais cedo. Trata-se menos, atualmente, de designar os decênios terminais do século XX que de revisitar o “verdadeiro” *fin de siècle* anterior, contribuindo para legitimar seu valor heurístico privilegiando na realidade – na maior parte dos trabalhos que dele se ocuparam – de uma fração bastante fina da sociedade e da cultura que o havia visto nascer e o colocara em circulação. Isto se sucede ainda tanto na produção em francês como nas produções inglesas e alemãs em que o cronônimo é retomado tal qual, sem tradução, nos títulos de obras históricas ou literárias, e se carregam de conotações (sofisticação, esteticismo, vanguardismo, modernidade exacerbada) utilizadas a exaustão nas temáticas do final do século XIX. Mas dessa vez elas são tomadas de maneira positiva enquanto que elas eram o mais das vezes denunciadas pelos comentadores e críticos do século precedente. É impossível fazer a exegese em detalhe do conjunto dessa produção proporcionalmente mais abundante que aquela nascida nos últimos decênios do século precedente, mas é incontestável que a reutilização corrente da expressão está ligada

21 PROUST, Marcel. “Du côté de chez Swann” (1913), In: *À la recherche du temps perdu*. ed. Pierre Clarac et André Ferré, volume I, Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1984, p. 375, citado também por KELLER, Luzius. “Selbststellung, Porträt und Karikatur im Fin de siècle: die Gräfin Castiglione, Robert de Montesquiou, Marcel Proust”, In: WARNING, Rainer; WEHLE, Winfried (org.), *Fin de Siècle.*, Munich: Wilhelm Fink, 2002, Romanistisches Kolloquium, X, p. 125.

a seu perfume de época e encontra algum eco no momento de sua revivescência na pluma dos especialistas que dela se apossam, pois entra em ressonância com as temáticas pós-modernas em pleno desenvolvimento concomitantemente.

Se nos limitamos as obras onde a expressão é nominalmente citada no título depois da Segunda Guerra Mundial conservadas na Library of Congress²², a cronologia sugerida pelo *Ngram Viewer* pode ser afinada mas também confirmada. Nós contamos 3 títulos somente entre 1946 e 1959, 5 entre 1960 e 1969; na sequência a presença da expressão no título passa por uma progressão geométrica: 12 entre 1970 e 1979, 33 entre 1980 e 1989, 108 no decênio de 1990. O movimento continua já que o catálogo registra ainda 96 obras invocando o *fin de siècle* publicados entre 2008 e 2015.

Os dois decênios decisivos para a expansão do cronônimo podem ser simbolizados por dois exemplos célebres e os mais precoces em matéria de contribuição erudita sobre o *fin de siècle*: *Fin de Siècle Vienna* (1979) de Carl E. Schorske e *France fin de siècle* de Eugen Weber (1986)²³. Apesar da obra de Schorske, a qual a fortuna e influência ulteriores não são necessárias comprovar dada a grande quantidade de países a que se espalhou²⁴, fazer um uso meio frouxo do cronônimo que utiliza como título. A expressão serve, sobretudo, para ligar entre si quatro artigos bem diversos uns dos outros publicados bem anteriormente em revistas sobre uma vintena de anos: somente o primeiro dentre eles “*Politics and the Psyche in Fin de siècle Vienna: Schnitzler and Hofmannsthal*” mencionam a categoria *fin de siècle*²⁵. A abrangência cronológica de cada um dos ensaios é muito variável, alguns vão dos anos 1860 aos anos 1910. Notadamente, o capítulo 2 trata em detalhe a construção da *Ringerstrasse* e sua orientação historicista e depois sua crítica pelos arquitetos anti-historicistas, Camillo Sitte e Otto Wagner. Assim também no capítulo 6 (“A transformação dos jardins”) que vai desde os dias posteriores da revolução de 1848 ao fim do século XIX. Outros capítulos cobrem, sobretudo, o pré 1914 (capítulo 8 “Explosões nos jardins: Kokoschka e Schoenberg”). Dois estão fixados na virada

22 Eu prefiro esse catálogo àquele da Biblioteca Nacional Francesa, pois cobre de modo melhor a produção anglófona e germanófona e sobretudo porque possuiu melhores funcionalidades para o acesso dos conteúdo dos livros para assim evitar os “rastros falsos” [“faux amis”]

23 Respectivamente Londres, Weidenfeld e Nicholson e Cambridge (Mass) Harvard University Press 1979; tradução francesa respectivamente: Paris, Seuil, 1983 e Paries, Fayard, 1986.

24 Laureado pelo prêmio Pulitzer, o livro foi traduzido para o espanhol em 1981 (Barcelona), para o alemão em 1982, para o francês em 1983, para o português (Brasil) em 1988, em italiano em 1991. Diversos outros trabalhos se vincularam às problemáticas levantadas por Schorske, em particular o livro de Deborah L. Silverman, *Art Nouveau in Fin de Siècle France: Politics, Psychology, and Style*, Berkeley, University of California Press, 1989 (tradução francesa Paris, Flammarion, 1994).

25 Primeira publicação *American Historical Review*, vol. 66, juillet 1961, p. 930-946.

dos anos 1900 (o capítulo 5 sobre Gustav Klimt e a Secesão vienense, o capítulo 4 sobre *A interpretação dos sonhos* de Freud). A expressão *fin de siècle* não figura nem mesmo no índice final e designa menos uma época fechada sobre ela mesma e mais a tese central do livro: a crise do liberalismo fundado na crença no progresso e na razão empunhada pelos criadores e intelectuais vienenses em recuo ou por elitismo em face a um mundo cada vez mais hostil onde nacionalismo, populismo e antisemitismo marginalizavam a grande burguesia e os artistas e escritores que a ela estavam ligados. A despeito desses laços entre vanguardas europeias, o *fin de siècle* vienense tem origem no que os historiadores da cultura anglófona chamam *modernism* e é em realidade bem diferente da origem parisiense que o batizou, como indica essa passagem comparativa:

Em síntese, os estetas Austríacos não eram nem tão alienados de sua própria sociedade como seus pares franceses e nem tão engajados nela como seus colegas ingleses. Faltava a eles o espírito amargo antiburguês dos primeiros e a crença no esforço humano dos segundos. Nem *dégradé* e nem *engagé*, os estetas Austríacos eram alienados não de sua classe, mas eram alienados com ela de uma sociedade que derrotou suas expectativas e rejeitou seus valores. (SCHORSKE, 1979, p. 304)

Não é aqui o lugar, apesar de toda admiração que podemos ter por esse livro pioneiro, de criticar em detalhe a comparação bastante retórica (fundada sobre uma dupla negação simétrica um pouco bela demais para dar conta de campos intelectuais tão diferentes e complicados) entre vanguardas ou intelectuais dos três países citados. A simetria é muito mal balanceada para nos levar a adesão e tentamos mostrar um pouco mais em detalhe que a alienação invocada aqui da vanguarda parisiense não impedia de jeito nenhum seu engajamento fora das trilhas clássicas da política quando do caso Dreyfus, enquanto que o liberalismo supostamente “natural” dos intelectuais ingleses podia conduzir alguns a arte pela arte, outros a crítica do liberalismo para abraçar o socialismo (os intelectuais fabianos), outros ao chauvinismo imperial e racista (Kipling e muitos outros)²⁶. Essa passagem ilustra sobretudo que a expressão francesa transposta a Viena designa

26 Cf. CHARLE, Christophe. *Naissance des « intellectuels » 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990. ; *Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle, essai d'histoire comparée*. Paris: Seuil, 1996. ; CHARLE, Christophe. VINCENT, Julien; WINTER, Jay (eds). *Anglo-French Attitudes. Comparisons and Transfers between French and English Intellectuals 18th-20th Centuries.*, Manchester: Manchester University Press, 2007. ; COLLINI, Stefan. *Absent Minds. Intellectuals in Britain*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

todo um outro momento social e intelectual ou artístico que o *fin de siècle* original francês descreveu anteriormente.

Teríamos mais sucesso, como poderíamos pensar com a obra de Weber, *Fin de siècle France?* Nada é menos seguro. Sem dúvida, os dois primeiros capítulos “Decadência” e “Transgressão” estão bem em conexão com os ares dos tempos *fin de siècle* dos estereótipos dos dois últimos decênios do século XIX, mas quase todos os outros, salvo o capítulo político (“A crise permanente”) ensaiam relativizar o que somente concernia na realidade a uma pequena fração de franceses. Os capítulo 6 a 11 do livro e a conclusão “Um mundo (um pouco) melhor?” olhavam mais do lado do quadro de uma *belle époque* e de um avanço do progresso – o capítulo sobre a bicicleta e o automóvel (10) ou aquele sobre os esportes e as atividades físicas (11) – que de uma França do declínio e da depressão. Mesmo nos capítulos mais centrados sobre o *fin de siècle* e sua coloração negativa específica, Eugen Weber não cessa de utilizar exemplos situados fora do período (antes ou depois) e de relativizar a validade ou pertinência demonstrativa das citações contemporâneas, de médicos, de escritores ou de variedades para nuanciar o pessimismo da época:

O que me impressiona é a decalagem entre o progresso material e a abandono espiritual que evoca com força nossa própria época. Tantas coisas iam bem, mesmo na França, ao fim do século XIX, enquanto que se dizia tantas coisas deixando entender que tudo ia mal. (WEBER, 1986, p. 9)

A alusão a “nossa época” é sem dúvida a mais importante e explicativa da fortuna póstuma do termo depois de cem anos. No momento onde se dissipava a euforia relativa dos anos 1960-1970 fundados sobre a prosperidade geral e ao surgimento da sociedade de consumo nos países ocidentais, as múltiplas transformações nos decênios terminais do século XX entram em ressonância com aquelas do século XIX²⁷. Especialistas das vanguardas literárias e comparatistas, historiadores da cultura e da arte, ensaístas sobre os ares dos tempos, amadores de comemorações encontram matéria ampla às suas análises retrospectivas para reabilitar os anos 1880-1890. A multiplicação de exposições (notadamente *Vienne naissance d'un siècle, L'apocalypse joyeuse* no *Centre Pompidou* em 1986), novos museus (o museu *d'Orsay* abre suas portas no mesmo ano), as reedições de obras de época na coleção *fin de siècle* na 10/18 dirigida por Hubert Juin a partir de

²⁷ Eu mesmo esbocei essa comparação no epílogo de *Paris fin de siècle, Culture et politique*, Paris, Seuil, 1998, p. 275-285.

1975, a multiplicação de teses sobre autores dos mais marginais (Félix Fénéon²⁸, Alfred Jarry²⁹, Rachilde³⁰) alargam ao público cultivado essa nostalgia seletiva que transpõe mesmo fronteiras de países onde a noção jamais entrou em curso e circulação³¹.

Um cronônimo erudito novo nasceu que renega em grande parte suas origens, mas por quanto tempo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOY, Léon. *Propos d'un entrepreneur de démolitions*. Paris: Tresse, 1884.
- _____. *Le Désespéré*. Paris: A Soirat, 1886.
- COLIN, René-Pierre. *Schopenhauer en France: un mythe naturaliste*. Lyon: PUL, 1979.
- DRUMONT, Edouard. *La Fin d'un monde*. Paris: Savine 1889.
- LAFOREST, Jean-Louis Dubut de. *Tête à l'envers*. Paris: Charpentier, 1882.
- _____. *Une Livre de sang*. Paris: Dentu 1884.
- MONTLAUR, Eugène de. *De l'Italie et de l'Espagne, études historiques et critiques*. Paris: Garnier, 1852.
- MORTIER, Arnold. *Les Soirées parisiennes*. Paris: Dentu, 1882.
- NORDAU, Max. *Dégénérescence*. reed. Lausanne: L'Age d'homme, 2010.
- RICHARD, Noël. *À l'aube du symbolisme*. Paris: Nizet, 1961.
- SCHORSKE, Carl Emil. *Fin de Siècle Vienna*. Londres: Weidenfeld e Nicholson e Cambridge (Mass) Harvard University Press, 1979.
- VOGUË, Eugène Melchior de. *Le roman russe*. Paris, Plon, 1886.
- VOLTAIRE, “Le siècle de Louis XIV (1751)”, édition René Pomeau, In: *Oeuvres historiques*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 2000.
- WEBER, Eugen. *Fin de siècle, la France à la fin du xixe siècle*. Paris, Fayard, 1986.

28 HALPERIN, Joan Uengersma; FÉNÉON, Félix. *Aesthete & Anarchist in Fin de Siècle Paris*. New Haven: Yale University Press, 1986.

29 BORDILLON, Henri [org.], *Alfred Jarry*, Centre culturel international de Cerisy-la-Salle (27 agosto-6 setembro 1981). Paris: P. Belfond, 1985.

30 FINN, Michael R.. *Hysteria, Hypnotism, the Spirits, and Pornography: Fin-de-Siècle Cultural Discourses in the Decadent Rachilde*. Newark: University of Delaware Press, 2009.

31 Ver a última tentativa de conciliar “história global” e *fin de siècle* no trabalho coletivo: SALTER, Michael (ed.). *Fin de siècle World*. Londres: Routledge, 2015.

A teoria crítica na ordem do dia: Horkheimer hoje

Critical Theory on the agenda: Horkheimer today

Bruna Della Torre de Carvalho Lima^a e Eduardo Altheman Camargo Santos^b

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Trad. Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ocorre que esse eclipse da razão e esse abatimento da vontade se apossam do homem como uma doença (Fíodor Dostoiévski, Crime e Castigo, 1866)

Embora seja conhecido como a versão “para americanos” da *Dialética do Esclarecimento* – obra mais conhecida de Horkheimer e publicada pela primeira vez em 1945 em coautoria com Theodor W. Adorno – o *Eclipse da Razão* saiu nos EUA em 1947 e teve pouca repercussão entre os estadunidenses. Composto por uma série de cinco palestras públicas em torno do tema “sociedade e razão” proferidas por Horkheimer na Universidade de Columbia entre fevereiro e março de 1944, o livro está sendo relançado no Brasil, com nova tradução, inaugurando a publicação da série de obras completas do autor pela Editora Unesp.

A fama que o livro carrega teria sido legada pelo próprio Horkheimer, quando este se referiu ao conjunto das palestras como uma versão popular da *Dialética do Esclarecimento*, obra que entrou para história como marco principal da Escola de Frankfurt, conforme atesta uma carta adereçada a Friedrich Pollock em novembro de 1943: “Talvez eu prepare a palestra junto com Teddie. Eu pretendo fazer dela uma versão mais ou menos popular da filosofia do esclarecimento tal qual ela tomou forma nos capítulos do livro que escrevemos até agora” (HORKHEIMER apud WIGGERSHAUS, 1994, p. 345). Ao fim e ao cabo, embora o livro marque um período de colaboração tão intensa entre Adorno e Horkheimer a tal ponto de ambos afirmarem não saber mais onde começa a filosofia de um e termina a do outro, Horkheimer acabou por assinar o livro sozinho, mesmo que ainda tivesse ressalvas quanto ao conteúdo de suas palestras, quando comparadas ao seu livro com Adorno ou a outras obras suas.

Segundo o próprio Horkheimer, ainda encontrando dificuldades com a língua inglesa, ele teria escrito a maioria das palestras nos intervalos semanais entre uma

a Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

b Doutorando no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

palestra e outra, adaptando o conteúdo das mesmas de acordo com as questões levantadas pelo público presente. As cinco conferências que acabaram por dar origem ao livro três anos depois foram organizadas de acordo com os seguintes temas: razão como o conceito teórico básico da civilização ocidental; civilização como uma tentativa de controlar a natureza humana e extra-humana; a rebeldia da natureza oprimida e suas manifestações filosóficas; a ascensão e declínio do indivíduo; a atual crise da razão.

Tendo saído de Nova Iorque e se estabelecido na Califórnia, Horkheimer se viu liberado de suas atribuladas funções administrativas no Instituto de Pesquisas Sociais e pôde se dedicar a desenvolver, compilar e publicar trabalhos, que, ainda assim, teriam sido arduamente escritos e revisados, segundo suas cartas escritas à época. *Eclipse da Razão* acabou tendo seus capítulos organizados de maneira sensivelmente distinta das palestras em Nova Iorque, recebendo inclusive novos títulos: “Meios e fins”; “Panaceias conflitantes”; “A revolta da natureza”; “Ascensão e declínio do indivíduo”; “Sobre o conceito de filosofia”.

O livro foi um fracasso tanto de crítica (apenas três resenhas foram escritas sobre o livro na época de seu lançamento, uma claramente favorável, uma intermediária e outra devastadora) quanto de vendas (algo relatado pelo próprio companheiro de Instituto de Horkheimer, Leo Lowenthal e pelo fato de que, em 1952, era possível comprar o livro nos EUA em uma loja de departamentos – que em sua propaganda anuncava seu estoque contendo nada menos do que 49 toneladas de livros – pela singela quantia de dois dólares e 75 centavos, em meio a outros livros na seção de “religião e filosofia”). Na época de sua escrita e preparo, havia grande expectativa quanto ao livro que finalmente tornaria comprehensível para o mundo anglófono a teoria crítica de Frankfurt (relatos de Lowenthal, que supervisionou o preparo do manuscrito, mostram que Robert Merton e Paul Lazarsfeld estariam estudando o livro com grande entusiasmo), mas foi apenas nos anos de 1960 que, catapultado pelo sucesso da *Dialética do Esclarecimento* como sucesso *underground*, e traduzido para o alemão, o livro recebeu a devida atenção. Somente em 1967 foi lançada sua versão em língua alemã sob o título *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (“Para a crítica da razão instrumental”).

No Brasil, a obra foi lançada pela primeira vez em 1976 pela editora carioca “Labor do Brasil” e foi republicada em 2002, na mesma e até agora única tradução do pernambucano Sebastião Uchoa Leite, pela editora paulista Centauro. A Editora Unesp inicia por esta o lançamento das obras completas de Horkheimer, em nova tradução, realizada por Carlos Henrique Pissardo.

Eclipse da razão está fazendo 70 anos, mas continua extremamente atual em seu projeto de investigação do conceito de racionalidade subjacente à cultura industrial contemporânea. A obra procura compreender a constituição, bem como os caminhos da razão até o momento crítico de sua manifestação como irracionalidade racionalizada no nazismo, em que as mais elevadas tecnologias foram utilizadas para “otimizar” – para usar uma expressão da última hora – o extermínio nos campos de concentração e na guerra. No tempo presente, no qual assistimos passivos à guerra “impessoal” executada por *drones* e promovida pela conjunção de Estados imperialistas e corporações armamentistas, a pergunta pelas razões da razão permanece dolorosamente viva. Crítico do capitalismo, no entanto, Horkheimer não se detém na análise do Terceiro *Reich* e procura compreender como o fascismo pode ser considerado um filho legítimo do liberalismo e, nesse sentido, a crítica se estende ao pragmatismo e ao darwinismo presente na sociedade e na filosofia americana do período.

Um dos motes do livro, desenvolvido de modo mais acurado no capítulo final, “Sobre o conceito de filosofia”, consiste em perscrutar a consciência do papel que a filosofia pode assumir numa sociedade que considera inútil tudo aquilo que não dá resultados práticos imediatos e que expulsou a utopia de seu horizonte de expectativas. Para isso, Horkheimer precisou mostrar como, na nossa sociedade, a filosofia foi substituída pela ciência e, por causa disso, a ideia de verdade, preocupação primeira do pensamento filosófico, foi completamente abandonada. A renúncia de perguntas filosóficas clássicas, como “o que é o bom, o belo e o justo?”, levou a um relativismo conformista que trouxe tanto para a filosofia, quanto para a ciência, a seguinte consequência: se eu não posso determinar como a vida deve ser vivida, o único critério de medida passa a ser a realidade existente. A má consciência da frase de Hegel de que todo o real seria racional, reaparece sob a forma do conhecimento na sociedade contemporânea, isto é, o que existe, já está justificado. O que não existe não pode mais ser inventado, só lhe resta conformar-se ao que está posto.

Não é fortuito que o engenheiro é apontado por Horkheimer como símbolo de nossa época; para ele, o entendimento das coisas nunca é um objetivo em si mesmo, mas está sempre ligado ao ajuste das mesmas a um esquema qualquer, mesmo que esse esquema nada tenha a ver com a estrutura interna das coisas que visa organizar, sejam elas objetos inanimados ou pessoas. É indiferente para esse tipo de pensamento se transportamos pessoas ou mercadorias num determinado trem, desde que isso seja feito de maneira eficiente e rápida, quer seu destino seja Auschwitz ou um hipermercado qualquer.

Essa razão instrumentalizada, em que os meios tomam o lugar dos fins, é justamente o que está na mira da crítica de Horkheimer. Numa era em que a razão parece um conceito autoexplicativo e muitas vezes parece sinônimo de “ser uma pessoa razoável” ou “estar certo”, o autor defende a necessidade de investigar a natureza e os usos da razão desde seu nascimento. No primeiro capítulo do livro, intitulado “Meios e fins”, o conceito de razão é apresentado sob uma dupla constituição objetiva e subjetiva. A ideia exposta nele é a de que a razão objetiva, que viria de Sócrates, Platão até o filosofia idealista alemã, estaria sofrendo um processo de formalização que a estaria transformando no que Horkheimer nomeia razão subjetiva, encarnada no pragmatismo e no positivismo, dos quais ele se ocupa mais detidamente no segundo capítulo a respeito das “Panaceias conflitantes”.

A razão objetiva é a razão *par excellence*, que visa explicar e determinar a realidade em todas as suas esferas. Esta razão tem um conteúdo concreto e pode ser o fundamento de princípios como justiça, igualdade e democracia que, por sua vez, estão na origem da constituição política. Ou seja, a razão objetiva é composta de valores que justificam a si mesmos, que são fins em si, é aquela que existe para além dos sujeitos. O processo de reificação da razão foi, para Horkheimer, um processo de renúncia a esta razão objetiva, aos fins justificados por si mesmos e ao conceito de verdade. A razão subjetiva não foi, segundo Horkheimer, historicamente oposta à razão objetiva, na verdade, elas teriam surgido conjuntamente até que a segunda se sobreponha à primeira como tendência. A segunda concepção é a de que a razão é uma faculdade subjetiva da mente humana, de modo que só os homens poderiam ter razão e esta não poderia existir como algo universal, que supera o individual. Não é difícil perceber como essa segunda tendência aproxima-se do relativismo.

A predominância da razão subjetiva acabou por negar a objetividade da razão, alegando que nada pode ser em si racional. Este processo é de certa forma uma abstração da razão de seus conteúdos concretos, que tem como consequência a criação de uma razão que é autonomizada. Num mundo onde esta razão é predominante, nem um fim é justificável por si mesmo, e ao mesmo tempo, nem um fim é injustificável por si mesmo. Em termos weberianos, há uma perda de um quadro referencial que forneceria aos indivíduos valores que poderiam guiar suas ações. Nesse cenário, resta à filosofia apenas a reflexão sobre a metodologia científica e não mais sobre a verdade.

Não é por outro motivo que a razão subjetiva pode ser associada à busca por meios para atingir um fim, e por isso se assemelha bastante ao que Horkheimer e Adorno chamaram de razão instrumental em sua obra conjunta. Nesse quadro, noções como felicidade e justiça perdem sua raiz intelectual:

De acordo com essas teorias o pensamento serve a qualquer esforço particular, bom ou mal. Ele é uma ferramenta de todas as ações da sociedade, mas não deve tentar estabelecer padrões para a vida social e individual, que, supõe-se, são estabelecidos por outras forças. Tanto na discussão leiga quanto na científica, a razão passou a ser encarada como uma faculdade intelectual de coordenação, cuja eficiência pode ser aumentada pelo uso metódico e pela remoção de quaisquer fatores não intelectuais, tais como as emoções conscientes ou inconscientes. (HORKHEIMER, 2015, p. 17)

Essa identificação entre razão e dominação, decorrente desse expurgo das emoções, encontra sua confirmação na psicanálise freudiana, uma influência fundamental não só deste livro, mas de grande parte da obra de Horkheimer. A constituição da civilização, conforme mostrou Freud, envolve a repressão de tudo aquilo que ameace sua existência e o mesmo vale para o “ego” – ou, numa tradução mais adequada, o “eu”. Em “A Revolta da natureza”, terceiro capítulo do livro, Horkheimer expõe o argumento de que, para constituírem-se, a civilização e o indivíduo erigiram como valor último a própria sobrevivência, a autoconservação. Para se ater a esse princípio, foi preciso dominar a natureza externa, manejar o fogo, utilizar-se da natureza como alimento e abrigo. Mas a natureza estende-se ao indivíduo e este, como a civilização, dominou a natureza dentro de si, seus impulsos primários e o predomínio da lógica do prazer, para se autoconservar. Assim, de modo dialético, razão e dominação identificaram-se; quanto mais se reconhece a racionalidade, mais cresce nas pessoas de maneira consciente ou inconsciente o ressentimento contra a civilização e seu agente dentro do indivíduo, o eu.

A personalidade forma-se, nessa chave, a partir de uma estrutura dual: de um lado os valores como igualdade, justiça e etc., que sobrevivem de resquícios da razão objetiva e são ensinados aos jovens, principalmente pela figura do pai; de outro o princípio de realidade que funciona através da mecânica da sobrevivência e autopreservação, e que é opressor. O indivíduo enxerga uma identidade entre razão, eu, dominação e natureza. A crise da razão que já foi descrita pode expressar, também, a crise do indivíduo, porque outrora a razão era entendida como instrumento do eu. Contudo, a razão se tornou enrijecida e irracional. A noção de “eu” passa a ser marcada pelo sacrifício voluntário em nome da segurança e da manutenção material e espiritual da própria existência, ou seja, em nome da autoconservação, aniquila-se aquilo que poderia de fato vir a ser o individual.

Consonante com a míngua da filosofia, o entendimento dos processos de aniquilamento do indivíduo que um dia ensaiou resistir à conformação é outro ponto

fundamental do livro. Em “Ascensão e Declínio do indivíduo”, quarto capítulo da obra, Horkheimer discute a formação individual desde o período clássico, passando pelo liberalismo do século XIX, até a sua derrocada no capitalismo monopolista. Se um dia o indivíduo foi agente da razão e esta dependeu dele para ser realizada, agora a razão instrumentalizada, essa máquina que teve seu funcionamento autonomizado, ejetou o seu próprio piloto. O fim da espontaneidade, tão caro à teoria socialista e, poderíamos dizer sobre hoje, aos movimentos sociais, é uma das decorrências catástroficas desse declínio. Não há lugar para aquilo que é individual ou particular numa sociedade altamente administrada. O fim da concorrência liberal realiza o germe autoritário da sociedade capitalista e, nesse quesito, o diagnóstico de Horkheimer parece escrito sob medida para a era neoliberal:

Hoje, os indivíduos ou grupos inteiros podem ainda ser arruinados por forças econômicas cegas; mas estas são representadas por elites mais bem organizadas e poderosas. Embora as inter-relações entre esses grupos dominantes estejam sujeitas a vicissitudes, eles se entendem bem em vários aspectos. Quando a concentração e a centralização de forças industriais [hoje diríamos, financeiras ou corporativas] extinguem, por sua vez, o liberalismo político, as vítimas são condenadas em sua totalidade. (HORKHEIMER, 2015, p. 172)

O capitalismo, como demonstra Horkheimer, produz coletivização sem produzir igualdade, aniquila a individualidade ao invés de realizá-la, coloca à disposição das pessoas escolhas que parecem múltiplas e virtualmente – especialmente na era da explosão dos *gadgets* e das redes sociais – infinitas, mas que não se transformam em liberdade. A individualidade burguesa que surgiu no final do século XVIII e XIX e que era fruto do liberalismo envovia, sobretudo um indivíduo que fosse ativo no mercado concorrencial, mas teve sua base econômica solapada pelas exigências de um capitalismo que abriu mão de seus valores liberais em nome de maiores taxas de lucro.

Uma leitura precipitada de Horkheimer, assim como de outros autores da teoria crítica, pode levar à conclusão de que se trata se uma análise saudosista ou catástrofista e extremamente pessimista da realidade contemporânea, mas um exame mais detido comprova exatamente o contrário, isto é, o objetivo é compreender o que ainda é possível ao pensamento crítico nesse contexto de tamanha barbárie. Nem Horkheimer, nem nenhum outro autor da teoria crítica considerava a filosofia como uma fórmula ou ainda um meio de fornecer respostas práticas imediatas para os problemas do presente. Ao contrário, a “negação” ocupa um lugar central

em suas análises; é com essa atitude perante tanto à ideologia dominante quanto à realidade imperiosa que a filosofia pode ser de alguma serventia nos tempos atuais. Conforme Horkheimer,

Se quisermos falar de uma doença afetando a razão, essa doença deveria ser entendida não como algo que assolou a razão em algum momento histórico específico, mas como inseparável da natureza da razão na civilização como até agora a conhecemos. A doença da razão é que a razão nasceu da ânsia do homem para dominar a natureza, e sua “recuperação” depende da compreensão da natureza da doença original, não de uma cura dos seus sintomas tardios. (HORKHEIMER, 2015, p. 193)

Mas, ao contrário do que poderia parecer e na contramão da aposta feita por muitos à esquerda, Horkheimer não cai em um elogio romântico da desrazão. Pois, teoriza ele, o único caminho para corrigir os descalabros da razão é a própria razão, desvinculada de sua necessidade de dominação irracional da natureza e do indivíduo, da exploração dos seres humanos sobre si mesmos, da hipóstase da razão instrumental. Eis porque o título, que alude, transformado na última contribuição de Horkheimer para a revista *Studies in Philosophy and Social Science* intitulada “The end of reason”, assim como a sua coleção de aforismos *Dämmerung* do início dos anos de 1930, fala em um eclipse da razão, sem postular seu fim ou crepúsculo. Embora os títulos “A agonia da razão”, “Razão objetiva e subjetiva” e “Crepúsculo da Razão” tenham sido aventados por Horkheimer, o autor os considerava, especialmente o último, demasiadamente pessimistas, e, por sugestão de Philip Vaudrin (um dos editores da Editora Oxford), acabou por optar pelo eclipse da razão. A aposta na razão como aquela capaz ainda de negatividade e capacidade de crítica move o livro, e justifica inclusive sua própria escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Trad. Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- SCHMIDT, James. The Eclipse of Reason and the End of the Frankfurt School in America. *New German Critique*, nº. 100, Winter 2007, pp. 47-76.
- WIGGERSHAUS, Rolf. *The Frankfurt School: Its History, Theories and Political Significance*. Trans. Michael Robertson. Cambridge: Mit Press, 1994.